

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DEUS ACIMA DE TUDO:

A atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais
de 2018

Tiago Franco de Paula

BRASÍLIA, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DEUS ACIMA DE TUDO:

A atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018

Orientação: Doutora Débora Messenberg

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BRASÍLIA, 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DEUS ACIMA DE TUDO:

A atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018

Autor: Tiago Franco de Paula

Orientadora: Doutora Débora Messenberg

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Débora Messenberg (UnB)

Profa. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Mariano (USP)

Suplente: Profa. Dra. Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado concentra-se nas áreas de sociologia da religião e sociologia política. As discussões propostas estão centralizadas no debate sobre a participação política de instituições religiosas no Brasil. O principal objeto de estudo é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A pesquisa conduzida visou responder de que maneira a Igreja Universal atuou discursivamente nas eleições de 2018. Para isso, foi realizada uma análise qualitativa de duas mídias da instituição: o jornal semanal Folha Universal e o site oficial da igreja. A escolha pelo exame desses dois veículos é justificada pelo fato de corresponderem ao que é conceituado como mídias das fontes. O questionamento proposto foi baseado na constatação de que, em pleitos anteriores, a Universal mobilizou suas mídias da fonte para endossar a candidatura de políticos aliados e disseminar propagandas negativas sobre políticos opositores. Diante da declaração pública de apoio feita por Edir Macedo ao então candidato Jair Bolsonaro, indagou-se em que medida a igreja mobilizou seus recursos midiáticos para endossar a candidatura do então candidato do PSL. Nesse sentido, a pesquisa também aborda o discurso de Bolsonaro e suas relações com o fenômeno do Novo Conservadorismo Brasileiro na medida em que busca discutir suas aproximações e divergências com as narrativas políticas propagadas pela IURD. O corpus da análise foi formado pelas edições da Folha Universal e por artigos destinados a discutir o pleito que foram publicados no site oficial da igreja entre os dias 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, intervalo que correspondeu ao período de campanha determinado pelo TSE. A análise também contou com um banco de dados composto pelas postagens feitas no perfil oficial de Jair Bolsonaro na mídia social Facebook ao longo do mesmo período. O marco teórico-metodológico utilizado para a análise foi a perspectiva dos pacotes interpretativos proposta por William Gamson. Inserida no paradigma do enquadramento dos estudos comunicacionais, a abordagem propõe a análise qualitativa de textos por meio do exame de características linguísticas denominadas de dispositivos de assinatura. Com base nessas premissas metodológicas, conduziu-se uma análise de conteúdo por meio do software de estudos mistos MaxQDA. Os resultados encontrados levaram à conclusão de que ocorreu um alinhamento político entre a narrativa da IURD e de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; Novo Conservadorismo Brasileiro; Jair Bolsonaro; Mídia da fonte; Neopentecostalismo.

ABSTRACT

This dissertation is comprehended within the fields of sociology of religion and political sociology. The research's focus is the political participation of religious institutions in Brazil's public sphere and the paramount object of study is the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). The research work aimed at responding how the UCKG portrayed the 2018 Brazilian presidential election. To accomplish this goal, a qualitative analysis of two communication vehicles produced by the church was conducted: the newspaper *Folha Universal* and the church's official website. These vehicles were chosen because they represent what is conceptualized as *media des sources*. The sociological problem we aimed at responding was built on the founding of previous research that demonstrated that the UCKG had use its *media the source* to show support to its political allies and to disseminate negative propaganda against its political opponents. As Edir Macedo, the church's main leader, publicly announced his support to Jair Bolsonaro's candidacy, the research questioned if the church mobilized its communication resources to endorse the political views of the right-wing candidate. In this context, the present dissertation also discusses Bolsonaro's political perspectives and how they relate to the phenomenon of the New Brazilian Conservatism as well as how both converge or diverge of the UCKG's political narratives. The corpus of the analysis is composed by *Folha Universal*'s editions and all the political articles published in the church's official website within August 16 and October 28. In addition, the study also analyzed a database formed by the publication made in Jair Bolsonaro's official Facebook page. The methodological base adopted by the research was William Gamson's perspective of the interpretive packages. This perspective is part of the framing paradigm within communication studies. It proposes a qualitative analysis based on linguistics devices denominated as signatures. With these conceptions as premises, a content analysis was conducted using the mix methods software MaxQDA. The results of the analysis showed that were a political convergence between the church's discourse and Jair Bolsonaro's political views.

Keywords: Universal Church of the Kingdom of God; Jair Bolsonaro; Brazilian new conservatism; Media des sources; Neopentecostalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz de assinatura: Antipetismo Democrático

Tabela 2: Matriz de Assinatura: Neoliberalismo Econômico

Tabela 3: Matriz de Assinatura: Moralismo Regulador

Tabela 4: Matriz de Assinatura: Punição Ressocializadora

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Número de aparições de cada tópico da agenda nas publicações da Universal

Gráfico 2 - Sobreposição de temas da agenda nas publicações da Universal

Gráfico 3 - Número de aparições de cada tópico da agenda nas postagens feitas por Bolsonaro

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos desta dissertação não é uma tarefa fácil. O trajeto até o texto final da pesquisa foi repleto de bons momentos e percalços. Afinal, além das dificuldades naturais de um curso de mestrado, foi preciso superar o contexto de crise sanitária para chegar até o fim das quase 200 páginas a seguir. Lembrar dos momentos vividos nos últimos dois anos é um misto de alegria e tristeza: alegria pela lembrança de cada pessoa que esteve do meu lado nessa caminhada e dos bons momentos que passamos juntos; tristeza por saber que fomos impedidos de criar novas lembranças. Escrevo esses agradecimentos com um certo remorso por ter passado meus últimos momentos enquanto mestrando longe da rotina e das pessoas que tanto me faziam feliz. Ao mesmo tempo, coloco nessas palavras a confiança de que ainda temos muita vida a ser compartilhada.

Agradeço, primeiramente, minha orientadora, Débora Messenberg, com quem compartilho todos os méritos de meu trabalho. Além de toda a brilhante orientação acadêmica, Débora me proporcionou o suporte e a calma necessários para dar continuidade a minha pesquisa. Em nossas reuniões, diante do meu comportamento naturalmente ansioso, sua tranquilidade foi uma âncora que me manteve convicto de que estava no caminho certo. Agradeço por sua compreensão em relação às dificuldades da condução de uma pesquisa de mestrado e, especialmente, pelo seu esforço em se fazer presente e disponível para compartilhar as frustrações de produzir uma dissertação em meio a uma pandemia. Acima de tudo, agradeço a confiança que sempre demonstrou em meu trabalho e em minha capacidade enquanto pesquisador. Nos (vários) momentos em que fui afetado por uma crise de impostor, a sua certeza de que minha pesquisa seguia um bom caminho ajudava a afastar as inseguranças que me rondavam.

Agradeço, também, todo o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Aos professores com os quais tive o prazer de cursar disciplinas ao longo do mestrado, deixo um agradecimento especial: professora Berenice Bento, professora Ana Collares, professor Fabrício Freitas, professor Sérgio Tavolaro, professor Vladimir Puzone e, mais uma vez, professora Débora Messenberg, de quem tive a felicidade de ser aluno e monitor. Lembro-me, também, de todos os funcionários do ICS, tanto os terceirizados quanto os técnico-administrativos. Agradeço às funcionárias da secretária do SOL por sempre estarem disponíveis para ajudar nos menores problemas que enfrentávamos e tirar mesmo as dúvidas mais triviais. Gabi, Michele, Renata e

Patrícia foram responsáveis por deixar minha vida e a de todos os meus colegas mais leve ao longo dos anos de UnB.

Ao professor Ricardo Mariano e professora Sayonara Leal, agradeço por terem dedicado tempo e atenção para participar de minha banca desde a qualificação. Ao professor Ricardo, sou muito grato pela atenção, cuidado e paciência com que leu meu trabalho e elaborou críticas e apontamentos. Sua contribuição foi essencial não somente para a escrita dessa dissertação, como também para a fortalecimento de minha visão enquanto pesquisador em Ciências Sociais e enquanto um estudante de temas religiosos. À professora Sayonara, agradeço por toda a orientação científica que me foi dada desde os tempos em que era minha tutora no PET. Agradeço a disponibilidade e abertura que demonstrou para discutir minha pesquisa mesmo fora das bancas de avaliação, pelos livros emprestados e por me proporcionar acesso à debates que ampliaram meus horizontes sociológicos e me proporcionaram novas perspectivas de estudo.

Para continuar, devo mencionar meus amigos e amigas, peças fundamentais dessa dissertação. Primeiramente, agradeço aos meus colegas de turma, mesmo aqueles com quem tive pouco contato. Apesar de a pandemia ter limitado nossa convivência, as aulas, cafés e bares compartilhados foram partes especiais de todo esse trajeto. Agradeço especialmente aos colegas pesquisadores e pesquisadoras de quem me aproximei e com quem compartilhei minha rotina de ICS. Não há palavras para descrever o carinho que sinto por vocês e minha saudade do nosso dia a dia nos laboratórios. Mais que colegas de pós-graduação, vocês se tornaram amigos que quero ter ao meu lado pelo resto da vida. Agradeço ao Flávio e ao César pela companhia quase que diária na UnB; ao Antônio e a Larissa por serem ótimas companhias nas feijoadas de sexta-feira no RU; ao Matheus pelas risadas e vídeos aleatórios; ao Wanderson por sua seriedade; ao Rodolfo por sua sensatez, mesmo que via Whatsapp; a Marina por sua companhia nos cafés do MASC; a Camila por todas as suas orientações. E aos demais companheiros e companheiras de ICS que sempre encheram os corredores de vida: Gabi, Rony, Rodolfo, Caio, Dênis, Vitor, Flávia, Gabs, Guilherme, Matheus, Marina Helena, Ângelo, Gabi Costa e muitos outros.

É impossível deixar de agradecer aos amigos e amigas que estão fora do mundo da sociologia. Agradeço, primeiramente, a todos os membros da célebre bancada das lamentações. Foi com vocês e graças a vocês que consegui superar todas as dificuldades dos anos de 2020 e

2021. Vocês estão comigo há quase 10 anos e não consigo imaginar uma vida diferente. É com grande amor, carinho e gratidão que os cito nesses agradecimentos. Ana, Bruna, Carol, Davi, Danton, Froeseler, Gabriel, Gustavo, João Ananias, João Amim, Marcela e Tulio: que esses agradecimentos ilustrem pelo menos uma parte de todo o amor que sinto por vocês. Também não posso deixar de agradecer a todos os ‘amigos do Cleiton’, que sempre fizeram minha vida em Brasília mais leve e mais feliz. Ter vocês em minha vida é o maior e melhor legado que o curso de Relações Internacionais da UnB me proporcionou. Obrigado por sempre estarem comigo nesses quase 7 anos de UnB; por aguentarem todas as minhas neuroses e me ensinarem a levar a vida de uma forma mais tranquila. Agradeço ao Adriano, Bruno, Henrique, Lorena, Nícolas, Paloma, Recalde, Ribeiro e a Sarah por todos os bons momentos que vivemos nos últimos anos. Agradeço também aos demais amigos que tiveram imensa importância em minha trajetória: Leonardo, Batalha, Pedro Ribas, Isa Livingstone e Isabel Eirado.

Por fim, deixo o agradecimento mais importante de todos: minha família. É até injusto tentar colocar o que sinto por vocês em palavras. Vocês são a base de toda a minha vida e a conclusão dessa dissertação é, acima de tudo, uma vitória que compartilho com cada um. Agradeço aos meus pais, Silas e Jaqueline, por sempre terem me proporcionado um amor incondicional e por terem permanecido ao meu lado diante de todas as dificuldades que já enfrentei em minha vida. Agradeço o apoio que sempre me deram para seguir meus sonhos profissionais e todo o auxílio para que eu possa continuar seguindo o caminho que desejo para minha vida. Eu sei que vocês estão comigo até o fim e não tenho palavras para descrever o quanto eu os amo por isso. Agradeço meu irmão, Bruno, por sempre ter sido um modelo de vida para mim. Você sempre foi e sempre será minha maior inspiração. Obrigado por estar presente nas horas difíceis e por abrir caminhos que hoje eu sigo. Agradeço a minha irmã, Priscila, que sempre me inspirou a ser uma pessoa melhor e me ensinou que existe muito mais vida para além das rotinas diárias. Sua leveza, determinação e garra me inspiram a continuar lutando por aquilo que desejo e a não abrir mão daquilo que é justo. Agradeço, também, minhas duas avós, Vanda e Maria Helena. Apesar da distância, elas estão sempre ao meu lado e dentro do meu coração. Por fim, agradeço aos demais familiares, que sempre depositaram confiança.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	18
CAPÍTULO 1	
1. O Pentecostalismo no Brasil: da rigidez à prosperidade.....	28
1.1 A Igreja Universal do Reino de Deus.....	34
2. O vai e vem eleitoral da IURD: a Igreja Universal nas eleições da Nova República.....	43
2.1 A década de 90: da diabolização do PT ao rompimento com os tucanos.....	44
2.2 A mudança dos anos 2000: lulismo, PRB e a defesa de Dilma.....	51
2.3 A década de 2010: um novo giro para IURD.....	59
CAPÍTULO 2	
1. O caso do Brasil: a disputa por visibilidade em meio aos oligopólios midiáticos....	71
1.1 As mídias das fontes: uma via alternativa para a esfera pública.....	72
2. Além da TV Record: as mídias da fonte da IURD.....	76
CAPÍTULO 3	
1. As eleições de 2018: Jair Bolsonaro e o novo conservadorismo brasileiro.....	82
2. A Igreja Universal nas eleições presidenciais de 2018.....	85
3. O discurso da Universal: principais tópicos e seus pacotes interpretativos	92
3.1 Antipetismo Democrático.....	96
3.2 Neoliberalismo econômico.....	116
3.3 Moralismo Regulador.....	131
3.4 Punição Ressocializadora.....	145
4. Bolsonaro e a Igreja Universal: aproximações e divergências discursivas.....	154
Considerações Finais.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164
APÊNDICE.....	177

1. Introdução

No dia primeiro de setembro de 2019, Jair Bolsonaro, presidente em exercício do Brasil, desembarcou no aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo. Após o desembarque, viajou de helicóptero para um prédio comercial localizado na região central da capital paulista. O centro da cidade, contudo, não era seu destino final. A partir do prédio comercial, o presidente seguiu em comboio até o seu ponto de chegada: o Templo de Salomão. Ao adentrar a sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Bolsonaro foi recebido pessoalmente pelo bispo Edir Macedo, fundador e maior liderança da igreja. Ao lado do bispo, estava Marcos Pereira, deputado federal e presidente do antigo Partido Republicano Brasileiro (PRB), que, no mês anterior ao encontro, havia alterado seu nome para Republicanos. Acompanhados de outras lideranças da igreja e de membros do governo, realizaram uma visita guiada pelo templo. Ao longo do passeio, Macedo presenteou o chefe do executivo nacional com uma Bíblia e mostrou registros jornalísticos de momentos marcantes de sua história enquanto figura pública e líder de uma das maiores instituições evangélicas do país. A visita terminou no salão principal, onde milhares de fiéis aguardavam o início de um culto dominical que seria comandado pelo próprio bispo fundador da Universal. A presença do Presidente da República transformou uma celebração ordinária em um momento marcante. Bolsonaro foi chamado ao palco. Ajoelhado, recebeu uma unção do bispo Macedo, que pediu em oração que Deus proveesse ao político a força, a sabedoria e a coragem necessárias para mudar o caminho da nação. Ao fim, o capitão do exército limpou rapidamente lágrimas de seus olhos antes de se levantar e encarar os fiéis, que aplaudiam efusivamente. Todos esses momentos foram registrados por uma equipe da Rede Record, emissora de televisão cujo proprietário é Edir Macedo. Na noite do mesmo dia, uma reportagem com cerca de 9 minutos foi ao ar no programa Domingo Espetacular¹. Nos momentos finais da matéria, foi mostrada uma entrevista com o líder da Universal. Nela, Macedo afirmou: “Estamos apostando todas as fichas no presidente Bolsonaro. Tudo! Porque nos cremos que ele foi um escolhido de Deus para fazer o país mudar”.

O encontro representou uma aliança forjada no ano anterior ao longo do pleito presidencial. Eleição essa que contou com um forte alinhamento entre evangélicos e Jair Bolsonaro. Ao fim da

¹ Acesso em < <https://www.youtube.com/watch?v=HAJnU5jn4hM&t=32s>>.

década de 2010, ainda enquanto deputado, Bolsonaro adotou um discurso moral que o aproximou dos grupos religiosos presentes nas instituições de poder nacionais (LACERDA, 2019). Por meio de uma militância contrária às pautas de grupos identitários, o político construiu ao redor de si a imagem de defensor da família, dos bons costumes e dos valores cristãos. Essa postura lhe rendeu destaque na comunidade evangélica, que passou a ver no capitão do exército um dos representantes de seus interesses. Aos poucos, as relações entre o político e o grupo religioso foram solidificadas. Em vista dos possíveis frutos desse alinhamento, Bolsonaro passou a fazer acenos mais evidentes. Apesar de católico, casou-se em 2013 em uma cerimônia evangélica conduzida pelo pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Três anos depois, passou por um ritual de batismo evangélico nas águas do Rio Jordão, em Israel. O batismo foi conduzido por Pastor Everaldo, então presidente do Partido Social Cristão e candidato ao cargo de presidente nas eleições de 2014. A filmagem do ritual foi disseminada por meio de mídias sociais e se tornou pauta de diversos jornais no Brasil. Em 2018, a campanha presidencial do capitão do exército não poupou esforços em mobilizar a imagem de “homem de deus” que o político havia construído ao longo dos anos que antecederam o pleito. Em seus discursos, entrevistas e programa de governo, Bolsonaro instrumentalizou o nome de deus para reforçar constantemente seu apoio às pautas evangélicas e ao conservadorismo moral do grupo (REINA, 2019). Seu slogan não escondeu essa prática: “*Deus acima de tudo, Brasil acima de todos*” foi o lema de sua candidatura. E os resultados foram positivos. O então candidato do PSL foi eleito com 55% dos votos. Vitória essa que teve o voto evangélico como um de seus fatores determinantes. Como aponta Almeida (2019), cerca de 69% do eleitorado evangélico concedeu seu voto a Jair Bolsonaro no segundo turno contra o petista Fernando Haddad. Dado esse que se mostra expressivo quando comparado a outras religiões: Bolsonaro recebeu 51% dos votos entre os católicos, 55% entre os espíritas e 30% entre praticantes da Umbanda e do Candomblé (ALMEIDA, 2019).

É evidente que a aliança com os evangélicos não foi o único fator que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República. Os resultados do pleito de 2018 foram consequências de um processo político amplo que envolveu uma série de fatores. A última década foi um período de avanço dos extremismos de direita no mundo. Em meio a uma crise na duradoura hegemonia neoliberal, grupos conservadores e autoritários de direita ganharam popularidade com discursos simples e bélicos. A ascensão desses novos movimentos políticos é definida por Ronaldo de Almeida (2019) como uma

Onda Conservadora. Onda essa que atingiu diversos países e abalou instituições democráticas até então sólidas. O Brexit foi a primeira grande vitória do conservadorismo nesse período. A saída do Reino Unido da União Europeia marcou a consolidação de um fazer político envolto em notícias falsas e propagandas virtuais. Nos Estados Unidos, o fenômeno de Donald Trump mesclou preconceitos enraizados no país com as estratégias atuais da política digital. Também representou a tendência desses movimentos políticos de personificarem seus ideais na figura de um homem fanfarrão, que se denomina um *outsider* e demonstra pouco apressado pelas convenções do meio político. Trump abriu caminho para figuras Matteo Salvini, Volodymyr Zelensky e o próprio Jair Bolsonaro. Essas lideranças capitalizaram em cima da insatisfação da população de seus países com a política tradicional e ganharam força através de uma retórica antipolítica que prometia acabar com as práticas habituais das instituições de poder e criar um novo modelo de governo. Seus discursos se caracterizaram pela simplicidade argumentativa e pela definição de um inimigo que deveria ser combatido e extinto em nome do desenvolvimento nacional. Para muitos, esse fenômeno representa um novo populismo de direita que foi capaz de desfazer todas as regras estabelecidas do jogo político tradicional. De Trump a Bolsonaro, as lideranças que foram alçadas ao poder pela Onda Conservadora se tornaram notórias por romper com padrões de comportamento e polidez esperados de um líder estatal. Gafes e demonstrações de ignorância deixaram de ser avaliadas negativamente pelo público eleitor. Como aponta Empoli (2019), “os defeitos e vícios desses líderes se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade” (EMPOLI, 2019, p. 17).

Apesar de ser um movimento global, o avanço da Onda Conservadora no Brasil não é explicado somente por fatores externos. Durante a década de 2010, o país viu a euforia dos mandatos Lula ser substituída por uma forte descrença em relação às instituições democráticas. O otimismo do primeiro governo Dilma foi completamente abalado por um conjunto inesperado de manifestações de rua que destruíram a popularidade da petista. Derivou disso uma polarização política que culminou na eleição mais acirrada da história democrática do Brasil e em uma direita derrotada que se recusou a aceitar o resultado das urnas em 2014. Dois anos depois, tal direita chegou ao poder por vias não eleitorais. Os anos de governo interino que seguiu o impeachment de Dilma Rousseff foram marcados por reformas tão impopulares quanto a figura de Michel Temer,

que assumiu o cargo com a queda da petista. Nesse período, a direita nacional também pôde comemorar a prisão de Lula na Operação Lava-Jato, que tirou de seu caminho o político mais popular do país. Todos esses acontecimentos tiveram como um de seus fatores centrais um fenômeno comunicacional que se consolidou no século XXI: as mídias sociais. Popularmente denominadas de redes sociais, as plataformas de comunicação online se tornaram um meio de debate político e de propagação de ideais. O livre acesso e a ampla divulgação de mensagens proporcionados por essas mídias alterou a circulação de ideais na esfera pública na medida em que destituiu o monopólio midiático das grandes corporações de comunicação. Em consequência, gerou uma nova dinâmica nos processos de construção da agenda pública e nos embates discursivos em torno das principais questões sociais. Políticos, instituições e indivíduos que antes estavam restritos à condição de fontes de informação para as empresas jornalísticas passaram a divulgar suas opiniões e interpretações sobre os problemas públicos do país de forma livre e com total controle sobre as mensagens. Todavia, o debate político proporcionado pelas mídias sociais se mostrou muito distinto do ideal deliberativo habermasiano. Fenômenos como os filtros-bolha, a ampla divulgação de notícias falsas e a homofilia da internet geraram um comportamento de massas nos usuários das redes sociais. Comportamento esse que contribuiu para a intensificação da polarização e para a popularização de discursos políticos radicalizados (DUNKER, 2019). E foram os extremistas de direita que mais se beneficiaram de todos esses processos. Ascendeu no Brasil um discurso conservador radical baseado na moralidade cristã, no ultraliberalismo, no idealismo punitivo e na aversão ao pensamento político de esquerda. No pleito de 2018, o novo conservadorismo brasileiro (LACERDA, 2019) foi personificado na figura de Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, as eleições de 2018 foram eleições disruptivas (ABRANCHES, 2019). Pela primeira vez desde 1994, a disputa presidencial não girou em torno da polarização entre PT e PSDB. A vitória de um candidato de extrema direita filiado a um partido pouco expressivo trouxe uma nova configuração para a política institucional brasileira. Para muitos, o pleito representou o fim do presidencialismo de coalizão que vigorava no país desde a redemocratização. Diante disso, uma pergunta ronda os meios acadêmicos: como chegamos a esse ponto? Muitas são as variáveis envolvidas na construção de uma resposta. A ascensão da nova direita, antipetismo, o uso das redes sociais e vários outros pontos são centrais nessa discussão. O presente trabalho, contudo, aborda um ponto específico que teve grande relevância nesse processo no país: a religião. Como já

apontado, o voto evangélico foi essencial para a vitória de Jair Bolsonaro na disputa pela executivo nacional. Os acenos do então candidato ao grupo religioso foram reafirmados por grandes lideranças protestantes do país, que contribuíram desde o início na campanha por votos ao capitão do exército no pleito. Não foi o caso de Edir Macedo. Embora no ano seguinte à eleição o bispo da Universal tenha afirmado com convicção que apostava todas as suas fichas no ex-deputado, suas declarações antes dos resultados das urnas foram comedidas. Macedo se limitou a declarar em breve postagem na rede social Facebook que sua escolha para presidente naquele ano seria Bolsonaro. Essa timidez, contudo, nunca foi característica da Igreja Universal e de suas lideranças em momentos de eleição. A despeito de ser uma instituição religiosa, a IURD mobiliza uma ação política relevante nas instituições públicas brasileiras. Desde a década de 80, a igreja participa ativamente das eleições federais por meio do lançamento de candidaturas oficiais para os cargos do legislativo. Em 2005, institucionalizou sua ação política por meio da criação do Partido Republicano do Brasil (PRB). Mais de uma década depois, conquistou a maior vitória política de sua história com a eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro de Marcelo Crivella, bispo licenciado da igreja e sobrinho de Macedo. Embora nunca tenha lançado um candidato para o cargo de chefe da nação, a Universal se envolveu em diversos pleitos presidenciais através da declaração de apoio a um determinado candidato. Apoio esse que tem caráter altamente relevante devido à base de fiéis da igreja e ao império midiático em torno da instituição, que é instrumentalizado na campanha por votos para seus aliados políticos. Não obstante a Rede Record seja sua principal empresa de comunicação, ela não funcionou ao longo da Nova República como o principal veículo de disseminação dos posicionamentos políticos da Universal. Por ser uma emissora que precisa manter contratos publicitários e um índice de audiência alto, a Record não pôde ser instrumentalizada em sua totalidade em prol dos interesses da igreja (ROTHBERG; DIAS, 2012). Em face disso, o papel de “porta-voz” da instituição foi concebido à Folha Universal, jornal semanário distribuído gratuitamente pela IURD.

A Folha Universal foi inaugurada em 1992 e, desde então, é o principal veículo impresso de comunicação da instituição religiosa (BEHS, 2009). O jornal é publicado todo domingo e suas edições são distribuídas em templos da igreja e em espaços públicos seculares para não fiéis. Seu conteúdo aborda tanto questões religiosas e ações da IURD quanto temas da esfera pública, como política, economia, ciência e entretenimento. Diferentemente da emissora Record, o semanário é

custeado inteiramente pela Universal e não visa a obtenção de lucro. Isso permite que a igreja tenha um controle total sobre as matérias e reportagens publicadas. Logo, o torna um meio ideal para que a igreja dissemine suas interpretações sobre problemas públicos e sua agenda política. Contudo, nos últimos anos um novo veículo também passou a exercer essa função: o site oficial da IURD. Da mesma forma que a Folha Universal, o site oficial é produzido exclusivamente pelo quadro interno de jornalistas da igreja e financiado exclusivamente pela instituição. Esses dois veículos constituem o que é denominado por Francisco Sant'anna (2005; 2008) de mídias das fontes; e fazem parte de um tipo específico de jornalismo: o jornalismo religioso. Nas eleições de 2018, a Universal mobilizou suas mídias das fontes ao longo do período de campanha para divulgar suas visões sobre o pleito e suas interpretações sobre quais eram os principais problemas públicos a serem levados em conta pelos eleitores. A Folha Universal produziu edições especiais voltadas para discussão da disputa eleitoral. Igualmente, o site oficial da igreja destinou uma série de matérias aos principais temas da agenda pública no momento do pleito. Dessa forma, mesmo antes de Edir Macedo se posicionar abertamente em prol da campanha de Jair Bolsonaro, a instituição religiosa já estava divulgando continuamente suas visões e discursos políticos. Diante disso, a presente pesquisa investigou de que maneira a Igreja Universal atuou discursivamente na campanha eleitoral de 2018. Questionamento esse que teve como base a constatação de que, em pleitos anteriores, a Universal mobilizou suas mídias das fontes para endossar as narrativas de seus aliados políticos e, principalmente, para realizar uma propaganda negativa (LOURENÇO, 2009) de seus opositores. Dessa forma, indagou-se em que medida a igreja mobilizou seus recursos midiáticos para endossar a candidatura do então candidato do PSL. Para responder essa pergunta, conduziu-se uma investigação sociológica de caráter qualitativo que avaliou os conteúdos publicados pela Folha Universal e pelo site oficial da igreja ao longo do período de campanha eleitoral estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral para o referido pleito. Logo, a presente dissertação perpassa o campo dos estudos comunicacionais e das relações entre comunicação social e política. Seu foco principal, todavia, é a análise da ação política de seu principal objeto: a Igreja Universal. Também apresenta, portanto, debates concernentes ao campo da sociologia da religião e do Neopentecostalismo no Brasil; e ao campo da sociologia política, com foco na ascensão do novo conservadorismo brasileiro em face do contexto hegemônico neoliberal.

O trabalho está dividido em 3 capítulos e uma seção destinada à conclusão. O primeiro capítulo discorre sobre a Igreja Universal do Reino de Deus. Seu objetivo é tratar tanto as características religiosas da igreja quanto a sua ação política e midiática. Ademais, busca-se apresentar os diferentes posicionamentos adotados pela igreja ao longo dos pleitos presidenciais da Nova República no Brasil frente aos acontecimentos marcantes da história política recente do país. Isso é feito especialmente pela discussão sobre a variação do posicionamento da IURD em relação a um ator político específico: o Partido dos Trabalhadores (PT). O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a ação midiática da IURD e sobre o conceito de mídia das fontes, que foi empregado ao longo do trabalho para tratar tanto da Folha Universal quanto do site oficial da igreja. Essa discussão está integrada a um debate sobre o mercado midiático brasileiro e suas características. Por fim, o capítulo três visa debater a posição da Igreja Universal no contexto do pleito presidencial que elegeu Bolsonaro e apresenta os resultados encontrados na investigação. Seu objetivo é mostrar as principais características dos discursos disseminados pela IURD e analisar em que medida elas se aproximam dos discursos políticos propagados pelo então candidato do PSL. O capítulo também visa contextualizar a conjuntura política brasileira no momento do pleito de 2018 e discutir as principais características dos grupos conservadores que ascenderam no país ao longo da última década. Ao fim, o trabalho apresenta considerações finais sobre o tema discutido pela pesquisa. Cumpre dizer, finalmente, que a pesquisa realizada não representa um estudo definitivo sobre a ação política da Universal ou de seus posicionamentos em relação ao fenômeno do Bolsonarismo. Acima de tudo, a presente dissertação visa apresentar dados empíricos relacionados ao contexto das eleições presidenciais de 2018 que contribuam para as discussões sociológicas sobre a participação política de agentes religiosos no Brasil e sua influência na ascensão de grupos conservadores no país.

1.1 Procedimentos Metodológicos

O marco teórico adotado para a análise foi a teoria dos pacotes interpretativos proposta por William Gamson (1981); (1987). Inserida dentro do paradigma do enquadramento dos estudos comunicacionais, a teoria dos pacotes interpretativos propõe uma metodologia de estudo que permite a análise de discursos por meio da investigação dos dispositivos linguísticos empregados por seus autores. Dispositivos esses que são denominados por Gamson (1981) como dispositivos

de assinatura. Essa perspectiva tem como ponto de partida o conceito de enquadramento. A noção de enquadramento tem como base o trabalho do sociólogo americano Erving Goffman². Para Goffman, os enquadramentos são “princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 2012, p. 34). Esses princípios definem o modo como os indivíduos enxergam um fato e, por consequência, determinam a maneira como decidem agir. Ao ser transportado aos estudos comunicacionais, o conceito de enquadramento perde o foco na interação social e passa a fazer referência ao modo como os meios de comunicação transmitem uma determinada notícia. Mais especificamente, diz respeito à maneira como as mídias constroem uma narrativa em cima do fato que buscam relatar. Diferentes definições de enquadramento foram propostas dentro desse paradigma. Em seu estudo sobre a cobertura da mídia americana sobre movimentos contrários à Guerra do Vietnã, Todd Gitlin propõe que os enquadramentos são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão através dos quais os organizadores de símbolos organizam o discurso [...] de forma rotineira” (GILTILIN, 1980, p. 7). Para Pan e Kosic, “o enquadramento [...] deve ser estudado como uma estratégia de construção e processamento da notícia e seu discurso ou como uma característica do próprio discurso” (PAN; KOSIC, 1993, p.57). Segundo Stephen Reese, por sua vez, “quadros são princípios organizadores socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo que funcionam simbolicamente para fornecer uma estrutura significativa para o mundo social (REESE, 2008, p. 11). Contudo, a definição que ganhou maior destaque no campo foi a proposta por Robert Entman em artigo que buscava revisar a produção sobre o paradigma dos enquadramentos até então. Para o autor:

“Enquadrar envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade e torná-los mais salientes em um texto comunicativo de maneira a apontar determinado problema, gerar uma interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o evento descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52).

Deriva dessa definição a constatação de que um mesmo fato pode ser relatado de diversas maneiras com o objetivo de apontar aspectos específicos e influenciar o julgamento e a

² Em ‘Quadros da experiência social’ (2012), o autor propõe uma abordagem sociológica situacionista com o objetivo de analisar as interações cotidianas. Segundo ele, o modo como cada pessoa se comporta em uma determinada situação é definido pela maneira como ela enquadra o acontecimento.

interpretação dos receptores. Dessa forma, o paradigma do enquadramento questiona diretamente o paradigma da objetividade jornalística. Propõe que é preciso ir além das partes superficiais da notícia e entender o que não está explícito, mas funciona como uma ideia central (TANKARD, 2008). A preocupação com a narrativa parte da premissa de que os enquadramentos realizados pela mídia influenciam diretamente a forma como os receptores enxergam um acontecimento (PORTO, 2004). Nessa perspectiva, os estudos da comunicação voltaram seus esforços para as tentativas de compreender quais são os impactos do jornalismo nas decisões e percepções políticas e eleitorais da coletividade, assim como nas ações das instituições que compõem o regime democrático. De acordo com Biroli e Miguel (2013), por muito tempo tais estudos foram dominados por modelos de influência simples da mídia. Modelos esses que estabelecem uma relação de influência direta entre a mídia e o eleitorado. Essas abordagens enxergam a mídia como a definidora direta das preferências políticas e eleitorais. Partem da premissa de que os meios de comunicação são polos de poder que “injetam ideias em uma plateia passiva e indefesa por meio do mecanismo da doutrinação” (SCHUDSON, 2003, p. 23). São também denominados de modelos hipodérmicos ou modelos de propaganda³.

Em contraposição aos modelos de influência simples dos meios de comunicação, outra perspectiva foi proposta para analisar a relação entre jornalismo e a política: o modelo cultural de influência da mídia. Essa perspectiva toma como pressuposto a incapacidade da mídia jornalística de exercer uma influência direta e irrestrita em seus receptores (SCHUDSON, 2003). Pressuposto esse que é fundamentado na constatação de que os indivíduos são agentes críticos que avaliam os bens comunicacionais presentes na esfera pública por meio de um trabalho normativo de avaliação e julgamento (DODIER; BARBOT, 2016). E que também possui como alicerce a ideia de que esses indivíduos estão inseridos em espaços sociais distintos que podem possuir maior ou igual capacidade de influência no que tange à formação de seus posicionamentos políticos (STRHAN,

³ A despeito de sua aparente plausibilidade, o modelo de influência simples da mídia parte de uma perspectiva simplificada da questão. Primeiramente, trata-se de um modelo com pouca sustentação empírica, visto que ignora a existência de variáveis sociais que também podem ter influência na formação dos posicionamentos políticos e escolhas eleitorais. Essa perspectiva também não leva em conta os atores políticos não inseridos no campo midiático e a sua capacidade de pautar a visão política dos indivíduos. O segundo ponto de simplificação está na visão homogênea que esse modelo tem dos receptores. Nessa abordagem analítica, o eleitorado é tratado com um todo homogêneo incapaz de avaliar de forma crítica aquilo que é exposto pela mídia e de construir suas próprias interpretações.

2015); (DODIER; BARBOT, 2016). Nessa abordagem, os veículos jornalísticos não são colocados em um papel doutrinador, mas sim no de agentes culturais responsáveis pela produção periódica e disseminação generalizada de significados, símbolos e mensagens que constituem os discursos presentes na esfera pública (SCHUDSON, 2003). Enquanto agentes culturais, esses veículos contribuem constantemente para a formação da rede de termos e conceitos por meio dos quais os indivíduos pensam o público e as instituições políticas. Dessa forma, os meios de comunicação ajudam a construir o contexto cultural no qual fenômenos sociais podem ser descritos e analisados de forma inteligível (SCHUDSON, 2003). Ademais, eles são veículos através dos quais certos acontecimentos ou opiniões se tornam visíveis para o coletivo. O poder que exercem não é, portanto, um poder coercitivo ou de doutrinação, mas sim um poder cultural de definição das ideias e dos acontecimentos que serão visíveis na esfera pública, assim como dos conceitos e noções que serão utilizados pelos receptores para avaliá-los. Essas ideias e acontecimentos passam a pautar o que os indivíduos consideram como problemas de importância pública e o modo como os entendem. O conjunto desses problemas e percepções é definido como agenda (SANT'ANNA, 2008, p. 33).

Nesse contexto, os enquadramentos utilizados pelos veículos jornalísticos se tornam relevantes. As chaves conceituais oferecidas aos indivíduos pelos jornais são atreladas ao modo como o fato relatado foi enquadrado no processo de produção da notícia. Por conseguinte, não basta analisar somente quais fatos estão disseminados pela mídia. É necessário avaliar também a narrativa criada ao redor desses fatos. Jornais distintos produzem narrativas distintas sobre o mesmo acontecimento; isto é, o enquadram de maneiras distintas⁴. As mídias jornalísticas, portanto, revestem um acontecimento de relevância pública e fornecem um enquadramento através

⁴ A notícia não é um relato objetivo de um fato. Trata-se, na verdade, de um produto comunicacional manufaturado; isto é, um produto comunicacional que foi gerado por uma série de procedimentos realizados por indivíduos não neutros e conduzidos em meio a uma série de instituições sociais, políticas e econômicas (SCHUDSON, 2003, p. 13). Afirmar que as notícias são narrativas manufaturadas não significa dizer que elas são ficcionais ou que possuem algum grau de falsidade (SCHUDSON, 2003). Em realidade, essa afirmação é uma constatação de que as notícias são bens simbólicos construídos por meio de trabalho e que possuem uma série de aspectos próprios que determinam sua validade. Os acontecimentos e fatos funcionam não como objetos de observação a serem descritos, mas sim como “matéria-prima” para a produção da notícia (SCHUDSON, 2003). A função de jornalista consiste tanto em apurar e analisar os fatos quanto em construir uma narrativa ao redor deles que possa ser transmitida para o coletivo

do qual os receptores da notícia compreendem o evento. As diferentes narrativas entram em debate na esfera pública pela posição de interpretação legítima dos problemas que compõem a agenda. Esse conjunto de interpretações formam o que William Gamson (1981); (1989) denomina como cultura do problema. O conceito de cultura do problema faz parte de uma perspectiva teórica mais abrangente que apresenta um modelo interpretativo das disputas políticas na modernidade midiática. O ponto de partida para a concepção de Gamson é a noção de que existe na esfera pública uma cultura do problema específica ao redor de cada tema político em debate (GAMSON; LASCH, 1981); (GAMSON; MIDIGLIANI, 1989). De acordo com o autor, ao redor dos problemas que compõem a agenda existem diversos conceitos e interpretações que fornecem as chaves teóricas através das quais os indivíduos compreendem esses fenômenos sociais. Contudo, esses conceitos não são autônomos. Para que possam proporcionar um sentido satisfatório para um problema público, é necessário que sejam agrupados com outras ideias a fim de formar uma narrativa harmoniosa que explique satisfatoriamente todos os aspectos da questão. Uma vez conectadas, essas ideias se reforçam mutuamente e traçam uma linha de pensamento que apresenta causas, consequências e soluções relacionadas ao problema a que fazem referência. Gamson e Lasch (1981) definem esses agrupamentos como pacotes interpretativos.

A cultura de um problema corresponde ao conjunto de pacotes interpretativos que circulam de forma efetiva na esfera pública e participam ativamente da disputa política em torno de uma questão social. Os pacotes inseridos em uma mesma cultura do problema entram em embates discursivos entre si pela conquista do posto de interpretação legítima de um fenômeno. Assim, o objetivo final do combate discursivo entre pacotes interpretativos é influenciar a opinião pública e estabelecer o modo com um determinado problema deve ser compreendido coletivamente. Duas condições definem a manutenção da visibilidade de um pacote interpretativo na esfera pública: sua coerência e a existência de patrocinadores que ajam em prol de sua disseminação. A primeira condição diz respeito à capacidade de um pacote de apresentar um sentido coerente ao problema (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Os problemas públicos são constantemente alterados ou potencializados pelo surgimento de informações previamente desconhecidas ou por novos fatos relevantes. É necessário que um pacote interpretativo seja capaz de englobar essas mudanças em sua narrativa de maneira coerente para que ele possa continuar na disputa discursiva pela condição de interpretação legítima. Caso as alterações não possam ser explicadas de maneira satisfatória pelo

pacote, ele perde validade. A coerência também depende da harmonia entre os elementos que formam os pacotes interpretativos. São eles o enquadramento e as justificativas (GAMSON, LASCH, 1981); (GAMSON; MIDIGLIANI, 1989). O primeiro corresponde à ideia central defendida pelo pacote. O segundo representa as soluções propostas para o problema público e as conexões causais estabelecidas na narrativa (GAMSON, LASCH, 1981); (GAMSON; MIDIGLIANI, 1989). Enquanto ideia central, o enquadramento cria um padrão de organização dos conceitos que formam o pacote interpretativo. Já as justificativas dizem respeito ao posicionamento fornecido pelo pacote interpretativo em relação ao problema público. Elas são os mecanismos conectores da narrativa que estabelecem relações entre motivações para um acontecimento e seus efeitos. As soluções propostas pelos pacotes interpretativos estão alicerçadas nessas relações. Dessa forma, as justificativas são recursos conectores que ligam partes distintas da narrativa e a direcionam para a apresentação de resoluções possíveis para o distúrbio social⁵. A segunda condição para a manutenção da visibilidade de um pacote diz respeito aos atores políticos que agem para propagá-lo. Os embates entre pacotes interpretativos são disputas políticas entre atores sociais que defendem uma determinada interpretação de um problema público. Na perspectiva de Gamson (1981;1989), esses atores são denominados de patrocinadores⁶. Suas principais funções são disseminar os pacotes interpretativos, defendê-los de ataques de seus adversários e agir para convencer a população da legitimidade de suas ideias.

O método proposto para a análise dos pacotes interpretativos foi pautado por um conceito central dentro da abordagem teórica de Gamson: o de dispositivos de assinatura. Apesar de o enquadramento e o posicionamento serem as partes centrais, os pacotes interpretativos possuem mais um tipo de dispositivo constituinte: as assinaturas. A assinatura é composta por um conjunto de dispositivos textuais que evidenciam o enquadramento e o posicionamento de um determinado

⁵ Um enquadramento não está diretamente ligado a um posicionamento específico. É possível que pacotes interpretativos que possuem a mesma ideia central apresentem uma posição distinta quanto ao problema (GAMSON; MIDIGLIANI, 1989). Nesse caso, as justificativas também podem variar.

⁶ Os patrocinadores podem ser partidos políticos, instituições privadas, ONGs, indivíduos politicamente engajados e até mesmo os próprios jornais e jornalistas. Via de regra, não são os formuladores originais do pacote interpretativo o qual patrocinam. Uma série de motivos podem levar esses atores a agir para a manutenção de uma determinada interpretação na esfera pública: seus princípios políticos, a concordância com as soluções propostas e até convergência das posições do pacote com seus interesses privados.

pacote. Esses dispositivos funcionam como símbolos condensados das principais ideias e soluções defendidas pela narrativa. Dessa forma, em um discurso ou texto jornalístico sobre um determinado problema, é possível identificar o pacote adotado por meio de pequenas partes do conteúdo. Existem dois tipos de dispositivos de assinatura: os dispositivos de enquadramento e os dispositivos de justificativa (GAMSON; LASCH, 1981). Os primeiros são formados por elementos do texto capazes de evidenciar o enquadramento. Gamson e Lasch (1981) apontam cinco dispositivos textuais dentro dessa categoria: metáforas, exemplos, bordões, representações e imagens. O segundo tipo de dispositivo representa os elementos textuais capazes de evidenciar o posicionamento do pacote. São representados pelos conectores da narrativa que estabelecem as relações de motivação e efeito. Dessa forma, são definidos como dispositivos de justificativa. Três são os dispositivos inseridos nessa categoria (1983): as causas, as consequências e os apelos a princípios. Todos esses dispositivos textuais podem ser elencados em uma matriz de assinatura (GAMSON; LASCH, 1981). A matriz de assinatura é uma tabela que apresenta os pacotes interpretativos e seus respectivos dispositivos de enquadramento e de justificativa.

Diante disso, a pesquisa focou em elaborar as matrizes de assinatura referentes aos pacotes interpretativos disseminados pela IURD em relação aos problemas que compuseram a agenda política nas eleições de 2018⁷. Os objetos da investigação, como foi apontado, foram o semanário Folha Universal e o site oficial da instituição, que representam suas principais mídias das fontes. O exame desses veículos está concentrado dentro de um recorte temporal específico: entre os dias 16 de agosto e 28 de outubro de 2018. Os dois representam, respectivamente, a data de início da campanha eleitoral definida pelo Tribunal Superior Eleitoral e a data de realização do segundo turno do pleito. Diante disso, foram levantadas todas as edições do semanário Folha Universal publicadas ao longo desse espaço de tempo, assim como as notícias e textos publicados no site oficial da igreja⁸. Dez edições do semanário foram lançadas no período. A análise inicial desse corpus prévio levou a novos recortes fundamentados no caráter do conteúdo publicado. A primeira

⁷ Devido ao foco textual da análise, as imagens não foram consideradas. Dessa forma, tal dispositivo não é citada nas matrizes de assinatura elaboradas.

⁸ As edições publicadas da Folha Universal estão disponíveis na plataforma digital Camaléo. Essa plataforma é atualizada semanalmente e contém as edições mais recentes do semanário. Acesso em < <https://pt.calameo.com/subscriptions/733989>>.

leitura dos documentos coletados mostrou que tanto as notícias disseminadas pelo jornal semanário quanto os textos postados no site oficial são divididos em dois grandes blocos: os enunciados religiosos e os enunciados relacionados à temas públicos. O primeiro bloco é formado por textos que possuem caráter puramente proselitista. Suas narrativas são centradas em ensinamentos religiosos e giram em torno de questões sobre o cotidiano dos fiéis ou de projetos da igreja. O segundo bloco foca em assuntos seculares. Seu objetivo é noticiar um fato socialmente relevante ou apresentar uma avaliação de um tópico público. A análise focou no segundo bloco. Assim, foram selecionados para exame seções específicas do jornal e os textos do site que tratam de questões da esfera pública. Sete são as seções do semanário com esse foco: *Nesta edição*, que é uma seção apresentada na primeira página com o objetivo de oferecer um panorama geral sobre o principal tema da edição; *Opinião*, que representa o editorial; *Panorama*, que trata de assuntos públicos diversos; *Folha Informa*, que visa explicar um determinado evento ou acontecimento social; *Capa*, que traz a matéria principal; *Sucesso financeiro*, que traz dicas de empreendedorismo e discussões sobre a conjuntura econômica nacional; e a seção *Geral*, que trata de temas variados. Cabe apontar que, dentro desse período, a Folha Universal publicou edições especiais com foco nas eleições. No total, sete edições especiais foram publicadas. A última foi lançada no dia 21 de outubro, exatamente uma semana antes do segundo turno das eleições.

Para a análise do corpus e coleta dos dispositivos de assinatura, optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo como principal técnica de pesquisa. De acordo com Bardin (1979), os procedimentos da Análise de Conteúdo podem ser divididos em três fases: a pré-análise ou análise inicial; a exploração do material e o tratamento do resultado. O momento de análise inicial corresponde ao período de coleta e organização do corpus. Nesse momento, realizou-se uma leitura prévia para tomar decisões sobre os recortes necessários e sobre a extensão do material analisado. Após a análise inicial, seguiu-se para a exploração do material. Exploração essa que teve caráter qualitativo, visto que os dispositivos de assinatura são elementos textuais integrados a uma narrativa que apresenta enquadramentos e justificativas. O software MaxQDA foi utilizado para a análise. Por ser uma plataforma de métodos mistos, foi possível realizar tanto a identificação dos elementos textuais quanto sua análise aprofundada. A base da análise foi processo de categorização. O estudo do corpus, em cruzamento com a análise bibliográfica conduzida ao longo da pesquisa, permitiu a identificação dos dispositivos de enquadramento e de justificativa. Esses

dispositivos foram considerados como categorias discursivas que englobam diferentes ideais presentes no texto (BARDIN, 1979). Em face disso, conduziu-se um processo de codificação em que passagens do corpus foram classificadas com base no conjunto de categorias previamente elencadas; isto é, com base nos dispositivos de assinatura identificados. Após a codificação, seguiu-se para a elaboração das matrizes de assinatura de cada pacote interpretativo identificado. Através das matrizes, foi possível analisar os discursos propagados pelos textos que formaram o corpus. Análise essa que foi conduzida levando em consideração os ideais políticos presentes no novo conservadorismo brasileiro (LACERDA, 2019) e o discurso propagado por Jair Bolsonaro ao longo do período de campanha estabelecido pelo TSE. Ao colocar as narrativas propagadas pela IURD em perspectiva com os valores defendidos por Bolsonaro em sua campanha e com as características políticas dos grupos conservadores brasileiros, foi possível avaliar em que medida houve aproximações e divergências entre esses discursos. Os valores dos novos atores conservadores do Brasil foram identificados por meio de revisão bibliográfica da literatura recente referente ao tema.

Já as características do discurso do candidato a presidência de extrema direita foram levantadas por meio da produção e análise de um banco de dados formado pelas postagens realizadas em seu perfil oficial na plataforma digital Facebook durante os dias 16 de agosto e 28 de outubro de 2016. A coleta desses dados foi realizada por meio do software Facepager, que utiliza Interfaces de Programação de Aplicativos (API) disponibilizadas pelas próprias plataformas para extrair dados públicos desses sites⁹. Houve um total de 468 publicações ao longo do período estabelecido. Publicações essas que variaram entre textos, imagens e vídeos. Após coletados, os dados foram tratados e organizados em formato de planilha. A análise inicial das publicações permitiu agrupá-las em três categorias abrangentes: as informativas, as de apoio e as de discurso. As publicações informativas englobam as postagens que tiveram como objetivo transmitir informações sobre os compromissos de campanha do então candidato. Incluem, assim, as

⁹ As Interfaces de Programação de Aplicativos, comumente chamadas de APIs (sigla em inglês para Application Programming Interface) são mecanismos disponibilizados pelas redes sociais para coleta de dados de suas plataformas. As empresas que coordenam as plataformas digitais criam diversas APIs com funcionalidades distintas que podem ser acessadas por seus usuários. Em alguns casos, como o do Twitter, é necessário submeter um formulário online para ter acesso às APIs. O uso desses mecanismos permite a extração automatizada de informação e garante a coleta total de dados de acordo com os parâmetros estabelecidos por quem as utiliza. O software Facepager garante o uso de APIs de várias mídias sociais e é um dos poucos que ainda permite acesso aos dados do Facebook, visto que a empresa descontinuou plataformas de extração como o Netvizz.

mensagens que divulgaram os comícios, viagens, participações em eventos e as poucas entrevistas concedidas por Bolsonaro à canais tradicionais de mídia. Por sua vez, as publicações de apoio representam as mensagens destinadas a mostrar demonstrações populares de estima e de comprometimento com a candidatura do direitista. De modo geral, esse grupo foi formado por vídeos produzidos pelos próprios apoiadores que foram compartilhados na página do presidente. Englobam tanto gravações de pessoas anônimas e manifestações de rua em diversas cidades do país quanto vídeos de famosos e celebridades que declararam voto em Bolsonaro no pleito. Igualmente, incluem falas de jornalistas, políticos e influenciadores de direita que foram replicadas pelo político em sua página. Por fim, as publicações discursivas envolvem todas as postagens que visaram disseminar os ideais defendidos por Bolsonaro e suas estratégias eleitorais para a campanha de 2018. Estão inseridas nessa categoria postagens referentes à agenda política do candidato, aos pacotes interpretativos que defendeu em relação aos principais problemas que pautaram a disputa eleitoral, às suas propostas e aos seus ataques aos demais concorrentes. A maioria das mensagens que formam essa categoria adotaram formato textual. Algumas foram complementadas com imagens ou links para mais conteúdos sobre o tópico tratado. Em face dessa divisão, a pesquisa focou nas mensagens discursivas, visto que são a de maior conteúdo político relevante e não foram produzidas por apoiadores, como é o caso das publicações de apoio. No total, 180 postagens foram classificadas como discursivas. Os dados que formam esse banco de dados foram analisados com base nos mesmos procedimentos metodológicos adotados para o exame das mídias da IURD e apresentados de forma integrada às análises sobre o discurso da instituição religiosa afim de evidenciar a medida em que essas narrativas convergiram¹⁰.

¹⁰ As matrizes de assinatura resultadas da análise da rede social de Bolsonaro são apresentadas em anexo à dissertação.

Capítulo 1

1. O pentecostalismo no Brasil: da rigidez à prosperidade

O termo evangélico é utilizado no Brasil de modo generalizado para caracterizar um conjunto diverso de igrejas e instituições religiosas. Sob esse guarda-chuva conceitual, existem crenças variáveis que convergem e divergem em suas interpretações bíblicas e práticas espirituais. Todavia, esses grupos plurais são tradicionalmente divididos em duas grandes categorias: o protestantismo histórico e o Pentecostalismo (FREESTON, 1993); (NASCIMENTO, 2019). O protestantismo histórico, ou protestantismo tradicional, engloba as denominações derivadas da Reforma Protestante. Entre eles, encontram-se os Batistas, os Metodistas, os Anglicanos e os Presbiterianos. As igrejas dessa categoria foram as primeiras instituições protestantes a se estabelecerem no Brasil. Chegada essa que se deu principalmente a partir do século XIX¹¹. Já o pentecostalismo é uma corrente recente dentro da religião protestante. Originado nos Estados Unidos nos anos iniciais do século XX, essa vertente foi um desdobramento do movimento metodista *Holliness*¹², que pregava um forte ascetismo cristão baseado nas leituras wesleyanas sobre a purificação dos pecados pelo recebimento da graça de deus. O nome Pentecostalismo deriva do termo pentecostes, que representa a festa judaica em celebração das colheitas. O principal fundamento bíblico da vertente é a passagem descrita no livro Atos dos Apóstolos (AT, 2.4) que relata o primeiro dia do pentecostes após a morte de Jesus. De acordo com livro, os apóstolos de Cristo foram possuídos pelo espírito santo nessa data; em consequência desse contato direto, entraram em um estado de transe que os levou a falar em línguas desconhecidas. Para a vertente pentecostal, essa passagem é uma prova bíblica do poder imanente do espírito santo e de sua capacidade de possuir aqueles que creem em deus. A crença na contemporaneidade do espírito e em seu contato direto com os fiéis é o que diferencia o pentecostalismo das vertentes históricas (CORRÊA, 2020). O fenômeno de possessão pelo espírito de deus é denominado de Batismo no

¹¹ Durante o Brasil Colônia, a Coroa Portuguesa agiu para impedir o estabelecimento de grupos e igrejas protestantes no território brasileiro. Essa ação se deu devido à ligação do governo português com a Igreja Católica.

¹² O conceito wesleyano de perfeição cristã pelo recebimento da graça foi a base para o movimento holiness que surgiu nos Estados Unidos nos meados do século XIX. Para as igrejas que formaram esse movimento, o cristão é capaz de se purificar dos pecados da carne e manter uma vida santificada pela graça de Jeová. Era, portanto, um movimento que pregava o ascetismo cristão (SILVA, 2014).

Espírito Santo e sua principal manifestação física é a fala em línguas, definida como glossolalia. O poder do espírito também se expressa por outros dons, como o exorcismo, a profecia e a cura divina¹³ (MARIANO, 1999); (CORRÊA, 2020).

A crença na contemporaneidade do espírito santo e em sua ação imanente criou uma cosmologia cristã-pentecostal singular dentro do cristianismo. Dessa cosmologia deriva uma percepção da realidade que não separa o natural do sobrenatural. Na doutrina Pentecostal, espíritos e humanos compartilham os mesmos espaços imanentes e são mutuamente influenciáveis. Dentro dessa cosmovisão, “tudo, absolutamente tudo, está virtualmente impregnado pela presença do espírito santo e/ou de agências espirituais” (CORRÊA, 2020, p. 151). Essas agências são vistas como as causas dos acontecimentos imanentes, de modo que todos os eventos, por menores que sejam, são compreendidos como consequências de fatos espirituais. Dessa forma, toda a realidade é entendida enquanto saturada de espiritualidade e tudo que nela ocorre é revestido de intencionalidade. Não há acaso ou fatos inexplicáveis; tudo é prenhe de sentido e a religião apresenta todas as respostas que os fiéis precisam para compreender o mundo. Assim, resulta da cosmologia cristã-pentecostal uma ontologia regulada por um espiritualismo-materialista (CORRÊA, 2020). Nessa ontologia, eventos sobrenaturais são banalizados (MARIANO, 1999). O indivíduo está em constante relação com entidades não-humanas, sejam elas boas ou más. Os dons do espírito santo nada mais são do que uma das materializações dessa relação. Ao fim e ao cabo, a glossolalia, o exorcismo e a cura divina são eventos sobrenaturais que ocorrem a partir do recebimento da graça do espírito¹⁴. Ademais, a crença na separação entre espíritos malignos e espíritos divinos torna a cosmologia cristã-pentecostal dualista. Dualidade essa que é representada pelas figuras de Deus e do diabo.

O marco inicial do pentecostalismo foi o fenômeno conhecido como Avivamento da Rua Azusa, que ocorreu no ano de 1906 na cidade de Los Angeles. Em uma igreja localizada na periferia da cidade, o pastor negro W.J. Seymour conduziu uma série de cultos de avivamento que

¹³ Esses dons são chamados de dons do espírito santo e estão descritos na primeira carta de Paulo aos coríntios.

¹⁴ Corrêa (2020) afirma que tal cosmologia propicia a humanização de deus e a divinização do humano. Ao ser tomado pelo espírito e exercer seus dons, o indivíduo está tomando para si uma parte do poder sobrenatural da divindade e o aplicando no mundo terreno.

registraram inúmeras expressões de glossolalia pelo batismo no espírito santo (BLUMHOFER, 2006). Os cultos de Seymour ganharam popularidade e cristãos de todas as regiões do país se deslocaram para presenciar as celebrações da rua Azusa. Seymour não foi o primeiro pastor a defender a possibilidade de possessão pelo espírito de deus¹⁵; igualmente, a igreja da rua Azusa não estava entre as primeiras instituições pentecostais. Entretanto, o evento foi o primeiro a causar um impacto social relevante e a atrair multidões de fiéis para presenciar o batismo no espírito. Desse impacto deriva sua importância na história do pentecostalismo e o seu patamar de evento originário da vertente (BLUMHOFER, 2006). O Avivamento da Rua Azusa impulsionou a expansão de igrejas pentecostais no território estado-unidense. Rapidamente, a corrente foi exportada para outras regiões do mundo pela ação de missionários. A primeira igreja pentecostal chegou ao território brasileiro em 1910 pelas mãos do missionário italiano Luigi Francescon¹⁶ (MARIANO, 1999). No Brasil, Francescon fundou a Congregação Cristã (CC) na cidade de São Paulo e no interior do Paraná (NASCIMENTO, 2019). No ano seguinte, a Assembleia de Deus (AD) foi fundada na cidade de Belém do Pará pelos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg (NASCIMENTO, 2019). Batistas que se conheceram nos Estados Unidos, os missionários afirmaram que receberam um chamado de deus para evangelizar o Brasil. Desde então, o número de igrejas pentecostais no país se multiplicou.

Existiram três ondas distintas do pentecostalismo no Brasil ao longo do século XX cujas igrejas perduram até os dias de hoje (FRESTON, 1993); (MARIANO, 1999). A primeira onda é intitulada de Pentecostalismo Clássico e representada pelas primeiras igrejas pentecostais que chegaram no país no início do século. A segunda onda é denominada de Deuteropentecostalismo (MARIANO, 1999) e teve início na década de 50. Por fim, a terceira onda foi definida como Neopentecostalismo e sua principal representante é a IURD. Esses três momentos são formados por múltiplas igrejas que compartilham os preceitos básicos do Pentecostalismo, mas divergem em determinados aspectos. O Pentecostalismo Clássico foi predominante nos 40 primeiros anos da

¹⁵ A mensagem que Seymour levava aos fiéis da Rua Azusa tinha como base os ensinamentos de Charles Parham, seu mentor, a quem é creditado os primeiros registros dessa interpretação (BLUMHOFER, 2006).

¹⁶ Apesar de ser italiano e presbiteriano, Francescon morava no Estados Unidos quando viajou para a América Latina com objetivos missionários. Nos EUA, teve contato com os movimentos iniciais do pentecostalismo. Seu primeiro destino na América Latina foi a Argentina, onde fundou a igreja Assembleia Cristã. Três meses depois, viajou para o Brasil e inaugurou as duas primeiras sedes da Congregação Cristã (NASCIMENTO, 2019).

vertente no Brasil. Suas principais igrejas são as já citadas Congregação Cristão e Assembleia de Deus. Entre elas, a AD possui maior destaque. Desde sua chegada, a Assembleia de Deus visou expandir suas sedes para todo o país. Apesar de ter passado por cisões, ainda hoje é uma das instituições protestantes mais relevantes no Brasil. Popularizou-se entre as camadas mais pobres e pouco escolarizadas da população brasileira e cresceu de forma exponencial ao longo do século (MARIANO, 1999). As igrejas da primeira onda se caracterizaram pelo seu forte ascetismo religioso, pelo sectarismo em relação ao mundo secular e pela crença na volta imanente de Jesus. O seguimento de regras comportamentais rígidas e de padrões de aparência se consolidaram historicamente como um dos grandes sinais de diferenciação de seus fiéis e de sua rejeição do mundo exterior¹⁷. A busca por uma vida ascética e sectária em sua doutrina visa a salvação paradisíaca (MARIANO, 1999). Também deriva das concepções sectárias das igrejas uma rejeição a outras religiões. Em seus anos iniciais, as igrejas dessa onda se caracterizaram por um ferrenho anticatolicismo. Em termos teológicos, o Pentecostalismo Clássico se diferencia das outras ondas pelo seu foco na glossolalia (MARIANO, 1999)¹⁸. A fala em línguas estranhas é tida pelas igrejas dessa onda como o principal dom do espírito santo.

O Deuteropentecostalismo teve início na década de 50 na cidade de São Paulo. Seu marco inicial foi a ação evangelística dos missionários americanos Harold Williams e Raymond Boatright. Os dois eram ligados à Igreja do Evangelho Quadrangular, originada nos Estados Unidos e com ação missionária em todo o mundo; e estavam à frente da Cruzada Nacional de Evangelização, um dos projetos evangelísticos da instituição (MARIANO, 1999). A chegada da segunda onda coincidiu com um período de intensa urbanização no país. As novas igrejas atraíram uma grande quantidade de migrantes que haviam se deslocado para os centros urbanos. Teologicamente, o Deuteropentecostalismo não apresenta diferenças significativas em relação à primeira onda. Sua principal distinção teológica em relação ao Pentecostalismo Clássico é a concepção de que o principal dom do espírito é a cura divina, não a glossolalia. A separação histórica-institucional entre essas duas fases do pentecostalismo no Brasil é justificada pela diferença de 40 anos entre

¹⁷ A fim de se adaptar aos novos padrões culturais que surgiram ao longo dos anos, a Assembleia de Deus promoveu flexibilizações em seus costumes e regras de conduta ao longo das décadas. A Congregação Cristão, por outro lado, manteve seu sectarismo e sua rigidez, o que prejudicou sua expansão em número de fiéis.

¹⁸ As igrejas pentecostais compartilham a crença nesses dons do espírito, mas as diferentes ondas divergem ao elencarem qual deles seria o de maior relevância para a prática religiosa.

seus momentos iniciais (MARIANO, 1999). Em contrapartida, a segunda onda apresentou uma série de inovações em seus métodos proselitistas. Menos sectárias do que suas antecessoras, as igrejas deuteropentecostais buscaram estar mais presentes em espaços seculares a fim de atrair novos fiéis. Implantaram no país um evangelismo de massa e acrescentaram novos instrumentos de propagação de suas mensagens. O rádio se tornou um meio de proselitismo e as igrejas iniciaram campanhas de evangelismo itinerante com pregações baseadas na cura divina. Tendas de lona, estádios de futebol e cinemas antigos foram transformados em locais de culto, de rituais de tratamento de enfermos e, em menor medida, de exorcismo (MARIANO, 1999). As novas técnicas de evangelização atraíram a atenção da população, mas também de críticos. Diante das promessas de cura, as igrejas foram acusadas de charlatanismo e curandeirismo. Contudo, “ao chamarem a atenção da imprensa, que os ridicularizava, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade para o pentecostalismo no Brasil” (MARIANO, 1999, p. 30). É essencial destacar que a segunda onda também foi um momento de diversificação denominacional dentro do pentecostalismo brasileiro, antes concentrado principalmente na CC e na AD. Além da Quadrangular, o Deuteropentecostalismo conta com igrejas como a Brasil para Cristo, Deus é Amor e Casa da Bênção.

O Neopentecostalismo é a onda mais recente e mais distinta entre as três. Seu início é datado nos anos finais da década de 70 e ocorreu no Rio de Janeiro (FREESTON, 1993). Sua popularização e expansão ocorreu principalmente nas duas décadas seguintes. O caminho do Neopentecostalismo tem como um dos seus pontos de partida a Igreja de Nova Vida, classificada como Deuteropentecostal (MARIANO, 1999). Dela derivaram instituições pioneiras da terceira onda, como a IURD, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a igreja Cristo Vive. Apesar de sua origem carioca, a terceira onda também conta com igrejas relevantes nascidas em outras regiões do país. Entre elas, é possível citar a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, de Brasília; e a Renascer em Cristo, da capital paulista. A proposição da categoria Neopentecostal está alicerçada nas distinções teológicas e organizacionais dessas igrejas em relação às ondas anteriores. Não se trata, portanto, de uma divisão de caráter temporal como a existente entre o Pentecostalismo Clássico e o Deuteropentecostalismo (MARIANO, 1999). No que tange à construção teológica da terceira onda, Mariano (1999, p. 36) destaca três aspectos fundamentais. O primeiro é a exacerbação da luta espiritual entre deus e o diabo. Deriva dessa ênfase na guerra espiritual uma valorização do

exorcismo, que é visto como o principal dom do espírito (FREESTON, 1993). O segundo aspecto é a disseminação da Teologia da Prosperidade. Surgida nos Estados Unidos, a Teologia da Prosperidade promete um mundo de felicidade e abundância para os fiéis que se mostrarem verdadeiros herdeiros das promessas de deus. Sua disseminação contribuiu para a adaptação das igrejas aos interesses do mundo neoliberal e aos desejos de consumo de seus fiéis (MARIANO, 1999). Por fim, o terceiro aspecto é o afastamento das regras comportamentais rígidas que caracterizaram as duas primeiras ondas. As igrejas Neopentecostais são mais liberais em relação aos usos e costumes de seus fiéis. Isso resulta em uma posição menos sectária e em uma menor rejeição do mundo em comparação ao Pentecostalismo Clássico e aos Deuteropentecostalismo.

Em termos organizacionais, a principal particularidade da terceira onda é a estrutura empresarial de suas igrejas (ORO, 1992); (MARIANO, 1999). Firms Neopentecostais visam construir uma organização interna que permita um funcionamento eficiente e voltado para sua expansão. Essa visão empresarial leva as igrejas a realizarem projetos externos e buscarem ações que permitam seu crescimento. Resulta disso uma maior integração com o mundo não religioso e a valorização da lógica econômica secular que molda o capitalismo neoliberal. Essa posição reforça o não sectarismo das igrejas e as coloca em uma perspectiva oposta à das correntes pentecostais anteriores: ao invés de rejeitar o mundo como fazem as duas primeiras ondas, o Neopentecostalismo o afirma (MARIANO, 1999). Apesar das caracterizações aqui apresentadas, não há uma homogeneidade completa dentro das três ondas. Da mesma forma, não há uma separação rígida entre esses três momentos. As diversas igrejas pentecostais que se estabeleceram no Brasil ao longo das décadas se influenciaram de forma mútua e em diversos aspectos. Dessa forma, a classificação das firms nessas três categorias possui um caráter típico-ideal que visa organizar a realidade. Como aponta Mariano:

“Quando dividimos o Pentecostalismo em três vertentes [...] não estamos com isso supondo que tal construção tipológica dê conta totalmente desse universo religioso tão complexo, dinâmico e diversificado. Sua função é bem mais modesta: visa ordenar a realidade observada, tornando-a inteligível e passível de análise. Quanto a isso, cumpre lembrar que tanto os tipos ideais como todo e qualquer aparato conceitual não correspondem a retratos literais ou fidedignos da realidade, nem a traduzem plenamente. Longe disso. São instrumentos toscos e generalizantes pelos quais procuramos

pensá-la, ordená-la e compreendê-la. Práticas rituais, correntes teológicas, técnicas evangelísticas não respeitam fronteiras denominacionais nem circulam somente numa determinada vertente evangélica” (MARIANO, 1999, p. 47).

Essa concepção é empiricamente reforçada pelo processo de neopentecostalização de igrejas da primeira e da segunda onda. Em face do sucesso das firmas Neopentecostais em atrair novos fiéis, igrejas do Pentecostalismo Clássico e do Deutorpentecostalismo adotaram práticas e crenças características da terceira onda. Processo esse que tende a deixar as fronteiras entre essas categorias ainda mais porosas. Isto posto, cabe discutir mais à fundo o Neopentecostalismo no Brasil. Para isso, é essencial discorrer sobre a igreja que se projetou enquanto ponta de lança dessa vertente e que é objeto da presente dissertação: a Igreja Universal do Reino de Deus.

1.1 A Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus é uma instituição religiosa protestante de vertente pentecostal fundada na cidade do Rio de Janeiro na década de 1970. Seus fundadores eram membros da Igreja de Nova Vida, instituição liderada pelo pastor canadense Robert McAlister. Sob a acusação de que McAlister conduzia uma igreja elitista voltada para as classes médias, um grupo de membros abandonou a Nova Vida para dar início a um movimento religioso popular capaz de realizar um proselitismo contundente e combativo (NASCIMENTO, 2019). Faziam parte desse grupo o diácono Roberto Augusto Lopes, os irmãos Samuel e Fidélis Coutinho, Romildo Soares e Edir Macedo¹⁹. Juntos, fundaram a Cruzada do Caminho Eterno, movimento religioso que ainda não se estruturava enquanto igreja (NASCIMENTO, 2019). Nesse período, somente Soares e Samuel Coutinho possuíam o título de pastor, o que não impedia os outros membros de conduzirem pregações e ministrarem mensagens pela cidade. O grupo pregava em locais públicos das zonas urbanas do Rio de Janeiro e em salas de cinema alugadas em busca de levar o evangelho às regiões suburbanas. Em 1977, Romildo Soares, então vice-presidente do movimento, rompeu com os irmãos Coutinho e abandonou a cruzada para iniciar uma nova igreja. O pastor foi acompanhado de Roberto Augusto Lopes e Edir Macedo, seu cunhado. A nova instituição religiosa foi aberta no

¹⁹ De acordo com Nascimento (2019), a saída do grupo da Igreja Nova Vida não pode ser considerada uma dissidência, visto que nenhum de seus membros ocupavam um cargo alto na hierarquia da instituição religiosa. O único detentor de cargo entre eles era Roberto Augusto Lopes, mas sua posição de diácono estava localizada no início da cadeia hierárquica da igreja.

bairro da Abolição, na Zona Norte do Rio. Sua primeira sede foi um galpão de uma antiga funerária (NASCIMENTO, 2019). Romildo Soares foi o principal pregador e presidente da igreja, que em seus momentos iniciais foi chamada de Casa da Bênção. Edir Macedo ocupava a posição de tesoureiro²⁰, que também exerceu na Cruzada do Caminho Eterno. Macedo foi consagrado pastor pelo cunhado Soares no ano seguinte. Três anos após sua inauguração, a Casa de Bênção teve seu nome oficialmente alterado para Igreja Universal do Reino de Deus.

Os primeiros anos de existência da IURD foram marcados por um crescimento rápido e por disputas internas de poder. A fala simples e a agressividade das pregações de Edir Macedo fizeram com que o então pastor se tornasse popular entre os fiéis. Popularidade essa que cresceu quando Macedo se transformou no apresentador do primeiro programa de rádio da igreja em 1978. Sua posição de tesoureiro o colocava como o segundo no comando da instituição, atrás apenas do presidente Romildo Soares (NASCIMENTO, 2019). Na medida em que a fama e a influência sobre os fiéis aumentaram, Edir Macedo as mobilizou para questionar a liderança do cunhado. As constantes viagens de Soares para pregar em outras igrejas incomodavam Macedo, que afirmava que suas ausências o impediam de desenvolver uma verdadeira conexão com público (NASCIMENTO, 2019). O tesoureiro também tecia duras críticas à capacidade de comando do presidente e o acusava de não ter um projeto de futuro para a Universal. A cisão entre os dois ocorreu em 1980: em votação entre os pastores da igreja, Macedo foi lançado ao cargo de presidente. Derrotado, Soares abandonou a Universal e inaugurou, posteriormente, a Igreja Internacional da Graça de Deus, pela qual ganhou fama sob o nome de R.R. Soares (MARIANO, 1999). Os caminhos da IURD foram traçados com mão de ferro por Edir Macedo a partir desse momento. Logo após assumir o comando da instituição, Macedo se intitulou bispo com o objetivo de se diferenciar de outros pastores e impôs na igreja uma organização episcopal de hierarquia extremamente rígida. Investiu pesadamente na construção de uma rede midiática ao redor da instituição religiosa e adotou um modelo proselitista agressivo acompanhado de um sistema organizado de práticas mágicas (MARIANO, 1999). Práticas essas que giram principalmente em torno da noção de batalha espiritual.

²⁰ Nesse período, Edir Macedo também era funcionário da Loteria Estadual do Rio de Janeiro (LOTARJ), o que o tornava apto a trabalhar enquanto tesoureiro da igreja (MARIANO, 1999); (NASCIMENTO, 2019).

Como foi apontado, Diogo Corrêa (2020) defende que a crença na contemporaneidade do espírito santo resulta na construção de uma cosmologia pentecostal. Deriva dessa cosmologia uma concepção da realidade que interliga o natural e o sobrenatural e relaciona eventos terrenos com ações espirituais. O mundo espiritual, por sua vez, é dividido entre entidades malignas e entidades divinas; essa divisão reflete o antagonismo entre deus e o diabo. A ideia de batalha espiritual corresponde à concepção de que deus e o diabo estão em um constante embate transcendental pelo domínio da realidade imanente. Esse dualismo está presente em todo o cristianismo e no próprio Pentecostalismo Clássico. A grande “diferença é que o Neopentecostalismo exacerbou essa guerra, sendo acompanhado de perto, mas sem o mesmo impacto, por algumas igrejas do Deuteropentecostalismo” (MARIANO, 1999, p, 113). A batalha ocorre tanto no âmbito individual dos fiéis quanto no âmbito social (ROSAS, 2015). Os Neopentecostais partem do princípio de que todos os acontecimentos do mundo imanente são um resultado direto da guerra travada entre as forças de deus e as forças demoníacas (MARIANO, 1999). A vida dos indivíduos e os eventos sociais são cotidianamente influenciadas por essa disputa incessante. Nessa perspectiva, a condição imanente dos sujeitos é condicionada pelo seu posicionamento nesse embate (CORRÊA, 2020). Indivíduos que são crentes em deus e exercem sua fé com dedicação e constância estão próximos dos espíritos divinos. Já aqueles que vivem uma vida de pecado e não creem no poder de deus estão condenados a sofrer com as ações demoníacas e das entidades malignas. As entidades malignas que agem na vida dos indivíduos são denominadas de demônios familiares (ROSAS, 2015, p. 70). No âmbito social, os Neopentecostais defendem que o povo cristão deve estar presente nas esferas de poder para proporcionar uma sociedade com paz, justiça e harmonia. Caso contrário, regiões e países serão tomados por potestades e entidades diabólicas. Essa concepção é pautada na Teologia do Domínio proposta pelo pastor americano Peter Wagner (ROSAS, 2015)²¹.

A exacerbação da batalha espiritual e o foco na ligação entre natural e sobrenatural são centrais nas práticas religiosas da IURD. A figura do diabo e de seus demônios é um dos pilares da constituição teológica da igreja e de sua organização ritual. A igreja prega que tudo é prenhe de forças espirituais e pode ser explicado de maneira causal com referência nelas. Dentro dessa perspectiva, todos os males que afligem a humanidade são concebidos como ações demoníacas que

²¹ As proposições da Teologia do Domínio serão tratadas de forma mais detalhada no capítulo 4.

podem ser afastadas pela fé, pelo exercício frequente de práticas religiosas e pelo exorcismo. A universal oferece aos seus fiéis um discurso capaz de dar sentido a todos os acontecimentos de sua vida e de apresentar uma solução acessível: a crença em deus (SILVA, 2014). Somente a crença na divindade verdadeira pode afastar os demônios familiares para proporcionar uma existência imanente repleta de significado. A guerra entre deus e os demônios é o fio condutor dos cultos e celebrações da IURD. Os focos das reuniões nos templos da igreja são a mobilização de forças espirituais por meio de práticas mágicas, a exposição do diabo e a evangelização. Como aponta Mariano (1999), a Universal foi a igreja Neopentecostal mais bem sucedida na empreitada de criar um sistema organizado de práticas mágicas. Essas práticas têm o objetivo de mobilizar o poder divino de forma ritualística para a alterar a realidade terrena. Prometem soluções mágicas para problemas imanes dos fiéis e são rotinizadas ao ponto de serem organizadas de acordo com os dias da semana. Essa rotinização da mobilização mágica resulta em uma banalização do milagre (CORTEN, 1998). O milagre deixa de ser compreendido como fato extraordinário causado pelo poder divino e passa a ser visto como um acontecimento rotineiro que pode ser induzido por meio de práticas rituais. Curas divinas, consagração de objetos e exorcismos ocorrem frequentemente nas reuniões. É sobretudo nesse último que se expressa a concepção da guerra espiritual²². Na Universal, o processo de exorcismo é denominado de libertação. A igreja dedica cultos exclusivos para a libertação. Tradicionalmente, esses cultos ocorrem às sextas; contudo, os exorcismos estão presentes em todas as reuniões da igreja²³.

²² Assim como o Pentecostalismo acredita na posse dos indivíduos pelo espírito santo de deus, também crê na possessão demoníaca. Nessa lógica, os espíritos malignos, que são os agentes causadores de todos os males, fazem mais do que influenciar o mundo imanente: eles tomam posse dos corpos de sujeitos que vivem uma vida afastada de deus e de seus ensinamentos. Esses sujeitos são descritos como endemoninhados e carregam consigo os perpetradores das dificuldades que lhes afligem, sejam elas financeiras, de saúde, nos relacionamentos ou na vida profissional.

²³ Segundo Ricardo Mariano (1999): “Na prática, o ritual de libertação de possessos ocorre em quase todos os cultos da Universal. A libertação se dá durante a oração para que os fiéis recebam graças e libertem-se dos males. Enquanto os fiéis, de olhos fechados e em pé, oram repetindo a oração proferida pelo pastor, os obreiros caminham pelo templo, orando e olhando fixamente para cada um dos presentes, em busca de demônios escondidos. Diante de qualquer indício, como um pequeno tremor no corpo, lágrimas desconforto físico, mal-estar, o obreiro avança sobre o fiel, segura sua nuca impõe uma das mãos sobre sua cabeça, muitas vezes girando-a freneticamente para os lados e para trás [...] e esbraveja ao pé de seu ouvido para que o demônio se manifeste. Boa parte dos virtuais possessos não se rende a esse apelo. Os que entram em transe podem ser libertos tanto em seus lugares de assento quanto depois levados e exibidos à frente da congregação. Os casos de possessão mais retinentes, cuja libertação exige mais tempo e maior esforço físico dos obreiros na ‘luta corporal’ com os possessos, ora são encaminhados ao púlpito, ora para aposentos privados no templo” (MARIANO, 1999, p. 130)

O discurso da IURD elenca uma série de sintomas físicos dessa possessão, como depressão, insônia, nervosismo, vícios e medo (MARIANO, 1999). É imprescindível afastar esses agentes demoníacos para superar os problemas terrenos. Após a expulsão dos demônios²⁴, os indivíduos devem manter uma fé inabalável em deus e práticas religiosas frequentes para impedir que eles retornem²⁵. Alguns rituais de expulsão são gravados e disseminados através da rede midiática da igreja. A publicização dos exorcismos é uma estratégia proselitista para atrair pessoas que estão passando por dificuldades. O indivíduo que enfrenta problemas em sua vida encontra no discurso da Universal uma explicação causal para suas angústias e pode buscar a igreja em busca das soluções mágicas que ela oferece. Essa característica fez a IURD ser classificada por muitos como um pronto-socorro de almas. Ela estabelece uma relação de clientelismo entre a firma e seus membros (MARIANO, 1999). Toda essa concepção é expressa pela frase “Pare de Sofrer”, utilizada como slogan pela igreja para atrair pessoas que enfrentam angústias de qualquer categoria (NASCIMENTO, 2019). A visão de mundo proposta pela igreja requer uma entrega máxima do fiel à doutrina. O verdadeiro membro é aquele que aplica os ditames da instituição em todos os pontos de sua vida e, assim, exerce uma religiosidade total. Como afirma Saulo Baptista, “toda dinâmica da relação entre o fiel e igreja na IURD é construída em dimensão de totalidade” (BAPTISTA, 2009, p. 248). A cosmologia dualista e o foco na batalha espiritual ganham outro contorno fundamental na Universal: a igreja define deuses de outras crenças como representações

²⁴ A prática de expulsão de demônios vai além de um simples rito. Os exorcismos apresentam movimentos teatralizados e espetaculosos que visam demonstrar a superioridade do poder de deus em relação ao diabo e ilustrar para os fiéis os malefícios de se desviar dos caminhos da igreja.

²⁵ É comum na igreja que os pastores e obreiros invoquem os demônios que agem sob os fiéis para que eles possam se apresentar para a plateia que assiste ao ritual (MARIANO, 1999). A manifestação da entidade causa mudanças físicas no fiel possesso, como a mudança de voz e a curvatura da coluna e dos dedos. Como o suposto demônio está em um local sagrado e voltada para a adoração de deus, ele é retratado como um ser sem poder de reação e que está completamente submetido ao controle do pastor ou obreiro que o exorciza. Em algumas ocasiões, esse controle é utilizado para conduzir uma espécie de entrevista com o espírito maligno. O fiel é levado ao palco e o pastor pede para que a entidade que o possuiu se apresente ao público e diga como foi capaz de tomar o corpo do sujeito que é seu receptáculo. Também o faz detalhar os males que causou na vida do indivíduo. Antes de expulsá-la, a obriga a se ajoelhar, a levar suas mãos para trás e assumir sua submissão ao poder de deus naquele momento. Essa ação visa evidenciar toda a superioridade divina em relação aos seus inimigos; trata-se de uma forma de suplício para demonstrar todo o poder de deus. Por fim, segue-se ao processo de exorcismo e o fiel volta à condição normal.

demoníacas e, dentro do contexto da guerra espiritual, persegue tais religiões e seus praticantes. Os deuses da Umbanda, do Candomblé e do Kardecismo são identificados na IURD como os agentes demoníacos responsáveis por todos os males que assolam a sociedade e a vida dos indivíduos. Pretos-velhos, Caboclos, Orixás e outras divindades das religiões de matriz-africana são compreendidos enquanto entidades malignas que agem na terra e que se apossam dos indivíduos para causar o mal em suas vidas e afastá-los de deus.

Diante disso, a guerra espiritual contra o diabo é materializada na forma de uma guerra contra as religiões mediúnicas. Essas religiões são descritas no discurso da IURD como empecilhos à disseminação do evangelho. A referência a suas entidades mobiliza conceitos presentes no imaginário popular brasileiro. As religiões de matriz-africana sempre ocuparam no país uma posição marginalizada e foram duramente perseguidas pelo Catolicismo, que chegou a fazer uso das instituições de segurança do Estado para atacar locais de adoração da Umbanda e do Candomblé. Essa perseguição deu origem a uma série de preconceitos no imaginário popular cristão contra macumbas, feitiçarias e outros rituais de origem africana (MARIANO, 1999). A Universal incita esses pré-julgamentos e intensifica a condenação dessas práticas ao associá-las ao principal representante do mal na doutrina do cristianismo. Nesse contexto, a noção de batalha perde seu caráter espiritual. A IURD persegue abertamente às religiões mediúnicas. Seu objetivo é tanto converter os praticantes dessas religiões ao cristianismo quanto dar fim aos centros espíritas, tendas de Umbanda e terreiros de Candomblé existentes nas cidades (MARIANO, 1999). Para isso, a igreja mobiliza um exército de soldados: seus fiéis. Mais do que manterem os demônios afastados de suas próprias vidas, os fiéis devem lutar no mundo terreno para destruir todos os meios em que ele está presente. Na visão da IURD, o cristão jamais deve ficar na defensiva na luta contra o diabo; sua postura deve ser a de uma pessoa guerreira que está pronta para atacar e vencer seus inimigos²⁶. Apesar desse conflito, a intensa mobilização das figuras divinas de origem africana por parte da Universal acabou por incorporar esse panteão de deuses na doutrina da igreja. Embora sejam

²⁶ As consequências dessa concepção bélica foram ataques físicos diretos às religiões adversárias. Ao longo dos anos, foram registrados vários casos em que membros da Universal invadiram templos, vilipendiaram símbolos e agrediram praticantes de religiões mediúnicas. Muitos desses casos foram levados à justiça e se tornaram assuntos dos principais veículos jornalísticos do país (MARIANO, 1999).

citadas de forma estritamente negativa, a existência das entidades mediúnicas é constantemente validada pelo discurso religioso da instituição. O Catolicismo também é frequentemente atacado por sua adoração aos santos, que é considerada pela IURD como idolatria²⁷. Em face do exposto, é evidente a relevância da concepção de batalha espiritual na estruturação da IURD enquanto igreja. A mobilização da figura do diabo e de seus demônios é central no sistema ritualístico da igreja e contribui para seu sucesso no mercado religiosos. A oferta de uma explicação totalizante e de soluções mágicas para problemas terrenos atrai uma pluralidade de indivíduos que buscam por uma vida melhor e livre de sofrimento. E a Universal não faz nenhum tipo de distinção entre os clientes que a procuram em busca de seus serviços espirituais. Como o discurso da igreja concebe todos os males enquanto resultados da ação de entidades malignas, as pessoas que frequentam os cultos a procura de uma nova vida não sofrem qualquer tipo de preconceito ou julgamento. Usuários de drogas, alcoólatras, criminosos ou praticantes de religiões mediúnicas são recebidos como iguais nos templos da IURD. Afinal, todos esses indivíduos são apenas vítimas do mal espiritual que lhes aflige e não são diretamente responsáveis por seus pecados. Pouco se fala na Universal sobre livre-arbítrio, visto que os seres humanos não são enxergados como completamente autônomos. Em consequência, não há uma responsabilização ética dos indivíduos por seus atos pecaminosos e problemas terrenos (MARIANO, 1999); (CÔRTEZ, 2017).

O crescimento da Universal foi exponencial na década seguinte a sua criação. Na medida em que se desenvolveu, a firma ganhou relevância social e se popularizou tanto no meio religioso quanto no meio secular. Menos de dez anos depois de sua inauguração, a IURD já havia alcançado poder de influência suficiente para adentrar um novo campo social: a política institucional. Historicamente, tanto as igrejas pentecostais quanto as firmas do protestantismo histórico no país se mantiveram afastadas da política institucional e das disputas eleitorais (MARIANO, 2009); (BAPTISTA, 2009); (ROSAS, 2015). Sob o mantra de que “cristão não se mete em política”, os

²⁷ A expressão maior de condenação das práticas católicas por parte da IURD ocorreu no célebre episódio do chute na santa, em que o então Bispo Sérgio Von Helder, em um programa televisivo da igreja transmitido pela Record, proferiu chutes e xingamentos contra uma imagem de Nossa Senhora (NASCIMENTO, 2019). O programa foi ao ar no dia de celebração da padroeira do Brasil do ano de 1995 e gerou duras críticas por parte da Igreja Católica e da sociedade civil. Von Helder foi afastado dos quadros da igreja, mas a repercussão negativa de seus atos assombra a instituição até os dias de hoje.

pentecostais assumiram até a década de 70 do século XX a visão sectária de que os únicos espaços legítimos de ação da igreja eram a casa, a família e o trabalho (MARIANO, 2009)²⁸. A mudança radical na postura dos pentecostais ocorreu ainda na década de 1980 no decorrer do processo de redemocratização do Brasil. As eleições de 1986 para a assembleia constituinte foram as primeiras em que as igrejas dessa vertente lançaram candidaturas oficiais; isto é, lançaram políticos que representavam oficialmente seus interesses institucionais. Além de alicerçado teologicamente em proposições de conquista da sociedade pautadas pela Teologia do Domínio, a entrada das igrejas pentecostais nas disputas eleitorais brasileiras foi inspirada no engajamento político de grupos protestantes nos Estados Unidos (MARIANO, 2016). No fim da década de 70, os ‘evangelicals’ estado-unidenses adentraram o meio político e construíram uma aliança com setores seculares da direita integrados ao Partido Republicano e com intelectuais neoliberais e conservadores (LACERDA, 2019). Aliança essa que resultou na junção entre o militarismo republicano, o absolutismo de livre mercado e os valores da conservadores da direita cristã. Intitulado de Neoconservadorismo, esse movimento foi crucial para a eleição de Ronald Reagan em 1980 (LACERDA, 2019). O sucesso eleitoral dos norte-americanos contribuiu para o que Mariano (2016) define como a desprivatização pentecostal no Brasil nos anos finais da década de 80.

Apesar da mobilização da Teologia do Domínio enquanto justificativa teológica para a participação nas disputas eleitorais, os objetivos do engajamento dessas igrejas político não eram restritos ao campo religioso. É inegável que a presença pública desses atores tinha como um de suas metas a participação nas disputas pela moralidade coletiva. Não à toa, o foco das candidaturas oficiais para a assembleia legislativa de 1986 foi o discurso de defesa das liberdades religiosas dos evangélicos e o combate de pautas progressistas, como a legalização do uso de drogas, do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (MARIANO, 1999; 2009). Todavia, a ação política dessas firmas religiosas também visou a defesa de seus interesses institucionais em face das

²⁸ Ao longo dos anos, houve candidatos e políticos eleitos protestantes, principalmente nas igrejas históricas. Todavia, tratavam-se de participações políticas avulsas e de responsabilidade dos indivíduos; esses não eram representantes oficiais das igrejas das quais faziam parte e não agiam politicamente em prol de seus interesses. No caso da vertente pentecostal, os primeiros sinais de engajamento político foram dados nas eleições de 1978 e 1982, em que candidaturas avulsas foram registradas (BASPTISTA, 2009).

entidades de poder e a busca por recursos materiais para potencializar o grau de competitividade no mercado religioso (BAPTISTA, 2009). Ao fim e ao cabo, os pentecostais adentraram o jogo político visando alcançar seus interesses seculares. Para Saulo Baptista (2009), ao priorizarem a conquista de recursos públicos para usufruto privado ao invés de lutarem por uma mudança no sistema normativo, as igrejas pentecostais se enquadraram perfeitamente na tradição patrimonialista da política brasileira. Em face disso, atores políticos tradicionais passaram a enredar cada vez mais esses agentes religiosos para o sistema político-partidário, o que contribuiu para o processo de politização das igrejas (MARIANO, 2009, p. 120). Ao lado da Assembleia de Deus e da Igreja Quadrangular, a Universal foi uma das principais instituições religiosas pentecostais a investir na política institucional por meio de candidaturas oficiais para a constituinte de 1986. Segundo Baptista, “a igreja compreendeu, nos primeiros anos de sua existência, a necessidade de participar do jogo político tão logo alcançou uma escala de fiéis expressiva para participar das disputas eleitorais (2009, p. 193).

Diferentemente de outras denominações, a instituição religiosa de Edir Macedo não precisou enfrentar obstáculos tão suntuosos para legitimar sua ação política. A Universal ainda estava em seus primeiros anos de existência nos momentos de redemocratização do país, por isso não possuía uma tradição apolítica tão forte como as igrejas mais antigas. Ademais, a religiosidade total estabelecida pela instituição contribuiu para o não questionamento por parte dos fiéis da legitimidade da ação da igreja em campos seculares (BAPTISTA, 2009). A estrutura interna da IURD também foi um elemento fundamental para a construção de sua participação política. Na função de bispo-presidente, Macedo exerceu um controle rigoroso sobre a escolha dos candidatos e o comando de seus quadros políticos. A mão de ferro de seu fundador permitiu que a instituição concentrasse seus esforços de campanha e impediu disputas internas pelas posições de candidato oficial. Os representantes da Universal nas eleições são cuidadosamente escolhidos e o número de candidaturas é baseado na quantidade de fiéis presentes nas regiões eleitorais. Historicamente, a igreja lançou candidatos para as casas legislativas, sejam as estaduais ou a federal. Os escolhidos para disputar as eleições em nome da instituição podem ser tanto membros do corpo eclesial quanto membros leigos. O primeiro parlamentar da IURD foi seu cofundador Roberto Augusto Lopes, eleito em 1986. Depois disso, a igreja intensificou sua ação eleitoral. Seu quadro político no legislativo federal aumentou a cada eleição até o pleito de 2006 (MARIANO, 2009). Nas disputas

para o executivo, limitou-se, na maior parte das eleições da Nova República, a demonstrar apoio a um determinado candidato. Nos anos 2000, lançou o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Macedo, como candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro e à prefeitura da capital fluminense. A eleição de Crivella para a posição de prefeito da cidade do Rio em 2016 foi uma das maiores vitórias políticas da história da IURD.

Nos momentos de campanha eleitoral, a igreja mobiliza seu corpo eclesiástico para orientar o voto de seus fiéis. Bispos e pastores indicam as candidaturas que devem ser apoiadas pelos membros da igreja e apresentam um discurso teológico que reveste a escolha eleitoral de moralidade cristã (BAPTISTA, 2009). Assim, a IURD mobiliza politicamente seu arsenal simbólico e doutrinário para angariar votos de seus fiéis. Essa ação “desloca o campo político para o campo religioso, e vice-versa” (BAPTISTA, p. 264). Soma-se a isso a religiosidade total e a relação de clientelismo estabelecidas pela Universal com seus seguidores (BAPTISTA, 2009). A primeira, como foi abordado, faz com que os membros da igreja sigam a doutrina da instituição em todas as áreas de suas vidas. A segunda, por sua vez, faz com que os fiéis não questionem as indicações da IURD na medida em que recebem aquilo que buscam na condição de clientes. A totalidade da Universal não se limita somente aos fiéis que permanecem na condição de eleitores. Ela também se estende aos candidatos indicados. Caso eleitos, esses políticos passam a agir nas instituições de poder de acordo com os desejos e interesses da igreja. Suas ações são corporativistas e coordenadas diretamente pelos quadros da instituição religiosa. O comportamento político da IURD é, sobretudo, pragmático: varia de acordo com seus interesses mercadológicos e patrimoniais (BAPTISTA, 2009). Para manter esse modelo de ação, os candidatos oficiais da IURD transitaram historicamente entre partidos fisiológicos. Em 2005, a igreja deu início ao seu próprio partido, o atual Republicanos, que se caracterizou por ser maleável e por seu oportunismo político (BAPTISTA, 2009, p. 227). Diante do exposto, cabe discutir mais à fundo a maneira como a instituição religiosa exercer seu pragmatismo político.

2. O vai e vem eleitoral da IURD: a Igreja Universal nas eleições presidenciais da Nova República

Nas eleições para o executivo, as igrejas pentecostais se limitaram, até o presente momento, a demonstrar apoio institucional a determinados candidatos. Apesar de não possuírem força política

para emplacar uma candidatura própria ao executivo federal, o número de fiéis e a capacidade de mobilização eleitoral dessas instituições as tornaram atores relevantes nas disputas eleitorais para a presidência. A partir da aquisição da Rede Record, a Igreja Universal se tornou uma aliada ainda mais valiosa, visto que passou a oferecer poder midiático além dos possíveis votos de seus membros. A IURD declarou abertamente apoio institucional a um candidato à presidência na maioria dos pleitos após a redemocratização. Apoio esse que não se restringiu somente ao endosso de uma candidatura. Mais do que incentivar o voto em um candidato, o apoio da Universal se caracterizou pela mobilização de propagandas negativas e ataques diretos aos seus principais concorrentes por parte da igreja. A escolha da Universal por um presidenciável sempre foi fundamentada nos interesses materiais e seculares da igreja. Mesmo que as pautas morais sejam centrais em sua ação, são os benefícios imanescentes os principais definidores desse posicionamento. Diante disso, ao longo dos pleitos é possível notar um pragmatismo político da igreja que a leva a se alinhar com as forças que possuem maior chance de formarem o governo (BAPTISTA, 2009). A lógica política é simples: a igreja oferece apoio no pleito e espera os dividendos caso o apoiado seja eleito (NASCIMENTO, 2019). A Universal alternou entre diferentes grupos políticos ao longo dos anos, o que evidenciou a tendência patrimonialista da instituição. Isto posto, cabe discutir como se deu essa variação para compreender o momento político da igreja no pleito de 2018.

2.1 A década de 90: da diabolização do PT ao rompimento com os tucanos

As primeiras eleições presidenciais da Nova República são comumente lembradas pelo o alto número de candidatos que concorreram ao cargo. O Brasil entrava em um novo período de sua história e tanto atores tradicionais quanto novas figuras políticas buscavam consolidar sua relevância nas instituições democráticas recém formadas. Apesar dessa pluralidade e do engajamento político das igrejas Pentecostais nesse período, não havia um candidato evangélico de expressão concorrendo ao executivo federal. Na ausência de um representante religioso, a Universal se viu livre para declarar apoio a um candidato não evangélico sem incomodar suas bases e contradizer seu discurso. Essa escolha, contudo, envolvia riscos. No momento do pleito, a IURD estava no processo de compra da Rede Record e dependia do governo federal para transferir a concessão radiofônica dos antigos donos da emissora para as mãos de seu bispo-presidente. Dessa forma, era extremamente relevante para a igreja ter um bom relacionamento com o futuro

presidente do país. Entre as muitas possibilidades de escolha, um critério era certo: a igreja estava na oposição dos partidos de esquerda (BAPTISTA, 2009). Ao lançar suas candidaturas oficiais para a constituinte de 87, a Universal mobilizou um forte discurso moral e defendeu a necessidade da eleição de parlamentares cristãos para combater as pautas progressistas. Essa posição conservadora moldou a visão política da instituição religiosa nas eleições de 89 e a colocou ao lado dos candidatos mais à direita no espectro político. Mais que isso, fez com que a igreja se posicionasse radicalmente contra o principal representante da esquerda naquele momento: o Partido dos Trabalhadores (PT). Criado nos anos finais da ditadura, o PT era célebre por sua relação com os movimentos trabalhistas, sua defesa do socialismo democrático e sua militância junto à movimentos sociais. Em 89, lançou Luís Inácio Lula da Silva, sua maior liderança, como candidato à presidência. Maior figura do partido, Lula se tornou uma metonímia do PT, de modo que a oposição da IURD ao grupo político naquele período também pode ser caracterizada como uma posição anti-Lula.

A igreja, portanto, buscou se alinhar com os principais rivais do petista. Entre eles, um ganhou destaque: Fernando Collor de Mello. Candidato pelo então Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Collor construiu ao logo da campanha presidencial uma imagem de político outsider. Prometeu, caso eleito, transformar as instituições políticas e caçar os “marajás” que se beneficiavam dos recursos do Estado. Logo no primeiro turno, a Universal declarou seu apoio institucional ao candidato do PRN e conduziu uma campanha ostensiva para sua eleição (PIERUCCI; MARIANO, 1992). Campanha essa que foi intensificada no segundo turno do pleito, em que a disputa se resumiu ao embate entre Lula e Collor. Nesse momento, a igreja colocou em ação a estratégia de disseminar propagandas negativas sobre o PT por meio da diabolização da imagem de Lula. A base para a construção dessa imagem foi a acusação de que Lula fecharia todas as igrejas evangélicas e perseguiria os fiéis caso fosse eleito presidente. Essa acusação partia da associação do petista com os ideais comunistas, que eram descritos pela igreja como essencialmente ateus e anticristãos (MARIANO, 1999). Também era reforçada pela filiação religiosa de Lula ao Catolicismo, um dos principais concorrentes das firmas pentecostais no mercado religioso. A Universal acusava a Igreja Católica de apoiar o fechamento das igrejas evangélicas, visto que o crescimento das firmas protestantes representava um decréscimo no número de católicos e era uma ameaça ao domínio religioso da Igreja da Vaticano no Brasil. Em

contraposição, Collor era retratado como um escolhido de deus para governar o país. Já no segundo turno do pleito, Edir Macedo declarou que “após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo o convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (PIERUCCI; MARIANO, 1992, p. 2). A transposição da batalha espiritual foi evidente no discurso da Universal sobre o embate para o cargo de presidente: Collor era representante de deus e de seu povo, enquanto Lula estava associado ao diabo e causaria a degradação moral do país.

Collor venceu a disputa contra o petista e os dividendos da Universal não demoraram a chegar. A fiança bancária e intercessão frente aos antigos donos da emissora para a suavização dos termos de negociação na compra da Rede Record foram as formas do político alagoano de retribuir o apoio de Macedo a sua candidatura. Entretanto, Collor não deu de imediato o que Macedo mais desejava: a assinatura da concessão radiofônica. No início dos anos 90, a Universal passou por uma série de polêmicas que foram desde as acusações de charlatanismo por grandes veículos de imprensa até a prisão do Bispo Edir Macedo por denúncias de sonegação fiscal e crimes de colarinho branco (NASCIMENTO, 1992). A igreja adquiriu uma imagem pública negativa e perdeu credibilidade frente aos não fiéis. Em face disso, Collor se manteve afastado de Macedo no início de seu mandato e causou o descontentamento do bispo por permitir que a Universal fosse alvo de investigações do Estado (BAPTISTA, 2009). Somente três anos após as eleições, com o seu governo já abalado pelas denúncias de corrupção e tráfico de influência, o então presidente assinou a concessão e a renovou por mais 15 anos (NASCIMENTO, 2019). A aprovação da mudança de proprietários da emissora, contudo, ainda precisava ser ratificada no Congresso Federal (NASCIMENTO, 2019). Collor sofreu um processo de Impeachment antes que a casa legislativa pudesse confirmar a transferência de propriedade da Record. Restou ao seu vice, Itamar Franco, assumir o cargo de presidente. O Bispo Macedo não demorou em explicar espiritualmente a queda do primeiro presidente da Nova República. Segundo ele, ao negar as concessões e evitar a proximidade com a IURD, Collor havia ido contra um “ungindo de deus”, o que gerou sua queda (MARIANO, 1999, p. 93)²⁹. Com o novo governo, Macedo se aproximou de Itamar Franco e mobilizou sua força no

²⁹ A IURD também acusou Collor de estar envolvido com seitas satânicas e entidades das trevas (BAPTISTA, 2009). Fundamentada nessas acusações, a igreja se juntou aos grupos favoráveis ao impeachment do então presidente. Apesar disso, Gilberto Nascimento (2019) relata que, na eminência de ser afastado da presidência, Collor teria ido tomar

congresso para finalmente concretizar todas as etapas da concessão da Record. A transferência foi ratificada no parlamento somente em 1994, ano de uma nova eleição (NASCIMENTO, 2019).

A segunda eleição do novo período democrático contou mais uma vez com a candidatura de Lula e a oposição da IURD ao petista se repetiu. Nesse pleito, o apoio da igreja foi dado a Fernando Henrique Cardoso (FHC), candidato do PSDB e ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Sociólogo e político paulista, FHC ganhou popularidade e projeção nacional devido à implantação do plano real em seu mandato no Ministério da Fazenda. O alinhamento entre a Universal e o PSDB tinha se iniciado dois anos antes, quando a igreja apoiou o tucano Mário Covas nas eleições para a prefeitura de São Paulo (NASCIMENTO, 2019). De acordo com Nascimento (2019), o bispo Carlos Rodrigues, então principal coordenador político da igreja Universal, disse a Fernando Henrique Cardoso que bastaria apenas que ele promettesse não atrapalhar o crescimento da igreja para ter o apoio da instituição. O tucano aceitou a única condição e ainda conseguiu que a igreja apoiasse José Serra em sua candidatura ao Senado Federal pelo estado de São Paulo (NASCIMENTO, 2019). É possível levantar a hipótese que a fala do bispo Rodrigues fazia referência às concessões da Rede Record e significava uma exigência para que elas não fossem revistas caso FHC ganhasse a eleição. Para Mariano (1999), a manutenção das concessões foi o ponto central do alinhamento entre a Universal e o PSDB. Da mesma forma que na eleição anterior, o apoio da IURD foi acompanhado de duros ataques por parte da igreja ao principal concorrente de FHC: Lula. O petista havia sido apontado como favorito em pesquisas anteriores ao início do período eleitoral. Logo, a propaganda negativa mobilizada pela igreja foi ainda mais contundente que em 1989. Dessa vez, o arsenal midiático era maior: a Universal já contava com a Rede Record e a Folha Universal em 1994; também era dona de diversas rádios e do jornal diário Hoje em dia, que circulava na região de Belo Horizonte (NASCIMENTO, 2019).

A igreja manteve o padrão de diabolizar o candidato do PT e acusá-lo de perseguição aos evangélicos, mas adicionou novas estratégias de ataque. Segundo Mariano (1999), a propaganda negativa explorou não apenas as vulnerabilidades de Lula e de seu partido, mas também as de todos

conselhos de Macedo; o bispo afirmou nesse encontro que a única opção do político era “se humilhar diante de deus”. A queda foi inevitável.

os movimentos de esquerda. Seu objetivo era apontar todos os possíveis perigos da eleição de um governo de esquerdista no país. A Universal disseminou a narrativa de que Lula era favorável ao casamento homossexual e ao aborto³⁰, pautas sensíveis para seus fiéis. A Folha Universal foi o principal instrumento para essa mobilização política. O jornal publicou matérias que associavam o petista a Exu, divindade do Candomblé constantemente retratada na IURD como demoníaca. Também publicizou uma foto de Lula com a mãe-de-santo Nitinha e, em manchete, afirmou que o ex-líder sindical estaria “apelando para o Candomblé”, ou seja, para o próprio diabo (MARIANO, 1999). Em outra edição, foi publicado pelo jornal um artigo do então bispo Ronaldo Didini intitulado ‘Sem ordem e Sem Progresso’. O texto foi acompanhado de uma imagem de Lula em um comício ao lado do então candidato do PT ao governo de São Paulo, José Dirceu. Os dois se encontravam próximos a uma bandeira do Brasil que não possuía o lema “Ordem e Progresso”. Didini afirmou no artigo que a eleição de Lula significaria “implantar o medo e sepultar a esperança de uma nação livre e soberana” (DIDINI apud NASCIMENTO, 2019). Segundo Gilberto Nascimento (2019), a Folha Universal duplicava a tiragem das edições em que atacava Lula e sua candidatura. Os programas televisivos da igreja na Rede Record também foram utilizados para propaganda negativa. No programa 25ª Hora, Didini anunciou que ele, ao lado de outros três pastores da IURD, haviam feito uma viagem ao monte Sinai para orar pela derrota do petista (MARIANO, 1999); (NASCIMENTO, 2019). Também acusou o Partido dos Trabalhadores de promover terrorismo urbano (MARIANO, 1999).

Outro aspecto muito explorado pela igreja para atacar Lula foi sua associação com o Catolicismo. O então candidato foi acusado pela Universal de ser apenas um fantoche das alas mais progressistas da Igreja Católica. Dois meses antes do segundo turno, a Folha Universal lançou uma edição cuja capa retratava Lula como uma marionete controlada por um padre. Na matéria referente à imagem, afirmava-se que as ações do petista eram dirigidas por membros da Igreja Católica, líderes do Candomblé e evangélicos progressistas (MARIANO, 1999, p. 95). Diante de tantos ataques, o PT entrou na justiça contra a igreja reivindicando direito de espaço para retratação tanto na Folha Universal quanto no programa 25ª Hora. O partido foi vitorioso nos dois casos. Na Rede Record, foi concedido ao grupo político “um espaço de tempo para rebater as críticas e a suspensão

³⁰ Edir Macedo ainda não havia feito nenhuma declaração pública favorável ao aborto em casos de risco ou de gravidez não desejada. Dessa forma, a igreja era capaz de mobilizar esse discurso sem entrar em nenhuma forma de contradição.

da programação da emissora por uma hora” (NASCIMENTO, 2019, p. 169). Uma seção do semanário também foi concedida em uma edição da Folha Universal para que o PT publicasse um texto de defesa em face das acusações. O jornal publicou o texto em letras menores que o padrão usualmente adotado e a maior parte do espaço reservado pela justiça foi deixado em branco (NASCIMENTO, 2019). De acordo com Ricardo Mariano, a cúpula da Universal interpretou a decisão da justiça como persecutória e os pastores da instituição “orientaram os fiéis a rasgar, no próprio culto em que o jornal fora distribuído, a matéria onde se encontrava a resposta do PT” (MARIANO, 1999, p. 95). Edir Macedo não ficou de fora da artilharia anti-Lula. O bispo foi responsável por um dos ataques mais significativos. Em evento público organizado no Rio de Janeiro, Macedo disse que “naquela eleição, os crentes teriam de decidir entre a igreja de Jesus e a igreja do diabo”; e completou afirmando que “as portas do inferno não prevalecerão contra a igreja” (MARIANO, 1999, p. 94).

Fernando Henrique Cardoso foi eleito ainda no primeiro turno e a Universal comemorou mais uma derrota do candidato petista. A celebração, contudo, não durou. O primeiro ano do mandato de FHC foi um período conturbado para a igreja. O ano de 1995 foi o auge dos atritos da IURD com dois atores poderosos da sociedade brasileira: a Rede Globo e a Igreja Católica (MARIANO, 1999); (NASCIMENTO, 2019). Desde a compra da Record, a Universal se tornou alvo da mídia tradicional. Em diversas ocasiões, a igreja foi o objeto de reportagens televisivas que a acusavam de charlatanismo, de extorsão do dinheiro dos fiéis e de enriquecimento ilícito. A Globo, que via na Record uma possível concorrente na hegemonia da televisão brasileira, foi perpetuadora de muitos desses ataques. O atrito com a Igreja Católica ocorreu graças ao polêmico caso do chute na Santa, em que um bispo da Universal deu chutes em uma imagem de Nossa Senhora da Aparecida no feriado em homenagem à padroeira do Brasil³¹. Em face de todos esses

³¹ Em 1995, três acontecimentos intensificaram os atritos da Universal com a Globo e a Igreja Católica. O primeiro foi a minissérie Decadência, escrita pelo autor Dias Gomes e transmitida pela Globo. Seu protagonista era um pastor pentecostal charlatão que enriqueceu às custas dos fiéis de sua igreja. A personagem fazia referência direta a Edir Macedo. Em algumas cenas, Dias Gomes chegou a incluir falas do bispo em uma entrevista concedida à Revista Veja (NASCIMENTO, 2019). O ataque foi rapidamente rebatido pela igreja por meio da Record e da Folha Universal. A firma afirmou estar sendo vítima de perseguição e ameaçou entrar na justiça contra a emissora. Em outubro do mesmo ano, ocorreu o já citado episódio do chute na santa, que gerou um atrito com a Igreja Católica e foi amplamente divulgado pela imprensa. O ato gerou comoção nacional e impactou negativamente a imagem da IURD. O presidente FHC condenou publicamente a ação e a classificou como intolerância religiosa (MARIANO, 1999). Nas últimas semanas do ano, veio o terceiro episódio: o ex-dirigente da Universal, Carlos Magno de Miranda, divulgou vídeos que

atritos, a igreja enfatizou o discurso persecutório e acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de omissão frente ao que era uma perseguição religiosa pública por parte da Globo e da Igreja Católica. Ameaçou não apoiar o PSDB nas eleições municipais de 1996 caso o chefe do executivo não tomasse providência para frear os ataques. Em retribuição ao apoio da IURD no pleito que o elegeu, FHC providenciou um acordo de paz entre a Globo e a Record mediado pelo então ministro da justiça Sérgio Motta (NASCIMENTO, 2019, p. 193). Selado o acordo, a igreja se viu diante de um novo problema. Com base em planilhas vazadas por um ex-dirigente da instituição, a Procuradoria Geral da República mobilizou a Receita Federal e o Banco Central para realizar uma investigação sobre as contas da Universal e de seus bispos a fim de cobrar o imposto de renda dos recursos arrecadados pelos templos (NASCIMENTO, 2019). A investigação apontou que, apesar de ser uma instituição religiosa com imunidade tributária, a Universal aplicava o dinheiro arrecadado em empresas prestadoras de serviço instaladas em paraísos fiscais que eram utilizadas para lavagem de dinheiro. Macedo e outros pastores foram autuados por crime de sonegação fiscal, o que feriu ainda mais a já abalada imagem pública da instituição religiosa. A Universal ofereceu seu apoio político nas eleições municipais ao PSDB em troca do fim das investigações por parte da Receita Federal e do Banco Central. Como o governo não interfere nas ações da Receita, os tucanos nada puderam fazer; usaram como moeda de troca pelo apoio a assinatura de novas concessões de rádio e televisão para a igreja, que havia acabado de adquirir a emissora que se transformaria na Record News (NASCIMENTO, 2019). A IURD apoiou José Serra nas eleições para a prefeitura da capital paulista em 1996, mas o efeito foi contrário ao esperado: a baixa credibilidade da igreja frente à população causada pelas inúmeras polêmicas em que se envolveu fez com que a aliança tivesse um resultado negativo na campanha de Serra, que não alcançou o segundo turno (MARIANO, 1999). A Universal ainda passou pela humilhação de ter seu apoio negado pelo malufista Celso Pitta no segundo turno do pleito. Um ano depois, a Receita Federal aplicou uma

comprometiam a imagem dos membros da cúpula da igreja. Em um deles, Macedo aparecia contando dólares arrecadados; em outro, o bispo ensina aos seus pastores técnicas para convencer os fiéis a doarem dinheiro à instituição (MARIANO, 1999). Carlos Magno também tornou pública uma planilha que detalhava o fluxo de caixa de todos os templos da IURD. A Globo transmitiu as gravações à exaustão para “queimar” ainda mais a imagem da igreja e de seus líderes frente ao público.

multa de 98,3 milhões de reais à instituição; ao recorrer, a Universal conseguiu reduzi-la para o valor de 39,9 milhões (NASCIMENTO, 2019).

Ricardo Mariano (1999) afirma que fracasso de Serra na eleição municipal de 1996 e o vexame de ter o apoiado negado no segundo turno foram grandes aprendizados para a igreja. Ainda segundo o autor, no ano seguinte a IURD passou a fazer fichas cadastrais de seus membros que pediam o número de seus títulos de eleitor. A partir disso, a igreja foi capaz de definir com maior precisão “o número de votos que teoricamente dispõe, sua distribuição por bairros, cidades e Estados, assim como avaliar, com maior margem de segurança, quantos candidatos poderia lançar e eleger em uma determinada região” (MARIANO, 1999, p. 98). A eleição de 96 também representou um abalo nas relações da igreja com o PSDB. Após as eleições municipais, a Folha Universal passou a fazer uma cobertura negativa do governo FHC; dois anos depois, nas disputas para a presidência da República, a Universal não apoiou a reeleição do tucano e decidiu declarar neutralidade no pleito. O posicionamento imparcial da igreja se destacou por um fator específico: mais uma vez, Lula era um dos principais concorrentes ao cargo. Esse aspecto chamou atenção pelo fato de a igreja ter mobilizado um intenso discurso de diabolização do petista tanto em 89 quanto em 94. Ora, não deveria o povo de Deus sempre se engajar na luta contra as forças demoníacas que assolam o plano terreno? Em 98, a Universal não enxergou necessidade em adentrar o campo de batalha para impedir que o Brasil fosse governado por um “comunista que iria perseguir as igrejas e os evangélicos”. Mais do que isso, chegou a ouvir propostas do diabo. De acordo com Saulo Baptista (2009, p. 228), o bispo Carlos Rodrigues afirmou ter recebido Lula em seu escritório ao longo da campanha eleitoral de 1998. O petista pedia o apoio da IURD e dos evangélicos para derrotar FHC no pleito. Embora a Universal não tenha se associado ao PT nas eleições, já dava sinais de que não faria uma oposição tão ferrenha ao partido. Fernando Henrique Cardoso foi reeleito e os deputados da Universal abandonaram a neutralidade da igreja durante o pleito para se alinharem com a oposição ao governo durante o segundo mandato do tucano (BAPTISTA, 2009). O rompimento com o PSDB estava concretizado. A neutralidade nas últimas eleições presidenciais no Brasil nos 90 mostrou como por trás da satanização de Lula e do discurso de batalha espiritual estavam os interesses privados da igreja. Interesses esses que não mais cabiam em um apoio ao PSDB e que fizeram a Universal tomar novos rumos no século que estava para ter início.

2.2 A mudança dos anos 2000: lulismo, o PRB e a defesa de Dilma

Assim com as duas que a antecederam, as eleições presidenciais de 2002 foram marcadas pela disputa entre PT e PSDB. O Partido dos Trabalhadores lançou Lula mais uma vez como candidato, enquanto os tucanos apostaram em José Serra para ser o sucessor do duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Também estavam na corrida o cearense Ciro Gomes, ex-ministro da Fazenda no primeiro governo FHC; e Anthony Garotinho, governador do estado do Rio de Janeiro. A candidatura de Serra foi abalada pela crise econômica que assolou o segundo governo do PSDB e Lula despontou como o favorito da oposição. Nesse cenário, a Universal decidiu apoiar o único candidato evangélico envolvido no pleito: Anthony Garotinho. Candidato pelo PSB e membro da igreja Presbiteriana, Garotinho mobilizou sua imagem de líder religioso para angariar o apoio dos pentecostais e neopentecostais nas eleições. O dividendo recebido pela firma do bispo Macedo foi o endosso da candidatura de Marcelo Crivella ao senado por parte do então governador do Rio de Janeiro (LOBATO, 2004). Diferentemente das alianças com Collor e com FHC em 94, o apoio da IURD em 2002 não foi acompanhado de propagandas negativas contra os concorrentes do político fluminense. A Universal manteve uma campanha de apoio discreta e viu Garotinho ficar fora do segundo turno, que foi disputado entre Serra e Lula. A disputa final do pleito foi um momento de virada para a igreja. Entre o antigo aliado tucano e o até então diabólico Lula, a Universal escolheu o petista (ORO, 2003). A justificativa para a mudança radical foi fundamentada em dois pontos: na anticorrupção e no combate à pobreza. O PT, que ainda não havia se envolvido em grandes escândalos políticos, mobilizou nas eleições de 2002 uma narrativa anticorrupção para impulsionar a campanha de Lula. Narrativa essa que foi complementada pelo socialismo democrático que pautou os primeiros anos do partido e que pregava um combate às desigualdades sociais e à miséria no país. Para justificar o apoio, a IURD afirmou que diminuir a corrupção e a pobreza eram ações políticas compatíveis com a ética cristã. Enfatizou a necessidade de combater as desigualdades e promover melhores condições de vida para as camadas mais pobres, das quais faziam parte a maioria de seus fiéis. Duas falas distintas do bispo Carlos Rodrigues, então deputado Federal, ilustram essa preocupação:

“[...] todos estão cansados de ideologia. A população quer saber como serão resolvidos os problemas do transporte, educação, saúde, como será resolvida a miséria. Por isso, vamos adotar uma nova

forma de fazer política. Trata-se do socialismo de resultados” (apud ORO, 2003)³².

“Eu me elegi deputado Federal e fui oposição ao Fernando Henrique. [...]. O governo [FHC] tinha um pacto com a elite, os pobres não tinham nenhum valor, mostrando que a maioria do povo evangélico gemia debaixo daquele governo, era um governo que tinha uma clara aliança com o capital, com os poderosos, com a elite, com os grandes banqueiros, com os grandes empresários. O governo Fernando Henrique não era um governo que iria levar a nação como um todo à prosperidade, exceto alguns grupos que ficaram mais e mais ricos no nosso país. [...] fiquei quatro anos na oposição do Fernando Henrique [...] sempre nessa vertente de trabalhar para fazer uma aliança com os socialistas, com a esquerda” (apud BAPTISTA, 2009).

A Universal escolheu mais uma vez o candidato vencedor. Lula foi eleito depois de três candidaturas fracassadas à presidência da República e assumiu o cargo com o objetivo de implantar as propostas de campanha que combateriam a pobreza e a desigualdade no Brasil. A IURD não demorou a receber os dividendos de seu apoio político. O primeiro foi a manutenção das concessões de rádio e televisão da igreja. O segundo foi a sanção da lei que alterou a personalidade jurídica das instituições religiosas no país (MARIANO, 2009). Por meio de uma mudança no Código Civil em 2003, Lula fez com que as instituições religiosas deixassem de ser legalmente conceituadas como associações. Ao fazê-lo, o petista diminuiu as obrigações legais para o funcionamento de templos e o estabelecimento de novas instituições. A proposta era há muito tempo defendida pela Frente Parlamentar Evangélica no Congresso e agradou mesmo os evangélicos que faziam oposição ao governo (MARIANO, 2009). Para os políticos protestantes, a mudança jurídica garantia a liberdade de culto no país e perpetuava a liberdade religiosa. O PT também se mostrou bem sucedido em seus projetos de combate à pobreza apoiados pela IURD. Apesar de ter enfrentado dificuldades no primeiro ano de mandato, Lula foi capaz de manter a economia controlada e iniciou a implantação de políticas de redistribuição de renda e de valorização do consumo (SINGER, 2012). A economia do país cresceu ao longo de seu mandato e os projetos sociais do governo foram extremamente benéficos para as camadas mais baixas da população, que viram suas condições de vida melhorarem e seu poder de comprar aumentar. A Universal foi igualmente beneficiada pelas

³² A fala foi retirada de uma entrevista concedida por Carlos Rodrigues ao Jornal do Brasil.

ações de diminuição da pobreza do governo. O aumento da renda e a inserção das camadas mais pobres no mercado de consumo permitiu que os membros marginalizados da IURD pudessem desfrutar da melhoria de vida tão prometida pela Teologia da Prosperidade (ALMEIDA, 2019).

O primeiro mandato Lula também foi um período de institucionalização política e turbulências para a firma do bispo Macedo. A institucionalização ocorreu pela criação de um partido político vinculado à igreja. Em agosto de 2005, foi deferido pelo Supremo Tribunal Federal o registro do Partido Municipalista Renovador (PMR); dois meses depois, seu nome foi alterado para Partido Republicano Brasileiro (PRB)³³. O então vice-presidente da República e ministro da Defesa José Alencar se filiou ao partido e recebeu o cargo de Presidente de Honra ainda no primeiro mês de existência da instituição. No mesmo dia, o bispo licenciado da Universal e senador pelo Rio de Janeiro Marcelo Crivella também se juntou oficialmente ao partido (REPUBLICANOS, 2021). Embora o partido afirme ser autônomo e o vínculo com a IURD não seja oficializado, sua cúpula sempre foi majoritariamente formada por membros do alto escalão da igreja (BARBOSA, 2016). Marcos Pereira, presidente nacional do partido desde 2011 e deputado federal, é bispo licenciado da Universal, assim como seu antecessor no cargo, o bispo Vitor Paulo. A criação do partido fez com que a aliança entre a IURD e o governo Lula fosse institucionalizada. O PRB se juntou à base governista e recebeu cargos no executivo ainda no ano de 2006³⁴. Ano esse em que o partido compôs a chapa de Lula em sua busca pela reeleição ao lado de José Alencar. Contudo, já no período de campanha eleitoral, o corpo político da Universal enfrentou uma grande turbulência: o escândalo das sanguessugas (MARIANO, 2009). Uma operação conduzida pela Polícia Federal revelou um esquema de superfaturamento e distribuição de propina na compra de ambulâncias para prefeituras de todo o país (MARIANO, 2009). O esquema fazia parte de uma estratégia de desvio de dinheiro público por parte de parlamentares e uma série de políticos representantes de igrejas evangélicas estavam envolvidos. O escândalo resultou na abertura de uma

³³ O nome do partido foi alterado de PRB para Republicanos em 2019.

³⁴ De acordo com o atual site do Republicanos, em junho de 2006, Roberto Mangabeira Unger, então vice-presidente do partido, assumiu a Secretária de Planejamento ao longo prazo da Presidência da República por indicação de José Alencar. A secretaria foi posteriormente renomeada como Secretária de Assuntos estratégicos da Presidência da República.

Comissão Parlamentar de inquérito (CPI) que recomendou a cassação do mandato de 26 deputados e 1 senador evangélico. A Universal havia eleito 16 deputados para a legislatura iniciada em 2003. Desse total, 14 foram denunciados (MARIANO, 2009). Ricardo Mariano (2009) avalia que o incidente causou um grande impacto negativo no discurso político da igreja, visto que a mobilização da ética cristã como um sinônimo de honestidade na política sempre constituiu uma poderosa narrativa eleitoral para conquistar votos de outros cristãos.

Lula adentrou a campanha eleitoral de 2006 em meio às polêmicas envolvendo os esquemas de corrupção descobertos em seu primeiro governo. Todavia, as turbulências políticas não abalaram a relação entre a IURD e então presidente. Lula definiu como uma das prioridades de sua campanha a conquista do voto evangélico, que historicamente era destinado para os candidatos de tendência conservadora. Assim, buscou se aproximar de outras instituições protestantes além da Universal. A mudança da personalidade Jurídica das instituições religiosas em 2003 serviu como um trunfo do petista frente ao grupo. Lula mobilizou o discurso de que ele havia garantido a liberdade de culto no país para se afastar ainda mais da antiga imagem diabolizada e das acusações de perseguidor de evangélicos. O petista também “participou de reuniões e eventos públicos com evangélicos, contou com comitês de campanha exclusivamente destinados a esse segmento religioso, e prometeu estabelecer um canal direto com a comunidade evangélica” (MARIANO, 2009, p. 120). Contou com a mediação da IURD para atingir o grupo religioso. Segundo Mariano (2009), Marcelo Crivella foi responsável pela organização de um evento no Palácio do Planalto que colocou Lula em contato com 30 cantores relevantes no mundo evangélico. A IURD também mediou a relação do presidente com a Assembleia de Deus, que passou a apoiar sua reeleição (MARIANO, 2009). O projeto de aproximação foi bem sucedido. Em comparação ao pleito anterior, o número de votos recebidos por Lula entre os evangélicos aumentou 59% em 2006. No segundo turno, 52% dos pentecostais afirmaram ter votado no petista (MARIANO, 2009). A eleição também foi marcada por um realinhamento eleitoral mais amplo (SINGER, 2012). As camadas mais baixas da população, que tradicionalmente haviam destinado seus votos aos candidatos à direita no espectro político, destinaram seus votos em 2006 para Lula. André Singer (2012) definiu esse realinhamento como Lulismo. Segundo o autor, o fenômeno do Lulismo³⁵ é

³⁵ O Lulismo se tornou em 2006 um novo fator no tabuleiro político brasileiro e fez Lula conquistar o apoio das camadas mais pobres da população, especialmente da que Singer define como subproletariado. A força política do

definido pelo encontro de uma liderança carismática com as populações mais pobres pela intermediação de políticas de distribuição de renda e valorização do consumo (SINGER, 2012).

A Universal não passou impune pelos escândalos de corrupção revelados em 2006 que envolviam seus políticos. A igreja elegeu apenas 7 deputados federais no pleito para o parlamento, o que foi uma brusca interrupção no crescimento constante do número de representantes da igreja no congresso (MARIANO, 2009). Contudo, o foco da igreja no pleito desse ano foi a disputa para o governo do estado do Rio de Janeiro, na qual participou o bispo Marcelo Crivella. Os veículos midiáticos da igreja priorizaram a cobertura da eleição fluminense em detrimento do pleito presidencial na tentativa de impulsionar a candidatura do sobrinho de Macedo. As edições da Folha Universal lançadas semanas antes do primeiro turno das eleições mobilizaram propagandas negativas sobre Sérgio Cabral, principal concorrente de Crivella para o executivo estadual na eleição (BEHS, 2009). Essas propagandas giraram em torno da acusação de que Cabral era favorável ao casamento igualitário e da associação do candidato ao antigo governador do Rio, Anthony Garotinho (BEHS, 2009). Embora a igreja tenha sido aliada de Garotinho no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, atacou duramente o ex-governador a fim de desconstruir a imagem de Sérgio Cabral. Contudo, Crivella perdeu espaço nos últimos momentos da campanha e viu sua posição no segundo turno ser tomada por Denise Frossard, candidata do PPS. A Folha Universal continuou a atacar Garotinho no segundo turno. Entretanto, o alvo nesse momento não era Sérgio Cabral, mas sim Geraldo Alckmin. O tucano era o adversário de Lula na disputa pela presidência e recebeu o apoio de Anthony Garotinho. A manutenção dos ataques ao ex-governador Garotinho visou desconstruir indiretamente a imagem de Alckmin (BEHS, 2009). Garotinho foi retratado como um corrupto que estava aliado somente à políticos desonestos. O jornal explicitou o apoio da igreja ao então presidente Lula apenas por meio de uma matéria que anunciou a aliança entre Crivella e o petista no segundo turno (BEHS, 2009).

O segundo mandato presidencial do PT consolidou o fenômeno do lulismo no jogo político nacional. Todavia, como aponta Singer (2012), o lulismo é uma faca de dois gumes: ao mesmo

lulismo é fruto de sua capacidade de reduzir as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que mantém a ordem social estabelecida. A base disso é um processo de conciliação de classes que gera ganhos tanto para as camadas mais baixas quanto para as elites. Singer (2012) aponta que a reconciliação torna o Lulismo um reformismo social fraco que diminui a pobreza, mas não ataca as desigualdades entre os estratos sociais.

tempo em que conquista o apoio das camadas mais pobres, também cria um forte sentimento oposicionistas nas camadas médias. Esse sentimento de oposição aproximou as classes médias do PSDB, principal rival do PT nas eleições anteriores. Dessa forma, a disputa política já existente entre os dois partidos se transformou também em um embate eleitoral entre ricos e pobres (SINGER, 2012). A polarização entre petistas e tucanos marcou o tom das eleições presidenciais de 2010. Lula indicou como sucessora sua ministra da Casa-Civil Dilma Rousseff e os tucanos apostaram mais uma vez na candidatura de José Serra. A petista participava de sua primeira corrida eleitoral e sua capacidade de substituir a figura mais popular do partido na presidência era duramente questionada. Mais uma vez, a Universal se alinhou ao PT na disputa presidencial e o PRB fez parte da coligação que apoiou a candidatura de Dilma. Uma das principais polêmicas da campanha desse ano envolveu os grupos religiosos. Em textos disseminados pela internet, Dilma Rousseff foi acusada de ser favorável ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que abalou sua relação com os grupos cristãos. Serra aproveitou o horário de propaganda eleitoral obrigatória para inflamar as acusações contra a petista e se afirmar enquanto um candidato que sempre condenou o aborto e defendeu a vida (G1, 2010). Para rebater essa narrativa, Dilma lançou uma carta destinada aos políticos evangélicos em que se comprometeu a manter a legislação sobre o aborto vigente e afirmou estar sendo vítima de calúnias. A petista também declarou publicamente que, caso eleita, seu governo teria os evangélicos como um grupo estratégico e agiria sempre em diálogo com as igrejas (ROMANCINI, 2018).

A defesa da petista contou com uma forte ação da Igreja Universal e de suas lideranças. A Folha Universal publicou matérias que desmentiam as narrativas de que Dilma era favorável ao aborto, assim como o boato de que a candidata haveria dito que nem Cristo poderia fazê-la perder a eleição (JARDIM, 2016). Por meio de seu blog, Edir Macedo publicou um artigo em que afirmou que a então candidata estava sendo alvo de mentiras e acusou seus concorrentes de estarem fazendo o “jogo do diabo” (MACEDO, 2010). O bispo também utilizou o veículo digital para atacar diretamente o candidato José Serra. Macedo o taxou de o verdadeiro apoiador do aborto e disseminou relatos de que a esposa do tucano havia realizado um processo de abortamento anos antes. Os ataques ao tucano não pararam nessas acusações. A Folha Universal publicou no período de campanha do segundo turno uma reportagem que atacava José Serra pela sua associação com o catolicismo. A matéria se referiu a Serra como o “candidato do Vaticano” e afirmou que a cúpula

da igreja católica estava orquestrando ataques contra a candidata do PT, o que representava uma afronta à laicidade do Estado (JARDIM, 2016). Também colocou uma pequena fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que afirmava que “Serra tem uma demônios dentro dele que, às vezes, nem ele consegue controlar” (ROTHBERG; DIAS, 2012). Embora FHC tenha utilizado o termo de forma metafórica, o semanário mobilizou a frase de maneira literal, o que possui grande impacto dentro de sua visão religiosa. Ademais, Macedo se envolveu em um debate público contra o pastor Silas Malafaia, que declarou apoio a Serra no pleito e atacou a candidata petista duramente por ser supostamente favorável ao aborto. Não obstante, essas não foram as manifestações de apoio mais explícitas por parte da igreja ao longo da corrida pela presidência. Lançada no dia da votação do segundo turno³⁶, a edição 969 da Folha Universal publicou um artigo intitulado “7 razões para votar em Dilma Rousseff”. O artigo era assinado por Marcelo Crivella, que havia sido reeleito para o cargo de Senador pelo Rio de Janeiro. Entre as razões citadas, quatro fizeram referência ao governo Lula, sendo duas delas relacionadas às políticas de redistribuição e seu sucesso no projeto de diminuição da pobreza. O então Senador também associou Lula a Edir Macedo ao afirmar que os dois haviam superado os obstáculos impostos pelas suas origens pobres e sofrido perseguições ao longo de suas vidas. No que tange à candidata Dilma, o artigo ressaltou sua competência e suas conquistas enquanto ministra e a estabilidade econômica dos dois governos Lula; afirmou que a petista governaria respeitando a igreja e os direitos religiosos e defendeu a importância da eleição da primeira mulher presidente no país. Cabe citar trechos do artigo:

“[...] 2 - Dilma vai prosseguir o governo Lula, que já tirou 24 milhões da pobreza. Nunca um governo conseguiu tanto reduzir a desigualdade entre os pobres; 3 – A população carente tem hoje mais do que comida na mesa: tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar; 4 – Dilma é respeitado no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula [...]; 5 – Dilma conhece como ninguém o PAC, que é o maior programa de obras da história desse país. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é colocar em risco todas as conquistas do povo brasileiro;

³⁶ O Tribunal Superior Eleitoral abriu investigações contra a igreja por propaganda política irregular pelo artigo ter sido publicado no dia do pleito.

6 – É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura em sua luta pela justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Aprendeu na pele o que é democracia; 7 – Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus” (CRIVELLA, 2010, p. 32).

Mais uma vez, o PT saiu vitorioso. Dilma Rousseff venceu Serra no segundo turno e se tornou a primeira mulher presidente do país. Além da Universal, contou com o apoio de outros grupos evangélicos que já haviam se aproximado do PT durante os mandatos de Lula. A esperança era de que a nova presidente mantivesse o projeto lulista e perpetuasse o crescimento e a ascensão econômica do país. Tudo indicava que a relação entre o PT e a IURD seria mantida pelas próximas eleições. Edir Macedo esteve presente na posse da petista. Todavia, o fim da primeira década do século trouxe grandes abalos políticos para o Brasil e para a relação entre petistas e iurdianos.

2.3 A década de 2010: um novo giro para a IURD

O mandato de Dilma Rousseff teve início no ano de 2011, mas a primeira grande polêmica que a petista enfrentou teve origem ainda no segundo governo Lula. Em novembro de 2010, foi realizado no Congresso Nacional o seminário ‘Escola Sem Homofobia’. Promovido pelo Ministério da Educação (MEC), cujo chefe era o petista Fernando Haddad, o seminário tinha o objetivo de apresentar o projeto Escola sem Homofobia, que definia a produção e a distribuição de material educativo contra o bullying homofóbico nas escolas públicas para alunos do ensino médio e dos dois últimos anos do ensino fundamental (ROMANCINI, 2018). No dia 30 do mesmo mês, o então deputado Jair Bolsonaro realizou um discurso no plenário da Câmara acusando o projeto de promover o “homossexualismo”³⁷ e a pedofilia. A fala do parlamentar foi baseada em inverdades, especialmente na afirmação incorreta de que o projeto teria como público-alvo crianças entre 7 e 8 anos (ROMANCINI, 2018). A oposição ao projeto se espalhou rapidamente entre os grupos mais conservadores do congresso e se tornou uma das principais pautas no ano de 2011. Entre esses grupos estavam os grupos religiosos. O enunciado falso de que o projeto incentivaria a homossexualidade nas escolas levou seus opositores a apelidarem a ação do MEC de “Kit Gay”.

³⁷ Cumpre ressaltar que, apesar de Jair Bolsonaro utilizar em seu discurso o termo homossexualismo”, o sufixo –ismo não é adequado. A grafia adequada para o termo é homossexualidade.

Criou-se um pânico moral ao redor do mito de kit gay (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). O conceito de pânico moral diz respeito à discursos que propagam “temores de mudança na ordem social ou na concepção idealizada que se tem dela” (ROMANCINI, 2018, p. 96). Esses discursos são comumente acompanhados de distorções da realidade e da disseminação em massa de narrativas que denunciam as tentativas de um grupo de romper com a suposta ordem moral de um determinado grupo social. A polêmica ao redor do kit gay foi inflada pelas ações do Supremo Tribunal Federal no mesmo ano que decidiram pelo reconhecimento de uniões civis entre indivíduos do mesmo sexo e pela punição de atos discriminatórios baseados em gênero e sexualidade (ROMANCINI, 2018).

Nesse contexto, a Universal deixou para trás o alinhamento eleitoral com Dilma e seguiu os grupos evangélicos que atacavam o governo por causa do projeto. Em seu blog, Edir Macedo publicou um breve texto assinado por um obreiro anônimo da igreja e intitulado “Nossos filhos não vão virar gays”³⁸. O texto afirmava que o objetivo do projeto não era combater o preconceito, mas sim incentivar estudantes a se tornarem homossexuais. Também dizia que a IURD, pautada pela palavra de deus, aceitava o homossexual, mas não o “homossexualismo”. Ao fim, o autor anônimo profere a seguinte afirmação: “Meus filhos não vão virar gays! É meu, E SOMENTE MEU, o direito de não desejar um filho gay! A constituição me garante isso. Temos o direito de almejar para nossos filhos aquilo que achamos ser melhor para eles” (BLOG DO BISPO MACEDO, 2011). A igreja também atacou o governo e o MEC por meio de sua emissora. Segundo Romancini (2018), a Record produziu reportagens alarmistas sobre o assunto e as transmitiu em seus principais jornais. Igualmente, o PRB mostrou seu desagrado. Marcos Pereira, bispo licenciado da Universal e presidente do partido, publicou um artigo em seu blog que condenava a ação do MEC e acusava a Igreja Católica de estar envolvida no projeto. Dilma foi pressionada pelos grupos evangélicos que haviam apoiado sua campanha eleitoral um ano antes. A pressão aumentou com as denúncias de enriquecimento ilícito de seu Ministro da Casa-Civil, o petista Antônio Palocci. As alas conservadoras do parlamento usaram a salvação de Palocci como moeda de troca: para que o então ministro não fosse convocado para depor no Congresso Nacional, exigiram que Dilma derrubasse o projeto Escola sem Homofobia. Assim ocorreu e o governo controlou a situação. Todavia, o

³⁸ Acesso em < <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/nossos-filhos-nao-vaovirar-gays/>>.

pânico moral e os boatos sobre as supostas intenções do projeto já haviam se espalhado. O combate do chamado kit gay se tornou um dos principais pontos da agenda de atores conservadores no país.

A boa relação do governo com a Universal se manteve apesar do atrito gerado pelo projeto Escola Sem Homofobia. A principal evidência entre a continuidade da aliança foi a nomeação de Marcelo Crivella ao cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura no início de 2012. Contudo, nesse mesmo ano, surgiu uma nova tensão entre os dois atores. Tanto o PRB quanto o PT lançaram candidatos para a prefeitura da cidade de São Paulo nas eleições de 2012. Pelo lado dos petistas, concorreu o ministro da Educação Fernando Haddad; já o PRB lançou o apresentador de televisão Celso Russomanno, empregado da Rede Record. Apesar de Católico e não filiado à igreja, a IURD apoiou a candidatura de Russomanno e viu seu candidato sair na frente nas primeiras pesquisas de intenção de voto (DUAILIBI, 2012). Nesse contexto, os demais concorrentes iniciaram uma forte campanha de desconstrução da imagem do apresentador. A associação de Russomanno com a Universal foi um dos principais pontos de ataque de seus opositores. O candidato foi acusado de ser apenas um “fantoche” do bispo Macedo e o discurso de que a igreja governaria a cidade caso Russomanno fosse eleito ganhou força entre os eleitores. Para se defender, o político do PRB afirmou repetidas vezes ser católico e não filiado à IURD. Entretanto, católicos não foram simpáticos com sua campanha, especialmente pelo fato de Marcos Pereira ser um de seus principais coordenadores políticos. A Igreja Católica tinha Pereira como um desafeto declarado graças a um artigo publicado pelo político em seu blog pessoal no ano anterior que acusava a instituição de estar envolvida com o projeto Escola Sem Homofobia. Devido à aliança do PT com a IURD no âmbito federal, a campanha de Fernando Haddad focou em outro aspecto para tentar desconstruir a candidatura de Russomanno: o projeto do candidato para o transporte público. O petista atacou o apresentador por meio da afirmação de que suas propostas para o transporte coletivo tornariam as passagens mais caras para os moradores das periferias da capital paulista (SANTIAGO, 2012). Russomanno rebateu, mas viu surgir uma onda de ataques liderada por Haddad em relação ao tema.

A Universal saiu em defesa de seu candidato. Em seu blog, o bispo Edir Macedo publicou um artigo intitulado ‘Desabafo da Revolta’. O texto era assinado por um suposto membro da igreja que se encontrava revoltado com os acontecimentos da campanha para a prefeitura de São Paulo. Mais especificamente, com as atitudes de Fernando Haddad. No texto, o autor anônimo elencou

cinco motivos para não votar no candidato do PT. Nos dois primeiros, acusou o ex-ministro da Educação de ser o idealizador e maior defensor do Kit Gay. Complementou a acusação afirmando que sem o controle da presidente Dilma, Haddad estaria livre para difundir seu projeto de estímulo à homossexualidade pelas escolas de São Paulo. O autor também afirmou que os ataques do candidato em relação às propostas de Russomano para o transporte eram baseados em mentiras. Por fim, atacou o PT pelo envolvimento em escândalos de corrupção e definiu Haddad como uma pessoa que “não tem compromisso com a verdade, não é um homem de fé e que não respeita minimamente os valores essenciais à vida de quem escolheu o Senhor Jesus como guia” (BLOG DO BISPO MACEDO, 2012). O embate entre o PT e a IURD aumentou quando foi divulgado um vídeo de uma mulher que se dizia ex-obreira da Universal acusando a igreja de apoiar Russomano com o objetivo de garantir facilitações para a construção do Templo de Salomão e de manipular seus fiéis para votar no candidato do PRB³⁹. No vídeo, a ex-obreira também afirmou que Russomano era um candidato despreparado, um político inexperiente e que possuía ligações com políticos corruptos, como Paulo Maluf e Celso Pitta. A divulgação do vídeo foi transformada em arma política pela campanha de Haddad. A Universal respondeu com mais um texto no blog do bispo Macedo. No dia da eleição para o primeiro turno, o veículo publicou um texto assinado pela escritora Vanessa Lampert. Filiada à IURD, a escritora acusou Haddad de utilizar as mesmas táticas da “velha mídia” para perseguir a igreja e de conduzir um “denuncismo irresponsável”. A autora também afirmou:

“Quando vejo o tom da campanha de Haddad às vésperas da eleição, percebo que fiz a opção certa quando decidi que ele não teria meu voto. Como todo mundo sabe, tenho simpatia pelo PT, participei das últimas campanhas presidenciais, mas a minha militância nunca foi cega [...]. Nós (a IURD) ajudamos a reeleger o Lula, ajudamos a eleger a Dilma e o PRB faz parte da base aliada do Governo Federal. Esse papel do denuncismo irresponsável não se encaixa no PT. Espero coerência. Porque quando o Serra e a imprensa faziam isso contra Dilma, Lula e o PT, pegando ‘ex isso’ e ‘ex aquilo’ para dar depoimento, acreditando em qualquer coisa que lhes diziam, espalhando hoax (farsas) a torto e a direito, a gente dizia que era errado, que não se podia acusar sem provas, e falava do horror que é trabalhar uma campanha eleitoral baseada no medo. Lembro que os

³⁹ Acesso em < <https://noticias.gospelmais.com.br/universal-campanha-russomano-templo-salomao-43547.html>>.

olhos de todos estavam bem abertos a isso naquele tempo. Por que agora se fecharam? Esperava esse tipo de baixaria do Serra, jamais do PT! Usar o medo e o preconceito que o povo tem contra a IURD e o bispo Macedo – medo esse alimentado pela mídia há vinte anos – para tentar barrar a candidatura de Russomanno é ridículo” (LAMPERT, 2012, sem página).

As defesas mobilizadas por Russomanno e pela Universal não foram páreas para os ataques. O apresentador de televisão perdeu força na reta final da campanha eleitoral. Haddad foi para segundo turno em uma disputa contra o tucano José Serra e foi posteriormente eleito prefeito da capital paulista. O desgaste na relação entre a igreja e o partido foi inevitável. Inicialmente, o abalo na aliança com a instituição religiosa não causou grande impacto. O PT adentrou o ano de 2013 com a posse da prefeitura da principal cidade do país e o governo de Dilma mantinha os sinais de crescimento e estabilidade apesar das mudanças que estabeleceu em relação aos governos Lula (BASTOS, 2017). Todavia, essa estabilidade sofreu um grande baque com a ocorrência de grandes manifestações de rua na metade desse ano. Intitulado de Jornadas de Junho, o conjunto de mobilizações públicas que tomou o Brasil teve início na cidade de São Paulo com os protestos do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus. O grupo organizou uma série de manifestações de rua contra o governo Haddad para reivindicar a revogação do aumento. Os protestos, que inicialmente eram localizados e com pautas específicas, transformaram-se rapidamente em um movimento nacional, difuso e de críticas ao governo Dilma. Embora o país não estivesse enfrentando crises econômicas ou institucionais (TATAGIBA; GALVÃO, 2019), a popularidade da presidenta despencou ao fim de 2013 e grupos opositores ganharam força. O momento de crise do governo abriu espaço para que a Universal mostrasse sua insatisfação com os acontecimentos do ano anterior. A posição mais incisiva por parte da igreja foi mais uma vez veiculada por meio do blog de sua principal liderança. Em 20 de junho de 2013, dia em que as manifestações de rua atingiram seu auge (SINGER, 2013), Edir Macedo publicou em sua mídia online um texto intitulado ‘Tudo Cooperava para quem é de Deus’, que tratava das mobilizações populares contra o governo. A mensagem do texto era evidente: Macedo afirmava que o levante popular contra o governo Dilma era uma punição divina pelos ataques conduzidos pela campanha de Haddad a sua igreja e ao candidato Russomanno. Segundo o bispo (2013), a propaganda negativa mobilizada pelo PT contra o candidato do PRB havia sido violenta e caluniosa, além de ter mobilizado preconceitos contra a Universal e seus fiéis. No texto, Macedo é

taxativo ao constatar que os petistas em São Paulo “fizeram uma campanha desleal, mais suja e desesperada do que a que sofreram em 2010; venderam a alma ao diabo (MACEDO, 2013, [S.P]). A insatisfação popular em relação ao governo era a colheita do que o PT havia plantado no ano anterior ao ir contra a igreja, descrita no texto como o povo de deus. Não à toa, os protestos haviam começado na cidade de São Paulo por questões envolvendo o transporte público, principal temática de ataque do PT à campanha de Russomanno.

Muitos foram os impactos imediatos das jornadas. O mais evidente foi o desmoronamento da popularidade da classe política (CLETO, 2016). E a maior vítima dessa perda de apoio popular foi a presidente Dilma. Antes das manifestações, as pesquisas de avaliação do governo da petista apontavam que 57% da população o julgava como bom ou ótimo; após junho, esse percentual caiu para 30% (SINGER, 2018). As manifestações também criaram “oportunidades políticas inéditas para campos oposicionistas à direita e à esquerda do PT, confirmando o início de um cenário de crise política” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 91). Para Bringel e Pleyers (2019), as Jornadas de Junho proporcionaram uma abertura política que permitiu o surgimento de novos grupos ativistas tanto de direita quanto de esquerda e enfraqueceu os movimentos políticos tradicionais. Também foram responsáveis por uma reconfiguração da militância política no país (BRINGEL; PLEYERS, 2019). A partir das jornadas de junho, as mídias sociais e o mundo online passaram a ser meios centrais na disputa pela agenda pública e no embate entre pacotes interpretativos (SILVEIRA, 2015). Após a saída do MPL dos movimentos⁴⁰, as passeatas passaram a ser convocadas por grupos pulverizados por meio de mídias sociais. A maioria desses grupos surgiram enquanto páginas de comunicação política dentro dessas próprias mídias, especialmente no Facebook. Páginas essas que diariamente postavam conteúdos que disseminavam um discurso anticorrupção, antipetista e contra o governo Dilma. Entre elas, destacaram-se a página Revoltados Online, criada pelo empresário paulista Marcello Reis, que ganhou notoriedade ao se gravar enquanto arrancava bandeiras de partidos de militantes ao longo das manifestações (PAVARIN,

⁴⁰ O MPL decidiu abandonar as manifestações após Fernando Haddad revogar o aumento das passagens do transporte público da cidade de São Paulo. A justificativa do coletivo foi a de que as manifestações haviam sido tomadas por uma onda conservadora e que os protestos tinham se transformado em espaços para a defesa de pautas com as quais não compactuava (KREEP, 2013)

2017); e a página “nasruas”, moderada pela ativista Carla Zambelli. O surgimento dessas páginas inspirou novos grupos a levarem seu ativismo político para as plataformas digitais. O repertório de organização de manifestações de rua também foi renovado. As jornadas estabeleceram um modelo de manifestação descentralizado e que podem envolver reivindicações distintas que se comunicam. Acima de tudo, criaram uma nova geração de ativistas que passou a buscar influência na esfera pública (BRINGEL; PLEYERS, 2019). Nova geração essa que foi formada especialmente por ativistas de direita liberal e conservadora que praticavam um novo modelo de militância: a militância online (CHAIA; BRUGNAGO, 2014).

A militância online dos novos ativistas de direita no Brasil conduziu a transformação das mídias sociais em “dispositivos de formação política que permitiram a proliferação ideológica dentro da rede” (CHAIA; BRUGNAGO, 2014, p. 124). Inicialmente, predominava entre esses ativistas um imaginário apolítico que via na corrupção a principal causa dos males sociais que atormentavam o país. Os ativistas que controlavam as páginas nas redes sociais eram, em sua maioria, cidadãos autônomos que não possuíam vínculos com partidos de oposição ou movimentos de militância organizada (CHAIA, BRUGNAGO, 2014). Tendência essa derivada da lógica anti-partidária que havia tomado os manifestantes na última etapa das Jornadas de Junho. A militância online se caracterizou pelo discurso simples, pela mobilização do medo para incentivar o antipetismo e pela adoção de uma linguagem típica do mundo online. Não havia nas novas páginas uma discussão ideológica aprofundada ou teoricamente embasada. A comunicação com os leitores era feita especialmente por meio de *memes* que disseminavam narrativas de senso comum para atacar e desconstruir a imagem do PT, do governo Dilma e da classe política como um todo (SILVEIRA, 2015). Segundo Silveira (2015), as narrativas disseminadas por esses perfis virtuais mobilizavam noções de injustiça e moralidade que possuem forte capilaridade entre as massas da população brasileira. Os principais pontos da agenda propagada por esses atores eram o combate a corrupção, a melhoria da segurança pública, dos demais serviços do Estado e a preservação da moral. Por meio desses enunciados políticos, construíram uma narrativa que propunha uma oposição radical entre direita e esquerda. Nessa narrativa, a direita era representada como detentora da moral, da honestidade e dos bons costumes; já a esquerda, unificada na imagem do PT, era descrita como corrupta, imoral, doutrinadora e defensora da criminalidade. Na medida em que esse discurso de oposições foi intensificado, a militância online da direita conservadora se radicalizou.

Com isso, o sentimento antipetista cresceu exponencialmente, assim como a narrativa que acusava o partido de ser a causa primária de todos os males que atingiam o país.

Em face de todos esses acontecimentos, Dilma adentrou o ano eleitoral de 2014 sobre pressão. Diante da impopularidade da presidente e dos atritos dos anos anteriores, a IURD deu sinais de que não renovaria a aliança com o PT na disputa presidencial que ocorreria em outubro daquele ano. O PT buscou amenizar os desgastes por meio de demonstrações públicas de simpatia à Universal para manter o apoio da instituição no pleito de 2014. A principal foi a presença de Dilma na inauguração do Templo de Salomão meses antes do pleito. O templo é a principal sede da igreja e sua criação foi um símbolo do poder econômico e político da Universal. Contudo, o descontentamento da igreja foi convertido em rompimento. Pela primeira vez desde 1998, a IURD decidiu pela neutralidade em um pleito presidencial nas eleições de 2014 (BARBOSA, 2016); (JARDIM, 2016). Após apoiar o partido em três eleições seguidas, a igreja se afastou do PT, que havia enfrentando um fim de mandato conturbado graças às manifestações de 2013 e à revelação de escândalos de corrupção dentro da Petrobrás ao longo de 2014. De acordo com Barbosa (2016), a IURD concentrou todos os seus esforços políticos na busca pela eleição de seus candidatos oficiais às cadeiras do legislativo no pleito. Apesar da neutralidade institucional da Universal, o PRB fez parte da coligação da chapa formada por Dilma e seu vice, Michel Temer. Para Jardim (2016), a presença do PRB na coligação foi um sinônimo do apoio da IURD à candidatura da petista no pleito. Embora a associação entre igreja e partido torne essa afirmação plausível, não se pode resumir o apoio da Universal ao posicionamento institucional do PRB. O alinhamento da igreja com um determinado político é acompanhado de uma mobilização institucional ampla que envolve os veículos midiáticos, declarações públicas de lideranças e campanhas direcionadas aos fiéis. Nenhum desses fatores foram mobilizados pela Universal nas eleições de 2014. Os líderes da igreja se mantiveram publicamente neutros na disputa e suas mídias da fonte trataram a eleição de forma imparcial. O blog de Edir Macedo, muito utilizado nas eleições anteriores para declarações de apoio e críticas, não apresentou postagens sobre a disputa para o executivo nacional. Por sua vez, a Folha Universal tratou do pleito, mas sem anunciar qualquer forma de aliança ou proximidade de um candidato. O principal foco do jornal no que tange às eleições foi o incentivo à participação política consciente de seus fiéis (JARDIM, 2016). O semanário também publicou uma matéria de capa que apresentava os principais candidatos à presidência e suas propostas. A matéria foi baseada em

entrevistas feitas com os próprios candidatos ou com seus assessores de campanha; apresentou as visões dos principais concorrentes sobre os problemas do país e pediu para que cada um apontasse motivos para serem eleitos (JARDIM, 2016). Em nenhum momento da matéria é possível constatar favoritismo do veículo em relação a um candidato específico.

Dilma foi eleita pela segunda vez após uma eleição marcada pela polarização entre a petista e o tucano Aécio Neves. O PRB declarou no início do mandato que se manteria na base do governo e seu apoio nas eleições foi recompensado com a concessão da chefia do Ministério dos Esportes ao partido. Uma recompensa alta, visto que a proximidade dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016 proporcionava grande visibilidade à pasta dos esportes naquele momento (MONIZ, 2016). O Ministério foi assumido pelo deputado George Hilton, eleito pelo estado de Minas Gerais. Os protestos contra o governo voltaram a ser frequentes em 2015 e o Congresso foi controlado pela oposição com a eleição do deputado evangélico Eduardo Cunha (CRUZ, KAYSEL, CORDAS, 2015). Conservador, evangélico e oposto a Dilma, Cunha representava um grupo de políticos tradicionais do chamado Centrão que haviam sido prejudicados por medidas anticorrupção⁴¹ conduzidas pela petista em seu primeiro mandato. No congresso, a oposição era maioria e o governo estava com sua base abalada. As dificuldades causadas pela falta de aliados do governo foram agravadas pelo acirramento da militância virtual de direita e da oposição não institucionalizada. Formada majoritariamente pela classe média, essa oposição se mostrou cada vez mais radicalizada e conservadora. A popularidade do governo entrou em queda-livre durante 2015. Ao longo de todo esse ano, os desdobramentos e revelações da Operação Lava-Jato funcionaram como combustível para o antipetismo das classes médias. Entre 2014 e 2015, a operação foi alvo de uma intensa cobertura midiática e se tornou uma das principais pautas da agenda pública (DAAMGARD, 2018)⁴². A maioria dos políticos envolvidos no escândalo eram vinculados a três

⁴¹ Singer (2018) definiu o conjunto de ações de Dilma contra a corrupção nos órgãos estatais como Ensaio Republicano. Segundo o autor, o ensaio republicano consistia em uma faxina ética nas instituições políticas do país (SINGER, 2018). Dilma mobilizou os dispositivos estatais para promover uma limpeza dos esquemas de corrupção que estavam encrustados no Estado. Essa série de medidas desagradou as elites políticas que historicamente compuseram as instituições democráticas. Logo em seu primeiro ano na presidência, Dilma retirou políticos aliados acusados de corrupção de cargos estratégicos do governo. Esse processo de limpeza afetou especialmente o PMDB, partido liderado pelo então vice-presidente Michel Temer (SINGER, 2018)

⁴² Na medida em que os processos judiciais em torno das investigações policiais foram transformados em espetáculos da mídia, cresceu a popularidade o juiz Sérgio Moro, vinculado à 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba e responsável pelos julgamentos de primeira instância dos acusados na operação. As notícias divulgadas pelos grandes veículos de

partidos: o PP, o PMDB e PT (NETTO, 2016). Todavia, a cobertura midiática focava sua atenção no partido governista (DAAMGARD, 2018). Foco esse que contribuiu para o sentimento antipetista e antigoverno, assim como para o fortalecimento da narrativa que pedia o impeachment de Dilma Rousseff. Diversas manifestações de rua foram convocadas pela militância online de direita para reivindicar a saída da petista do cargo.

Apesar da neutralidade nas eleições, a Universal saiu em defesa da presidente em meio às crises enfrentadas pelo governo. A Folha Universal publicou uma matéria de capa para tratar das manifestações contra o governo e dos pedidos que faziam pelo afastamento da presidente de seu cargo. A matéria reconheceu a legitimidade da insatisfação de parte da população, mas afirmou diversas vezes que um impeachment não seria uma opção inteligente para o Brasil. O semanário também condenou duramente os pedidos de intervenção militar que eram feitos por determinados grupos nas manifestações de rua e deixou evidente sua posição de que a manutenção dos resultados das urnas era essencial para a consolidação da democracia no país. Apesar dessa defesa, a relação da igreja com o PT na cidade de São Paulo passava por mais um momento de atrito. A prefeitura da capital paulista, sob o comando de Haddad, apontou irregularidades no processo de construção do Templo de Salomão. Segundo Nascimento (2019), a IURD havia recebido um alvará de reforma no local onde se encontra o templo, quando na verdade precisaria de um alvará de construção. Além disso, a prefeitura afirmou que o templo invadia um local destinado para a construção de habitações populares, portanto deveria ser demolido por lei. Com essas justificativas, Haddad se recusou a dar ‘habite-se’ para o templo, alvará que garante o funcionamento constante de estabelecimentos públicos. A sede da igreja passou seus primeiros momentos funcionando a partir de alvarás para eventos temporários (NASCIMENTO, 2019). Em face da crise enfrentada no âmbito federal e a

imprensa tiveram um papel essencial na construção de uma narrativa redentora em torno da Lava-Jato e de Sérgio Moro. A operação foi retratada como um processo revolucionário que estava limpando o Estado de toda corrupção instaurada pelos governos do PT. Como aponta José Maurício Domingues, a cobertura midiática da Lava-Jato “personalizou responsabilidades e, deliberadamente, não tematizou os arranjos estruturais do sistema político que contribuem para a corrupção” (DOMINGUES, 2017, p. 36). A narrativa da imprensa colocava Lula, Dilma e o PT como os culpados a serem julgados por Moro e seus aliados. O juiz assumiu a posição de herói nacional que liderava a “revolta da classe média” contra o sistema corrupto da esquerda (DOMINGUES, 2017). O espetáculo midiático em torno do combate à corrupção se transformou em uma arma política poderosa para a direita conservadora que pedia a saída da presidente.

consequente necessidade de manter uma base aliada sólida, o PT pressionou Haddad a conceder os alvarás de funcionamento à igreja. Contudo, o então prefeito não cedeu e propôs um acordo de leniência que pedia como indenização à prefeitura um terreno de tamanho semelhante na mesma região de São Paulo (HADDAD, 2017); (NASCIMENTO, 2019). Após negociações duradouras, a igreja se comprometeu a doar um terreno ao governo da cidade no valor de 38 milhões de reais. Em consequência, a gestão Haddad passou a ser duramente atacada pela Rede Record, como apontou o próprio político em entrevista realizada em 2017 (HADDAD, 2017).

Dilma não resistiu às pressões que sofria tanto no congresso quanto na sociedade civil. Um pedido de impeachment foi aberto contra a presidente no mês seguinte sob a acusação de que as chamadas pedaladas fiscais cometidas pela petista configurariam crime de responsabilidade (CRUZ, KAYSEL, CORDAS, 2015). A petista adentrou 2016 com o objetivo de manter o apoio do Congresso para barrar seu afastamento. Entretanto, a queda cada vez maior de sua popularidade dificultou o processo. A Folha Universal utilizou sua seção de capa para tratar do processo de impeachment que a presidente enfrentaria. A matéria publicada foi de tom neutro e buscou apenas descrever os procedimentos de votação na Câmara dos Deputados e suas possíveis consequências. No âmbito institucional, Dilma não conseguiu evitar o rompimento com o PRB. Pouco antes da votação do afastamento da presidente na Câmara dos Deputados, o partido anunciou oficialmente sua saída da base aliada do governo e afirmou que votaria de forma autônoma; isto é, sem se juntar à oposição, o que significava que, naquele momento, não se sabia se o PRB votaria contra ou a favor do impeachment. De acordo com Feltrin (2016), o rompimento do partido com o Dilma ocorreu com a autorização do próprio Edir Macedo, que se dizia farto dos escândalos de corrupção envolvendo os políticos do PT e o governo federal. Junto com o rompimento, o partido chegou a anunciar a saída do ministro George Hilton da pasta do Esporte. Todavia, no mesmo dia em que esse anúncio foi feito, Hilton se desfilou do PRB e se juntou ao PROS com o objetivo de permanecer no ministério (MONIZ, 2016). Indignado com a traição do então ministro, Marcos Pereira exigiu que Dilma o demitisse e ofereceu em troca o possível apoio do PRB na votação do impeachment. A presidente cedeu e Hilton foi destituído. Contudo, a petista não recebeu os dividendos políticos prometidos. O PRB assumiu uma posição favorável ao afastamento da presidente e os 21 deputados que formavam a sua bancada votaram a favor do impeachment. Em discurso anterior ao momento da votação, o líder do partido na Câmara, deputado Márcio Marinho,

afirmou que o partido deixou a base aliada por não “compactuar com as denúncias, os crimes de corrupção e as pessoas denunciadas”. Dilma foi afastada e o processo de impeachment se concretizou posteriormente. Em seu lugar, assumiu Michel Temer, até então vice-presidente. A Folha Universal não apresentou matérias ou reportagens relevantes sobre a saída da petista. Da mesma forma, as lideranças da igreja não se pronunciaram abertamente em seus blogs⁴³.

O segundo mandato de Dilma deu lugar ao governo Temer. O PRB, seguindo à risca o esperado de um partido fisiológico, compôs a base aliada do governo do peemedebista. Seu presidente, Marcos Pereira, foi nomeado Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A Folha Universal não apresentou reportagens relevantes sobre a chegada de Temer ao executivo federal e nem sobre o andamento das reformas conduzidas ao longo do governo interino. Entre 17 de abril de 2016, dia da votação do impeachment de Dilma na Câmara do Deputados, e janeiro de 2018, somente uma edição da revista teve como reportagem de capa uma matéria voltada para a política institucional do país. Matéria essa que abordou somente a necessidade de voto consciente e contra a corrupção nas eleições que ocorreria nesse ano. A maior expressão política da igreja no período Temer foi a eleição de Marcelo Crivella para o cargo de prefeito do Rio de Janeiro. Em sua campanha, Crivella mobilizou as narrativas defendidas pelos grupos de direita que ganhavam expressão política no país desde as manifestações de 2013. Sua eleição foi a maior vitória política da IURD até o momento e foi apontada como um dos indicadores da ascensão da direita conservadora no país. Diante disso, a presente dissertação se questionou sobre a ação política da IURD nas eleições de 2018. A revisão realizada aponta para o pragmatismo político da igreja e mostra que esse modo de ação a levou a romper com o PT ao longo da década. Também mostra que a mudança de posicionamento nesse contexto de pragmatismo é sempre acompanhada de uma mudança de discurso por parte da igreja. A presente pesquisa partiu da hipótese de que a Igreja apresentou um discurso político que permitiu a aproximação da instituição com o candidato que ascendeu ao longo do pleito de 2018: Jair Bolsonaro.

⁴³ A única menção direta ocorreu na edição 1256 do semanário, publicada duas semanas após a votação no congresso. Nessa edição, o jornal publicou um editorial em que criticava a postura dos deputados ao longo da votação na Câmara. O editorial classificou as atitudes vistas como vergonhosas, especialmente as ações de Jair Bolsonaro, que homenageou um torturador dos tempos de ditadura militar; e Jean Willys, que cuspiu em Bolsonaro no momento da homenagem.

Capítulo 2

1. O mercado Midiático Brasileiro: a disputa por visibilidade em meio aos oligopólios midiáticos

As dinâmicas de formação de culturas do problema não são modelos abstratos. Esses processos são historicamente moldados pela realidade política e midiática de um determinado local. Países distintos possuem mercados midiáticos distintos (THOMPSON, 1998). Nesse contexto, a variedade de grupos midiáticos em diferentes locais é uma variável relevante para o jogo político. Quanto maior o número de redes midiáticas com legitimidade simbólica frente à população, maior a chance de os atores da sociedade civil entrarem na agenda e maior a diversidade de pacotes interpretativos na esfera pública. A diversidade midiática, portanto, proporciona maior pluralidade para o regime democrático. Por outro lado, em sociedades em que o poder comunicativo está concentrado nas mãos de oligopólios midiáticos ou do Estado, a transposição das barreiras jornalísticas em direção à condição de visibilidade é mais difícil. Esse é o caso do mercado midiático brasileiro. No Brasil, a construção histórica do mercado de mídia se deu ao redor de grandes conglomerados econômicos que concentraram o poder de comunicação coletiva e controlaram a publicidade medida ao longo dos períodos democráticos (SANT'ANNA, 2008)⁴⁴. Dados coletados em 2017 pela pesquisa Media Ownership Monitor (MOM) apontam que cinco grupos midiáticos⁴⁵ controlam 50% dos principais veículos de comunicação presentes no país (MOM, 2017)⁴⁶. A pesquisa também indica uma série de outros fatores que evidenciam a ausência

⁴⁴ Um aspecto importante dessa concentração histórica está na constituição dos grupos proprietários dos principais meios de comunicação: tratam-se de grupos familiares e compostos por figuras políticas que participam ou já participaram das instâncias de poder (SANT'ANNA, 2008). A propriedade dos meios de comunicação por parte de grupos familiares se explica pela presença histórica dessas famílias no meio midiático. Já a presença de políticos em meio ao oligopólio midiático é justificada pela regulamentação legal do país em torno da comunicação social que estabelece que as empresas de mídia dependem de concessões do Estado para terem acesso ao espaço de radiodifusão nacional.

⁴⁵ Os grupos citados pela pesquisa são o Grupo Globo, o Grupo Bandeirantes, a família Macedo (Rede Record e IURD), o grupo RBS e o Grupo Folha (MOM, 2017). Acesso em < <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>.

⁴⁶ A dominação desses grupos midiáticos ocorre tanto por meio de concentração horizontal quanto por meio de concentração cruzada de mídia. O primeiro tipo representa a concentração de empresas midiáticas que estão inseridas no mesmo mercado; isto é, empresas que trabalham com a mesma forma de publicidade mediada, seja rádio, televisão ou jornal impresso. O segundo tipo, por sua vez, representa a concentração de empresas midiáticas em mercados distintos (MOM, 2017).

de pluralidade midiática na democracia brasileira, como a concentração de audiência, a falta de transparência com os receptores e um baixo controle da afiliação entre políticos e veículos de mídia (2017). A baixa pluralidade é somada aos filtros jornalísticos impostos pelos interesses privados dos grupos que controlam os principais veículos midiáticos. Dessa forma, configurou-se historicamente no Brasil um cenário em que os atores políticos da sociedade civil quase não possuem poder de influência sobre a agenda midiática e sobre a disseminação de seus pacotes interpretativos de forma ampla e efetiva. Logo, enfrentam dificuldades maiores para alcançar um “lugar ao sol” na esfera pública. Em face desses obstáculos, atores políticos buscaram vias alternativas ao jornalismo para disseminarem seus pacotes interpretativos. Atualmente, com o avanço da tecnologia, a principal via alternativa são as mídias sociais. Plataformas online de acesso gratuito, as chamadas redes sociais permitem a livre produção e a ampla divulgação de narrativas tanto por indivíduos quanto por instituições que não têm acesso aos meios de produção de bens comunicacionais tradicionais. Todavia, antes da ascensão das plataformas digitais, o contexto midiático brasileiro já havia gerado o surgimento de uma via alternativa: as mídias das fontes.

1.1 As mídias das fontes: uma via alternativa para a esfera pública

Surgiu no Brasil, principalmente ao longo do contexto de redemocratização da década de 80, um novo método de ação por parte dos atores políticos da sociedade civil: a produção de mídia próprias. Em meio aos obstáculos impostos pela construção histórica do mercado midiático do país e aos avanços tecnológicos que facilitaram a produção de bens comunicacionais, tais agentes passaram a investir na realização de trabalho jornalístico próprio e na divulgação de notícias sobre temas públicos. Despontaram, assim, novos produtos jornalísticos no cenário brasileiro: as mídias das fontes⁴⁷ (SANT’ANNA, 2005; 2008). Também denominadas de mídias corporativas, as mídias das fontes são “mídias produzidas e gerenciadas por atores sociais que, no Brasil, são tradicionalmente percebidos como fontes de informação” (SANT’ANNA, 2008, p. 21). Isto é, são mídias mantidas por instituições sociais e políticas que antes eram apenas alvo do jornalismo dos grandes grupos midiáticos e que, por esse motivo, não conseguiam se comunicar diretamente com

⁴⁷ O conceito de mídia das fontes foi proposto e cunhado por Francisco Sant’anna em sua tese de doutoramento. Grande parte das proposições da presente dissertação estão alicerçadas na obra do autor, visto que tem sido o principal mobilizador do conceito para a análise das mídias brasileiras.

uma quantidade ampla de indivíduos. Foram criadas com o objetivo de visibilizar as reivindicações e os pacotes interpretativos desses grupos de interesse para interferir na opinião pública por meio do agendamento midiático e da comunicação direta com o coletivo (SANT'ANNA, 2005; 2008). Visam romper com os obstáculos à visibilidade impostos pelo mercado midiático do país e se comunicar com uma ampla parte da população sem o intermédio de grupos de mídia privados. Antes restritas à posição de fontes, essas instituições passaram a ser agentes midiáticos ativos na produção de notícias. Essa mudança alterou a posição que assumem nas dinâmicas de agendamento: com a mídia das fontes, deixaram de lutar por espaço em outros canais midiáticos e passaram a construir sua própria agenda. Com isso, tornaram-se capazes de apresentar a um público mais amplo aquilo que consideram problemas relevantes e seus pacotes interpretativos sobre eles.

A criação das mídias das fontes potencializou tanto o poder de agendamento quanto o poder de patrocínio das instituições de atores civis. De acordo com Sant'anna (2008), o surgimento desse novo modelo de jornalismo no Brasil fez com que a esfera pública “passasse a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas por entidades ou movimentos sociais; isto é, por corporações detentoras de interesses corporativos” (SANT'ANNA, 2005, p. 3). Por conseguinte, representou um avanço na diversidade midiática. Ao evitar que a produção de notícias sobre os fatos públicos se mantivesse restrita à mídia hegemônica, a criação das mídias das fontes gerou a expansão da ação civil na esfera pública. Sua circulação é uma contribuição contínua para o fortalecimento e o funcionamento do regime democrático brasileiro na medida em que torna possível a inserção na esfera pública de instituições e grupos de interesse civis historicamente invisibilizados. Apesar disso, questionamentos sobre a legitimidade desses meios de comunicação são constantemente levantados. Alicerçados na concepção de jornalismo imparcial, críticos acusam as mídias das fontes de serem mídias enviesadas que visam alcançar interesses corporativos. Também afirmam que os propósitos políticos dos veículos das fontes desvirtuam a função da ação jornalística. Para combater tais acusações, os meios jornalísticos das fontes adotam de forma rigorosa todos os padrões e técnicas de produção de notícias que compõem a atividade jornalística da mídia tradicional⁴⁸. A adoção vigorosa desses

⁴⁸ De acordo com Francisco Sant'anna (2008), as fontes foram capazes de implementar um trabalho jornalístico metódico e rigoroso graças ao uso prévio de atividades de Relações Públicas. Segundo o autor, a formação jornalística de grande parte dos agentes de RP garantiu que as fontes já possuíssem as qualificações humanas necessárias para

métodos é uma estratégia para alcançar legitimidade tanto frente aos veículos de comunicação tradicionais quanto frente à coletividade. Afinal, para que suas concepções e demandas sejam efetivamente difundidas, é essencial que os grupos de interesse construam instrumentos comunicacionais que os indivíduos enxerguem como válidos e confiáveis.

Não obstante o uso dos mesmos métodos, Sant’anna (2005; 2008) afirma que a ação comunicativa realizada pelas mídias das fontes é distinta da proporcionada pelos meios tradicionais de comunicação. O fundamento dessa distinção se encontra no fato de as mídias das fontes serem veículos especializados. Característica essa que deriva das propostas e demandas das instituições que as produzem. No que tange à especialização, as mídias das fontes podem ser classificadas em dois tipos: as de especialização temática e as de especialização editorial (SANT’ANNA, p. 61). O principal aspecto das mídias de especialização temática é o foco em um tema específico da vida pública. De modo geral, são produzidas por instituições que concentram suas ações políticas em uma área determinada da vida social. Por sua vez, as mídias de especialização editorial abordam qualquer tópico desde que ele seja de interesse público; contudo, o fazem sob uma ótica editorial específica. Dessa forma, são similares às mídias tradicionais no que diz respeito à abrangência de temas noticiados, mas se distinguem delas por tratarem esses temas sempre sob o mesmo ponto de vista editorial. Essas duas formas de especialização possuem um papel central no trabalho jornalístico conduzido nessas mídias. Por mais que jornalistas das fontes adotem os procedimentos do jornalismo tradicional, a construção de notícias que realizam é feita dentro de um escopo pré-determinado que limita sua independência no processo de produção. De fato, as mídias das fontes “são meios informativos preocupados não apenas em transmitir informações, mas principalmente em ocupar a agenda midiática com um ponto de vista setorial sobre assuntos públicos” (SANT’ANNA, 2005, p. 3) Dessa forma, é possível diferenciar o trabalho do jornalismo da fonte do trabalho do jornalismo tradicional. Essa diferenciação não deslegitima as mídias das fontes enquanto produtos jornalísticos. Todavia, faz com que elas sejam enquadradas em uma categoria específica da comunicação: o jornalismo das fontes (SANT’ANNA, 2005; 2008).

produzir notícias de acordo com os métodos estabelecidos no campo. A mídias das fontes são, dessa forma, uma evolução do trabalho de Relações Públicas.

Dentro do jornalismo das fontes, existem subcategorias definidas pelo caráter da instituição social que a produz. Assim, mídias produzidas por grupos empresariais são classificadas como jornalismo corporativo; já mídias produzidas por entidades esportivas, como o Jornal da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), são categorizadas no grupo de jornalismo esportivo. Apesar disso, as subcategorias compartilham uma série de características que permitem colocá-las dentro do grupo de jornalismo das fontes. Sant’anna (2008) lista seis características que determinam uma mídia da fonte. A primeira é o fato de serem produzidas e gerenciadas por atores sociais que não são empresas jornalísticas e que buscam influenciar acontecimentos e percepções políticas na sociedade. A segunda diz respeito à posição antes ocupada por esses atores no mercado jornalístico: é necessário que sejam atores que previamente ocupavam a posição de fonte. A terceira característica das mídias das fontes é não possuir o objetivo de alcançar lucro com a distribuição de produtos midiáticos. As mídias das fontes são financiadas pela instituição de origem e, normalmente, são distribuídas gratuitamente⁴⁹. A quarta característica diz respeito ao compromisso com a disseminação de informação. As mídias das fontes, assim como o jornalismo tradicional, devem visar a divulgação de notícias sobre acontecimentos públicos. A quinta característica, previamente mencionada, é o uso dos métodos, técnicas e adoção do formato do jornalismo tradicional. Por fim, a sexta e última característica de uma mídia da fonte é a divulgação dos produtos jornalísticos para um grupo maior do que aquele considerado o público interno da instituição.

Inicialmente, grande parte das mídias das fontes adotaram um formato impresso⁵⁰ devido ao seu baixo custo e a sua facilidade de distribuição. Instituições com maior poder financeiro criaram mídias de maior alcance, como rádio e televisão⁵¹. A atual predominância da comunicação

⁴⁹ É comum às mídias das fontes adotarem uma série de práticas de funcionamento que permitem a maior divulgação das informações que publicam. A gratuidade na distribuição aumenta a competitividade na disputa com as mídias tradicionais por consumidores. Além disso, é comum que as mídias das fontes não estabeleçam direitos autorais em suas publicações. Isso permite que o conteúdo produzido e divulgado possa ser disseminado livremente por pessoas não vinculadas aos produtores (SANT’ANNA, 2008).

⁵⁰ Um dos grandes exemplos de mídia da fonte impressa é o Jornal Sem Terra, produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Criado em 1981 no Rio Grande do Sul e posteriormente nacionalizado, o jornal se tornou um dos principais veículos de comunicação do movimento; suas edições carregam a memória do MST.

⁵¹ Na década de 80, por exemplo, a Igreja Católica no Brasil fundou a TV Canção Nova, que possui programação voltada para a evangelização e para a discussão de temas públicos. Também é possível citar mídias como a TV Senado

online abriu as portas para novos formatos e ampliou a possibilidade de produção midiática por parte das fontes. A forma mais tradicional de presença online das mídias das fontes são os sites oficiais. Atualmente, com a ascensão da internet, é essencial que grupos de interesse possuam domínios online para publicar e disseminar documentos e notícias que julgam relevantes para as causas que defendem. Nesses domínios, os próprios grupos proprietários controlam os mecanismos de funcionamento e publicação. Originadas do desejo de sobrepor as condições do mercado midiático brasileiro, as mídias das fontes ainda são marginalizadas pelas próprias estruturas de exclusão que foram as causas de suas criações. Afinal, a concentração do poder midiático no país permanece e os grandes conglomerados jornalísticos continuam sendo as principais fontes de informação da população, seja por meio das mídias tradicionais ou das mídias digitais. Diante disso, apesar de representarem uma expansão da diversidade midiática relevante para o fortalecimento da democracia brasileira, as mídias das fontes não abalaram as construções históricas do mercado de mídias nacional. Mesmo com suas ações online, seu alcance não pode ser comparado às amplas audiências dos jornais televisivos de horário nobre ou ao número de leitores dos grandes jornais impressos e dos portais jornalísticos online das grandes empresas jornalísticas. Nesse contexto, muitos grupos de interesse no Brasil abandonaram a produção de veículos midiáticos próprios e passaram a focar suas ações midiáticas em espaços virtuais específicos: as mídias sociais. Todavia, as mídias das fontes permanecem relevantes na medida em que são meios de divulgação de posicionamentos e opiniões sobre os principais problemas públicos por parte das instituições produtoras.

2. Além da TV Record: as mídias das fontes da Igreja Universal

A compra da Rede Record foi o maior trunfo comercial da Igreja Universal. Embora o canal não tenha se tornado a primeira emissora evangélica do país como havia sido inicialmente planejado por Edir Macedo (NASCIMENTO, 2019), sua aquisição ampliou a relevância social e política da IURD ao colocar a igreja dentro do seleto grupo de grandes empresas midiáticas do Brasil. A Universal passou a ter um grande poder de agendamento midiático e de influência na agenda pública. Influência essa que se tornou moeda de troca para acordos e negociações no meio

e a TV Câmara, emissoras legislativas que transmitem os eventos e debates realizados nas casas legislativas federais do Brasil.

político. Entretanto, a ação midiática da igreja foi aprisionada pelos grilhões comerciais. A necessidade de manter o lucro do canal impediu que a emissora fosse transformada num porta-voz direto da igreja (BEHS, 2009). Seu objetivo maior é o lucro, não a busca por visibilidade para as pautas da IURD. Constitui, assim, um veículo de mídia tradicional. Em face disso, a igreja criou a Folha Universal em 1992 com o objetivo de suprir as restrições comunicacionais impostas à Rede Record pelo seu próprio caráter comercial (ROTHBERGH; DIAS, 2012). Jornal impresso e semanário, a Folha Universal é uma continuação da Revista Plenitude, que havia sido descontinuada alguns anos antes. Desde seus primeiros momentos, caracterizou-se por ser um veículo jornalístico setorial com o fim de disseminar as percepções da Universal sobre os principais tópicos da esfera pública. Sua produção sempre foi controlada integralmente pela igreja, que contratou uma equipe de jornalistas profissionais para a elaboração de noticiais. O semanário também é visto pela IURD como um instrumento de proselitismo, por isso apresenta diversas seções cujos focos são temas religiosos, descrições de eventos e projetos organizados pela instituição religiosa; e testemunhos de fiéis que afirmam ter recebidos bençãos após o ingresso na igreja. Sua distribuição é feita nos cultos de domingo de manhã e continua fora dos templos ao longo da semana para não fiéis. Obreiros e funcionários da igreja são encarregados de distribuir exemplares em locais de grande movimentação nos grandes centros urbanos.

De acordo com informações disponíveis no site da própria Igreja Universal, atualmente o semanário possui uma tiragem de 1,8 milhão de exemplares por semana e sua equipe é composta por mais de 20 profissionais diretamente envolvidos (UNIVERSAL, 2020). Ainda segundo o site, “a Folha Universal é um dos principais instrumentos de evangelização utilizados pela igreja, que desde seu início tem a visão [...] de ter os meios de comunicação como aliados na divulgação do evangelho” (UNIVERSAL, 2020). Apesar de sua função proselitista, a Folha Universal adota a linguagem e a organização das mídias jornalísticas tradicionais. A semelhança estética e o uso dos mesmos padrões comunicacionais da mídia mainstream visam dar ao jornal a credibilidade que esses veículos possuem frente aos leitores que os consomem. Também é essencial apontar que se trata de um jornal sem fins lucrativos e mantido pela própria instituição. A autonomia comercial permite que o semanário não tenha seus conteúdos limitados pela necessidade de conseguir patrocínios ou estabelecer parcerias de publicidade com empresas ou atores externos à igreja. Em face do exposto, é possível concluir que a Folha Universal apresenta todas as características de uma

mídia da fonte (SANT'ANNA, 2005; 2008). Sua inauguração permitiu à IURD entrar num meio específico da comunicação social que não poderia ser alcançado através da Rede Record: o jornalismo das fontes. Mais ainda, a fez ingressar em um ramo específico desse jornalismo: o Jornalismo Religioso (SANT'ANNA, 2008); (SILVA, 2016); (FRANCO, 2018). De acordo com Silva, o jornalismo religioso pode ser descrito como um segmento da comunicação social “referente à produção de material noticioso por organizações religiosas em veículos próprios e que tem por objetivo a disseminação de informação e a análise de cunho religioso dos fatos públicos” (SILVA, 2016, p. 34). Eduardo Franco (2018) reforça essa concepção ao afirmar que o jornalismo religioso é a prática de produção de notícias sobre assuntos públicos por parte de instituições religiosas e que sua principal consequência é a elaboração de narrativas que entrelaçam o discurso religioso com o discurso midiático.

Desse modo, é possível sintetizar a questão com a constatação de que a criação da Folha Universal permitiu à IURD produzir e disseminar narrativas fundamentadas em um entrelaçamento entre o discurso jornalístico e o discurso religioso. Esse entrelaçamento é evidenciado pela própria organização do semanário. Como já foi abordado, as matérias publicizadas por esse jornal são divididas em dois grandes blocos: um voltado para assuntos da esfera secular e outro destinado às ações proselitistas e projetos da igreja. Essa estrutura permite o entrelaçamento entre as mensagens religiosas e as visões políticas e sociais da instituição (BEHS, 2009). Embora as mídias das fontes também adotem os procedimentos de elaboração da notícia utilizados pelos veículos tradicionais, o fato de elas não visarem o lucro permite que possam adotar uma especialização temática ou uma especialização editorial sem que haja perda de credibilidade e diminuição nos números de consumidores. No caso da Folha Universal, há uma especialização editorial (SANT'ANNA, 2008). O processo de produção de notícia é inteiramente controlado pela igreja. A IURD é quem estabelece os filtros de gatekeeping⁵² e os processos de enquadramento dos fatos para a construção

⁵² A decisão de quais fatos devem ou não serem transformados em notícia é feita pelos próprios jornais. Esse processo de seleção é denominado de gatekeeping. Segundo Axel Bruns (2011), o processo de Gatekeeping surgiu como uma necessidade prática do jornalismo: como as vias de divulgação são limitadas no jornalismo impresso, era necessário selecionar quais notícias ocupariam as páginas dos jornais. O critério de seleção variava entre as empresas de jornalismo, mas estavam sempre alicerçados em fatores como o editorial, interesses econômicos e relevância do tema. O gatekeeping também envolve seleções dentro do próprio jornal, visto que nem todo trabalho produzido pelos jornalistas são publicados. Cabe ao editor selecionar quais bens comunicacionais produzidos por jornalistas serão lançados no Espaço do Visível em forma de notícia.

da notícia. O jornal cumpre a função básica das mídias das fontes: garantir a comunicação sem intermediários entre a instituição e o público. Por meio dele, a Universal dissemina a sua agenda na esfera pública e insere suas pautas nas disputas políticas pelo poder do agendamento. É também através da Folha Universal que a igreja divulga suas interpretações sobre os problemas públicos para que elas possam disputar as posições de legitimidade. Em outras palavras, o semanário é um veículo pelo qual a firma age como patrocinadora de determinados pacotes interpretativos e os torna parte de uma determinada cultura do problema.

Diante disso, a Folha Universal assumiu desde o seu início o papel de principal veículo divulgador das posições políticas da IURD. A junção entre discurso religioso e discurso jornalístico permite que a igreja apresente por meio do jornal tanto suas problematizações religiosas quanto suas problematizações seculares sobre os acontecimentos da esfera pública (FRANCO, 2018). A agenda e os pacotes interpretativos disseminados pelo semanário representam os interesses privados e materiais da igreja assim como suas premissas teológicas. O esforço de disseminação desses posicionamentos é sempre intensificado nos períodos eleitorais. Nesses momentos, além de disseminar as pautas e ser o veículo de divulgação de pacotes interpretativos, a Folha Universal é utilizada para demonstrar o apoio da igreja a um determinado candidato à presidência (ROTHBERG; DIAS, 2012). Como foi discutido, na maioria dos pleitos da Nova República, a Universal declarou abertamente apoio institucional a um determinado candidato. Nas páginas da Folha Universal, esse apoio era convertido em incentivos diretos ao voto nos candidatos apoiados ou em propagandas negativas contra seus principais concorrentes. A segunda estratégia foi historicamente mais frequente. O conceito previamente mencionado de propaganda negativa é definido por Lourenço (2009) como a ação midiática que não tem o objetivo de promover um candidato, mas sim de atacar seu concorrente por meio da exploração de suas vulnerabilidades públicas ou pessoais. Ainda segundo o autor, a principal característica de uma peça de propaganda negativa “é a ênfase em atingir o adversário político em detrimento da valorização das virtudes do candidato emissor ou apoiado por quem a emite” (LOURENÇO, 2009, p. 139). O principal objetivo dessa forma de propaganda é fazer com o político atacado perca votos.

A Universal mobilizou essa estratégia à fundo por meio da Folha Universal em diversos momentos eleitorais. Como foi debatido, as propagandas negativas feitas pela igreja adotavam tanto um caráter político quanto um caráter religioso. As primeiras eram críticas às propostas e aos posicionamentos políticos de seus opositores. Tinham como fundamento problematizações seculares em relação à visão política do candidato atacado e representavam uma demonstração evidente dos interesses materiais da igreja. Esses ataques, contudo, foram menos frequentes ao longo dos anos. As principais propagandas negativas disseminadas pelo semanário foram de caráter religioso e eram baseadas em uma estratégia historicamente adotada pelas instituições cristãs: a da diabolização do inimigo. A estratégia de diabolização, ou satanização, do inimigo consiste em associá-lo à figura do diabo. Como aponta Pagels (1996), a figura do demônio nunca possuiu um caráter fixo (PAGELS, 1996). Por mais que no imaginário atual a figura de Satanás seja diretamente associada à imagem de um ser grotesco de rabo e chifres (SOUZA; ABUMANSUR, 2019), existiram várias representações distintas do demônio ao longo da história. Essas representações estiveram ligadas ao modo como determinadas sociedades e culturas enxergaram o “outro”, isto é, o diferente e o inimigo. A figura do diabo é extremamente maleável e pode assumir diferentes formas que variam de acordo as condições sociais do mundo imanente (PAGELS, 1996). Essa variabilidade cria o que Elaine Pagels define como história social do diabo, que engloba todas as representações culturais da figura de Satanás. A Folha Universal foi o principal meio pelo qual a IURD disseminou as propagandas negativas de caráter religioso que diabolizaram seus principais desafetos políticos. Essa estratégia colocava os políticos em questão como inimigos que precisavam ser combatidos com todas as forças pelo povo de deus. Seus projetos e propostas eram igualmente descritos como desejos de Satanás que resultariam na destruição moral do país. O caso mais emblemático de diabolização nos discursos da Universal foi o modo como a igreja retratou Lula ao longo das campanhas eleitorais das duas primeiras eleições da Nova República. De modo geral, projetos de caráter progressista como a descriminalização do aborto, o casamento entre homossexuais e a legalização do uso de drogas eram os mais associados à ideia do diabo. Recentemente, os projetos envolvendo questões de gênero também foram incluídos nesse grupo. A igreja também mobilizava acusações de perseguição ao redor desses candidatos. As propagandas negativas afirmavam que a proximidade dos políticos com o demônio os faria perseguir cristãos e fechar as igrejas evangélicas.

Entretanto, segundo Rothberg e Dias (2012), a estratégia de propaganda negativa deixou de ser utilizada na Folha Universal. Por meio de uma análise das edições do jornal publicadas ao longo da última década, os autores concluíram que o semanário deixou de fazer propaganda direta para candidatos a cargos públicos após 2010, sejam elas positivas ou negativas (ROTHBERG; DIAS, 2012). Nos últimos anos, as referências diretas às candidaturas passaram a ser feitas por meio de uma outra mídia da fonte da IURD: o seu site oficial. Além de publicar as matérias da Folha Universal em formato online, o site publica quase que diariamente artigos curtos e textos sobre diversos assuntos. Essas publicações são compartilhadas nas páginas oficiais da igreja nas mídias sociais e também são divididas entre textos de caráter proselitista e textos sobre temas da esfera pública. Em face disso, cumpre ressaltar que a escolha pela análise da Folha Universal e do site oficial da IURD na presente dissertação se justifica pelo fato de os dois veículos serem mídias das fontes cuja produção está sob total poder da igreja e que permitem a disseminação da agenda e das interpretações políticas e sociais da instituição. Essa justificativa é reforçada pela constatação de que a Folha Universal é o principal meio de disseminação dos posicionamentos da igreja desde sua criação e pelos usos recentes do site oficial das lideranças da Universal para a disseminação de visões políticas.

Capítulo 3

1. As eleições de 2018: Jair Bolsonaro e o Novo Conservadorismo Brasileiro

Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado do exército brasileiro que entrou para a política no início da década de 90 ao ser eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Exerceu sete mandatos na Câmara dos Deputados por partidos distintos entre 1991 e 2018, quando abandonou o legislativo para se candidatar à presidência da República. Enquanto deputado, Bolsonaro sempre foi uma figura polêmica, mas passou a maior parte dos seus 27 anos na função sem alcançar grande relevância política ou popularidade. Isso mudou por volta de 2010. No fim desse ano, ganhou destaque midiático pelo seu ativismo parlamentar contra o projeto Escola Sem Homofobia. Bolsonaro foi um dos primeiros a acusar o projeto do Ministério da Educação de sexualizar crianças e de “promover a homossexualidade” entre estudantes (ROMANCINI, 2018). Passou a participar de programas de auditório e programas humorísticos de emissoras de televisão nacionais nesse período, como a RedeTV e a Bandeirantes. Programas esses que funcionaram como propulsores da sua imagem e contribuíram para que se tornasse famoso entre a população. Na medida em que se tornou mais conhecido, suas visões políticas passaram a encontrar adesão na sociedade. Para impulsioná-las, Bolsonaro adotou uma postura mais ativa dentro do Congresso Federal. Com a explosão da militância virtual de direita após as manifestações de 2013⁵³, surgiram fanpages destinadas à exaltação da figura de Bolsonaro e à disseminação das ideias do deputado (RIBEIRO; LASAITIS; GURGEL, 2016). Carregadas de um humor ácido e, muitas vezes, sádico, essas páginas se popularizam nas mídias sociais, especialmente entre os jovens (RIBEIRO;

⁵³ Para Bringel e Pleyers (2019), as Jornadas de Junho proporcionaram uma abertura política que permitiu o surgimento de novos grupos ativistas tanto de direita quanto de esquerda e enfraqueceu os movimentos políticos tradicionais. Também foram responsáveis por uma reconfiguração da militância política no país (BRINGEL; PLEYERS, 2019). As mídias sociais e o mundo online passaram a ser meios centrais na disputa pela agenda pública e no embate entre pacotes interpretativos (SILVEIRA, 2015). As páginas online que ganharam força na terceira etapa inspiraram novos grupos a levarem seu ativismo político para as plataformas digitais. O repertório de organização de manifestações de rua também foi renovado. As jornadas estabeleceram um modelo de manifestação descentralizado e que podem envolver reivindicações distintas que se comunicam. Acima de tudo, criaram uma nova geração de ativistas que passou a buscar influencia na esfera pública (BRINGEL; PLEYERS, 2019). Nova geração essa que foi formada especialmente por ativistas de direita liberal e conservadora que praticavam um novo modelo de militância: a militância online (CHAIA; BRUGNAGO, 2014). A militância online dos novos ativistas de direita no Brasil conduziu a transformação das mídias sociais em “dispositivos de formação política que permitiram a proliferação ideológica dentro da rede” (CHAIA; BRUGNAGO, 2014, p. 124). Esse novo modelo de militância se caracterizou pelo seu discurso simples e pela adoção de uma linguagem típica do mundo online.

LASAITIS; GURGEL, 2016). O aumento da fama do então deputado no primeiro governo Dilma fez com que ele ampliasse suas pretensões políticas. Em entrevista realizada em maio de 2014, Bolsonaro anunciou sua intenção de se candidatar à presidência já no pleito daquele ano (ORDONES, 2014). Apesar de sua candidatura ao executivo ter sido frustrada pelo seu partido da época, o capitão reformado demonstrou sua força nas eleições parlamentares: nesse ano, o número de votos que recebeu para o cargo de deputado federal cresceu 436% em relação ao número de votos do pleito anterior (LACERDA, 2019). Após a reeleição de Dilma, Bolsonaro declarou que ele seria o candidato da direita nas eleições de 2018 (MORAES, 2014).

Com a candidatura em vista, seguiu com a estratégia de construir alianças entre 2014 e 2018. E foi bem-sucedido. A análise feita por Marina Lacerda (2019) sobre os posicionamentos de Bolsonaro na Câmara dos Deputados ao longo da 55ª legislatura mostra que o ex-capitão do exército costurou novas alianças e a se engajou em disputas políticas em torno de debates aos quais não havia mostrado interesse em seus mandatos anteriores (LACERDA, 2019). Os primeiros anos da carreira do capitão reformado como parlamentar foram marcados por um grande foco em temas militares e de segurança. Seus interesses políticos giravam em torno das demandas corporativas dos agentes das forças armadas, como pensão para família, reforma da previdência e reivindicações salariais; e das pautas punitivas, como a redução da maioria penal e o armamento da população (LACERDA, 2019). Outro ponto que sempre esteve presente de forma relevante em seus discursos em plenário e em suas ações parlamentares foi o antipetismo e o anticomunismo. Desde a chegada de Lula à presidência, Bolsonaro foi crítico do partido e de seus ideais de esquerda. Antes mesmo dos escândalos do Mensalão e do espetáculo midiático da Lava-Jato, já acusava o PT de corrupção (LACERDA, 2019, p. 182). Também criticava o partido pela falta de rigidez no combate à criminalidade e pela promoção da agenda dos Direitos Humanos. A polêmica do “kit-gay” resultou na inserção de um discurso moralmente regulador em seu repertório político no início da década de 2010. A partir da legislatura iniciada em 2011, Lacerda (2019) constata nas falas de Bolsonaro a presença de pautas moralistas, religiosas e pró-família que até então não eram parte de suas preocupações na Câmara dos Deputados. Desde então, a moral sexual passou a ser um dos pontos centrais de sua agenda, o que permitiu uma aliança política com os evangélicos. Já em 2018, nas vésperas da campanha eleitoral, Bolsonaro inseriu em sua agenda mais um ideal: o neoliberalismo. Até então, o político conservador nunca havia se posicionado enquanto um neoliberal convicto. Ao

longo de sua carreira parlamentar, não defendeu posições ideológica nítidas quanto às políticas econômicas (LACERDA, 2019)⁵⁴. A mudança de postura em relação às pautas economicamente liberais teve início em 2015. Ao longo da legislatura iniciada naquele ano, o deputado votou a favor de todos os grandes projetos neoliberais que tramitaram no congresso, como a mudança do regime de exploração do pré-sal, a implantação do teto de gastos e a reforma trabalhista (LACERDA, 2019). A consolidação de sua posição neoliberal ocorreu nas vésperas das eleições de 2018, quando anunciou o economista Paulo Guedes como seu conselheiro econômico. Formado nos berços acadêmicos do Neoliberalismo, Guedes foi o sinal de Bolsonaro ao mercado e à burguesia de que seu governo estaria disposto a implantar um plano econômico ortodoxo. A partir desse momento, o então político do PSL passou a verbalizar posições pró-mercado (LACERDA, 2019).

Nas eleições de 2018, Bolsonaro surgiu como a personificação da onda conservadora que era observada no Brasil desde as manifestações de junho de 2013. Sua campanha driblou o pouco tempo de televisão pela condução de propaganda política quase que exclusivamente pelas mídias sociais. O uso desse meio permitiu o disparo de notícias falsas e a construção de um populismo digital que aproximou o então deputado da população (CESARINO, 2019). No dia 6 de setembro, Bolsonaro foi vítima de um atentado à faca que quase tirou sua vida. Em meio às cirurgias e à recuperação, ganhou grande exposição nas mídias tradicionais (MARIANO; GERDARDI, 2019) e pode se ausentar dos debates televisionados, nos quais havia demonstrado um péssimo desempenho até então. Apesar dos quase trinta anos no parlamento, o então deputado conseguiu construir ao redor de si a imagem de outsider do campo político e criar em torno de sua candidatura o sentimento de renovação para a política nacional. Mobilizou valores patriotas por meio da adoção da bandeira do Brasil como principal símbolo e do verde amarelo como cores de sua campanha. Instrumentalizou a figura do deus cristão para mostrar seu compromisso com os valores dessa religião e com os interesses dos evangélicos, principais protagonistas das disputas morais no cenário político recente do país (REINA, 2018). A união entre deus e pátria foi expressa no já citado slogan de campanha: Deus acima de tudo, Brasil acima de todos. A ascensão de Bolsonaro

⁵⁴ Bolsonaro se posicionou abertamente contra o liberalismo econômico em determinados momentos de sua carreira política. Em entrevista realizada em 2014 ao site INFOMONEY, afirmou que simpatizava com certas pautas liberais, mas não com todas, visto que era a favor de um governo autoritário, portanto, centralizador (ORTUNES, 2014). Na mesma entrevista, constatou ser contra privatizações na maioria dos casos e disse que “o governo não pode perder a mão e deixar tudo no setor privado, senão vira palhaçada” [sic] (ORTUNES, 2014, sem página).

rompeu com a polarização entre PT e PSDB que pautou as eleições entre 1994 e 2014. Rompimento esse que teve consequências duras para os tucanos. Principal representante das classes médias e da direita nacional até então, o PSDB viu seu candidato, Geraldo Alckmin, receber apenas 4,76% dos votos no primeiro turno e amargar a quarta colocação na corrida pelo cargo de presidente⁵⁵. O outro lado da oposição tradicional se manteve, apesar de abalado. A força do Lulismo manteve o PT como o principal representante da esquerda nacional na disputa. Contudo, o partido não contou com sua principal liderança no pleito. Em abril de 2018, Lula foi preso por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da operação Lava-Jato. O ex-presidente era o principal cotado a ser o candidato de seu partido na corrida eleitoral. Em seu lugar, o PT optou por lançar Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo. Todavia, Haddad não foi capaz de capturar os votos do Lulismo (ABRANCHES, 2019). Pouco conhecido nacionalmente, o professor universitário não possuía a mesma força da imagem de Lula entre a população. Com o enfraquecimento do PT e a implosão do PSDB, Bolsonaro encontrou um caminho aberto para impulsionar sua imagem. Pela forte mobilização do antipetismo, concentrou o voto de todos os grupos insatisfeitos. Ao mesmo tempo, sua postura radical e intolerante criou uma forte oposição das alas progressistas e democráticas. Oposição essa que foi capturada por Haddad. Construiu-se, assim, uma nova polarização entre o PT e Bolsonaro, que pode ser também compreendida como uma polarização entre anti-Bolsonaristas e antipetistas (ABRANCHES, 2019). Essa divisão se concretizou no segundo turno, que opôs os dois candidatos.

2. A igreja Universal nas eleições presidenciais de 2018

A Igreja Universal manteve o padrão histórico de lançar candidaturas oficiais para os cargos legislativos e de se restringir a fazer declarações de apoio nas disputas para o poder executivo nas eleições de 2018. No início do ano, o PRB havia anunciado que o empresário Flávio Rocha seria o candidato do partido no pleito para a presidência. Ex-deputado federal, Flávio Rocha foi o fundador do movimento Brasil 200, que reuniu grandes empresários brasileiros com o objetivo de propagar no país uma pauta neoliberal na economia e conservadora nos costumes (COELHO, 2018).

⁵⁵ Para Santos e Tanscheit (2019), o fracasso eleitoral dos tucanos na disputa presidencial representou uma “troca de guarda” entre a direita moderada do PSDB e a direita extremada de Bolsonaro. Em face do fracasso do PSDB em suas tentativas de derrotar o Lulismo de maneira democrática e da impopularidade do governo Temer, a classe média e população insatisfeita com o petismo optou por uma posição radicalizada que prometia dar fim à “velha política” e construir um novo país.

Todavia, tanto o partido quanto o pré-candidato anunciaram a desistência da candidatura antes do início do período de campanha. Em anúncio conjunto, o empresário e o presidente nacional do PRB, Marcos Pereira, afirmaram que o recuo do partido em suas pretensões eleitorais foi motivado pelo convite para integrar uma união de grupos do chamado centrão em apoio a uma candidatura que se posicionasse enquanto centrista (AZEVEDO, 2018). O partido justificou a decisão pela afirmação de que o Brasil estava enfrentando um momento de crise que necessitava de diálogos e propostas equilibradas para ser superado. Uma série de candidatos se apresentaram como opções de centro na campanha eleitoral de 2018. O cearense Ciro Gomes, do PDT, despontou como um candidato com potencial para chegar ao segundo turno. Marina Silva, que havia sido a terceira colocada nos últimos dois pleitos para presidência, também se mostrou uma opção moderada. Contudo, o candidato escolhido pelo grupo foi o tucano Geraldo Alckmin, que vinha de dois mandatos seguidos como governador do estado de São Paulo⁵⁶. No contexto de polarização e de ascensão de uma direita extremada representada pela candidatura de Bolsonaro, a direita moderada do PSDB passou a ser compreendida enquanto uma posição de centro. Diante disso, o PRB integrou a coligação que formou a campanha de Alckmin. Da mesma forma, a Universal declarou apoio ao candidato (NASCIMENTO, 2019). Em face do desgaste do PT nos anos anteriores e do forte antipetismo que se alastrava pela sociedade, a aposta no candidato do maior concorrente histórico do partido de Dilma e Lula parecia prudente. Ademais, a coligação de Alckmin garantiu ao candidato o maior tempo de propaganda na televisão e no rádio, o que era um bom indício para sua campanha. Mais do que um alinhamento ideológico, a aproximação com o tucano demonstrou a postura política pragmática do PRB e da igreja. Do lado do PT, a candidatura de Fernando Haddad selou qualquer possibilidade de aproximação da IURD com o partido ao longo do pleito. Já em seu período enquanto Ministro da Educação, Haddad havia entrado em conflito com a igreja graças ao projeto Escola sem Homofobia. Conflito esse que foi potencializado pelos atritos envolvendo esses dois atores ao longo da campanha para a prefeitura de São Paulo em 2012 e do posterior mandato do petista como chefe do executivo da cidade. No momento da eleição de 2018, portanto, o professor universitário já era um desafeto da igreja havia anos.

⁵⁶ A campanha de Alckmin foi formada pela coligação do PSDB com o PRB, DEM, PP, PR, PTB, PSD, PPS e Solidariedade.

Apesar de seu posicionamento declarado e da candidatura de um antigo opositor, a Universal manteve uma postura moderada e neutra durante a maior parte do período de campanha. Ao longo do ano, a igreja não fez em suas mídias das fontes grandes declarações de posicionamento político ou de apoio a um determinado grupo ou partido. Todavia, temas políticos foram frequentes nos editoriais das edições da Folha Universal lançadas entre o início de 2018 e o início da campanha eleitoral em agosto⁵⁷. Desde o início do ano, o semanário apresentou artigos editoriais que debatiam a importância do voto para a mudança do país e a necessidade de que todos os cidadãos exercessem seu direito de escolha nos pleitos que se aproximavam. Também deu foco em seus editoriais para temas específicos, como a intolerância social, a polarização e as notícias falsas. De modo geral, todos esses temas foram tratados de maneira superficial. O semanário buscou apenas alertar seus leitores para os perigos das fake news nas redes sociais e para as possíveis consequências negativas da polarização política nas relações cotidianas. Apenas duas edições do jornal publicadas entre janeiro e agosto tiveram as eleições como tema da matéria de capa: a edição 1344 e a edição 1369. A edição 1344 foi a primeira lançada no ano de 2018. Sua matéria de capa, intitulada 'O futuro em suas mãos', apresentou um forte discurso de incentivo ao voto e de renovação política. O ponto central da matéria era que o poder do povo é exercido por meio das escolhas nas urnas, portanto é essencial que todos os cidadãos votem de forma consciente para gerar uma verdadeira mudança na política brasileira. A edição 1369, por sua vez, foi lançada em julho e trouxe como matéria de capa a reportagem intitulada "Como mudar o Brasil?". Mais uma vez, o objetivo da matéria foi incentivar a participação eleitoral. Dessa vez, o foco foi a população jovem. Na capa, foi publicada a foto de duas pessoas jovens segurando seus títulos de eleitor. A reportagem apresentou diversos discursos de pessoas entre 16 e 30 anos que afirmavam acreditar que o único instrumento capaz de promover uma mudança nacional é o voto.

A primeira pesquisa conduzida pelo IBOPE sobre as intenções de voto da população deu indícios de que a escolha do PRB e da Universal pela candidatura de Alckmin não havia sido a mais correta. Divulgada quatro dias após o início do período de campanha, a pesquisa apontou que o tucano tinha apenas 6% das intenções de voto e que estava atrás de outros candidatos vistos como possibilidades de centro, como Marina Silva e Ciro Gomes (PIMENTEL, 2018). Nesse momento,

⁵⁷ Cumpre ressaltar que o corpus formado para a análise inclui postagens e edições do jornal lançadas a partir do dia 16 de agosto de 2018, data de início da campanha eleitoral

a candidatura de Lula ainda não havia sido negada pelo TSE e o petista liderava com 37% das intenções do eleitorado. Bolsonaro apareceu em segundo com 18% (PIMENTEL, 2018). Entretanto, os acontecimentos do mês de setembro mudaram o panorama eleitoral. Como foi relatado, a facada sofrida por Bolsonaro em 6 de setembro proporcionou maior tempo de televisão e cobertura midiática ao então candidato do PSL, além de afastá-lo dos debates televisivos (MARIANO, GERARDI, 2019). Cinco dias depois do acontecimento, o PT oficializou Fernando Haddad como substituto de Lula, que havia sido legalmente proibido de se candidatar. Na mesma semana, o IBOPE divulgou uma pesquisa de intenção de votos com o novo candidato petista que apontou Bolsonaro na liderança com 28% (IBOPE, 2018)⁵⁸. Contudo, Haddad passou a crescer eleitoralmente, o que configurou um contexto de polarização entre o petista e Jair Bolsonaro. Em face disso, as candidaturas de centro e de centro-direita desidrataram e a possibilidade de interferência desses candidatos na formação do segundo turno diminuiu. O quadro conjuntural de divisão entre Bolsonaro e Haddad acionou as bases de apoio dos dois candidatos. As igrejas evangélicas e suas lideranças, alinhadas ao político de extrema direita, passaram a propagar intensamente seu antipetismo e a demonizar o candidato do PT. Por meio das redes sociais, líderes cristãos, como Silas Malafaia, promoveram uma verdadeira cruzada antipetista e a favor de Bolsonaro. De acordo com Mariano e Gerardi,

“Líderes evangélicos apoiaram Bolsonaro, acima de tudo, por considerá-lo representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família” (MARIANO, GERARDI, 2019, p. 69).

Inicialmente, a Universal não se juntou abertamente ao movimento evangélico que declarava seu apoio ao candidato do PSL. Suas principais lideranças se mantiveram em silêncio em relação ao pleito ao longo da maior parte do mês de setembro. Na primeira semana do mês, a Folha Universal deu início a uma série de edições focadas no pleito. Intitulada de ‘Especial Eleições’, a série foi produzida com o objetivo de discutir os principais problemas que afetavam o país e indicar o que a população deveria fazer para acertar nas escolhas dos candidatos e promover

⁵⁸ Acesso: < <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/instituto/ibope/>>.

uma verdadeira mudança política no Brasil. Acima de tudo, os assuntos abordados nas reportagens que compuseram as edições especiais apontaram quais eram os principais problemas sociais do país na visão da instituição, assim como seus posicionamentos em relação a cada um deles. Diante disso, representaram expressões relevantes dos ideais políticos da igreja na conjuntura das eleições. O mesmo vale para os textos sobre temas políticos publicados no site oficial da IURD. Apesar de a plataforma online ter se caracterizado nas últimas eleições como o meio de posicionamento aberto das lideranças da igreja e de disseminação de propaganda negativa de seus opositores, as postagens seguiram o mesmo padrão moderado da Folha Universal nos primeiros momentos da campanha. A postura da igreja sofreu um giro no fim de setembro. Nesse período da campanha, a candidatura de Geraldo Alckmin já havia desidratado. As pesquisas de intenção de voto mostravam que as chances do então governador de São Paulo chegar ao segundo turno eram baixas. Somado a isso, a Universal sofria pressão da comunidade evangélica e de seus próprios fiéis, que estavam unidos ao redor da candidatura de Bolsonaro e demandavam um posicionamento da igreja (ALMEIDA, 2019b). O candidato do PSL figurava como o líder das pesquisas e já tinha vaga garantida no segundo turno.

O pragmatismo político da IURD falou mais alto do que o compromisso firmado com Geraldo Alckmin. No dia 29 de setembro, por meio de uma publicação discreta em sua página oficial na mídia social Facebook, Edir Macedo declarou que sua escolha para a eleição presidencial de 2018 seria Jair Bolsonaro. O anúncio repercutiu na comunidade evangélica e na mídia tradicional. No dia seguinte, uma reportagem publicada pelo jornal Estadão afirmou que o PRB já havia manifestado internamente sua predileção pelo candidato de extrema direita em um possível segundo turno (FRAZÃO, 2018). A declaração de apoio do bispo ocorreu em um momento chave para as eleições. No mesmo dia em que anunciou seu voto, as ruas foram tomadas por manifestações contra Jair Bolsonaro. Intitulado de Movimento Ele Não, os protestos foram liderados por grupos de mulheres e expressaram a forte rejeição de Bolsonaro em camadas do eleitorado. Contudo, os protestos não abalaram a expectativa de ida ao segundo turno da campanha bolsonarista. O apoio explícito do bispo Macedo contribuiu ainda mais para essa confiança. A partir desse momento, a postura da Universal nas eleições tomou um novo rumo. A igreja passou a evidenciar seu posicionamento no pleito e a contribuir para a campanha de Jair Bolsonaro. O primeiro grande momento de contribuição foi a transmissão de uma entrevista exclusiva com o então candidato no Jornal da Record, principal programa jornalístico da emissora. A entrevista foi

ao ar em 4 de outubro, três dias antes da votação do primeiro turno e mesma data em que ocorreu o debate entre candidatos à presidência organizado pela TV Globo. Com a alegação de que havia recebido recomendações médicas para não participar devido ao atentado que sofreu em setembro, Bolsonaro não compareceu ao debate, em que certamente seria o maior alvo de críticas e ataques dos demais concorrentes. Na entrevista, o então candidato foi capaz de expor suas posições sem grandes contrapontos, o que levou seus oponentes a descreverem a transmissão como um grande comício televisionado.

O primeiro turno ocorreu no dia 7 de outubro e confirmou a já esperada disputa entre Bolsonaro e Haddad na segunda fase do pleito. O candidato do PSL recebeu 46% dos votos válidos, o que criou um clima de vitória em sua campanha para o segundo turno. A primeira rodada de votações também foi positiva para o PRB. O partido alcançou 30 cadeiras na Câmara dos Deputados, 9 a mais que na legislatura anterior. Contudo, diferentemente do que era esperado, não declarou apoio institucional à candidatura de Bolsonaro. A cúpula nacional do PRB liberou seus filiados para fazer campanha para qualquer um dos dois concorrentes à presidência no segundo turno. Segundo apurou o jornal *Correio Braziliense*, a decisão foi motivada pelo fato de o partido possuir alianças com o PT em determinados estados (CORREIO BRAZILIENSE, 2018). Apesar disso, a maioria dos integrantes da instituição mostraram-se inclinados a apoiar o candidato de extrema direita. Celso Russomanno, um dos principais líderes do partido e antigo rival de Haddad, declarou abertamente seu apoio a Bolsonaro. Por outro lado, a partir desse momento, a IURD passou evidenciar seu alinhamento com o candidato do PSL. O abandono da postura moderada se intensificou a partir do dia 12 de outubro, data em que ocorreu o principal acontecimento envolvendo a Universal no pleito de 2018. Nessa data, o Brasil comemora o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país. A data, portanto, é um feriado nacional e uma ocasião importante no catolicismo brasileiro. Após comparecer a uma missa em celebração à santa, Haddad foi questionado sobre as constantes declarações de Bolsonaro que acusavam o candidato de ter criado o chamado kit-gay. Em resposta, o petista acusou o candidato do PSL de ser mentiroso e, ao fim de sua fala, afirmou que Bolsonaro nada mais era do que a junção do “neoliberalismo desalmado representado pelo Paulo Guedes, que corta direitos trabalhistas e sociais, com o fundamentalismo charlatão do Edir Macedo” (BALLOUSSIER, 2018). Complementou afirmando que a motivação para essa união era a fome de dinheiro de todos os agentes citados em sua fala. O ataque do ex-

prefeito de São Paulo à IURD retomou seus atritos com a instituição. No mesmo dia, a Universal publicou em sua plataforma online uma nota de repúdio às declarações do petista. Nela, afirmou que:

“Com sua fala criminosa, o ex-prefeito de São Paulo desrespeita não apenas os mais de 7 milhões de adeptos da Universal apenas no Brasil, mas todos os brasileiros católicos e evangélicos que não querem a volta ao poder de um partido político que tem como projeto a destruição dos valores cristãos, como a família, a honra e a decência. Quando o Bispo Edir Macedo apoiou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-presidente Lula, o apoio era muito bem-vindo. Agora, quando o líder espiritual da Universal declara que seu candidato é Jair Bolsonaro, o Bispo Macedo deve ser ofendido de forma leviana? Atacando uma das maiores lideranças evangélicas do País, Haddad tenta incitar uma guerra religiosa ao dar essa declaração em um local sagrado aos católicos, em pleno feriado católico. Charlatão é o candidato que mente para o povo para ser eleito. Fome de dinheiro tem o partido político que assalta estatais e os cofres públicos para sustentar uma estrutura que a Justiça definiu como “organização criminosa” (UNIVERSAL, 2018, sem página)⁵⁹.

A Universal retomou a oposição agressiva que caracterizou sua relação com o PT na década de 90 após as falas do ex-ministro da educação. Mais do que o repúdio às declarações de Haddad, a nota lançada pela igreja apresentou duros ataques ao partido e aos seus governos anteriores. E o fez por meio dos mesmos discursos mobilizados por Bolsonaro. Até então, apesar de a narrativa de destruição da família e dos valores cristãos ter sido frequente em suas mídias, a IURD nunca havia feito uma associação direta entre esses fatos e o PT. O mesmo vale para a acusação feita ao partido de “assaltar estatais e os cofres públicos” em nome da manutenção de uma estrutura criminosa. A Universal tratou ao longo de todo o 2018 a corrupção como um dos grandes problemas da política nacional, mas sem fazer menções diretas a nenhum partido ou político. O acontecimento do dia 12 também fez com que a igreja retomasse a estratégia de publicar propagandas negativas de seus adversários políticos. Após suas falas contra o bispo Macedo, o número de citações ao candidato do PT em reportagens publicadas no site oficial da igreja aumentou consideravelmente. Também

⁵⁹ O bispo Macedo entrou na justiça contra Fernando Haddad por suas declarações. No dia 3 de novembro o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o petista retirasse o vídeo em que fez as afirmações de suas plataformas digitais. Posteriormente, Haddad foi condenado a pagar uma indenização ao bispo, mas recorreu. No final de 2020, após novo julgamento, o petista foi absolvido do pagamento.

creceu o número de matérias que citavam ações de militantes petistas ou de grupos de esquerda. Faltando duas semanas para o segundo turno, o site lançou uma série de reportagens que comparava os programas de governo e os projetos de país dos dois candidatos. A Folha Universal, por sua vez, manteve o padrão do primeiro turno de não fazer citações diretas a nenhum dos dois concorrentes à presidência. Todavia, nos editoriais lançados pelo semanário após a primeira fase das eleições, a igreja comemorou o alto número de deputados e senadores conservadores eleitos para as casas legislativas federais e afirmou que esse movimento representava a mudança que o país necessitava. A nota de repúdio lançada contra as falas de Haddad, assim, deu início a um período de ataques mais severos ao candidato. Ela também evidenciou o alinhamento da igreja com Bolsonaro ao utilizar dispositivos de assinatura típicos dos pacotes interpretativos patrocinados pelo candidato de direita. Diante disso, cabe apresentar os resultados encontrados pela investigação aqui proposta e discutir detalhadamente de que forma o discurso da igreja foi disseminado ao longo do período de campanha.

3. O discurso da Universal: os principais tópicos e seus pacotes interpretativos

A análise conduzida nas mídias da fonte da Igreja Universal identificou quatro grandes tópicos de debate dentro das reportagens: a crise política, a crise econômica, a moralidade pública e a segurança coletiva nos centros urbanos. Esses temas foram pano de fundo para a condução de discussões menos amplas, como a corrupção nas instituições políticas, a má qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado e a falta de engajamento político por parte da população brasileira. Todos esses tópicos também estavam inseridos na agenda dos grupos conservadores que ascenderam politicamente no Brasil a partir das manifestações de 2013 e que foram representados pela candidatura de Jair Bolsonaro (LACERDA, 2019); (ALMEIDA, 2019)⁶⁰. No momento do pleito

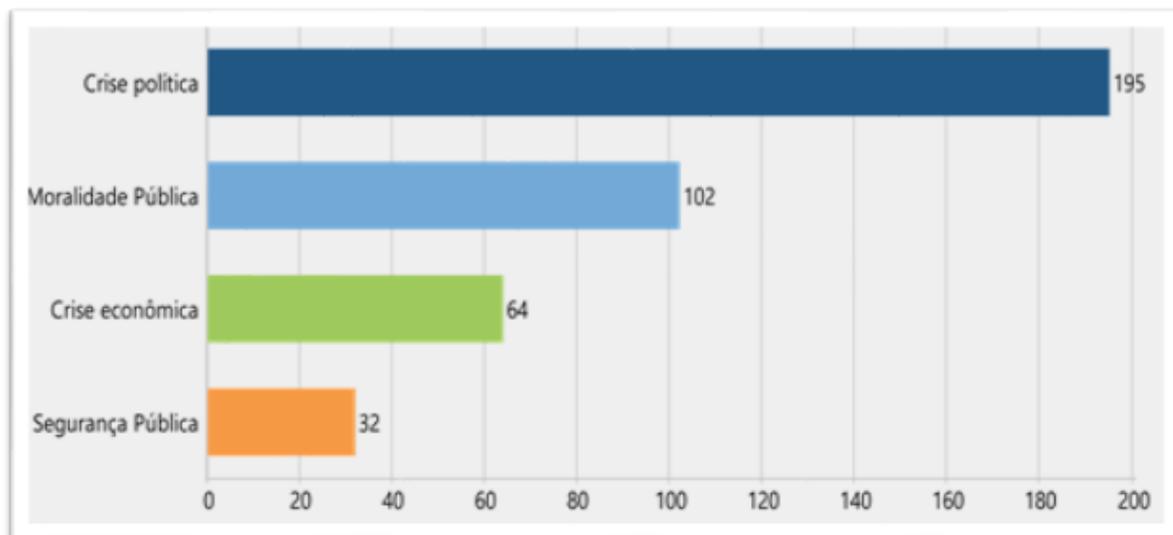
⁶⁰ Segundo Ronaldo Almeida, a Onda Conservadora que atinge o Brasil desde o início da década de 2010 é fruto da articulação entre diferentes alas da direita nacional (ALMEIDA, 2017; 2019); (LACERDA, 2019). Articulação essa que se deu em torno de um discurso político comum: o combate à corrupção e o antipetismo. E que também permitiu a formulação de um discurso amplo que englobava todas as arenas da crise brasileira. Assim, a Onda Conservadora no Brasil apresentou-se como uma “onda quebrada”; isto é, que não apresenta homogeneidade (ALMEIDA, 2019). Ela é formada por atores que representam um “conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns” (ALMEIDA, 2017, p. 2). Cada um desses atores atua tradicionalmente em uma arena política distinta. Juntos, englobaram todas as arenas de disputa e forneceram uma interpretação unificada da crise enfrentada pelo Brasil. Ronaldo de Almeida (2019) expressa essa concepção da seguinte forma: “Entendo o conservadorismo como a principal resultante de diferenças forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso [...]. A metáfora da onda, por sua vez, significa um movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido, mas,

de 2018, a influência alcançada pelos agentes conservadores havia colocado essas questões na agenda pública⁶¹ do país, portanto era esperado que estivessem presentes no corpus analisado. A IURD apresentou um pacote interpretativo distinto para cada um desses tópicos. Em termos quantitativos, a crise política foi o tema mais abordado ao longo das publicações analisadas. A investigação identificou 195 segmentos de texto ao longo do corpus que faziam referência direta ou indireta aos problemas das instituições políticas nacionais e da classe política brasileira. No discurso da IURD, esse tópico englobou temáticas como a corrupção, o baixo engajamento político da população, más escolhas eleitorais e a necessidade da presença de políticos cristãos nos cargos de tomada de poder. No total, o tema da crise política foi abordado em 46 das 55 publicações coletadas, o que representa cerca de 93%. O segundo tópico da agenda mais presente no corpus foi a moralidade pública. Ao todo, 102 passagens do corpus estavam relacionadas aos temas morais inseridos nas disputas políticas. A crise econômica, por sua vez, foi o terceiro tema mais presente nas publicações feitas pela igreja. O tema foi abordado 64 vezes em 16 publicações. Incluiu discussões sobre as contas públicas, sobre desemprego e sobre o que fazer para superar o período de crise. Por fim, o tópico menos presente nas mídias da IURD foi a crise de segurança pública. De modo geral, a discussão sobre a violência no país foi feita somente na matéria de capa da edição 1379 da Folha Universal, que foi lançada no dia 17 de setembro. Diferentemente dos outros tópicos, a crise da segurança pública não foi tema de nenhum artigo publicado no site ou de alguma matéria de outras edições que não a 1379. A frequência desses quatro tópicos é ilustrada pelo gráfico a seguir:

evidentemente, isso não ocorre sem contraforças e pontos de fuga, de tal modo que a situação política tem sido de persistente e reificada polarização política, que se intensificou a cada novo evento eleitoral, tanto no sistema político quanto na polarização” (ALMEIDA, 2019, p. 187).

⁶¹ A agenda pública, também denominada de agenda social, consiste no “grupo de temas que a sociedade, em sua coletividade, estabelece como importante e para os quais volta sua atenção” (SANT’ANNA, 2008, p. 34). Grupos de interesses com pautas variadas disputam a atenção de indivíduos a fim de colocar suas reivindicações na agenda coletiva. Esse embate envolve outras duas categorias de agenda: a agenda midiática e a agenda institucional. A agenda midiática representa os temas e problemas públicos que são divulgados pelas mídias jornalísticas. Já a agenda institucional consiste no grupo de temas que é debatido nas instituições democráticas e que são alvos de ações dos agentes do poder público.

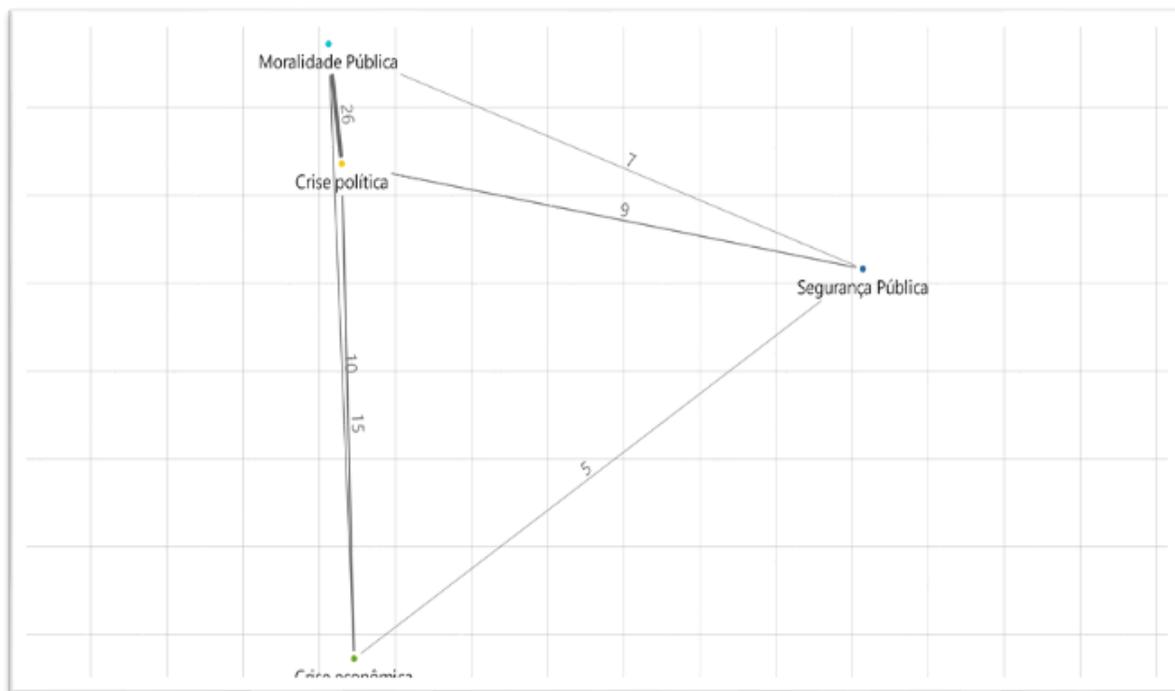
Gráfico 1: Número de aparições de cada tópico da agenda nas publicações feitas pela IURD



Fonte: Elaborado pelo autor.

A discussão desses tópicos não foi conduzida de maneira isolada ao longo das reportagens. As postagens feitas pelas mídias da IURD apresentarem um entrelaçamento relevante entre os temas citados. O tema que mais apresentou interconexões com os demais tópicos foi a crise política. Somado a análise de conteúdo que será posteriormente apresentada, tal dado indica que a Universal mobilizou um discurso que conecta todos os problemas públicos enfrentados pelo país ao mal funcionamento das instâncias de poder. Isso inclui as temáticas de educação e saúde, que foram apontadas frequentemente como resultados dos problemas institucionais do Estado brasileiro e da má atuação dos detentores dos cargos públicos. A maior taxa de sobreposição temática ocorreu entre a crise política e a disputa pela moralidade pública. O entrelaçamento entre os dois temas ocorreu em 26 passagens do corpus. A crise econômica e a segurança pública apresentaram, respectivamente, 15 e 9 sobreposições com o tema da crise política. A moralidade pública foi relacionada à crise econômica em 10 passagens. Já com o tema da segurança pública, foram registradas 7 associações. Por fim, discussões sobre a crise econômica e sobre os problemas de segurança pública foram sobrepostas apenas em 5 ocasiões. Os dados completos sobre as sobreposições temáticas podem ser vistos no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Sobreposições temáticas nas publicações da IURD



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A análise qualitativa das postagens da Universal foi conduzida com o objetivo de identificar quais eram os pacotes interpretativos difundidos pela igreja em torno dos quatro tópicos identificados. Com base na teoria proposta por William Gamson (1981); (1987), é possível afirmar que tais pacotes estão inseridos na cultura do problema existente ao redor de cada um desses temas públicos. A presente seção tem o objetivo de caracterizar cada uma dessas narrativas separadamente e discutir suas aproximações e divergências com o discurso conservador perpetuado por Jair Bolsonaro em sua campanha presidencial. O primeiro pacote interpretativo é aqui denominado de antipetismo democrático e diz respeito à crise política que o país enfrentava no momento da última eleição. O segundo foi intitulado de neoliberalismo econômico e foca na crise econômica. O terceiro, por sua vez, diz respeito à disputa pública pela moralidade, que foi uma das principais pautas da campanha eleitoral de 2018. Esse pacote foi denominado de Moralismo

Regulador. Por fim, o último pacote faz referência ao tema da segurança pública e foi nomeado de Punição Ressocializadora.

3.1 Antipetismo Democrático

O pacote interpretativo do Antipetismo Democrático foi o discurso mais mobilizado nas publicações da Universal ao longo do período analisado. Como foi abordado, ele diz respeito à crise das instituições políticas que o Brasil enfrentava em 2018. Os artigos e matérias publicados pela IURD sobre o tópico podem ser divididos em dois grandes grupos. O primeiro é formado por publicações que disseminaram um discurso democrático que tinha o objetivo de incentivar seus leitores a votarem de forma consciente. O segundo, por sua vez, é composto por matérias que demonstraram abertamente o posicionamento da instituição no pleito. Essa divisão entre dois grupos está diretamente relacionada aos acontecimentos que envolveram a igreja ao longo da eleição. Mesmo após Edir Macedo ter declarado apoio a Bolsonaro no dia 29 de setembro, as publicações do segundo grupo foram feitas principalmente após os resultados do primeiro turno, que ocorreu no dia 7 de outubro. Elas se tornaram mais frequentes após o dia 12 do mesmo mês, data das declarações públicas de Haddad acusando o bispo Macedo de charlatanismo. Os artigos e matérias categorizados nesse grupo foram publicados quase que exclusivamente no site oficial da igreja. Apenas dois editoriais das edições analisadas da Folha Universal apresentaram explicitamente a posição da IURD no pleito. Já as matérias do primeiro grupo foram disseminadas ao longo de todo o período de campanha. Tornaram-se mais comuns a partir do início de setembro, momento em que a Folha Universal passou a lançar edições especiais cujo foco principal eram as eleições daquele ano. A maioria dos artigos classificados nesse grupo foram inicialmente publicados pelo semanário de igreja e posteriormente replicados na íntegra como reportagens autônomas no site oficial da instituição. Outros foram disseminados somente pelo site oficial. Diante disso, é possível afirmar que a Universal manteve o padrão dos últimos anos de disseminar sua posição abertamente por meio de seu site e manter uma postura neutra e moderada em seu jornal. Essa divisão tem o objetivo de construir a percepção de que a Folha Universal é o um veículo de comunicação imparcial que visa somente relatar os fatos públicos. Essa suposta imparcialidade contribuiria para o aumento da legitimidade do semanário frente os não membros da igreja, visto que aproxima o jornal do que o senso comum entende como fim da atividade jornalística. Embora

estejam divididos, esses dois grupos são conectados em uma narrativa única que caracteriza o pacote interpretativo do Antipetismo Democrático. É necessário, contudo, analisá-los separadamente e, em seguida construir uma síntese integradora de seus aspectos.

As publicações do primeiro grupo podem ser descritas como discursos de valorização do regime democrático e de estímulo ao voto. O ponto de partida dessa narrativa é o reconhecimento de que o Brasil vive uma crise generalizada que é resultado do mau funcionamento das instituições de poder. Em consequência, a população se sente desmotivada para participar politicamente. Esse mal funcionamento, contudo, não representa uma falha das instituições em si. Trata-se, segundo o discurso das reportagens, de um efeito da ação de políticos corruptos e mal intencionados que foram eleitos devido ao descaso da população no momento de escolha do voto. Descaso esse que é intensificado pela falta de engajamento político dos cidadãos ao longo dos mandatos e pela predominância de uma cultura da corrupção na sociedade brasileira. De acordo com a narrativa propagado pela igreja, a corrupção no sistema político nada mais é do que um reflexo da corrupção que domina a mentalidade da população do país. Dessa forma, o discurso afirma que a mudança política somente poderia ocorrer caso associada a uma mudança cultural que promovesse o fim do “jeitinho brasileiro”. Ao tomar consciência da corrupção cotidiana, a população passaria a enxergar o seu voto de outra forma. O descaso na escolha eleitoral seria transformado em um voto consciente e pautado por uma análise atenta sobre as propostas e os valores de um determinado candidato. O resultado dessa mudança seria a eleição de “políticos de bem” que dariam um novo rumo às instituições estatais e trabalhariam para melhorar a vida da população. Diante disso, a narrativa da IURD sobre a crise política aponta a própria população como a principal causadora do problema. Logo, defende que a fonte da mudança também é o povo. Cabe a ele tomar consciência de seu papel enquanto verdadeiro detentor do poder e conduzir uma renovação política por meio do voto. O voto é diversas vezes descrito como “a principal ferramenta para a mudança do Brasil” e como a “arma da população”. Para propagar essa visão, a Universal promoveu em suas publicações uma campanha contra o voto branco e o voto nulo nas eleições de 2018. Partindo da premissa de que grande parte da população estaria desacreditada de uma possível mudança, buscou demonstrar que a escolha consciente de um candidato poderia fazer uma grande diferença no país. Por outro lado, o voto branco ou nulo em nada contribuiria; ao optar por essas opções, o indivíduo estaria deixando “outras pessoas escolherem por ele”. Além disso, estimulou em suas matérias que os leitores

realizassem pesquisas sobre os projetos de todos os candidatos, seus valores e sua vida social antes de decidirem em quem votar. Essas campanhas foram acompanhadas de um discurso de valorização das instituições democráticas. Em suas publicações, a igreja descreveu o voto como um direito conquistado por meio de luta política e que, por isso, não deveria ser desperdiçado pelos cidadãos. Essa narrativa é ilustrada pela passagem a seguir, retirada de matéria intitulada ‘Como anular meu voto’, que foi publicada no site da igreja no dia 13 de setembro:

“De que vale votar em branco ou anular? Sempre que uma eleição se aproxima fakes news são espalhadas dizendo que se a maioria da população votar em branco ou anular o voto as eleições serão canceladas. Mentira! A Constituição brasileira diz que os representantes serão eleitos a partir da contabilização dos votos válidos. Sendo que válidos são os votos dados a legendas ou diretamente em candidatos. Ou seja: votar em branco ou anular não adianta nada, ou melhor, só favorece a quem quer se perpetuar no poder. A única ferramenta que os brasileiros têm para mudar sua situação é por meio do voto e muitos estão jogando-o fora [...]. Entre 1945 e 1964 os brasileiros elegeram quatro presidentes. Então, veio o novo golpe de estado que excluiu o direito ao voto por décadas. Milhares de pessoas morreram, foram perseguidas e/ou torturadas por lutarem para que o povo pudesse voltar a escolher seus representantes, o que aconteceu apenas em 1989. O Brasil é um país jovem democraticamente. Em 126 presidentes, apenas 22 foram escolhidos diretamente, sendo que a maioria deles em eleições fraudulentas que excluía a maior parte da população. Hoje, o brasileiro tem direito de escolher seu representante de uma maneira segura, mas muitos ainda se recusam a cumprir o seu papel na luta por uma sociedade melhor” (UNIVERSAL, 2018, sem página).

A definição do voto como o principal meio de mudança social mostra a confiança da Universal no regime democrático. A renovação política é descrita como algo necessário, mas que deve ser feito dentro das “regras do jogo” da democracia representativa. Não foram identificados no corpus nenhuma passagem que questionasse ou sugerisse uma alternativa ao regime democrático. Por outro lado, o modo como a política estava sendo feita nas instituições foi constantemente problematizado. Segundo as publicações, o funcionamento das instituições democráticas nacionais estava sendo pautado pela “politicagem”, não pela política. A politicagem foi definida nas postagens como o conjunto de práticas realizadas por um indivíduo em busca apenas de benefício próprio. Ela pode existir tanto dentro das instituições de poder quanto na

sociedade em geral. Afirmção essa que reforça a ideia de que a corrupção na política é uma extensão da corrupção do dia a dia que a própria população promove. De acordo com essa narrativa, práticas como a troca de apoio por cargos, desvio de verba e ação sociais com fins puramente eleitoreiros são características da politicagem. Elas fazem parte da “velha política” e são conduzidas principalmente pelos “fósseis políticos” que estão no poder há décadas. Já a política é descrita como a arte de governar e administrar um povo. É necessário, portanto, ter governantes que façam política, não politicagem. O voto é o principal meio de renovar os ocupantes dos cargos de poder e “reconquistar o Brasil”. A narrativa defende que a renovação ocorrerá somente com a eleição do “político de bem”. Com base em passagens bíblicas, as reportagens analisadas apontam que existem dois tipos de políticos: o político que é mar morto e o político que mar da galileia. A primeira categoria representa os indivíduos que, ao serem eleitos, não trabalham para o desenvolvimento da nação e focam suas ações somente em prol de si mesmo e de seus próximos. Isto é, representa os membros da velha política que perpetuam a politicagem nas instituições. Esses são comparados ao mar morto por não permitirem a prosperidade de suas terras – no caso, o Brasil. O segundo grupo, por sua vez, é formado pelos políticos de bem que geram frutos para a coletividade tal qual o mar da Galileia. Esses realmente praticam política. Nesse contexto, a IURD afirma que um ponto de distinção entre o político mar morto e o político mar da galileia são seus valores. Para igreja, o segundo grupo é formado por indivíduos que possuem valores cristãos e agem para disseminá-los na sociedade. Por essa razão, a igreja recomenda que, além das propostas, os eleitores busquem saber sobre a vida familiar e sobre os valores de seus candidatos. Mais uma vez, cabe trazer uma passagem ilustrativa desse discurso. O seguinte trecho foi retirado de uma matéria da Folha Universal publicada no dia 9 de setembro e assinada pela jornalista Rê Campbell:

“Nos últimos anos, a corrupção levou os brasileiros a se decepcionar com os políticos eleitos. A desilusão chegou a um nível tão alto que muitas pessoas pensam até em não votar neste ano. Atenção: é aí que mora o perigo. Nenhum país pode existir sem política, ou seja, sem administração. Isso significa que, se você não quiser decidir, outros decidirão por você – mas todos sofrerão as consequências. Muitas pessoas ainda confundem política com politicagem. Você sabe a diferença? Política é a arte de governar e administrar. Durante as eleições, os brasileiros vão às urnas para escolher os representantes que farão política nos municípios, nos Estados e no País. O problema é que alguns eleitos acabam se desviando no meio do caminho. Ou

seja, em vez de fazer política e obedecer à vontade do povo, eles fazem politicagem e passam a trabalhar em prol de seus interesses pessoais. É aí que entram as trocas de favores, o “jeitinho”, os desvios de dinheiro público e outros problemas. [...]. Por isso, é fundamental avaliar as propostas e os valores de cada candidato. No dia 7 de outubro, vote consciente. Afinal, as decisões que serão tomadas pelos eleitos poderão ter impactos profundos em várias áreas da sua vida por muitos e muitos anos”. (CAMPBELL, 2018, p. 8).

O verdadeiro voto consciente, portanto, vai além da consideração de propostas e projetos de sociedade. Ele leva em conta os valores e a ligação religiosa de um político. Além disso, a narrativa da igreja também aponta que ele deve ocorrer em todas as esferas eleitorais. A universal afirma em seu discurso que o voto para as casas legislativas é tão importante quanto o voto para os cargos do executivo. Essa ideia foi repetida várias vezes ao longo do corpus. Para reforçá-la, a Folha Universal publicou uma matéria que visava explicar a importância do poder legislativo em uma democracia. Posteriormente, a complementou com uma reportagem que indicava as etapas de um processo de aprovação de lei e as possíveis consequências da aprovação de uma lei ruim. A igreja defendeu diversas vezes que os mesmos critérios utilizados para avaliar os concorrentes aos cargos do executivo devem ser adotados no processo de escolha dos candidatos para as funções legislativas. Nesse caso, os valores dos candidatos se tornam ainda mais relevantes, visto que a presença de cristãos nas casas parlamentares evita a aprovação de leis que “transformam coisas certas em crimes” (CAMPBELL, 2018, p. 8). O discurso de incentivo ao voto e à renovação política proposto pela igreja foi acompanhado da narrativa de que grande parte da população desejava uma mudança política de grande proporção. Em vários momentos do corpus, a Universal descreveu o povo brasileiro como uma população cansada da corrupção existente nas instituições de poder. Embora esse cansaço resultasse na descrença em relação à política da parte de alguns, ele também gerava um sentimento de revolta em outros. Os revoltados estariam prontos para votar de forma consciente nas eleições e promover a mudança que tanto desejavam no país. Especialmente em suas matérias de capa, a Folha universal apresentou falas de cidadãos que estavam esperançosos com o pleito de 2018 e que ansiavam por exercer sua cidadania de forma consciente através das urnas. Mais ainda, esses cidadãos se mostravam dispostos a manter um forte engajamento político ao longo dos anos de mandato. Fator esse que também era constantemente apontado na narrativa da igreja como essencial para a superação da crise política. Além do voto consciente, o discurso da

IURD incentivou que os eleitores acompanhassem e fiscalizassem a ação de seus candidatos ao longo do mandato. Acompanhamento esse que permitiria uma avaliação mais objetiva nas eleições futuras e poderia ser utilizado como base para decidir sobre a reeleição ou não de determinado político.

Outro fator relevante na narrativa difundida pelas matérias do primeiro grupo foi o incentivo ao que pode ser definido como boas práticas políticas ao longo do período de campanha. No decorrer desses artigos, a IURD se mostrou diversas vezes preocupada com a crescente polarização na sociedade brasileira e com a hostilidade consequente dessa divisão. Diante disso, enfatizou a concepção de que a democracia é um sistema político pautado pela pluralidade de ideias e pelo respeito às diferentes opiniões. Também reforçou que o diálogo com aqueles que apresentam posições políticas contrárias era essencial para a construção de um país melhor. Um exemplo desse discurso é a matéria intitulada ‘5 dicas para discutir política de maneira inteligente’, publicada no site oficial da igreja no dia 5 de setembro e assinada pelo jornalista André Batista. Nela, é ressaltado que em uma democracia, todos têm direito a uma opinião e que o ódio e a raiva não são bons combustíveis para o engajamento político. A matéria também defende que é natural que as visões políticas de um indivíduo apresentem contradições e que a melhor maneira de lidar com isso é estar aberto às críticas e disposto a dialogar com quem possui concepções distintas. Todavia, essa visão democrática da Universal não é alicerçada em uma crença irrestrita nos princípios dessa forma de governo. O discurso de valorização da democracia e de incentivo ao voto disseminado pelas mídias da igreja está diretamente relacionado às suas concepções teológicas e ao seu projeto político. Afinal, desde a redemocratização a Universal é um ator ativo do regime democrático brasileiro. Dessa forma, a valorização da democracia representa a defesa de um sistema de governo no qual a instituição está inserida há décadas. Por sua vez, a campanha contra os votos brancos e nulos e a ênfase na importância das eleições legislativas podem ser interpretadas como ações da igreja que visam garantir a mobilização de seus fiéis em prol da eleição de seus candidatos oficiais.

Mais ainda, cumpre reafirmar que a inserção da IURD na política institucional ocorreu com base na Teologia do Domínio, que defende a recristianização da sociedade pela ocupação dos espaços de tomada de decisão (MARIANO, 1999); (ROSAS, 2015). A teologia do Domínio compartilha de todas as proposições já citadas sobre a batalha espiritual e sobre a ação de espíritos

familiares na vida dos indivíduos (MARIANO, 1999); (ROSAS, 2015). Acrescenta a ideia de que existem também espíritos territoriais que agem sob sociedades inteiras, países ou culturas em sua integralidade (ROSAS, 2015). No caso específico do Brasil, esses espíritos territoriais são associados à forte presença do catolicismo em todo o território e ao fato de país adotar entidades dessa religião enquanto símbolos nacionais. Os demônios territoriais dominam toda a população e lançam suas maldições sobre todas as esferas sociais. A teologia de Peter Wagner defende que a vontade de deus é que seu povo tome esse domínio para si por meio da expansão de sua palavra na sociedade e, principalmente, nas esferas de poder. Assim, as igrejas devem trabalhar não somente na conquista de fiéis, mas também na conquista dos espaços secularizados⁶². Para atingir esse objetivo, “é necessário que pessoas que carregam um alto padrão de moralidade bíblica procurem ocupar as mais altas posições no campo do governo, das artes, da mídia, entre outros” (ROSAS, 2015, p. 69). A chegada de cristãos nesses cargos de poder levaria a construção de uma sociedade embrenhada dos valores de cristo e livre dos demônios territoriais. Deriva dessa concepção um novo olhar para o mundo terreno: a Teologia do Domínio defende que os cristãos não devem se manter afastados do mundo secular, mas se engajar nele a fim de conquistá-lo. Engajamento esse que não deve levar à assimilação dos valores seculares e nem manter uma rejeição total do mundo. Ao participar ativamente de esferas fora da igreja, esses sujeitos devem manter os valores e práticas cristãs que o diferenciam dos não convertidos, mas sem deixar de dialogar com as formas não religiosas de conceber a sociedade e se adaptar a elas quando for necessário. Como aponta Nina Rosas:

“A apropriação da Teologia do Domínio [...] pode ser considerada clara evidência do engajamento dos evangélicos

⁶² Nina Rosas (2015) aponta que, nos anos 2000, esse discurso foi lapidado pela proposição da teoria das sete montanhas sociais. Essa perspectiva afirma que as sociedades são formadas por sete esferas distintas: a igreja, a família, a política, a mídia, as artes, os negócios e a educação. Para conquistar a sociedade e estabelecer o reino de deus na terra, os cristãos devem se esforçar para conquistar posições de poder e de influência dentro dessas sete esferas. Essa ideia é pregada por meio da metáfora de escalar as sete montanhas sociais. Essa concepção defende que cada cristão recebe um chamado de deus para atuar em uma dessas áreas. Assim, os indivíduos não devem pensar em atuar apenas dentro da igreja; devem voltar seus objetivos para os campos seculares e trabalhar para difundir a palavra de deus em cada um deles. Não há registros de uma presença relevante desse discurso na Igreja Universal, por isso ele não é abordado de forma mais aprofundada na presente dissertação. Contudo, ele é a base para a ação de grupos pentecostais brasileiros mais recentes, como o Movimento Dunamis e o movimento musical Diante do Trono.

na sociedade. [...] ao invés de se confinarem em uma posição sectária, se afastando, rejeitando e procurando se desvencilhar o máximo possível do mundo, esses crentes [que seguem a Teologia do Domínio], ainda que mantendo uma distinção, se põem em tensão, pois querem estender sua atuação para fora do âmbito propriamente religioso. Eles não visam se proteger da sociedade moderna, mas se engajam apaixonadamente nela ao colocarem-na como objeto contra o qual lutam. Trata-se de uma conjunção entre a diferença em relação aos modos seculares e a ativa participação nas coisas do mundo. [...] Não é uma acomodação negativa à cultura abrangente, como se a religião tivesse um núcleo duro e não renovável de preceitos e valores. Implica a constante reinvenção de fronteiras e a elaboração das justificativas que que subsidiam os limites entre o sagrado e o secular”. (ROSAS, 2015, p. 89).

Em uma síntese breve, Ricardo Mariano afirma que a “Teologia do Domínio ostenta um ideário de dominação sociopolítica pautado pelo desejo de recristianização da sociedade pelo alto” (MARIANO, 1999, p. 44). As concepções da Teologia do Domínio servem como fundamento para a narrativa da Universal que separa os políticos de bem dos políticos do mal. A divisão entre o político Mar Morto e o político que é mar da Galileia é uma derivação da batalha espiritual que pauta as concepções religiosas propagadas pela igreja. Cabe aos eleitores, tomados pela certeza de que é fundamental que cristãos estejam no poder, afastar os representantes do mal e eleger os “políticos do bem” que agirão para defender e propagar os valores da família e do cristianismo na sociedade. Portanto, na visão da IURD, o voto consciente é, sobretudo, um voto destinado a políticos cristãos ou que compartilham dos valores do cristianismo e da família. Deriva desse discurso a noção de que votar em candidatos cristãos representa mais do que uma escolha eleitoral: trata-se, acima de tudo, de um ato religioso (ORO, 2003). Na narrativa da igreja, políticos que professam a fé cristã são descritos como missionários que irão agir para disseminar os valores de Cristo na sociedade e combater os avanços de ideais contrários aos interesses das firmas religiosas. Esse revestimento teológico do discurso político gera a ressignificação do voto para os fiéis. Esses deixam de enxergar a participação eleitoral como um ato de cidadania e escolha política e passam a compreendê-la como uma ação espiritual de combate aos demônios territoriais e à ação do diabo na sociedade (ORO, 2003). Essa ação “desloca o campo político para o campo religioso, e vice-

versa" (BAPTISTA, p. 264). Ao fazê-lo, essa concepção impede uma problematização aprofundada das estruturas de inequidade existentes no Brasil. Os problemas sociais enfrentados pelo país são vistos como problemas espirituais que exigem a santificação das esferas de poder para serem solucionados. Essa premissa afasta qualquer explicação histórico-sociológica sobre questões politicamente relevantes. Resulta disso a percepção superficial de que a crise política do país é fruto puramente da falta de interesse político da população e da consequente eleição de indivíduos despreparados e corruptos nas instâncias de poder. A mescla entre o social e o espiritual não propõe uma militância política que reconhece e visa alterar os sistemas de desigualdade, “mas sim uma militância religiosa que engaja o fiel ora num processo de santificação, ora num combate espiritual, às vezes nos dois, visando à libertação do mal” (MARIANO, 1999, p. 146). Essa militância religiosa tem como premissa a certeza de que o evangelho representa uma verdade superior que deve ser disseminada em todas as esferas da sociedade em detrimento de outras expressões espirituais. A aplicação dessa cosmologia dualista pautada pela guerra espiritual no âmbito social também resulta em uma apatia quanto às responsabilidades do indivíduo frente à sociedade e prejudica o desenvolvimento de uma ética coletiva que vá além dos meios institucionais (ROSAS, 2015). Por mais que as postagens apresentem um forte incentivo ao engajamento político dos cidadãos, esse estímulo é inteiramente pautado por uma noção de participação política inteiramente associada aos meios institucionais do Estado.

As publicações do segundo grupo podem ser caracterizadas como declarações abertas de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Como foi apontado, essas matérias passaram a ser publicadas com grande frequência no site oficial da instituição após o resultado do primeiro turno. Nesse momento, Edir Macedo já havia afirmado publicamente que sua escolha na corrida eleitoral de 2018 era o então candidato do PSL. Somente 1 artigo categorizado nesse grupo foi disseminado antes do dia 7 de outubro, data do primeiro turno do pleito. As publicações que fazem parte desse grupo podem ser categorizadas em três tipos: o primeiro é formado por artigos e reportagens que enaltecem o projeto político de Bolsonaro e a figura do capitão do exército; o segundo corresponde às publicações que fizeram propaganda negativa sobre Fernando Haddad ou sobre grupos de esquerda; por fim, o terceiro grupo foi formado por reportagens e artigos que compararam os dois candidatos com o objetivo de demonstrar a superioridade ética e política de Bolsonaro. As matérias e artigos destinados a realizar propagandas negativas contra o candidato petista, assim como as que

compararam os dois candidatos, passaram a ser publicadas somente após o dia 12, data em que Fernando Haddad chamou publicamente o bispo Macedo de charlatão. Apesar dessa divisão, as mensagens em conjunto transmitem uma narrativa única: a de que Bolsonaro era um político de bem que representava a renovação que o Brasil necessitava; enquanto Haddad e o PT eram sinônimos da velha política e dos ideais de esquerda contrários ao cristianismo e aos valores da família. Narrativa essa que foi um dos pilares da candidatura de Bolsonaro. Ao longo de toda campanha, o então candidato do PSL atacou duramente tanto o PT e seus mandatos quanto o modelo de funcionamento político brasileiro. O candidato de extrema-direita mobilizou um discurso contra todo o sistema político nacional por meio de fortes críticas ao presidencialismo de coalizão e às práticas de troca de cargos em nome de apoio político⁶³. Diante disso, Bolsonaro mobilizou ao redor de sua candidatura os ideais de renovação e honestidade. Ressaltou diversas vezes que sua candidatura era livre de acordos e que seu único interesse era mudar o Brasil para melhor. O resultado disso seria uma “nova política” livre de corrupção e que teria como meta fazer o país crescer e criar melhores condições de vida para a população.

As reportagens que visaram enaltecer a figura de Bolsonaro se caracterizaram por expressar de forma indireta o apoio da igreja ao então candidato. De modo geral, esses artigos e matérias descreveram fatos que relacionavam o político de extrema direita aos valores do cristianismo, à renovação política e à imagem de porta-voz do povo. O ponto de partida para a narrativa expressa por esse subgrupo de mensagens foi a constatação de que a crise enfrentada pelo Brasil era resultado dos 13 anos de governo do PT e da vigência da velha política nas instituições democráticas. Ideia essa que foi ao encontro do discurso de Jair Bolsonaro, que enquadrou a crise política como resultado exclusivo da má administração dos governos Dilma e Lula. A narrativa disseminada pelo então candidato apontou que impedir a volta do partido de esquerda ao poder era essencial para solucionar a crise política, mas não o suficiente. Para realmente superar as tribulações políticas do país, seria necessário levar ao poder um governo de direita conservador

⁶³ Denominada de “política do tomá-la, dá cá”, essa prática é apontada por Bolsonaro como a principal responsável pela falta de eficiência do Estado. Graças a ela, os principais cargos públicos seriam designados por critérios políticos e não de eficiência. A narrativa de Bolsonaro também defende que a facilidade de implementação de esquemas de desvio de dinheiro público no Brasil deriva desse modelo de fazer política. Por meio dela, os partidos são capazes de aparelhar o Estado para extrair recursos. A política do tomá-la, dá cá é descrita como a principal prática da velha política. Sua existência é o alicerce da afirmação muito mobilizada pelo neoconservadorismo brasileiro de que os políticos e os partidos não desejam o crescimento do país, apenas o benefício próprio.

cujo único representante real no Brasil naquele momento era o candidato do PSL⁶⁴. Nesse contexto, as notícias publicadas pela IURD compartilharam a ideia de que eleger Bolsonaro era uma forma de evitar que os grupos de esquerda retornassem ao poder e perpetuassem a crise generalizada que o país enfrentava. Nelas, o então deputado foi descrito como um político preparado para governar o povo e administrar o país. Honesto e contrário às práticas de politicagem, ele contribuiria para instalação da nova política e exerceria a verdadeira política em seu governo. As narrativas da IURD também apontaram que os evangélicos estavam unidos ao lado do capitão do exército no pleito. União essa que estava acima de qualquer ideologia política e representava sobretudo uma questão espiritual. Como foi dito, o então candidato do PSL era visto como um grande defensor das pautas cristãs e o único candidato à presidência capaz de garantir os interesses dos evangélicos nas instituições de poder (MARIANO; GERARDI, 2019). Assim, além de ser apontado como a principal figura da nova política, Bolsonaro foi classificado na narrativa da igreja como um político do bem que seria Mar da Galileia em seu governo, não Mar Morto. O enaltecimento da figura de Bolsonaro foi complementado pela publicação de diversas matérias que apontavam o favoritismo do então deputado na disputa do segundo turno. Duas reportagens foram feitas para destacar que o então candidato do PSL estava liderando as pesquisas de intenção de voto e que sua possível vitória estava provocando reações positivas do mercado e do próprio povo. Ademais, o político de extrema direita foi descrito como o porta-voz da população, que estava cansada de corrupção e desejava uma mudança política efetiva no país. Essa visão foi expressa principalmente por uma matéria publicada no dia 10 de outubro sobre o show do músico britânico Roger Waters na cidade de São Paulo. Assinada pela jornalista Ivonete Soares, o artigo apontou que o artista foi ostensivamente vaiado pela plateia ao realizar um protesto contra Bolsonaro durante sua apresentação. Essas vaias

⁶⁴ O ponto de partida histórico da narrativa sobre os problemas políticos do Brasil empregada por Bolsonaro é o governo Lula. Em nenhum momento das postagens coletadas o então deputado fez qualquer menção a outros governos anteriores ao do petista ou utilizou uma abordagem histórica para retratar os problemas de funcionamento das instituições democráticas. As referências a outros partidos políticos brasileiros também foram pouco frequentes. Além do PT, apenas PSDB, PMBD, PSOL e PC do B foram citados ao longo do corpus. Contudo, em sua maioria, essas citações foram feitas em referência ao Partido dos Trabalhadores. De modo geral, as mensagens publicadas sobre o partido tucano focaram em afirmar que PT e PSDB eram “farinhas do mesmo”. Por sua vez, os outros três partidos foram acusados de serem submissos ao partido de Lula e Dilma.⁹² Entre os candidatos que concorriam ao cargo com Bolsonaro, somente Haddad foi nominalmente citado. O único outro político brasileiro mencionado com frequência foi Lula. Bolsonaro não citou ou debateu em nenhum momento o governo interino de Michel Temer, que comandava o país no momento do pleito. A ausência de referência aos demais concorrentes e partidos mostra como todo o foco foi dado ao PT nas narrativas sobre a crise política divulgados por Bolsonaro. O mesmo foi identificado nas reportagens publicadas pelas mídias das fontes da Universal.

seriam uma demonstração de apoio ao político e de rejeição do movimento *EleNão*, que o acusava de autoritarismo e fazia campanha contra a sua eleição. Segundo Soares:

“O que parecia uma noite memorável, ao som de Roger Waters, ex-vocalista e fundador de uma das bandas mais famosas do mundo (Pink Floyd), se transformou em uma vaia generalizada. Isso porque, em um determinado momento do show, que aconteceu [...] no Allianz Parque, na zona oeste de São Paulo, o músico colocou em um telão do palco a frase #EleNão, seguida de uma lista com nomes de políticos chamados pelo cantor de ‘neofascistas’, dentre os quais, incluía o do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que disputa o segundo turno com Fernando Haddad (PT). As mais de 40 mil pessoas presentes ao show do cantor não reagiram bem ao ‘protesto’ dele, que – na sequência – até tentou se explicar, mas as vaias ensurdecaram o estádio. [...]. Mesmo Waters tentando justificar a sua atitude, os gritos de “mito” não paravam”. (SOARES, 2018, sem página).

Entre os artigos que demonstravam abertamente a posição da Universal no pleito, os que enalteciam a figura de Bolsonaro foram as únicas publicadas entre o dia 4 e o dia 12 de outubro. Antes do dia em homenagem à padroeira do Brasil, a igreja não havia feito nenhuma publicação de ataque direto ao candidato do PT. As declarações polêmicas de Haddad, contudo, foram vistas como uma declaração de guerra que a IURD não podia ignorar. No mesmo dia, como foi apresentado, a igreja divulgou em seu site oficial a nota de repúdio às falas do ex-prefeito de São Paulo. Nela, atacou tanto a campanha do petista quanto os governos de Lula e Dilma. Ainda no mesmo dia, foi publicada no site a matéria intitulada ‘Os dois lados da moeda’, assinada pela jornalista Rafaela Dias. Matéria essa que tinha como objetivo comparar os projetos de governo disponibilizados pelos dois candidatos participantes do segundo turno. O objetivo dessa primeira matéria era comparar o que os dois políticos desejavam para o país. Comparação essa que evidenciou o contraste entre a visão da igreja sobre cada um deles. Por meio de uma citação retirada de seu projeto de governo, Bolsonaro foi apresentado como um político compromissado com a mudança e com a população do país. Mais uma vez, o então candidato foi representado como um defensor da nova política e como um indivíduo disposto a trabalhar pelo desenvolvimento do país e do povo. Haddad, por outro lado, foi descrito como um candidato preso à velha política e à corrupção dos governos anteriores de seu partido. Essa representação foi construída por meio da

associação do então candidato com o ex-presidente Lula, que no período estava preso por acusação de corrupção. A matéria também relacionou os governos petistas à crise generalizada que o Brasil enfrentava no momento do pleito. Essa visão é ilustrada pela seguinte passagem:

“Logo nas primeiras páginas do plano de governo, ambos deixam claro quais são suas intenções. Jair Bolsonaro revela seu anseio pelo novo e seu compromisso com os cidadãos brasileiros. ‘Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. [...] Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos’, destaca o seu plano. Fernando Haddad, por sua vez, abre seu plano com uma frase do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva – condenado há 12 anos e 1 mês de prisão, por corrupção e lavagem de dinheiro, dizendo: “Não adianta tentar parar as minhas ideias. Elas já estão pairando no ar, e não tem como prendê-las. E deixa claro as influências que o ex-presidente terá em seu mandato. [...] Desde a chegada de Lula até sua sucessora, Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem comandado o País há 13 anos. Em 2016, com a derrocada da presidente, por meio de impeachment, seu vice, Michel Temer, assumiu a presidência e toda a crise que permeia o País”. (DIAS, 2018, sem página).

A partir desse momento, o principal foco das postagens realizadas pelo site da Universal em relação ao segundo turno do pleito foi atacar diretamente o candidato petista e os movimentos de esquerda que faziam oposição a Bolsonaro. Fundamentados em suas falas sobre o bispo Macedo, os ataques feitos ao ex-ministro da educação o acusavam de ser caluniador e de perseguir cristãos. Haddad foi representado como um indivíduo não religioso que atacava os evangélicos por meio de mentiras. Visão essa que seria compartilhada pelas principais lideranças evangélicas do país, que haviam se reunido em carta para repudiar às calúnias difundidas pelo candidato sobre o bispo Macedo. A carta em repúdio a Haddad, que foi assinada por 147 representantes de denominações religiosas distintas, foi reproduzida na íntegra em matéria propagada no site da IURD. Nesse contexto, uma nova polêmica envolvendo o petista deu ainda mais força para as acusações de que o ex-prefeito de São Paulo era anti-religião: a da bíblia no lixo. Em comício realizado em Fortaleza no dia 20 de outubro, Haddad foi presenteado por um apoiador com uma Bíblia. No dia seguinte, circulou pelas mídias sociais um vídeo em que o recém eleito deputado estadual do Ceará André Fernandes (PSL) afirmava ter encontrado o livro apresentado ao petista em uma lixeira da praça em

que o evento político havia ocorrido. Em vídeo, Fernandes mostrou a dedicatória feita pelo militante petista a Haddad para comprovar que se tratava da mesma edição do livro sagrado cristão doada ao presidencial. Tanto Haddad quanto a assessoria do PT afirmaram tratar-se de uma fake news. Segundo a narrativa disseminada pelo partido, a bíblia foi furtada enquanto seu então candidato ainda realizava o comício⁶⁵. Todavia, o vídeo já havia se popularizado e as explicações do PT não impediram os ataques de seus oponentes. A IURD mobilizou essa polêmica para reforçar a acusação de ateísmo e anti-cristianismo por parte do petista. Em matéria publicada sobre esse acontecimento, a igreja enfatizou a repulsa que tal ação havia causado na comunidade evangélica, que estava revoltada com o petista. Ação que também feita por Bolsonaro. Em postagem feita em sua página oficial na rede social Facebook, Bolsonaro afirmou que:

“Haddad diz que sou responsável pela campanha mais baixa da história. Logo ele, que é orientado por um presidiário, esconde as cores do partido, finge ser religioso, joga bíblia no lixo, esconde apoio à ditadura venezuelana e espalha um monte de porcarias mentirosas ao meu respeito. Ninguém mentiu mais que o PT nesta eleição. São mestres em enganar” (BOLSONARO, 2018, sem página).

Esse, contudo, não foi o último acontecimento que alimentou a polêmica entre a Universal e o ex-prefeito de São Paulo. No dia 23 de outubro, outra fala de Haddad despertou a reação da igreja. Em entrevista concedida ao grupo Globo, o petista afirmou que a Universal utilizava seus púlpitos para defender Bolsonaro. Também acusou Edir Macedo de utilizar sua concessão de rádio e televisão para fazer propaganda política para o candidato do PSL. A principal prova disso seria a entrevista exclusiva que Bolsonaro concedeu à Rede Record no dia do debate entre presidenciais organizado pela Rede Globo. No dia seguinte, o site da IURD publicou uma matéria intitulada ‘Haddad volta a atacar cristãos’. Nela, defendeu-se das acusações pela afirmação de que o TSE havia autorizado a transmissão da entrevista do dia 4 de outubro; e pela constatação de que diversos jornais nacionais haviam conduzido investigações para identificar traços de propaganda política nos cultos da igreja, mas não haviam identificado atividades desse gênero. Também acusou o PT de promover censura pelo fato de o partido ter tentado impedir a transmissão da entrevista de

⁶⁵ Acesso em <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-22/biblia-que-haddad-ganhou.html>>.

Bolsonaro por parte da Record. Tentativa essa que, segundo a IURD, demonstrava o caráter autoritário do partido. Por fim, concluiu a matéria chamando mais uma vez Haddad de mentiroso e constatando que um político capaz de mobilizar tantas mentiras não poderia ser cristão. As críticas da igreja não foram restritas ao então candidato petista. A Universal também publicou em seu site uma série de matérias que relatavam ações de ódio e perseguição de militantes do PT e apoiadores do partido contra evangélicos. Entre essas matérias, duas relatavam que apoiadores de Haddad haviam ameaçado membros da IURD e cometido atos de vandalismo em sedes da igreja nas cidades de São Paulo e Fortaleza. No caso da capital paulista, a reportagem relatou que participantes de uma manifestação pró-Haddad proferiram palavras caluniosas e de baixo calão contra os evangélicos e contra o bispo Macedo no momento em que passavam em frente a um templo da igreja. A matéria também relatou que os manifestantes realizaram pichações nos muros da sede. Já na capital cearense, o ato havia sido realizado por militantes do PSOL em manifestação contra a candidatura de Bolsonaro. Segundo a matéria, os participantes do ataque utilizaram paus e pedras para ameaçar os vigilantes que trabalhavam como seguranças do templo. As duas reportagens retrataram os militantes como extremistas de esquerda que perseguiam e disseminavam o ódio contra cristãos.

Essa imagem dos grupos de esquerdistas foi reforçada por outra matéria que afirmou que um pastor evangélico teve sua casa alvejada a tiros por apoiadores de Haddad após declarar seu apoio ao candidato do PSL. O atentado teria ocorrido na cidade de Itapajé, no interior do Ceará. Essas reportagens buscaram reforçar a associação do candidato petista com ações de ódio e perseguição aos cristãos. Associação essa que representou um retorno à estratégia de diabolização que caracterizou as propagandas negativas da igreja sobre o PT na década de 90. Embora o ex-prefeito da capital paulista não tenha sido diretamente comparada ao diabo como foi Lula nas eleições de 89 e 94, a narrativa divulgada pela igreja em suas mídias o colocou na posição de opositor do povo de deus. Assim, após mais de vinte anos, um candidato do PT voltou a ser acusado pela Universal de perseguir evangélicos e a fé cristã. A afirmação de que os movimentos de esquerda possuem um viés autoritário e intolerante também foi amplamente difundida por Bolsonaro ao longo da campanha. Nos posts analisados, Bolsonaro associou o PT aos regimes

ditatoriais de Cuba, Venezuela e Líbia⁶⁶. Também mobilizou diversas vezes a narrativa de que os governos Lula e Dilma teriam financiado as ditaduras cubana e venezuelana com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Essa associação foi comumente utilizada pelo político de extrema direita para promover um pânico moral sobre a possibilidade de vitória petista no pleito. Bolsonaro afirmou com frequência durante sua campanha que uma nova vitória do partido de esquerda levaria o país às mesmas condições sociais das sociedades cubanas e venezuelanas. Resultou dessa ideia o bordão “O Brasil não será a próxima Venezuela”. Nesse mesmo sentido, Bolsonaro afirmou diversas vezes que o país estava “sufocado por todos os lados pelo socialismo”. Outro ponto abordado pelo político de extrema direita para acusar o PT de autoritarismo foi a pauta histórica do partido de regulação da mídia. Na visão de Bolsonaro, trata-se de uma forma de censura. A narrativa de que existem tendências ditatoriais no PT é ilustrada pela publicação feita no dia 14 de outubro, que traz a seguinte afirmação:

“Há vários sinais que indicam que um governo tem viés autoritário. Aliança com ditaduras, o controle da mídia, desarmamento dos cidadãos, aparelhamento das instituições e a corrupção como forma de anular os poderes são exemplos, e todos estão presentes no PT. Repudiamos tudo isso”. (BOLSONARO, 2018, sem página).

Em suma, o pacote interpretativo do Antipetismo democrático enquadrando a crise política como o resultado da ação de políticos mal intencionados que praticam politicagem nas instituições democráticas. Políticos esses que nada mais são do que um reflexo da corrupção existente no dia a dia do povo brasileiro e que só foram capazes de causar a crise das instituições democráticas graças ao baixo engajamento político da população e à falta de atenção dos eleitores nos momentos de escolherem seus candidatos. Em face disso, a solução para a crise estaria na própria população, que deveria tomar consciência de sua função enquanto detentora do poder político e conduzir a mudança que o Brasil tanto precisa por meio do voto consciente. Caberia aos cidadãos tomar as rédeas da situação e eleger políticos de bem que irão agir para “abafar a velha política”, estabelecer práticas de governo capazes de gerar o desenvolvimento do país e promover os valores cristãos na

⁶⁶ Em post feito no dia 17 de outubro, Bolsonaro publicou um vídeo de uma fala em plenário que proferiu em 2011 sobre a ligação do PT com o ditador líbio Muammar al-Gaddafi. No vídeo, Bolsonaro acusa Lula de ter recebido financiamento de Gaddafi e de Fidel Castro para financiar a luta armada no Brasil. Acesso em < <https://www.facebook.com/watch/?v=329554904261361>>.

sociedade. Nesse contexto, o voto é visto como a principal ferramenta para conduzir a tão necessária renovação nas instituições políticas. Renovação essa que, portanto, deve ocorrer dentro das regras do jogo democrático. Contudo, para a Universal, não basta apenas eleger políticos que têm boas propostas e demonstram compromisso com a população. É necessário eleger políticos que defendam os valores cristãos. Esses são os verdadeiros políticos de bem que contrapõem os “fósseis políticos” que levaram o Brasil à crise em que o país se encontrava em 2018. Todo esse discurso foi personificado nas figuras de Haddad e Bolsonaro ao longo da disputa do segundo turno. Esse foi representado no discurso da igreja como um político de bem que promoveria a renovação política no Brasil, enquanto aquele foi atrelado à corrupção típica da politicagem, ao autoritarismo e, acima de tudo, à imagem de opositor dos cristãos. De acordo com a narrativa da Universal, a eleição de Haddad perpetuaria as práticas políticas e a corrupção características dos governos do PT que jogaram o Brasil em uma crise generalizada. Ademais, colocaria no poder um indivíduo que persegue cristãos e é apoiado por militantes extremistas e autoritários. Em face disso, votar em Bolsonaro era a ação mais consciente. Esse posicionamento da igreja foi evidenciado no editorial da Folha Universal lançado no dia 22 de outubro, uma semana antes da votação do segundo turno. Nele, o semanário celebrou a renovação política nas votações para o legislativo e apontou o que esperava para o segundo turno do pleito presidencial:

“O povo brasileiro cansou e decidiu sair do cômodo papel de coadjuvante para assumir um papel de protagonista, retomando o seu lugar de patrão e exigindo que aqueles que foram escolhidos tenham um comportamento ilibado e que honrem os que depositarem neles a confiança. Chega de se sentir um povo envergonhado e passivo pela sua escolha. [...]. Acabou o tempo desses fosseis políticos fazerem sua festinha infame com recursos do povo. Agora é ter o mesmo comportamento do primeiro turno para que essas sanguessugas não ocupem o Palácio do Planalto. Ainda temos mais a dizer nas urnas daqui a poucos dias. Façamos coro. A minoria que tentar cantar fora do compasso com suas letras de mais do mesmo deverá ser apropriadamente abafada” (FOLHA UNIVERSAL, 2018, p. 3).

Esse pacote interpretativo foi classificado como antipetismo democrático por fundir um discurso de valorização da democracia e incentivo ao voto com a disseminação de propagandas negativas contra Haddad e o PT. Pode ser resumido pela seguinte matriz de assinatura:

Tabela 1: Matriz de Assinatura: Antipetismo democrático

Pacote Interpretativo	Antipetismo democrático
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● O voto é a ferramenta para mudar o país; ● O voto é arma do cidadão; ● Os rumos da nação estão nas urnas; ● A corrupção apodrece a sociedade; ● Abafar a velha política; ● O povo é patrão da classe política; ● Estamos todos no mesmo barco; ● A população está em movimento contra a pilantragem; ● O Brasil está no fundo do poço; ● Mar morto e Mar da Galileia; ● Reconquistar o Brasil; ● Fósseis Políticos; ● Sanguessugas.
Bordão	<ul style="list-style-type: none"> ● Votar é essencial para mudar o país; ● Voto consciente; ● Renovação Política; ● O voto é um forte instrumento de mudança política e social; ● A decisão está nas mãos do povo; ● Desilusão política da população; ● Se você não votar, outra pessoa irá decidir por você; ● Os cidadãos devem avaliar as propostas de seus candidatos;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Política é diferente de politicagem; ● Velha Política; ● Há uma cultura de corrupção na sociedade brasileira; ● As eleições para o legislativo são tão importantes quanto as eleições do executivo.
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● A política é o caminho para mudar o país; ● O poder é do povo e deve ser exercido pelas urnas; ● Sistema político corrupto; ● Política como um reflexo da sociedade; ● Sociedade dominada por uma cultura de corrupção; ● As eleições de 2018 são um momento para mudança; ● População brasileira quer mudança; ● O Brasil vive uma crise generalizada; ● Bolsonaro representa a renovação política necessária; ● Bolsonaro é a escolha do povo; ● Esquerda representa a política do mal; ● Esquerda é autoritária, intolerante e anticristã; ● O PT representa a velha política; ● O PT é corrupto; ● Haddad é apenas um fantoche de Lula; ● Lula criminoso condenado;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Haddad intolerante e hipócrita; ● Haddad é anticristão e está contra os evangélicos; ● Haddad é caluniador e disseminador de fake news; ● Evangélicos unidos contra Haddad; ● Evangélicos unidos ao lado de Bolsonaro; ● Bolsonaro e a IURD são perseguidos pela extrema esquerda; ● Bolsonaro e IURD são vítimas da intolerância esquerda.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de cidadãos com boa conduta política; ● Exemplos de precarização da sociedade e dos serviços públicos; ● Exemplos de manifestações populares favoráveis a Bolsonaro; ● Exemplos de falas de Haddad que atacam os evangélicos; ● Exemplos de atitudes intolerantes e persecutórias da esquerda.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Má escolha eleitoral dos cidadãos nos últimos pleitos; ● Corrupção nas instituições políticas; ● Velha política e política de distribuição de cargos; ● Baixa participação política da população; ● Predominância da cultura da corrupção na sociedade; ● Governo dos maus;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Governos de esquerda; ● Desconhecimento e desinteresse político da população; ● Péssima gestão estatal.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Crise geral na sociedade e colapso do Brasil; ● Falta de qualidade ou ausência de serviços públicos ● Desilusão política da população; ● Situação social precária; ● Bloqueio dos projetos políticos que buscam o bem para a população; ● Baixo investimento em serviços essenciais; ● Perpetuação da corrupção nas instituições públicas e na sociedade.
Apelos à princípio	<ul style="list-style-type: none"> ● Cristianismo; ● Igualdade; ● Liberdade; ● Democracia.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

3.2 Neoliberalismo econômico

A análise das publicações feitas pela Igreja Universal mostrou que a instituição enquadrou os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil como resultado das políticas equivocadas adotadas pelos governos petistas e dos obstáculos implementados pela Estado ao empreendedorismo e à ação do setor privado. A Universal defendeu em suas publicações que o intervencionismo estatal e o descontrole orçamentário dos governos do PT prejudicaram o crescimento econômico do país. Para a igreja, os efeitos negativos dessas práticas teriam sido potencializados pela falta de infraestrutura nacional, pelos esquemas de corrupção que desviaram

recursos públicos, pelas altas taxas de violência e pela crise política, que diminuiu a confiança dos investidores internacionais no Brasil. O conjunto desses fatores são apontados como a causa da maior crise econômica da história do país. As publicações relacionadas à situação econômica defenderam que a implementação de um choque neoliberal que garantisse a austeridade e o livre mercado eram condições necessárias para superar a crise. Em seu discurso, a IURD propagou a ideia de que o próximo governo teria o dever de dar continuidade às reformas iniciadas na gestão de Michel Temer para garantir a geração de empregos e a retomada da economia⁶⁷. Além disso, as publicações enfatizaram que era essencial que o próximo presidente garantisse melhores condições para o funcionamento da iniciativa privada, como a diminuição de impostos e a desburocratização. Todos esses pontos também estavam presentes na plataforma econômica de Bolsonaro e eram partes centrais da agenda de grupos neoliberais do país no momento do pleito. Como aponta Almeida (2019), as proposições neoliberais representam uma linha de força constitutiva da Onda Conservadora que teve início no país na década de 2010. Proposições essas que giram em torno de dois pontos centrais: o primeiro é a ideia de que o Estado deve ser mínimo; o segundo é a concepção de que a liberdade é o principal valor político (BROWN, 2019)⁶⁸. Ambos foram mobilizados amplamente na campanha de Bolsonaro. Nas publicações feitas em seu perfil oficial do Facebook, o então político do PSL afirmou constantemente que seu projeto econômico era o mais “ousado” em termos liberais entre os candidatos que concorriam ao cargo. O então deputado construiu ao redor de si a imagem de um político pró-mercado que voltaria seus esforços para o desenvolvimento do país por meio do setor privado. Como foi apontado, essa imagem teve como principal pilar de sustentação a aliança do político com o economista Paulo Guedes.

Bolsonaro propôs em sua campanha um projeto econômico que tinha como prioridade a implementação de um Estado Mínimo e a austeridade nas contas públicas. A regulação das contas estatais foi uma de suas principais promessas eleitorais. Sua plataforma econômica defendeu o respeito irrestrito ao teto de gastos imposto no governo Temer. Ademais, a narrativa que propagou

⁶⁷ A gestão do político do PMDB após o impeachment de Dilma Rousseff foi marcada por reformas neoliberais impopulares. Em seu mandato, foram aprovadas a PEC do congelamento de gastos e a Reforma Trabalhista. Propostas essas que foram vistas como avanços da agenda neoliberal no país.

⁶⁸ Vigora nessa linha de força o postulado Hayekiano de que a moral e o mercado são os únicos reguladores legítimos da conduta humana. Resulta desse postulado a afirmação de que qualquer tentativa artificial de regulação do mercado e da moralidade representa um atentado contra à liberdade individual.

também definiu as reformas neoliberais como fatores essenciais para a retomada do crescimento da economia nacional. Sem as reformas, seria impossível “tirar o Brasil do vermelho”. Ao longo de sua campanha, Jair Bolsonaro afirmou diversas vezes que iria diminuir o número de ministérios e de cargos estatais com o objetivo de desaparelhar a máquina pública. Segundo ele, por ser um *outsider* e, acima de tudo, um político honesto, sua candidatura não havia prometido cargos para partidos em troca de apoio. Isso permitiria formar um governo técnico composto por especialistas e voltado para a gestão empresarial do Estado. Com o fim do aparelhamento, os esquemas de corrupção chegariam ao fim e os recursos estatais deixariam de ser desviados. Também enfatizou que privatizaria as empresas estatais a fim de torná-las mais eficientes e diminuir os gastos do governo. A recuperação da imagem internacional do país viria pela implementação dessas políticas. Em consequência, atrairia novos investimentos externos. Simultaneamente, sua plataforma econômica prometeu impulsionar a iniciativa privada nacional através da desburocratização e da diminuição de impostos. O político propagou em suas publicações o discurso de que seu governo criaria uma sociedade justa em que todos os cidadãos teriam a liberdade e a possibilidade de buscar sua própria prosperidade. O sucesso nessa busca seria regulado pelo mérito pessoal e pelo trabalho duro e honesto. As proposições econômicas feitas nas postagens foram reforçadas por exemplos do sucesso econômico de países liberais, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Ademais, foram constantemente complementadas por bordões positivos, como “O Brasil será uma grande nação” e “Seremos o governo do emprego”. Essas concepções são ilustradas por duas publicações: a primeira foi realizada no dia 26 de outubro, dois dias antes da votação do segundo turno; a segunda foi realizada no dia primeiro de outubro.

“Nossa prioridade é gerar crescimento, oportunidades e emprego, retirando enormes contingentes da população precária na qual se encontram. - Nunca haverá estabilidade social na presença de violência, miséria e altas taxas de desemprego. Todo indivíduo deveria ter condições de fazer escolhas que permitam preservar sua vida, sua liberdade, buscar sua felicidade, além do conforto de sua família. - Uma sociedade justa propicia oportunidade para que todos os seus membros tenham chance de trilhar o caminho da prosperidade, através de realizações pessoais e familiares. Um país justo deve propiciar, não só aos ricos, mas também aos pobres, oportunidades para que superem suas dificuldades e prosperem”. (BOLSONARO, 2019, sem página).

“Nossa proposta para aliviar o brasileiro com menos impostos é de longe a mais ousada. Obteremos receita fomentando a economia como fez a Inglaterra há 20 anos e EUA hoje, cortando ministérios e estatais. Os outros nada farão pois já negociaram cargos com partidos para ter apoio. Ninguém propõe o que propomos pois é tradição depender de relações promíscuas para vencer eleição. Somos independentes. Vamos desburocratizar, facilitar a vida de quem quer empreender no campo, na cidade. O Brasil dará o 1º passo para se tornar referência em economia e liberdade!” (BOLSONARO, 2018, sem página).

Mesmo que a defesa de todos esses aspectos por parte da IURD já mostrasse o alinhamento da igreja com o projeto neoliberal de Bolsonaro, a instituição fez questão de evidenciar seu apoio à política econômica do capitão do exército. No dia 15 de outubro, a igreja publicou em seu site oficial um artigo assinado pelo jornalista Daniel Cruz que visou comparar o programa econômico dos dois candidatos que concorriam no segundo turno. A matéria contou com falas do diplomata e professor Paulo Roberto de Almeida, vinculado ao Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Antes mesmo de iniciar a comparação entre os dois projetos, o autor afirma que “o candidato Fernando Haddad herda uma estratégia já conhecida dos brasileiros, que culminou na maior crise econômica registrada no País” (CRUZ, 2018, sem página). Posteriormente, replica as seguintes falas feitas por Paulo Roberto de Almeida em entrevista concedida ao programa Brasil Notícias da Rede Aleluia:

“O programa de economia do Fernando Haddad é uma reprodução ampliada daquilo que já vinha sendo feito nos governos de Lula e Dilma e esse programa conduziu o Brasil diretamente para uma crise fiscal, ou seja, uma expansão dos gastos públicos acima das receitas e acima das possibilidades de crescimento da economia. Fernando Haddad propõe, em primeiro lugar, cancelar a emenda constitucional que limitou os gastos públicos a um teto baseado na taxa de inflação. Ele pretende continuar gastando acima da inflação, acima das receitas, acima do crescimento da economia. O que é insustentável. Já o candidato Jair Bolsonaro apresenta uma proposta totalmente oposta, com simplificação dos impostos, redução de ministérios e privilégios, além do abandono ao forte intervencionismo estatal. O conselheiro econômico de Jair Bolsonaro, o economista Paulo Guedes, efetuou uma proposta, basicamente, liberal na economia, com abertura ao exterior, privatização das empresas estatais. Ele também propõe reduzir a dívida pública vendendo ativos do

Governo. O programa do Jair Bolsonaro é um programa liberal. É uma posição muito positiva com relação ao que o Brasil veio seguindo nos últimos anos (ALMEIDA apud CRUZ, 2018, sem página).

A divulgação do trecho acima nas plataformas da igreja não demonstra somente a confiança da instituição nas propostas econômicas de Paulo Guedes e Bolsonaro, como também deixa evidente o repúdio ao projeto de Fernando Haddad. Mais uma vez, o candidato petista foi representado como a continuidade de um governo que causou a crise em que o Brasil se encontrava em 2018. Elegê-lo, portanto, levaria ao aprofundamento dos problemas econômicos. Problemas esses que, de acordo com o discurso da Universal, eram sentidos no bolso de cada um dos brasileiros. Além de representar o Brasil como uma nação economicamente estagnada, as reportagens difundidas nas mídias da IURD disseminaram a imagem de uma população brasileira assolada pelo desemprego e pelo endividamento. Esses dois fatores causavam condições de vida precárias e falta de esperança de melhora por parte dos cidadãos. O desemprego foi um dos principais problemas mencionados ao longo das publicações. Na edição da Folha Universal publicada no dia 23 de setembro, a falta de empregos no país foi o principal foco da matéria de capa. Intitulada ‘Ainda não temos vaga’, a reportagem assinada pela jornalista Rê Campbell apresentou uma série de falas de cidadãos que estavam desempregados, endividados e que sofriam diariamente os efeitos da crise. A matéria tratou também do crescimento do trabalho informal, que foi definido na reportagem como uma das principais consequências do alto desemprego. A matéria enfatizou que grande parte da população vivia em condições precárias e teve que readaptar seu estilo de vida para que ele coubesse em seu orçamento. Também reforçou a narrativa de que os gastos excessivos dos governos anteriores haviam gerado a crise e apontou que, em face do rombo nas contas públicas, o Estado nada podia fazer para gerar novos empregos. As empresas estatais estariam quebradas graças ao descontrole orçamentário e ao seu aparelhamento causado pela política de troca de cargos. Diante disso, a única saída estava no investimento privado. Por meio de falas de especialistas, a reportagem defendeu a realização de concessões públicas para o capital empresarial. Contudo, afirmou que o investimento do setor privado ocorreria somente caso o Brasil alcançasse estabilidade política nas eleições. A melhora econômica, portanto, estaria condicionada aos resultados da disputa eleitoral. De acordo com o discurso da igreja, o ideal era que o pleito colocasse no poder um político pró-mercado. Somente assim o emprego voltaria a crescer e a

população poderia sair do endividamento. Essa concepção é ilustrada pela seguinte passagem publicada e matéria do dia 15 de outubro:

“O que alça as pessoas à uma melhor condição é um emprego – muito mais do que um programa social estatal. Então, o programa econômico de Bolsonaro está muito mais próximo da liberdade econômica, do que o programa de Haddad – que, na verdade, significa um retorno à pior crise econômica que o Brasil já passou” (BARRETO apud CRUZ, 2018, sem página).

A passagem acima reforça a ideia de que o crescimento deriva da iniciativa privada e, mais uma vez, condena o programa econômico de Haddad. Afirmar essa que evidencia o giro político da IURD ao longo da década de 2010. Ora, cumpre lembrar que, nas eleições daquele ano, Marcelo Crivella defendeu em artigo na Folha Universal que Dilma deveria ser eleita pois era única candidata do pleito que prosseguiria os programas sociais do governo Lula. Programas esses que, nas palavras utilizadas por Crivella no referido artigo, tiraram milhões da pobreza e proporcionaram emprego e dignidade para as camadas mais pobres. Em 2018, o discurso focou em valorizar não a ação assistencialista do Estado, mas sim o poder transformador da iniciativa privada. A valorização da iniciativa privada foi acompanhada ao longo do corpus pelo forte incentivo ao empreendedorismo e pela valorização do mérito pessoal. Fatores esses que apontam para dois pontos importantes. O primeiro é o ideal neoliberal de responsabilização individual. Como é colocado por David Harvey (2004), a razão neoliberal promove a crença coletiva de que o indivíduo e a família são os únicos responsáveis pelo próprio bem-estar e devem alcançá-lo por meio do mérito e do esforço no mercado de trabalho. Essa visão é expressa dentro do novo conservadorismo brasileiro pela condenação das políticas de proteção social. Para os neoconservadores brasileiros, tais políticas são mobilizadas com o objetivo de garantir fidelidade eleitoral da população beneficiada. Além disso, resultam na acomodação social desses indivíduos, que, de acordo com essa perspectiva, desenvolvem uma aversão ao trabalho na medida em que possuem renda garantida sem esforço individual (ALMEIDA, 2019). A valorização do empreendedorismo reforça o ideal do mérito no mercado de trabalho. O sucesso financeiro pelo esforço individual e empreendedor é visto como a maior conquista possível para um indivíduo. Nesse contexto, o trabalho se torna uma prática ética. Se o suposto comodismo do indivíduo que

recebe auxílio do Estado é ofensivo para os neoliberais, o trabalho constante é compreendido como um sinônimo de caráter e honestidade. Deriva disso uma dicotomia entre o cidadão trabalhador e o “vagabundo”, que é definido enquanto um indivíduo preguiçoso, desonesto e que deve ser extirpado da sociedade⁶⁹. O segundo ponto é teológico e corresponde a um dos pilares centrais do sistema de crenças promovidos pela Igreja Universal. Trata-se da Teologia da Prosperidade.

A propagação da Teologia da Prosperidade é um dos pontos mais característicos e diferenciais da IURD no campo religioso brasileiro. Seu surgimento está integrado às mudanças históricas ao longo do século XX. Na medida em que o capitalismo se modernizou e a sociedade de produção e compra se estabeleceu, a população desenvolveu novos hábitos de consumo e novos padrões comportamentais. A indústria cultural, a indústria da moda, as possibilidades de consumo e os avanços tecnológicos atraíram os olhares da geração que viveu a revolução cultural da década de 60 e ansiava por um mundo moderno livre dos apelos tradicionalistas. Os fiéis das igrejas pentecostais não ficaram alheios a esse processo. A progressiva inserção econômica das camadas mais baixas possibilitou a ascensão social dos indivíduos que integravam essas igrejas. Com mais acesso aos bens materiais, esses fiéis se viram em face de uma tensão entre os ideais sectários e ascéticos de sua religião e o desejo de participar integralmente da sociedade de consumo que se formava diante de seus olhos. Tensão essa que foi transferida para os quadros eclesiais do pentecostalismo: diante da nova sociedade que se estruturava, as igrejas “ou se mantinham sectárias e ascéticas, aumentando sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou faziam concessões” (MARIANO, 1999, p. 148). Nesse contexto, diversos líderes pentecostais buscaram adaptar gradativamente suas doutrinas aos desejos consumistas de seus fiéis. A elaboração da Teologia da Prosperidade foi um dos principais resultados dessa tentativa de adaptação⁷⁰. A principal premissa da Teologia da Prosperidade é a interpretação de que o sacrifício

⁶⁹ A figura do vagabundo não é associada somente aos beneficiados por políticas sociais. Ela é estendida para todas as classes historicamente associadas à esquerda política, como acadêmicos, estudantes, militantes e artistas. Esses grupos são acusados de se aproveitarem de dinheiro público em benefício próprio.

⁷⁰ A Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos no início da segunda metade do século XX. Sua difusão nesse país foi influenciada pela expansão do evangelismo televisivo, que, para se manter, concentrou seus esforços em novas maneiras de arrecadar fundos por meio de apelos teológicos (MARIANO, 1999). Essa concepção teológica se consolidou enquanto um corpo doutrinário na década de 70. Seu principal líder foi o evangelista Kenneth Hagin, membro de diversas igrejas e pregador itinerante no país. A corrente chegou ao Brasil na década de 70. Adentrou uma série de denominações, especialmente as da terceira onda, que estavam em seus momentos iniciais e ainda construíam

de Jesus libertou a humanidade de todas as maldições e tornou disponível a todos os indivíduos as bênçãos que foram prometidas por Deus a Abraão e sua descendência (MARIANO, 1999). Deriva dessa interpretação a concepção de que as bênçãos divinas não são limitadas ao paraíso⁷¹. Segundo a Teologia da Prosperidade, o cristão pode receber as promessas de Deus ainda em vida e desfrutar de suas bênçãos no plano terreno. Promessas essas que garantem uma existência repleta de prosperidade material, saúde e livre de todos os sofrimentos e ações de entidades maléficas. Todavia, para que isso se concretize, o fiel deve cumprir três condições: manter uma fé inabalável em Deus, ser capaz de confessar aquilo que deseja e observar os princípios de reciprocidade da vida próspera (MARIANO, 1999).

A ideia de confissão está relacionada ao que se denominou como Confissão Positiva (SILVA, 2014). A Confissão Positiva é uma crença integrante da Teologia da Prosperidade. Sua ideia central é a de que o cristão que possui verdadeira fé tem o poder de transformar em realidade tudo aquilo que ele decreta⁷² para sua vida. O cristão que busca alcançar uma bênção deve proferi-la com fé e confessar a sua posse antes mesmo de recebê-la; suas palavras irão compelir Deus a agir e fazer com que o mundo espiritual influencie o mundo imanente (MARIANO, 1999). O

sua estrutura doutrinária. Entre elas, duas se destacaram pela forte implementação dessa corrente teológica: a Igreja Universal e a Igreja Internacional da Graça de Deus

⁷¹ Um dos principais desafios das crenças religiosas monoteístas é conciliar a compreensão da divindade enquanto uma entidade boa e toda poderosa com os males e sofrimentos imerecidos do plano terreno. O sucesso de uma religião está relacionado a sua capacidade de promover essa conciliação sem cair em contradição interna. Weber (2009) define como teodiceia o discurso religioso que visa harmonizar esses dois fatores. A teodiceia de uma determinada crença deve ser composta por enunciados racionais capazes de fornecer um sentido para toda e qualquer forma de sofrimento que aflige os indivíduos no plano imanente (BERGER, 1985). Enquanto religião de salvação, o Cristianismo propôs historicamente um discurso que naturaliza o mal do mundo e promete aos fiéis a libertação dos sofrimentos no além ou no momento do retorno messiânico. O Pentecostalismo enfatizou a ideia de salvação e de conquista da felicidade no além nos momentos iniciais de sua história. Fundamentado nas características puritanas do movimento Holiness, os primeiros pentecostais pregaram que a condição para alcançar a salvação era a condução de uma vida ascética e sectária que desvalorizasse o mundo terreno (MARIANO, 1999). Aspectos esses que contribuíram para a cooptação de indivíduos pertencentes às camadas mais baixas e marginalizadas da população por parte das igrejas dessa vertente. De acordo com Mariano (1999), durante décadas as únicas promessas das igrejas pentecostais voltadas para o mundo terreno eram as de cura divina; o restante era descrito como bênçãos que se concretizariam no além. Para as camadas mais baixas que historicamente fizeram parte dessas igrejas, as privações impostas pela rejeição religiosa do mundo nunca representaram grandes sacrifícios. Afinal, esses indivíduos já se encontravam à margem da sociedade e não possuíam acesso aos prazeres materiais proporcionados pelo sistema do capital. A promessa de libertação e felicidade na vida transcendente representava um alento para esses membros das igrejas diante de suas vidas terrenas repletas de privações.

⁷² Nesse contexto, o conceito de decretar faz referência ao ato de falar em voz alta e determinar algo por meio de palavras proferidas vocalmente (SILVA, 2014). O decreto verbal revestido por uma fé inabalável é capaz de alterar o contexto terreno e criar novas realidades.

recebimento da bênção confessada não ocorre imediatamente. Apesar disso, é dever do indivíduo agir como se já possuísse aquilo que pediu e orar agradecendo a deus pela bênção alcançada. O fiel não deve manifestar nenhum traço de dúvida, visto que isso representaria falta de fé no poder divino. A dúvida, por menor que seja, impede a obtenção da bênção (SILVA, 2014). O não recebimento da bênção reclamada é resultado da falta de fé do indivíduo ou de sua inabilidade em confessar aquilo que deseja (MARIANO, 1999). Também pode ser fruto da ação de demônios em sua vida ou de pecados cometidos. Além de confessar as bênções com fé, também é fundamental que o fiel cumpra os princípios de reciprocidade da vida próspera. Esses princípios seguem uma lógica simples: para receber, primeiro é necessário dar. O fiel que deseja ter uma vida materialmente abundante deve, primeiramente, ser capaz de doar bens materiais de forma abundante. No contexto da Teologia da Prosperidade, esse ato de doação é representado pelo pagamento de dízimos e ofertas às igrejas. O dízimo é uma doação financeira mensal que deve sempre corresponder a 10% de tudo que foi recebido pelo fiel nesse período de tempo. Possui um caráter obrigatório e seu pagamento é visto como uma responsabilidade de cada membro de uma igreja⁷³. A oferta, por sua vez, representa uma doação feita de forma espontânea. Não possui um valor fixo e pode ser doada a qualquer momento e quantas vezes o indivíduo achar apropriado. Tanto o pagamento do dízimo quanto a doação de ofertas são vistos no âmbito da Teologia da Prosperidade como atos de fé (MARIANO, 1999). Dentro dessa perspectiva teológica, a verdadeira fé precisa ser expressa de forma concreta; isto é, ela precisa ser demonstrada por meio de ações. Assim, o pagamento constante do dízimo e a doação de oferendas são compreendidos como provas de amor e do compromisso do fiel com deus. A Teologia da Prosperidade e sua ideia de recebimento condicionado de bênções transformam a relação do indivíduo com a divindade. O pedido do fiel de recebimento de bênção não é uma súplica ou um desejo, mas sim um ordenamento estabelecido dentro de uma lógica contratual (MARIANO, 1999); (GOMES, 2004). A fé inabalável, a confissão da bênção e o pagamento de dízimos e oferendas nada mais são do que a parte do contrato que compete aos fiéis. Ao cumpri-las, o indivíduo está compelindo deus a agir em sua vida e proporcionar a bênção pedida. Esse é o dever da divindade no contrato estabelecido.

⁷³ Os dízimos são definidos como uma obrigação religiosa de cada fiel. Afirma-se que deus tem o direito sobre 10% de tudo que o indivíduo arrecada; dessa forma, negar o dízimo seria como retirar da divindade aquilo que lhe pertence.

Trata-se, portanto, de uma relação em que ambas as partes possuem direitos e deveres. De acordo com Ricardo Mariano:

“Deus não pode deixar de cumprir suas promessas bíblicas. O Criador não tem escolha senão cumprir com o prometido. Presa às promessas que fez, a onipotência da divindade fica comprometida. [...]. Nessa relação contratual em que Deus tem obrigações a cumprir, o fiel, se tem deveres para com ele, igualmente tem direitos. Na medida em que tem consciência de seus direitos, o fiel pode exigir de deus o cumprimento deles. É exatamente isso que ocorre. Com isso, além de ter sua soberania drasticamente diminuída, Deus torna-se vítima de frequente manipulação por parte de seus sócios, até porque não pode se ver livre deles, a menos que quebre sua palavra, algo inimaginável na óptica desses crentes” (MARIANO, 1999, p. 162).

Nos cultos da Universal, um grande espaço de tempo é dedicado à arrecadação de dízimos e ofertas. O discurso da IURD afirma constantemente a necessidade de dar para receber. Mais do que isso, prega que o dar e o receber são atos equivalente: quanto mais o fiel doar, mais irá receber de deus. O verdadeiro fiel não deve duvidar do poder de deus de gerar a bênção; por isso, não deve temer fazer doações de altas quantias ou de bens valiosos. Segundo Mariano (1999), as doações “não são repassadas aos fiéis como se fossem atitudes de risco, mas sim como investimentos seguros e de incomparável rentabilidade” (MARIANO, 1999, p. 170). Não obstante o exposto, a Teologia da Prosperidade disseminada pela IURD não é focada somente no mundo espiritual. A prosperidade econômica do fiel depende de um fator que vai além das condições previamente apontadas: seu trabalho. O indivíduo que busca alcançar o sucesso financeiro e a vida feliz deve trabalhar arduamente no mundo material. Não se trata, contudo, do trabalho metódico resultado da ética puritana descrito por Weber (MARIANO, 1999); (ALMEIDA, 2019). Enquanto a acumulação calvinista provinha de uma conduta ascética e de uma vida diária regulada pelo trabalho disciplinado, a Universal defende a prosperidade por meio da ação de risco, da ousadia e do investimento. Diante disso, o discurso da igreja incentiva a busca pela prosperidade por meio do empreendedorismo (GUTIERREZ, 2015). A valorização da atividade empreendedora por parte da IURD envolve uma série de fatores. Inicialmente, cumpre ressaltar que a Universal é composta por indivíduos de todas as camadas sociais, mas que atrai especialmente membros das camadas

mais baixas (ROCHA; TORRES, 2009); (GUTIERREZ, 2015)⁷⁴. Ao adentrarem a igreja, esses indivíduos se deparam com o discurso de que são filhos de deus e herdeiros de suas promessas e, por isso, possuem direito a uma vida próspera e repleta de saúde, felicidade e bens financeiros. Carlos Gutierrez (2015) defende que o contato com discurso da Universal leva o fiel pertencente as camadas mais pobres a repensar e reconstruir sua narrativa de vida. Essa reconstrução narrativa tem como base a premissa da Teologia da Prosperidade de que aqueles que têm fé não são merecedores de uma vida de misérias e sofrimentos.

Diante disso, o fiel passa a ter um novo olhar sobre sua própria realidade. O discurso da Universal provoca um processo reflexivo que o faz questionar sua condição social e sua própria visão sobre si mesmo (GUTIERREZ, 2015). O fiel se torna capaz de problematizar sua posição marginalizada em relação à sociedade e a desigualdade financeira que o oprime constantemente. Acima de tudo, passa a se enxergar como uma pessoa merecedora de prosperidade e capaz de construir uma vida melhor pela conquista de recursos financeiros. Assim, o contato com a igreja leva ao “empoderamento do self com relação ao contexto social” (GUTIERREZ, 2015, p. 217). Surge um novo self que se entende enquanto uma pessoa merecedora, vencedora e preparada para conquistar a abundância que lhe é devida. A Universal proporciona ao fiel a autoestima necessária para que ele acredite na possibilidade de um futuro melhor e se compreenda enquanto uma pessoa capaz de superar todos os obstáculos impostos pelo mundo (MARIANO, 1999). A igreja desnaturaliza a desigualdade social e aponta que a condição de pobreza é injusta, assim como todas as humilhações e restrições que os fiéis sofreram ao longo da vida por ocuparem posições subalternas na sociedade. O fiel é incentivado a se indignar contra essa injustiça e não se colocar na posição de vítima. A indignação resulta em um espírito de revolta contra as condições sociais

⁷⁴ Carlos Gutierrez (2015) identificou que os membros da IURD que integram as camadas mais pobres podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é formado pelos que se encontram nas camadas miseráveis da população, possuem baixa escolaridade e enfrentaram longos períodos de desemprego. Acostumados à marginalização e à falta de perspectiva de inserção social, esses indivíduos viveram uma vida pautada pela desesperança e pela acomodação a sua condição social. Desesperança essa que se converteu ao longo dos anos em uma inabilidade de planejar um futuro e estabelecer objetivos voltados para a mobilidade. O segundo é formado por fiéis de camadas médias baixas que tiveram maior acesso à educação no início da vida e ocupam posições subalternas no mercado de trabalho. Esses fiéis são capazes de desejar um futuro melhor e estabelecer objetivos, mas não agem para concretizá-los devido aos obstáculos que o mundo econômico apresenta (GUTIERREZ, 2015).

nas quais vive. Ao analisar a fala de um bispo da Universal sobre esse sentimento de revolta, Carlos Gutierrez avalia que:

“Em sua visão [do bispo], a revolta impede que as pessoas se vitimizem. [...] mesmo que um indivíduo seja mesmo vítima de uma injustiça, o fato de lamentar não irá mudar a situação, pois somente a ação tem poder transformador. Por isso, creem que, na maior parte dos casos, a pessoa é responsável por seu fracasso pois, no lugar de tomar uma decisão e agir, decidiu reclamar da vida. Isso levaria, na avaliação dos fiéis, a ter pena de si mesmo e, por conseguinte, enxergar-se como fraco. Segundo Jadson [o bispo], o revoltado reconhece que o grande erro foi não ter agido antes e ter ficado tanto tempo em situação ruim. Por isso, para ele, os vencedores devem assumir seus erros e acertos e pararem de se fazer de vítima, pois tal reação impede qualquer mudança” (GUTIERREZ, 2015, p. 223).

O discurso da IURD, portanto, visa proporcionar ao fiel a autoestima necessária para que ele nunca se veja como uma vítima, mas sim como uma pessoa revoltada contra as condições de injustiça e forte o suficiente para agir a fim de superá-las. Todavia, os enunciados da igreja não se aprofundam nas discussões sobre a desigualdade social. A constatação da existência de injustiças na sociedade não é acompanhada de uma problematização sobre suas causas. A revolta contra as condições de marginalização é incentivada, mas apenas a partir de uma perspectiva individual. Não há discussões sobre mobilizações coletivas contra as condições de desigualdade ou a qualquer solução política para a exclusão. Como mostra a citação acima, a ausência de sucesso e as condições ruins são frutos da falta de ação. Logo, a única solução é abandonar a posição de vítima e agir em busca da prosperidade merecida. Ação essa que inclui tanto o trabalho no mundo terreno quanto as condições religiosas para o recebimento da benção. E no que tange ao trabalho, a igreja foca no empreendedorismo. A crítica da desigualdade social feita pela Universal é acompanhada de uma problematização da posição de trabalhador. A narrativa da igreja afirma que o cristão deve ser patrão, não empregado (MARIANO, 1999); (GUTIERREZ, 2015). A posição de trabalhador é descrita como uma condição subordinada e sempre sujeita às injustiças e humilhações de empregadores. Ser dono do próprio negócio e trabalhar para si próprio é visto como uma forma de alcançar a verdadeira prosperidade e sair da posição de submissão. O incentivo ao empreendedorismo na IURD vai além da fala. A Universal oferece aos seus fiéis cursos destinados à atividade empreendedora e realiza cultos para empresários em que membros compartilham suas

experiências na abertura e manutenção de um negócio (LIMA, 2007). O membro empreendedor deve sempre orar e se manter certo da prosperidade de seu negócio para que ele seja bem-sucedido. Acima de tudo, deve manter seu coração em deus e seguir firme em seu caminho apesar de estar inserido na esfera secular dos negócios. Por fim, cumpre apontar que a ótica da prosperidade também exerce um papel importante na atração e na adaptação de membros de camadas mais altas à doutrina da igreja. Ao definir a abundância financeira enquanto uma bênção e negar o discurso tradicional dentro do cristianismo de que os ricos não herdarão o reino dos céus, a Universal fornece uma justificativa espiritual para a posição elevada dessas classes sociais e afirma o direito desses indivíduos de possuírem e desfrutarem de seus privilégios econômicos (MARIANO, 1999)⁷⁵.

As concepções da Teologia da Prosperidade influenciam o próprio modo como a IURD compreende o momento de crise econômica. Apesar das dificuldades que impõe, a crise também é descrita na narrativa propagada nas publicações como um momento oportuno para que os indivíduos se reinventem e promovam mudanças em suas vidas. Os obstáculos causados pelo desemprego e o endividamento são descritos como oportunidades para “buscar novos caminhos para superar velhas dificuldades”. Ademais, ao tratar da crise financeira do país, a Universal relata os problemas econômicos enfrentados pela população sem problematizar as estruturas de inequidade que levam à desigualdade de renda e contribuem para as condições precárias das

⁷⁵ Isto exposto, é essencial discutir como a aplicação da Teologia da Prosperidade pela Igreja Universal gera uma transformação no sistema de valores simbólicos do pentecostalismo e do cristianismo em si. A grande ênfase da IURD no recebimento de bênçãos no plano terreno faz com que pouco foco seja dado naquilo que historicamente foi a promessa central da religião cristã: a entrada no paraíso transcendental após a morte (MARIANO, 1999). O fiel da universal não enxerga a salvação e a redenção transcendente como o objetivo final de sua existência. Seja para o recebimento de bênçãos e prosperidade ou para o afastamento de entidades malignas de sua vida, as práticas religiosas dos membros da igreja são quase que inteiramente voltadas para a vida material e para melhoria das condições imanentes. Nesse contexto, a crença em deus deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para se alcançar realizações terrenas (MARIANO, 1999). Não à toa, os cultos e reuniões da IURD são repletos de práticas mágicas que visam a alteração da realidade. Para Janete Silva (2014), a ênfase da Igreja Universal e de outras igrejas da terceira onda no mundo terreno demonstra que o Neopentecostalismo propõe uma nova teodiceia para a religião cristã. A autora argumenta que a adoção da Teologia da Prosperidade leva a uma subversão da tradicional mensagem da cruz, que sempre pregou o sacrifício e o martírio como formas de expressão da fé e de perseverança no caminho da salvação (MARIANO, 1999); (SILVA, 2014). Essa subversão afasta o Neopentecostalismo da concepção tradicional do cristianismo de que o mundo terreno é um local inerentemente pecaminosos e repleto de sofrimento. Dessa forma, o sofrer em vida ganha um novo sentido: antes visto como inevitável, passa a ser compreendido como algo que pode ser controlado pelo próprio indivíduo. Ao apresentar uma nova explicação para as adversidades e angústias, essa interpretação teológica fornece um novo sentido para o sofrimento e aponta para um novo caminho de redenção. Diante disso, Silva (2014) defende que é possível apontar uma nova teodiceia dentro do Neopentecostalismo. Essa nova teodiceia reforça o não ascetismo e o não sectarismo, visto que não prega a necessidade de uma vida ascética para alcançar a salvação e nem o isolamento da igreja em relação ao mundo secular.

camadas mais pobres. Com isso, segue o padrão da Teologia da Prosperidade de questionar a marginalização social de determinados grupos sem apresentar um discurso político que englobe as estruturas desiguais que causam esse fenômeno. Nessa perspectiva, o empreendedorismo é visto como uma saída à despeito da crise. Cabe ao indivíduo ter força, criatividade e espírito de revolta para superar as dificuldades conjunturais. Da mesma forma, a igreja aponta como função da iniciativa privada gerar empregos, não do Estado. Em sua concepção, todo caminho de prosperidade econômica, seja ele individual ou de todo um país, passa pelo setor privado e pelas ações de empreendedorismo. Acima de tudo, a visão da IURD propaga que a superação das dificuldades está atrelada ao trabalho duro e ao mérito do fiel, que deve ser bem sucedido tanto no campo imanente quanto em suas habilidades de decretar a benção e se manter fiel. O indivíduo é compreendido por essa perspectiva como uma empresa de si mesmo que deve lutar pela sua prosperidade com armas espirituais e mundanas para alcançar a prosperidade. Visão essa que é uma das bases da razão de mundo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017). Como foi apontado, essas concepções também faziam parte do projeto econômico apresentado por Jair Bolsonaro no momento do pleito de 2018.

Apesar dos fatores elencados até aqui, não é possível afirmar que a Universal seja uma defensora irrestrita da concepção liberal de Estado mínimo. Ao longo do corpus, a igreja defendeu diversas vezes que serviços sociais como saúde e educação são responsabilidade do Estado. Afirmou ainda que era necessário que o próximo governo aumentasse os investimentos nessas áreas desde que isso não gerasse um descontrole orçamentário. Na edição da Folha Universal cujo o tema de capa foi a educação, a IURD demonstrou sua aprovação de projetos governamentais voltados para área, como o ProUni e o FIES. Essa defesa dos investimentos estatais em setores essenciais vai ao encontro do imaginário político de grande parte dos brasileiros, que enxerga a saúde e a educação como funções intrínsecas ao Estado. Como aponto Almeida (2019), mesmo entre as classes médias, que possuem a meritocracia como um de seus principais valores, há um forte enraizamento da noção de é dever do Estado prover serviços essenciais à população. Diante disso, tanto Bolsonaro quanto a IURD não defendem uma privatização total dos serviços públicos aos moldes da cartilha do ultraliberalismo econômico. Isto posto, cabe apresentar a matriz de assinatura que caracteriza a narrativa difundida pela IURD:

Tabela 2: Matriz de Referência: Neoliberalismo Econômico

Pacote Interpretativo	Neoliberalismo econômico
Metáfora	<ul style="list-style-type: none">● O brasileiro sente a crise econômica no bolso;● Rombo nas contas públicas.
Bordão	<ul style="list-style-type: none">● Maior crise econômica da história do país;● Rombo nas contas públicas;● Desemprego;● Favorável ao livre mercado.
Representação	<ul style="list-style-type: none">● A população brasileira está desempregada e endividada;● População brasileira insatisfeita;● A economia está estagnada;● O programa econômico de Bolsonaro é a saída para a crise;● O programa econômico de Bolsonaro é melhor por ser mais liberal e defender a austeridade;● As reformas neoliberais são a solução para a crise;● O programa econômico de Haddad é insustentável para as contas públicas;● O programa econômico de Haddad irá manter as políticas que geraram a pior crise da história do país.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none">● Exemplos de reformas neoliberais que irão tirar o Brasil da crise econômica;● Exemplos de casos de conquistas econômicas pelo mérito;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de pessoas desempregadas e situações precárias; ● Exemplos de propostas de Bolsonaro que irão implementar políticas neoliberais
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Política econômica de esquerda; ● Descontrole orçamentário; ● Crise política; ● Intervencionismo estatal; ● Falta de infraestrutura nacional; ● Corrupção; ● Burocracia; ● Altos impostos; ● Violência
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Maior crise econômica da história do país; ● Alta taxa de desemprego; ● Precariedade da vida da população; ● Estagnação econômica; ● Rombo nas contas públicas; ● Aumento do trabalho informal;
Apelos à princípio	<ul style="list-style-type: none"> ● Empreendedorismo; ● Liberalismo; ● Meritocracia.

Fonte: elaborado pelo autor.

3.3 Moralismo Regulador

A análise qualitativa das publicações feitas pela Igreja Universal ao longo da campanha mostrou que a instituição mobilizou uma forte narrativa moral ao redor do pleito presidencial de

2018 por meio da disseminação ampla do pacote interpretativo aqui nomeado de Moralismo Regulador. Como foi apontado, a moralidade pública foi o segundo tema mais abordado pelas mídias da igreja durante o período analisado. A frequência de menções aos problemas morais foi significativamente maior que as citações às questões econômicas e de segurança pública, temas tradicionalmente determinantes em disputas para cargos executivos. Essa diferença significativa é justificada pelo fato de a disputa pela moralidade pública no Brasil estar historicamente associada com a ação política de agentes religiosos. De modo geral, as questões de moralidade sempre foram um dos principais focos da ação política de igrejas pentecostais. Desde seus primeiros momentos de engajamento nas instituições democráticas brasileiras, grupos evangélicos buscaram combater o avanço de pautas progressistas que, em sua visão, vão contra a moral cristã. Não é diferente no caso da Universal. Embora a igreja tenha demonstrado ao longo das últimas décadas que seus interesses corporativos são centrais em suas decisões políticas, ela jamais abandonou a pauta moral e o projeto de cristianização da sociedade. Soma-se a isso a relevância das questões morais na agenda pública no momento das eleições. Apesar de as disputas morais não serem algo exclusivo da história política recente do país, a partir de 2011 elas ganharam novos contornos (LACERDA, 2019). Como foi previamente debatido, o primeiro ano do governo Dilma foi marcado por embates públicos em torno da sexualidade graças ao julgamento da constitucionalidade da união estável homoafetiva e a polêmica do projeto Escola Sem Homofobia (ROMANCINI, 2018). De acordo com Marina Lacerda, “a tentativa de uma política pública voltada à promoção do respeito à diversidade sexual no sistema de ensino inaugurou uma nova fase da reação conservadora, agora voltada propriamente contra o gênero (2019, p. 71). A polêmica do “kit-gay” proporcionou a abertura necessária para o resgate do conceito de ideologia de gênero, que acusa os grupos feministas e LGBT+ de promoverem uma ideologia que nega a separação dos seres humanos em dois sexos. De acordo com esse ponto de vista, essa negação teria como objetivo destruir o conceito tradicional de família enquanto um grupo social formado por um homem e uma mulher. A partir de 2013, é possível notar o início de uma reação articulada de parlamentares conservadores contra pautas progressistas por meio da mobilização do conceito de ideologia de gênero (LACERDA, 2019). Os principais defensores desse moralismo também são novos. Nas últimas décadas, o grupo protagonista do ativismo moral no Brasil deixou de ser formado por Católicos e passou a ser composto por políticos evangélicos (LACERDA, 2019).

Por mais que seu pilar de sustentação seja a noção de gênero, o discurso desses atores invoca uma série de fatores. O primeiro deles é a defesa da família. Como aponta Ronaldo de Almeida, “família tradicional é, sem dúvida, o termo mais englobante no campo moral” (2019, p. 208). Como foi dito, a ideologia de gênero é descrita por esses agentes como uma ameaça à família patriarcal, aos seus valores e à ordem social. Acusação essa que carrega um ataque à comunidade LGBTQ+, visto que reforça a heterossexualidade enquanto norma. Ademais, o termo família adotado na narrativa dessa linha de força faz referência somente às uniões entre homens e mulheres⁷⁶. Assim como a ideologia de gênero, a homossexualidade é descrita como uma ameaça aos valores da família e uma ofensa aos valores cristãos. Diante disso, agentes conservadores defendem a coibição de casamento entre pessoas do mesmo sexo e a proibição da adoção de crianças por parte de casais homossexuais. Mobilizam o ideal de liberdade individual e de liberdade religiosa para argumentar que têm direito a esse posicionamento e como base legal para combater juridicamente projetos de lei que tentam criminalizar a discriminação por gênero e orientação sexual. A narrativa dessa linha de força afirma que a defesa do direito à vida é intrínseca à defesa da família. Diante disso, o aborto é compreendido nesses discursos como um assassinato e sua proibição deve ser intransigente. Esse aspecto reforça o caráter patriarcal da noção de família, nega as reivindicações femininas por direito sobre o próprio o corpo e deslegitima as lutas contra a opressão da estrutura social patriarcal. Sobretudo, a ideologia de gênero é mobilizada como uma ameaça ao funcionamento normal da sociedade. Para os conservadores, sua propagação representaria o enfraquecimento da família tradicional patriarcal e dos valores cristãos. Esses atores alimentaram constantemente essa narrativa no decorrer da última década para inflamar em seus seguidores a ideia de que a moral tradicional estaria sobre ataque de forças malignas. A disseminação de notícias falsas foi um mecanismo de mobilização do medo e do ódio contra os grupos identitários e progressistas, que foram continuamente acusados de terem o interesse de desmantelar a comunidade moral (ALONSO, 2019).

Esse discurso criou um dualismo ético entre o conservador cristão pró família e o progressista imoral, ateu e contrário à família tradicional. O primeiro é associado às figuras do pai

⁷⁶ Essa noção foi expressa pela PL6583/2013, que tramitou na Câmara dos Deputados para estabelecer um Estatuto da Família. Esse projeto tinha a intenção de estabelecer uma definição legal do conceito de família que englobasse somente uniões entre homens e mulheres. Também visava proibir a adoção de crianças por parte de casais homoafetivos.

de família que é forte, honesto, chefe da casa e provedor; e da mulher que é bela, recatada e do lar. Já o segundo é relacionado à imagem do homossexual, da mulher feminista promíscua que destrói vidas através do aborto, do comunista desonesto que quer doutrinar crianças. Nessa perspectiva, a oposição às pautas progressistas se torna uma postura ética: é dever das pessoas boas e cristãs serem contrárias ao avanço da ideologia de gênero e dos ideais da esquerda que ameaçam a família e as crianças. O progressista imoral defensor da ideologia de gênero representa no discurso conservador tudo é que baixo, sujo e perigoso para a sociedade (CASTRO GOMES, 2019). Assim, a radicalidade e a violência são meios legítimos para combatê-lo. Todos esses ideais de moralismo regulador tiveram um papel central na campanha de Bolsonaro. Ao longo de toda corrida eleitoral, o então candidato do PSL alimentou constantemente o pânico moral ao redor de temas como aborto, ideologia de gênero e sexualização de crianças. Esse pânico foi perpetuado em suas falas através da ênfase no discurso de que a família tradicional estaria em risco e as crianças estariam ameaçadas. O capitão do exército propagou a narrativa de que estaria ocorrendo no país um “bombardeamento” da família e de seus valores. Segundo ele, esse bombardeamento seria um resultado dos governos do PT, que trabalharam para disseminar a ideologia de gênero nas escolas e influenciar estudantes a aceitarem as ideologias de esquerda. O partido, portanto, seria o principal responsável pela decadência moral do Brasil. Além de corrupto, o PT foi descrito por Bolsonaro como imoral, ateu e contra a família. Diante disso, o político de extrema direita reforçou diversas vezes em suas publicações que seu governo agiria sempre em defesa dos grupos familiares. Criou ao redor de si a imagem de homem ético e comprometido com os valores cristãos que lutaria para manter a ordem social tradicional. Isso implicaria numa série de fatores, como a manutenção da ilegalidade do aborto, o combate aos grupos identitários e a proteção da “inocência das crianças”.

Da mesma forma que Bolsonaro, as publicações das mídias da IURD relacionadas ao tema da moralidade pública partiram do princípio de que o Brasil enfrentava uma crise moral em 2018. Também compartilharam a ideia de que tal crise seria resultado da ação política de grupos de esquerda que têm como objetivo promover uma inversão de valores na sociedade para destruir a família tradicional e enfraquecer os valores cristãos. As reportagens analisadas enfatizaram que grupos progressistas agem para disseminar ideologias anticristãs e não naturais que negam os valores tradicionais e dividem a sociedade. De acordo com elas, os principais meios de disseminação desses ideais são a mídia e as escolas; os principais alvos, por sua vez, são as crianças

e os adolescentes. Em face disso, a igreja defendeu ao longo do pleito que a comunidade cristã deveria se levantar contra tais grupos e lutar politicamente para proteger as crianças e os adolescentes da doutrinação que ameaça os valores sociais tradicionais. A narrativa da IURD se destaca dos discursos dos atores conservadores seculares por apresentar um fator a mais: a mobilização constante da figura do diabo. Como foi visto, uma das principais características teológicas da Universal é a crença na batalha espiritual, que enfatiza a imediatidade da relação entre indivíduo e entidades espirituais, assim como a capacidade desses espíritos de influenciarem a vida cotidiana. Dentro do Pentecostalismo, essa cosmologia deriva na certeza de que o diabo está constantemente agindo para causar o mal e difundir o sofrimento na terra.. No discurso político da IURD, tal visão é refletida pela afirmação presente no pacote do Antipetismo Democrático de que existem políticos de bem e políticos de mal, assim como pelo desejo de recristianizar a sociedade por meio da tomada de cargos de decisão. Contudo, é na discussão sobre a moralidade pública que ela se torna mais relevante. Segundo a narrativa da Universal, o avanço de ideologias que buscam destruir a família tradicional e enfraquecer os valores cristãos nada mais é do que o resultado da ação do diabo na terra. As publicações analisadas afirmam que os grupos de esquerda que promovem politicamente valores progressistas gentes do mal que visam difundir o que a igreja define como “agenda do diabo”. Agenda essa que possui um ponto central: a ideologia de gênero.

Assim como no discurso dos agentes conservadores seculares, o conceito de ideologia de gênero é central na narrativa política da Universal. A família é vista pela IURD como o principal núcleo social e nenhuma outra instituição tem precedência sobre ela. Temas de gênero e sexualidade são compreendidos na cosmologia da igreja como assuntos concernentes somente às famílias e que não devem ser debatidos por instituições públicas. Cabe aos pais tratar essas temáticas com seus filhos da maneira que avaliam a mais correta. Diante disso, a IURD prega que a disseminação da ideologia de gênero é um ataque direto aos valores da família tradicional. A igreja incentiva constantemente seus fiéis a monitorarem as atividades de seus filhos para garantir que eles não estejam sendo expostos a essas ideias. Na concepção da Universal, é dever dos pais estarem atentos ao que é ensinado nas salas de aulas e questionarem as escolas caso identifiquem algum conteúdo sobre gênero nos materiais didáticos ou nas falas de professores. Também é função dos pais controlar o que os filhos assistem. A igreja contribui para esse monitoramento constante por meio da publicação em seus veículos midiáticos de matérias que apontam desenhos, séries e

filmes que supostamente disseminam a ideologia de gênero. Para a Universal, a ideia central da ideologia de gênero é a de que não há uma separação natural entre homem e mulher. A divisão entre os sexos, portanto, é vista para os defensores dessa visão como uma construção social. Nessa perspectiva, a IURD afirma em sua narrativa que a ideologia de gênero nega a existência das principais criações de deus: o homem e a mulher. Ademais, ela incentiva que homens neguem o seu sexo natural e passem a se enxergar enquanto mulher e vice-versa. Esse fator, por sua vez, estimularia a homossexualidade, algo condenado pela igreja. Tanto no discurso da IURD quanto no discurso conservador secular, a defesa da família tradicional é acompanhada da naturalização da divisão sexual do trabalho e da reafirmação do poder do homem enquanto chefe familiar. Acima de tudo, a valorização do núcleo familiar é pautada por uma concepção privatista que afirma que uma estrutura familiar sólida faz com que os indivíduos não precisem de nenhuma forma de auxílio do Estado (LACERDA, 2019). Essa perspectiva é fundamentada na certeza de que a vida dentro de uma família tradicional garante a formação de cidadãos ajustados aos modelos sociais e não dependentes de suporte das instituições de poder⁷⁷. A preocupação com a manutenção da família tradicional por parte da Universal levou a igreja a criar dispositivos de atuação que visam fortalecer as posições de gênero socialmente estabelecidas. É o caso dos projetos Godlywood⁷⁸ e Intellimen⁷⁹

⁷⁷ Segunda Marina Lacerda (2019), o ideal privatista presente nessa concepção representa a união entre a reação contra o Estado de Bem-Estar Social e a reação aos movimentos feministas e LGBT+.

⁷⁸ A palavra Godlywood é uma junção entre o termo God, que representa deus em inglês, e Hollywood. O objetivo da junção, segundo Teixeira (2014), é fazer uma oposição à promiscuidade da mulher de Hollywood. O projeto Godlywood foi criado e é ainda coordenado por Cristiane Cardoso, a filha mais velha de Edir Macedo. Seu principal objetivo é fazer com que as mulheres da igreja se transformem na “Mulher V”, emblema utilizado para representar a “Mulher Virtuosa” descrita por Salomão nas escrituras sagradas do Cristianismo (TEIXEIRA, 2014, p. 232). São impostas às participantes uma série de desafios que visam discipliná-las a se portarem como verdadeiras mulheres de deus perante sua família e à sociedade. Disciplina essa que foca especialmente em regular as práticas de cuidado de si para tornar corpo dócil. Com base no conceito bourdieusiano de habitus, Teixeira (2014) aponta que os desafios do projeto visam naturalizar posturas corporais e senso práticos definidos de acordo com as oposições de gênero. O Godlywood também visa impulsionar as participantes a serem mulheres autônomas, especialmente em termos profissionais. O projeto incentiva as mulheres da igreja a estarem presentes no mercado de trabalho e buscarem prosperidade para si e sua família. Entretanto, isso deve ser feito sem deixar de lado as responsabilidades de cuidado no lar e sem prejudicar a relação de submissão ao marido.

⁷⁹ O termo Intellimen é uma junção da palavra Intelligent (inteligente) e men (homens). A criação do projeto Intellimen foi inspirada no projeto Godlywood e seu objetivo é formar o “homem inteligente”. O programa adota a mesma estrutura de desafios que o modelo que o originou e é formado por 53 atividades semanais. O projeto é voltado para homens de todas as idades e estabelece que todos os seus participantes devem realizar os desafios em dupla com outro homem. O Intellimen tem como premissa a ideia de que existem características naturais ao sexo masculino. Todavia, o verdadeiro homem inteligente é aquele que consegue domar a sua própria natureza. Segundo Gutierrez (2015), o projeto faz uma separação entre o homem e o macho. O macho é o indivíduo do sexo masculino em seu estado natural. Ele é viril, movido pelos desejos e preguiçoso. O homem, por sua vez, é aquele que age de forma inteligente, assume responsabilidades, é sempre educado e dedica tempo para cuidar de si e de sua família. A meta do Intellimen é

(TEIXEIRA, 2014); (GUTIERREZ, 2015). O primeiro é voltado para mulheres, enquanto o segundo é voltado para homens. Os programas são facultativos para os membros da igreja e também estão disponíveis para pessoas que não frequentam a Universal. Os dois projetos compartilham as premissas de que a família é fundamental para a manutenção da estrutura social e de que existe uma diferença natural entre homens e mulheres que reflete na divisão do trabalho sexual dentro da família. O Godlywood e o Intellimen foram criados para reforçar essa divisão e introjetar em seus participantes uma performatividade de gênero fundamentada nos valores cristãos (TEIXEIRA, 2014)⁸⁰.

Em face disso, a ideologia de gênero é retratada como algo abominável dentro do discurso da Universal. Em diversas passagens das publicações analisadas, a IURD demonstrou sua oposição irrestrita e até o seu ódio aos propagadores dessa concepção. Esses, assim como os indivíduos que aceitam essa forma de pensar, são definidos como agentes do diabo que têm como destino à condenação e o sofrimento por defenderem o pecado e atacarem os valores de Cristo. Para ilustrar essa narrativa, cabe apresentar o trecho de um artigo publicado no site da igreja no dia 18 de outubro e assinado por Sandra Lages, uma das principais lideranças femininas da Universal. Artigo esse que é intitulado ‘São dignos de morte aqueles que isso praticam’. A autora inicia com o questionamento:

“Você deve estar vendo e ouvindo na sua escola, muitas coisas a respeito da ideologia de gênero, não é mesmo? No momento, todos estão falando sobre isso, todos estão curiosos em saber no que vai dar toda essa novidade lançada pelo diabo nas escolas, para confundir a mente de crianças e adolescentes. Sim, é isso mesmo: foi o diabo quem inventou essa “moda”, para roubar a sua alma; quer que você ache normal quando vê um menino com outro, ou uma menina com outra. [...] essa invenção de satanás levará aos que

transformar o macho em um homem. Por outro lado, o projeto reforça a posição do homem enquanto chefe de família, provedor e que tem a mulher enquanto submissa. A crítica ao modelo hegemônico de masculinidade é uma forma de fortalecer as relações familiares dos participantes. Ao contrário do macho, o homem é um bom marido, um pai presente, afetuoso e trabalhador; é uma figura exemplar para todos os membros da família e para a sociedade ao seu redor. Para a Universal, essa figura paterna é essencial para a manutenção da estrutura familiar e, conseqüentemente, para a formação de bons cidadãos.

⁸⁰ De acordo com Jacqueline Teixeira (2014), essa diferenciação sexual é metaforizada na IURD pela separação entre átrio e altar. O átrio, local de recebimento e cuidado, é destinado às mulheres; já o altar, espaço de retórica e de contato com divino, é reservado ao trabalho masculino (TEIXEIRA, 2014). A tradição da igreja confirma essa divisão, visto que as regras da Universal determinam que somente homens podem exercer o pastorado.

acreditarem nela a um grande sofrimento, carregarão muita frustração, culpa e sensação de sujeira, imundície em si mesmo. Pois é exatamente isso que o diabo quer causar na juventude com essas ideias contrárias a Deus. [...]. Portanto, fuja disso, não se deixe convencer que a ideologia de gênero é normal, pois não é, não deixe com que essa mentira faça parte da sua vida [...]. Em vez de se deixar levar pelo diabo, se deixe usar por Deus” (LAGES, 2018, sem página).

A passagem do texto de Sandra Lages evidencia a associação direta feita no discurso da igreja entre Satanás e a chamada ideologia de gênero. Ademais, demonstra abertamente a visão da instituição de que a homossexualidade não pode ser naturalizada na sociedade. Seguir o caminho de deus significa se manter afastado dessas pautas, que são características de grupos de esquerda progressistas. Outro ponto importante da passagem citada está na afirmação de que a ideologia de gênero é uma ação do diabo nas escolas para confundir as crianças. Esse trecho aponta uma instituição central no discurso da IURD: a escola. Assim como fez Bolsonaro, a igreja propagou em suas publicações que as escolas estavam sendo transformadas em centros de doutrinação que visavam difundir ideologias determinadas aos estudantes. Contudo, enquanto o político focou em acusar o sistema educacional brasileiro de transformar alunos e alunas em “militantes de esquerda”, a Universal afirmou que as escolas eram principalmente centros de propagação de ideologia de gênero. Nessa perspectiva, por meio dos governos de esquerda, o diabo estaria adentrando os sistemas educacionais para atingir crianças que ainda não possuíam concepções formadas sobre a realidade. Em sua inocência, essas crianças estariam mais vulneráveis aos ideais da ideologia de gênero. Contudo, a justificativa utilizada pela Universal para condenar as discussões de gênero nas escolas não foi puramente religiosa. Segundo a igreja, os debates sobre o assunto não seriam apropriados para o ambiente escolar devido à falta de maturidade de crianças e adolescentes para lidar com um tema tão complexo. As reportagens firmaram repetidas vezes a concepção de que discutir gênero nesses ambientes causaria apenas confusão nos estudantes. Em casos extremos, poderia resultar em “disforia de gênero”, nome dado para descrever o que a Universal define como “doença intelectual que leva pessoas a se identificarem com o sexo oposto”. Ao longo do corpus analisado, esse argumento foi utilizado com muita frequência. Todas as matérias publicadas na Folha Universal sobre ideologia de gênero apresentaram esse fator como o principal motivo da oposição da igreja aos debates sobre o tema. Para reforçar o argumento, a maioria das matérias que

trataram do assunto citaram casos empíricos ou falas de especialistas que confirmavam que seria prejudicial expor crianças e adolescentes ao tópico. Em matéria publicada no site da igreja no dia 25 de setembro e assinada pela redação, é possível ler o seguinte trecho:

“Crianças pequenas não têm a capacidade de fazer escolhas sobre identidade sexual, assim como não têm a capacidade de dirigir um carro ou fazer a escolha de ir para a cama no horário”, afirmou o professor universitário e chefe da seção de psiquiatria infantil e adolescente da Universidade de Louisville Allan Josephson durante debate educacional aberto ao público realizado em Washington (EUA). De acordo com ele, “é o trabalho dos pais ajudar seus filhos a aprender essas coisas à medida que se desenvolvem. [...]. Na Escócia, onde o debate sobre identidade de gênero foi levado para dentro das salas de aula, também houve um aumento significativo de crianças confusas que necessitaram de acompanhamento médico, de acordo com relatório do Scottish Public Health Network” (UNIVERSAL, 2018, sem página).

Ao citar falas de especialistas na área de psiquiatria e estudos científicos conduzidos⁸¹, a igreja abandona o apelo aos valores cristãos e utiliza preceitos científicos para justificar seu posicionamento. Essa estratégia foi interpretada na pesquisa como uma forma de prover maior legitimidade à posição política da instituição sobre o tema. Ao mobilizar a ciência como princípio base de sua forma de pensar, a IURD busca repelir críticas e acusações de preconceito ou intolerância por parte de opositores seculares. Contudo, como foi dito, a Universal também mobilizou em suas publicações afirmações de que a ideologia de gênero tinha o objetivo de sexualizar crianças e estimular a homossexualidade. Mesmo que citados em menor frequência, esses fatores também foram apontados como justificativas centrais de oposição da igreja aos grupos de esquerda que visavam propagar os ideais de gênero na sociedade. A Universal reforçou que a ação diabólica desses grupos não estava restrita à propagação da ideologia de gênero. Em seu discurso, a igreja definiu todas as pautas tradicionais da esquerda como crenças do diabo que visavam destruir a família e os valores cristãos. Também apontou que Satanás estava agindo por intermédio de tais grupos para calar aqueles que se recusavam a aceitar a inversão de valores promovida na sociedade. Essa censura seria exercida principalmente pelo politicamente correto,

⁸¹ Cabe apontar que a matéria não apresentou a referência bibliográfica do estudo citado. Como informações como título, autoria e ano de publicação não foram informadas ao longo do texto, não foi possível encontrar o referido estudo.

que, segundo as reportagens analisadas, impedia que as pessoas pudessem discordar da opinião dos grupos de esquerda e transformava qualquer fala ou posicionamento em algo ofensivo. Narrativa essa que parte da premissa de que os cristãos são minoria no mundo atual e que a maioria diabólica está agindo para calá-los. A ideia de censura também foi utilizada para criticar a militância de grupos progressistas. Em editorial publicado na Folha Universal do dia 23 de setembro, o semanário acusou esses grupos de tentarem estabelecer no país uma “ditadura da ideologia de gênero” e convocou os cristãos a se unirem para combater a ação da esquerda no Brasil. A associação mais evidente da esquerda política à Satanás ocorreu em uma postagem feita por Núbia Siqueira, esposa do Bispo Domingos Siqueira e uma das principais lideranças da igreja. Em seu blog hospedado no site oficial da IURD, Siqueira reforçou a ideia de que as ideias de esquerda eram frutos dos projetos do diabo e que seu principal objetivo era destruir a família e a moral cristã. Segundo a autora, concordar com as visões esquerdistas era sinônimo de marcar na pele o sinal do anticristo. Em seu texto, a religiosa afirma que:

“[...] vivemos dias em que um verdadeiro cristão não consegue ficar imparcial diante da agenda do diabo neste mundo. Somos uma minoria, que continua a chamar de certo o que é certo, enquanto a maioria decide chamar o certo de errado, em vez de se corrigir. Mas, saiba que todos os acontecimentos do nosso tempo não são coincidências, muito menos surgiram do acaso. Eles foram cuidadosamente programados por uma mente perversa, que odeia a Deus. Satanás é o seu nome. [...] (Satanás) quer levar o maior número de pessoas consigo. Mas, para isso, precisa marcá-las. E se você pensa que essa marca é só um chip físico, está redondamente enganado. O diabo trabalha com ideias que são subversivas a Deus, que fazem oposição à Sua Vontade. Uma vez que Satanás consegue implantar no ser humano os seus pensamentos, fica mais fácil vir com a cartada final, que irá causar a sua condenação para sempre no inferno. Talvez, sem você se dar conta, já esteja entranhado na sua mente pensamentos satânicos, tais como: os homens são autoritários e as mulheres são vítimas deles; os chefes são dominadores e os trabalhadores pobres coitados; a polícia é opressora e a população é oprimida; os pais são tiranos e os filhos humilhados. [...]. Temos ainda o marxismo cultural, o feminismo e muitos outros conceitos anticristãos impregnados em nossa sociedade que tendem a remover os parâmetros de justiça, os valores espirituais, morais e familiares. É preciso que todos os cristãos saibam discernir bem esses disfarces malignos, pois para nos enganar, o mal vem sempre camuflado de bem. E se não estivermos atentos, estaremos alienados no que diz

respeito à Vontade de Deus e cooperando, assim, com a agenda do (sic) anti-Cristo no nosso tempo” (SIQUEIRA, 2018, sem página).

O trecho do texto de Núbia Siqueira ilustra a diabolização da esquerda política como um todo dentro do discurso da Universal e aponta a necessidade do cristão de sair da imparcialidade para combater essas ideologias de Satanás. Nesse contexto, sair da imparcialidade representa apoiar políticos que defendem os valores cristãos e agem para proteger a família e a moral tradicional. Apoio esse que deve ser dado por meio do voto, definido como principal forma de ação política do cidadão comum no discurso da IURD. Na medida em que cristãos ocupem cargos de decisão nas instituições públicas, voltam seus esforços para bloquear os avanços das ideologias e pautas de esquerda. Dessa forma, a ausência de políticos vinculados ao cristianismo nas principais posições do regime democrático também contribui para a expansão ideologias diabólicas. Em face disso, a igreja transmitiu em suas publicações a ideia de que pleito de 2018 era um momento chave para a moralidade no Brasil. De acordo com o discurso da instituição, em face da crise moral que o Brasil enfrentava naquele momento, era central que os cristãos se unissem para eleger candidatos que defendessem seus valores e estivessem dispostos a combater os avanços satânicos na sociedade. Esses políticos seriam soldados de Deus na guerra contra o diabo. Em suas mãos estariam o futuro do país, da família e, principalmente, das crianças. Essas foram constantemente descritas como o grupo mais ameaçada pelos resultados da eleição. Visão essa que foi evidenciada na edição da Folha Universal lançada no dia 30 de setembro, uma semana antes da data do primeiro turno do pleito. Nela, a matéria de capa foi intitulada ‘Por que o dia 7 de outubro será o dia das crianças?’. A reportagem reforçou que as crianças estavam sofrendo risco de serem precocemente sexualizadas e de se tornarem indivíduos confusos em relação ao próprio sexo. Acrescentou, ainda, que a família brasileira estava sob ataque e que o voto era a principal forma de proteção. Ao longo da matéria de capa, foram citados diversos projetos de lei que suspostamente promoveriam a ideologia de gênero no país, assim como experiências científicas que comprovavam que a divisão sexual não é uma construção social. Na mesma edição, o semanário publicou um editorial de título ‘Cuidado: não vote contra a fé’. Nele, alertou os leitores da existência de candidatos favoráveis a ideologias não-cristãs e reforçou a necessidade de eleger políticos que compartilhassem dos valores e dos ideais do cristianismo.

Antes amplo e geral, esse discurso foi personificado pelos dois concorrentes ao cargo de chefe do executivo nacional no segundo turno. Como foi apontado, após o candidato petista acusar o bispo Macedo de charlatanismo, a igreja iniciou uma série de ataques a sua candidatura por meio de acusações pessoais, de críticas ao projeto do ex-prefeito de São Paulo e da diabolização de sua imagem. Haddad e o PT foram descritos como os principais representantes de todos os ideais políticos de esquerda que simbolizavam a “marca do anticristo”. Essa representação foi complementada pela narrativa de que Fernando Haddad era averso aos valores do cristianismo e que promovia perseguição aos evangélicos. Logo, sua eleição seria uma ameaça à família, à moral e aos valores evangélicos. Cabia aos cristãos, em face disso, assumir uma posição política e apoiar o único candidato envolvido no pleito que se mostrava alinhado aos valores da igreja e que assumia o compromisso de defender a família: Jair Bolsonaro. Apesar de Bolsonaro ter sido pouco referenciado em reportagens destinadas a debater a moralidade pública, na maioria das vezes em que o então candidato foi mencionado ao longo do corpus sua figura foi relacionada a palavras como decência, moral e valores da família. Fatores que foram apontados como os verdadeiros desejos da população brasileira no que tange à moralidade pública. As postagens feitas pela igreja descreveram a população brasileira como defensora da família tradicional e dos bons costumes. O candidato do PSL seria o porta-voz dessa visão do povo. Caberia ao indivíduo de bem tomar partido nas eleições e garantir por meio do voto que essas ideologias satânicas não fossem alçadas ao principal cargo político do país. Votar em Bolsonaro significaria votar a favor da fé. Para reforçar essa ideia, a Universal retratou diversas vezes que as principais lideranças evangélicas do país já haviam declarado apoio ao capitão do exército e que rechaçavam abertamente a figura de Haddad. O pacote interpretativo do moralismo regulador propagada pelas mídias da IURD é expresso pela seguinte matriz de assinatura:

Tabela 3: Matriz de assinatura: Moralismo regulador

Pacote Interpretativo	Moralismo regulador
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● Agenda do diabo; ● O dia da eleição vai ser o dia das crianças; ● Ditadura da ideologia de gênero;

	<ul style="list-style-type: none"> ● O povo cristão sente as mentiras de Haddad e da esquerda; ● Haddad e esquerda realizam atentados à fé cristã; ● Autoridade de Satanás do governo; ● Destruir as ideias de Satanás; ● Política do mal e política do bem; ● Voto contra a fé.
Bordão	<ul style="list-style-type: none"> ● Ideologia de gênero; ● Proteger a família; ● É necessário avaliar os valores dos candidatos à cargos públicos; ● O bem precisa estar presente nas instituições públicas; ● Ideologias diabólicas;
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● Representação de um político do bem; ● Ideologias de esquerda são ideologias diabólicas; ● A família tradicional está sob ataque; ● As crianças são imaturas para discutir gênero; ● A esquerda é anticristã; ● A esquerda é contrária à família e aos valores cristãos; ● Os defensores da ideologia de gênero serão punidos e condenados; ● A população brasileira deseja proteger a moral e os valores da família; ● Bolsonaro representa a moral e os valores cristãos;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Bolsonaro é a melhor escolha nas eleições; ● Haddad é anticristão e contra os evangélicos; ● Evangélicos unidos contra Haddad; ● A educação brasileira é doutrinadora e difusora da ideologia de gênero.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de disseminação de ideologia de gênero; ● Exemplos de casos de outros países em que a ideologia de gênero gerou consequências ruins; ● Exemplos de leis que querem difundir a ideologia de gênero; ● Exemplos de passagens bíblicas que contradizem os ideais da ideologia de gênero; ● Exemplos de falas e ações anticristãs de Haddad.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Ausência de políticos cristãos nas instituições políticas; ● Corrupção que degrada os valores sociais; ● Ação de Satanás na terra; ● Sistema educacional doutrinador; ● Inversão de valores na sociedade; ● Ação de grupos de esquerda na sociedade; ● Politicamente correto.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Destruição dos valores sociais tradicionais;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Crianças confusas quanto a sua própria identidade; ● Ataques aos valores familiares; ● Futuro das crianças em risco; ● Sexualização de crianças; ● Censura; ● Disseminação de ideologias satânicas.
Apelos à princípio	<ul style="list-style-type: none"> ● Valores da família; ● Verdade científica; ● Cristianismo; ● Bem contra o mal.

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

3.4 Punição ressocializadora

A segurança pública no Brasil foi o tópico menos abordado pela Igreja Universal ao longo do corpus. O tema foi o assunto da matéria de capa de edição da Folha Universal lançada no 16 de setembro. Além dessa reportagem, nenhum outro artigo ou publicação feitas pelo semanário ou pelo site oficial da igreja tiveram o tópico da segurança como foco principal. As outras menções à violência no país identificadas nos textos foram feitas de forma breve e com o objetivo de fortalecer a narrativa que havia uma crise geral no país e um constante estado de insatisfação da população. O pacote interpretativo defendido pela Universal em relação ao tema da segurança pública, aqui denominado de Punição Ressocializadora, apresentou diferenças relevantes em relação aos discursos de Jair Bolsonaro e dos demais agentes do novo conservadorismo brasileiro. Apesar disso, as narrativas defendidas pelo então candidato e pela igreja apresentaram uma série de convergências que merecem ser destacadas. A primeira delas é a concepção de que todo território nacional enfrentava um cenário de guerra no momento das eleições. Na referida matéria da Folha Universal, é relatado que mesmo as cidades menores do interior deixarem de ser locais pacatos e foram tomados pela criminalidade. Em consequência, toda a população vivia em um constante estado de medo. Com base nisso, embora não tenha tratado do tema com frequência em suas mídias, a Universal o aponta como um dos principais temas das eleições. O discurso da igreja define como

inaceitável o estado que a violência atingiu no país e aponta a imensa insatisfação da população com as altas taxas de crime. Da mesma forma, Bolsonaro descreveu o Brasil ao longo de sua campanha como um país tomado pela criminalidade. Na visão do então deputado, o país era um “barco que afunda em violência” no momento do pleito. As grandes cidades eram cenários de guerra em que os cidadãos de bem estavam sendo massacrados pelos bandidos. Em consequência, a população vivia em constante medo de ser vítima de violência e havia se tornado refém dos criminosos, visto que o medo a impedia de sair de casa. Outra convergência entre a narrativa da Universal e a de Jair Bolsonaro é a afirmação de que os problemas de segurança pública do país são consequências da má administração dos governos petistas. A ausência de investimento nas forças de segurança por parte do Estado é apontada pela igreja como uma das principais causas da ação de criminosos na sociedade. De acordo com a narrativa da IURD, além de os recursos serem escassos, eles são mal administrados e desviados por esquemas de corrupção existentes nas instituições estatais. Essa narrativa vai ao encontro da visão propagada por Jair Bolsonaro de que a violência generalizada em que o país se encontrava em 2018 era resultado da falta de investimento dos governos do PT em ações de repressão à criminalidade.

Apesar disso, as distinções entre os dois discursos são mais relevantes que suas aproximações. Desde seus tempos como deputado federal, Bolsonaro foi um dos principais representantes de uma linha de força muito importante no novo conservadorismo brasileiro: a do idealismo punitivo (ALMEIDA, 2018); (LACERDA, 2019). A perspectiva do idealismo punitivo enquadra a crise na segurança pública no Brasil como resultado de uma política de baixa repressão por parte do Estado e do avanço de Direitos Humanos que protegem legalmente perpetradores de crime. Para solucionar o problema, os defensores dessa visão defendem a intensificação da punição de criminosos. Intensificação essa que deve ser feita pelo aumento do combate violento do crime tanto por parte da força policial quanto por parte da população civil (ALMEIDA, 2019). O fundamento para essa postura repressiva é a noção de lei e ordem, que defende que a força é necessária para fazer cumprir a lei e manter a paz na sociedade (LACERDA, 2019). Derivam dessa premissa propostas como a militarização das policiais e das forças de segurança, a legitimação jurídica da violência policial e o agravamento das penas. Dentro dessa perspectiva, as ações de segurança pública do Estado devem ser pautadas por uma política de tolerância zero. O assassinato e o encarceramento perpétuo são vistos dentro dessa narrativa enquanto atitudes legítimas de

combate à criminalidade. Para o criminoso, não caberia perdão, piedade e nem ressocialização, somente a punição mais severa possível. A ideia central desse pacote interpretativo é expressa de forma objetiva pelo slogan “Bandido bom é bandido morto”. Resulta desse posicionamento uma visão dicotômica da realidade social que divide a sociedade entre o “cidadão de bem” e o “bandido”. O primeiro é descrito como o indivíduo honesto que cumpre com suas obrigações legais; já o segundo é retratado como o fora da lei que constantemente coloca em risco a vida e a paz de seus pares. A narrativa neoconservadora afirma que há uma inversão de valores no Brasil atual: enquanto o cidadão de bem vive em constante risco de ser vítima da criminalidade, os bandidos seguem impunes e protegidos pelos Direitos Humanos (SOLANO, 2018). A visão do idealismo punitivo defende que é função do Estado intensificar o combate contra a criminalidade para garantir a segurança do cidadão de bem. Todavia, essa perspectiva política também afirma que os indivíduos possuem direito à proteção pessoal. Diante disso, defende o armamentismo particular e a legalidade de empresas de segurança privada (LACERDA, 2019).

Acima de tudo, a narrativa dualista que separa o bandido do cidadão de bem é mobilizada para construir a imagem de um inimigo interno dentro da sociedade (LACERDA, 2019). O bandido é uma ameaça constante à paz social; ele é o “outro” que está em guerra contra a comunidade moral formada pelos cidadãos de bem. Assim como no caso da ideologia de gênero, os afetos do medo e do ódio são alimentados por esse discurso. No caso da segurança pública, porém, essa mobilização afetiva é mais palpável, visto que o contato e as consequências da violência urbana são sentidos de forma mais direta e frequente pela população (PINHEIRO-MACHADO, 2019). O inimigo interno é descrito como incorrigível. Para o discurso conservador, a criminalidade não é explicada por fatores sociais. O indivíduo que se engaja com práticas criminosas o faz por possuir um desvio de caráter que não pode ser alterado. Essa posição parte do princípio neoliberal de que não há sociedade, somente indivíduos agindo de acordo com a moral e o mercado (BROWN, 2019). Explicações que apontam a criminalidade como resultado de estruturas desiguais são descartadas. Da mesma forma, políticas sociais ou ações de ressocialização são consideradas ineficientes para solucionar a crise de segurança pública. Essa retórica aproxima os grupos de esquerda do arquétipo do bandido. Segundo ela, os progressistas que defendem os Direitos Humanos, o desencarceramento e pedem por políticas sociais para combater a violência agem para proteger os foras de lei. Esses atores também são apontados como inimigos do cidadão de bem. São taxados

pejorativamente de “turminha dos direitos humanos” e acusados de “proteger vagabundo” pelos grupos neoconservadores. Por fim, o discurso punitivo também é aplicado no âmbito político. Nesse contexto, a figura do bandido é substituída pela figura do corrupto, que, por sua vez, é sempre associada ao PT.

Todos esses aspectos estiveram presentes na campanha de Jair Bolsonaro. Ao longo da campanha, a solução proposta pelo político ao problema da violência urbana foi aumentar o poder de repressão estatal e mobilizar as forças de segurança para combater o crime de forma violenta. Em suas publicações, também defendeu o combate privado à criminalidade por meio do armamento da sociedade civil. O fim às barreiras ao porte de armas por parte da sociedade civil foi uma de suas principais promessas de campanha. Para Bolsonaro, para acabar com a criminalidade, é imprescindível ampliar o combate violento ao crime e ampliar o encarceramento. Nessa perspectiva, o assassinato de criminosos é visto como um ato legítimo seja pela ação de agentes do Estado ou pelas mãos de pessoas comuns. Diante da premissa de que o país enfrentava um cenário de guerra, Bolsonaro se apresentou enquanto um candidato que “pegaria firme contra a bandidagem”. Ressaltou em sua campanha eleitoral que seus inimigos eram os bandidos e que sua preocupação era com as pessoas de bem. Em publicação feita no dia 10 de setembro em seu perfil oficial da plataforma digital Facebook, afirmou: “Nossa preocupação e prioridade são as pessoas de bem. Falo desde sempre, prefiro uma cadeia lotada de criminosos do que um cemitério lotado de inocentes. Se faltar espaço, a gente constrói mais”⁸². Apesar de curta, essa postagem evidencia o ideal punitivo do discurso de Bolsonaro. O então candidato do PSL atacou duramente Fernando Haddad por promover pautas relacionadas aos Direitos Humanos, que, em consonância com os valores do idealismo punitivo, são vistos pelo capitão do exército como uma forma de proteger bandidos da punição que merecem. Para Bolsonaro, a proteção de pessoas que agiram fora da lei é compreendida dentro desse discurso como uma forma de legitimar a ação criminosa. Protegido das punições, o bandido continuaria a cometer crimes e perpetuaria a violência social. A impunidade, portanto, geraria um ciclo de violência que tem como resultado o aumento do crime. Outro problema que também foi apontado com frequência pelo político de extrema direita ao longo de sua campanha é a desvalorização das forças de segurança brasileiras. Em seu discurso, Bolsonaro

⁸² Acesso em <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1245425552273095>>.

trata policiais como heróis que não são devidamente reconhecidos pela população e nem o foram pelos antigos governos. Da mesma forma, critica os discursos de esquerda que colocam o agente de segurança como o vilão em situações de repressão violentas do crime. Para ele, além de a violência policial ser legítima, agentes da polícia que “abatem” bandidos para proteger a vida de cidadãos de bem devem ser “condecorados e homenageados”. Dessa forma, diferentemente dos mandatos de Dilma e Lula, a segurança pública de seu governo seria pautada pela lógica de combate e de destruição do inimigo. Essa visão é ilustrada por uma postagem feita no dia 29 de outubro. Segundo o então candidato:

“A violência no Brasil já passou da linha do absurdo há muito tempo e quanto mais recuamos, mais a bandidagem avança. Quando adotamos o espírito de cordeiro na esperança de misericórdia, o criminoso na realidade entende que pode tudo e que é o senhor da sua vida. Isso vai acabar!”
(BOLSONARO, 2018, sem página).

Por sua vez, a Universal não compactua completamente com as ideias do idealismo punitivo. O primeiro ponto de desacordo está na concepção de que a população é uma vítima de criminosos. A reportagem citada sustenta que parte da população também é culpada pela criminalidade. Ao agir de forma corrupta em seu cotidiano e se engajarem em atividades ilegais, os cidadãos comuns estariam contribuindo para a perpetuação da criminalidade. O principal exemplo utilizado na matéria para ilustrar essa constatação é o uso de drogas. Com base nisso, a Universal propaga um discurso moral que incentiva os cidadãos a se manterem afastados de práticas desonestas e crítica duramente os usuários de drogas por contribuírem para a violência que tanto prejudica o país. Os que assim o fazem são tão merecedores de punição quanto os que cometem os crimes. Nesse ponto, cumpre apontar que a ideia de punição é central no discurso da IURD. A igreja defende que os criminosos devem ser devidamente punidos pelos seus atos e cumprirem com a pena que lhes foi imposta. Contudo, diferentemente de Bolsonaro, a Universal não adota um discurso de punição que estigmatiza o bandido e defende seu o extermínio. Para a igreja, o processo punitivo imposto ao criminoso condenado deve ser, acima de tudo, um processo capaz de promover a sua reinserção na sociedade. O discurso disseminado pela instituição religiosa não compartilha do ódio ao criminoso e do idealismo punitivo de Bolsonaro. Divergência essa que é fundamentada pelas próprias concepções teológicas da instituição. Dentro da perspectiva

religiosa da Universal, as más ações individuais são justificadas pela influência de entidades malignas na vida das pessoas. Influência essa que não responsabiliza eticamente o indivíduo por seus maus atos. Diferentemente de Bolsonaro, portanto, a IURD não enxerga a prática de crimes como resultado de um desvio de caráter incorrigível. O bandido é, acima de tudo, uma vítima de entidades diabólicas que podem ser afastadas por meio do poder de deus. Dessa forma, ele não deve punido de forma agressiva ou exterminado pelas forças de segurança do Estado. Para Universal, o criminoso tem responsabilidade judicial sobre seus atos, mas não responsabilidade ética. Igualmente, não deve ser tratado como uma pessoa sem direitos. Afinal, dentro dessa perspectiva, suas atitudes não foram resultadas de seu livre-arbítrio, mas do poder do diabo. Sobretudo, trata-se de um filho de deus que tem o direito às promessas de Cristo desde que professe sua fé. Nesse sentido, é função da comunidade cristã na terra trabalhar para converter esses indivíduos e reinseri-los na sociedade como uma pessoa fiel a deus e ao evangelho. Tanto os criminosos quanto os presidiários são vistos como pessoas que podem ser perdoadas e salvas por meio da conversão e da entrega da vida ao cristianismo.

O discurso de ressocialização de criminosos é a base para um dos principais projetos sociais promovidos pela igreja: o Universal nos Presídios (UNP). O projeto conduz atividades sociais e religiosas dentro de unidades prisionais de todo o país. Também promove a doação de materiais e recursos que não são fornecidos aos detentos dentro das cadeias, como produtos de higiene pessoal, livros e revistas. Segundo o site do projeto, seu principal objetivo é ajudar os indivíduos encarcerados a retornarem à sociedade com uma nova perspectiva de vida (UNIVERSAL, 2021). Para isso, realiza cultos que visam converter os detentos, assim como cursos e oficinas que visam ensinar novas atividades de trabalho que podem ser empregadas após o fim da pena. O projeto é embasado também na visão negativa que a IURD possui sobre as cadeias no Brasil. Na referida matéria de capa da Folha Universal, é apresentado o discurso de uma ex-detenta não identificada com o objetivo de mostrar os malefícios das prisões brasileiras. Através dessa fala, a reportagem defende que as condições desumanas dos presídios do país são também uma das causas das altas taxas de violência em seu território. O relato da entrevista evidencia como os detentos são tratados de forma desrespeitosa e como não têm acesso a qualquer iniciativa que permitam a reinserção na sociedade. A consequência disso é a transformação das cadeias em “escolas do crime”. A matéria afirma concordar com a afirmação de que a “cadeia não é spa” e reforça que os criminosos

condenados devem cumprir a punição sem restrições. Todavia, defende que não há motivos para que eles sejam desrespeitados ou vivam em condições precárias dentro dos presídios. A solução da crise de segurança proposta pela Universal, portanto, passa um processo nacional de humanização do sistema presidiário. Por fim, a igreja aponta os problemas educacionais do país como um dos causadores das altas taxas criminais. Não obstante, o faz de forma tímida. No corpus analisado, não foi realizado nenhum debate aprofundado sobre a relação entre a má qualidade do ensino público e a violência nas cidades.

As reportagens analisadas também apontam a desvalorização dos trabalhadores de segurança como um dos fatores causadores das altas taxas de violência no país. Todavia, o discurso da Universal não propaga a narrativa de Bolsonaro que coloca policiais na posição de heróis que são indevidamente criticados pela população e pelos defensores dos Direitos Humanos. O foco da igreja ao tratar da desvalorização desse grupo profissional é apontar as condições precárias de trabalho que enfrentam e suas consequência no combate à criminalidade. Na referida matéria de capa do semanário, toda uma seção é dedica para a reprodução da fala de um policial que visa evidenciar as dificuldades existentes em sua rotina de trabalho. O entrevistado, que não teve sua identidade revelado por motivos de segurança, afirmou que todos os setores da polícia no Brasil são mal remunerados e que os policiais não têm acesso aos equipamentos adequados para conduzirem suas missões de forma efetiva. Essa ausência de equipamentos é descrita como fruto da falta de investimento do Estado no setor, o que representava uma das principais formas de desvalorização do trabalho realizado pelos agentes. O entrevistado também aponta em sua fala que há uma desvalorização interna dentro das corporações policiais que atinge principalmente os funcionários de baixa patente. Segundo ele, essa desvalorização interna é resultado de um problema estrutural histórico causado pela hierarquia rígida existente dentro das instituições de segurança pública. O conjunto desses fatores, em sua visão, causa conjunto desses fatores resulta em um sentimento constante de fragilidade por parte dos trabalhadores da área. Sentimento esse que os leva a adentrar esquemas de corrupção que permitem o funcionamento do crime e perpetuam a violência nas cidades. A desvalorização também ocorreria por parte da mídia. Para o entrevistado, programas de televisão e matérias de jornal focam apenas nos acontecimentos ruins e resultados fracassados das ações policiais. Esse foco propaga a ideia de que policiais são incompetentes em suas tarefas. Segundo ele, jornalistas deveriam destacar as ações positivas das forças de segurança.

Isso contribuiria para a valorização social da profissão e para o maior reconhecimento do serviço que prestam à sociedade. Ao fim de sua fala, o policial constata que a solução para todo o problema está nas urnas. Esse discurso é endossado pela reportagem, que defende que a melhor maneira do cidadão contribuir no combate à violência é eleger um candidato que tenha compromisso com as questões de segurança e valorize os trabalhadores da área. Além da precariedade do trabalho, as reportagens da Universal apontam que a crise de segurança é intensificada pela desarticulação entre as instituições públicas no processo de combate ao crime. A igreja ressalta em seu discurso que não há no Brasil uma articulação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário para lutar contra a violência. Essa ausência de conexão também ocorre entre as forças estatais de segurança. Na reportagem da Folha Universal, é relatado que não há no Brasil uma coordenação mútua entre a polícia civil, a política militar e o Ministério Público. Resulta disso um trabalho pouco eficaz no que diz respeito ao objetivo de promover uma verdadeira diminuição da criminalidade.

O pacote interpretativo da Punição Ressocializadora no âmbito discursivo da IURD é o que mais se afasta das ideias do Novo Conservadorismo Brasileiro. Primeiramente, por não defender a ampliação da punição e o combate agressivo da criminalidade. Segundo, por apresentar uma perspectiva sobre o tema que leva em consideração, mesmo que de forma tímida, as inequidades estruturais da sociedade brasileira. De modo geral, a cosmologia cristã-pentecostal, ao estabelecer uma relação de causalidade entre os acontecimentos terrenos e o mundo espiritual, gera uma percepção da realidade que não relaciona os acontecimentos às desigualdades estruturais da sociedade. Isso é também evidente nos outros pacotes interpretativos, que associam a crise no país às agências do diabo no mundo terreno através de grupos políticos de esquerda e políticos corruptos. Ora, mesmo na abordagem da segurança pública, como foi dito, o aspecto espiritual é mobilizado para explicar a violência. Contudo, ele não é tratado como a única causa. Na narrativa, as péssimas condições do sistema penitenciário, a desvalorização policial e ausência de um sistema educacional eficiente são apontados como causas autônomas do problema público discutido. Causas essas que são puramente sociais. Por não abrir mão do ideal de punição de criminosos, mas defender que esse processo deva ser sobretudo um processo de ressocialização, esse pacote interpretativo foi definido como Punição Ressocializadora. Sua narrativa é representada pela matriz de assinatura abaixo. Cumpre dizer que, por ter sido um tema pouco abordado ao longo do corpus, não foram identificados bordões ou apelos à princípios relacionados ao tema.

Tabela 4: Matriz de assinatura: Punição Ressocializadora

Pacote Interpretativo	Idealismo punitivo
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● Cenário de guerra no Brasil; ● População é refém da violência; ● Cadeia não é spa.
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● População aterrorizada pela violência; ● Policial como um herói nacional; ● Policial desvalorizado pela população e pela mídia;
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de policiais assassinados por criminosos; ● Entrevistas com pessoas que contam casos reais de crimes sofridos; ● Altas taxas criminais.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Baixa articulação entre as forças de segurança do Estado; ● Má administração estatal dos recursos destinados à segurança; ● Desvalorização do policial; ● Baixo investimento estatal em segurança pública; ● Corrupção que desvia verbas da segurança; ● Uso de drogas por parte da população; ● Problemas na educação.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Alta taxa de homicídios no país; ● Violência generalizada em todas as partes do território; ● População aterrorizada com a violência;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Cenário de guerra no país;
Apelo a princípios	<ul style="list-style-type: none"> ● Honestidade ● Perdão Cristão

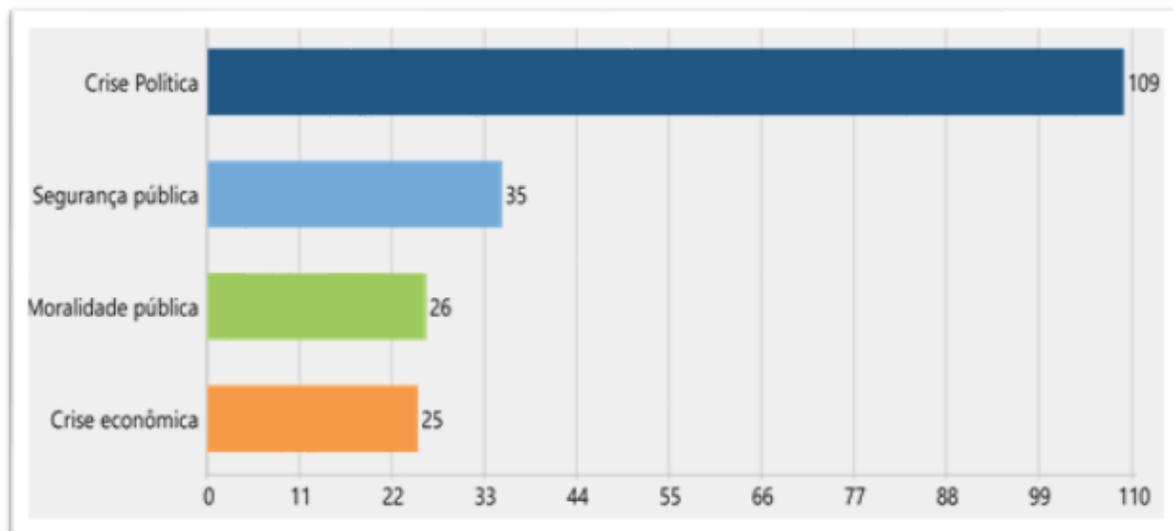
Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

4. Bolsonaro e a Igreja Universal: aproximações e divergências discursivas

Em face do exposto e com base na análise das publicações feitas por Jair Bolsonaro em seu perfil oficial no Facebook durante o período de campanha, é possível apresentar uma análise comparada entre os dois atores. O primeiro ponto da comparação é a frequência com que esses dois atores abordaram determinados tópicos. De modo geral, tanto a IURD quanto Bolsonaro focaram seus discursos em torno dos mesmos problemas públicos, a saber: a crise política, a crise econômica, a disputa pela moralidade pública e a crise de segurança pública. Essa similaridade era esperada devido à importância desses temas na agenda pública brasileira no momento do pleito de 2018. A comparação entre as frequências com que cada um desses problemas públicos foi tratado pelos dois agentes aponta para convergências e divergências. Assim como no caso da Universal, o tópico da agenda mais abordado por Bolsonaro em suas publicações foi a crise política. Foram identificadas 109 passagens que debatiam direta ou indiretamente a crise das instituições de poder do país ao longo de suas publicações. Da mesma forma, nos dois casos a crise política foi o tema que mais apresentou sobreposições com as outras pautas da agenda. Isso mostra como os dois agentes analisados convergem na interpretação de que os principais problemas públicos do país no momento do pleito de 2018 estavam associados às tribulações enfrentadas pelas instituições democráticas brasileiras. Apesar disso, cumpre reforçar que o governo Temer não foi mencionado em nenhum momento nas publicações de Bolsonaro e nas matérias produzidas pela Igreja Universal. A instabilidade política foi tratada nas duas narrativas como um problema de longa data que não estava relacionado ao governo interino do peemedebista. Os outros tópicos da agenda variaram no que tange à frequência em cada corpus. O segundo tema mais discutido por Bolsonaro foi a segurança pública. Já nas publicações da IURD, como foi apontado, essa posição foi ocupada pela moralidade pública. Temas esses que representam historicamente a principal pauta política de cada um desses atores. Dessa forma, é possível afirmar que ambos relegaram o tópico ao qual mais dedicaram sua ação política desde a redemocratização para focar no problema da crise política. O terceiro assunto mais discutido por Bolsonaro foi a moralidade pública; o quarto foi a crise

econômica. No caso da Universal, esses lugares foram ocupados, respectivamente, pela crise econômica e pela segurança pública. A frequência de aparições desses tópicos da agenda pública nas postagens de Bolsonaro é ilustrada pela tabela a seguir:

Gráfico 3: Número de aparições de cada tópico da agenda nas postagens feitas por Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os dois atores também convergem na mobilização da intolerância social em seus discursos políticos. Ambos possuem uma visão de mundo dualista que organiza a realidade por meio de categorias estereotipadas e simplificadoras. Essa dualidade resulta em uma divisão entre bem e mal. Todavia, tais visões são construídas a partir de premissas distintas. Bolsonaro parte do postulado político de que há uma divisão entre esquerda e direita. Divisão essa que é traduzida em seu discurso como uma separação entre petistas e não petistas. Os não petistas estão ao seu lado. Representam o bem, a honestidade e os valores tradicionais. Já os petistas são a representação de todo o mal que assola o país. Esses são os vagabundos, imorais e corruptos. Diante disso, a intolerância social mobilizada por Bolsonaro é expressa por meio da ideia de um combate político imanente. Nos discursos analisados, o político evidenciou que esse combate tem como principais alvos o PT e os criminosos. Embora não afirme isso diretamente, é implícito em seu discurso que as minorias sociais também estão incluídas nesse grupo. A Universal, por sua vez, parte da premissa

religiosa da batalha espiritual entre deus e o diabo. Essa guerra é materializada na política através da separação entre o político do bem e o político do mal. Divisão essa que é traduzida como uma divisão entre direita e esquerda. A IURD compartilhou a visão de Bolsonaro de que a esquerda representa o mal e a imoralidade. Essa concepção foi expressa principalmente por meio das narrativas de diabolização das pautas progressistas e do candidato Haddad, principal representante desse espectro político no pleito. Apesar disso, o verdadeiro alvo da intolerância da igreja e Satanás. A intolerância em relação à esquerda e os grupos identitários é, sobretudo, uma intolerância ao diabo e àquilo que é visto como o seu projeto para o mundo. Em face disso, o único pacote interpretativo em que a IURD adota um tom abertamente agressivo é o pacote do moralismo regulador, que mobiliza a figura do demônio de forma mais intensa. Bolsonaro, por outro lado, mantém esse tom em todas as suas narrativas.

Aproximações e divergências também podem ser apontadas em relação à maneira como os dois atores abordaram cada um desses tópicos. No que tange ao tema da crise política, ambos atores utilizaram como ponto de partida de seus discursos a constatação de que o Brasil enfrentava naquele ano o pior momento de sua história. Deriva disso a noção de que as eleições de 2018 seriam momentos de mudança e de renovação política. Tanto a IURD quanto Bolsonaro enfatizam em seus discursos que a corrupção é um grande mal do país e que práticas como a “política do tomá-la, dá cá” devem ser extintas. Com base nessas críticas, compartilham o discurso de que é necessário abafar a “velha política” para criar uma nova política. Também está presente nos dois discursos a narrativa de que o povo brasileiro está insatisfeito e clama por mudança. A população é representada como um grupo destroçado pela corrupção, que resulta na falta de investimentos estatais nas áreas de serviço básico e em condições precárias de vida. Apesar dessas semelhanças, as narrativas sobre a crise das instituições democráticas apresentam enquadramentos distintos. Para Bolsonaro, o único responsável pela situação do país é o PT. As dificuldades enfrentadas pelo Brasil são apontadas como consequências exclusivas dos governos Lula e Dilma, que aparelharam o Estado e implantaram os maiores esquemas de corrupção da história do país⁸³. Desde as primeiras

⁸³ A análise quantitativa mostrou que as palavras PT e corrupção foram, respectivamente, a segunda e a terceira palavras mais utilizadas ao longo das postagens de Bolsonaro, atrás apenas da palavra Brasil, que fazia parte dos slogans do então candidato. A avaliação também mostrou que essas palavras possuíam alta frequência de aparição, o que significa que foram empregadas em um alto número de publicações e que estiveram presentes de forma constante

publicações, o partido foi tratado como uma quadrilha e seus líderes como criminosos que tiraram recursos do povo para beneficiarem a si mesmos. Apesar do foco no PT, todo o sistema é descrito como sujo e corrupto ao longo das postagens. O Estado é retratado como uma máquina encrustada de corrupção e desonestidade. A Universal, como foi exposto, enquadrou a crise política como resultado da ação de políticos maus que agem somente em benefício próprio. Todavia, o principal culpado dessas práticas nesse discurso é o próprio povo, que não é engajado politicamente e não escolhe bem seus candidatos nos períodos eleitorais. Ademais, a IURD aponta que a corrupção nas instituições públicas é um reflexo da cultura de corrupção existente na sociedade civil. Assim, enquanto Bolsonaro responsabiliza o PT pela crise e coloca o povo na posição exclusiva de vítima, a Universal aponta que a população também é culpada pelos problemas enfrentados.

A divergência no que tange as causas resulta justificativas divergentes; isto é, em diferentes proposições de solução para a crise. De acordo com o então candidato do PSL, para solucionar a crise seria necessário não somente impedir que o PT chegasse ao poder, como também destruir o partido e todos os outros correligionários de esquerda. Para isso, era essencial eleger um presidente conservador, honesto e cujo único compromisso seria livrar o Brasil das “amarras ideológicas da esquerda” para conduzir um governo livre de ideologias e pautado pela gestão empresarial do Estado. Esse político seria o próprio Bolsonaro, que construiu ao redor de si a imagem de *outsider* e de representante da chamada nova política. Dessa forma, a solução para a crise das instituições democráticas proposta por Bolsonaro seria a própria negação da política. Já a IURD apontou que a solução para a crise está no voto consciente e no engajamento político dos cidadãos. Por meio deles, seria possível eleger políticos de bem e com valores cristãos. A solução que propõe, portanto, passa por um reforço de práticas políticas que caracterizam a democracia representativa. A igreja difere de Bolsonaro ao não defender os ideais neoliberais de gestão estatal. Em sua narrativa, há demonstrações de valorização do regime democrático e de crença na política enquanto “arte de governar um povo”. Todavia, como foi apontado, a participação política é resumida nesse discurso à escolha eleitoral e ao acompanhamento das ações tomadas pelas instituições de poder. As noções de batalha espiritual e de eleição de políticos do bem propostas pela igreja impedem problematizações histórico-sociológicas sobre os problemas públicos, o que resulta em um

no discurso disseminado ao longo do período de campanha. A palavra PT foi empregada 41 vezes em 35 postagens, o que representa cerca de 20% do total de publicações

esvaziamento do discurso político. Assim, apesar de defender a democracia e a participação política dos cidadãos, a Universal não se afasta completamente da negação da política promovida por Bolsonaro e pelos atuais grupos conservadores (BROWN, 2019).

Por fim, outro ponto comum entre os dois discursos sobre a crise política foi a mobilização de uma narrativa de perseguição. Tanto Bolsonaro quanto a Igreja Universal afirmaram que as críticas que sofriam de seus opositores representavam posturas persecutórias. No caso do primeiro, o perseguidor era o “sistema”, conceito utilizado na narrativa do político para fazer referência à classe política tradicional do país e à grande mídia. Ameaçados pela possível eleição de Bolsonaro, os membros do sistema estariam agindo para desconstruir a imagem do então deputado frente à população. Essas tentativas de desconstrução incluíram acusações de autoritarismo e de posturas preconceituosas por parte do então deputado. No discurso da Universal, a narrativa de perseguição é baseada principalmente em questões religiosas, mas também envolve pautas políticas. Os principais perseguidores seriam os grupos de esquerda, que são descritos como essencialmente autoritários e anticristãos. Fatores esses que justificaram a perseguição à IURD e ao bispo Edir Macedo. A perseguição por motivos religiosos teria sido impulsionada pelo posicionamento político da igreja e da comunidade evangélica como um todo em prol da candidatura de Jair Bolsonaro no pleito de 2018. Apesar das divergências em relação a Bolsonaro e da valorização da prática política, é possível afirmar que o pacote interpretativo do Antipetismo democrático propagado pela IURD se encaixa dentro da perspectiva política do Novo Conservadorismo Brasileiro. A igreja compartilha o discurso de renovação e de condenação da “velha política” que funciona como um dos pilares do neoconservadorismo. Sobretudo, apresenta o antipetismo, que foi o ponto central de alinhamento das diferentes alas da direita nacional que formaram a onda quebrada do conservadorismo no país. Cabe ressaltar que a valorização do regime democrático e o incentivo ao voto são aqui compreendidos como formas de a igreja defender instituições políticas das quais faz parte. Além disso, também são interpretadas como maneiras de estimular os fiéis a votarem em favor de seus candidatos oficiais. Portanto, esse posicionamento é parte do jogo político pragmático da IURD e não representa um apego irrestrito aos valores da democracia.

A segurança pública foi o tópico em que os dois atores mais divergiram. Não obstante, seus discursos apresentaram representações e avaliações semelhantes do contexto de segurança

brasileiro no momento do pleito. Essas semelhanças evidenciaram aproximações na forma como enquadraram o problema da violência no país. Os dois convergiram na visão de que o Brasil vivia em 2018 um cenário preocupante no que tange à violência. Também compartilharam a narrativa de que a má administração, a corrupção e o baixo investimento dos governos do PT foram as principais causas das altas taxas de criminalidade em todo o território. Por fim, defenderam a narrativa de que a figura do policial é desvalorizada e merece mais reconhecimento no país. Apesar dessas semelhanças, as narrativas seguem direções consideravelmente distantes no modo como abordam o problema da criminalidade. Como foi visto, a Universal nega completamente a visão punitiva de Bolsonaro. Enquanto o político defendeu em suas publicações uma política de tolerância zero que combatesse o crime por meio da repressão violenta e da punição máxima de criminosos, a igreja disseminou a perspectiva de que toda punição deve ser acompanhada de um processo de ressocialização. Essa diferença carrega uma série de concepções distintas sobre o tema. A guerra ao crime proposta por Bolsonaro, como foi apontado, é alicerçada em uma crítica severa aos direitos humanos e em uma negação de direitos aos criminosos condenados. Essa visão enxerga a criminalidade enquanto consequência de um desvio incorrigível de caráter e nega qualquer interpretação que aponte causas sociais para os problemas de segurança pública. Resulta disso certeza de que o criminoso não pode ser reinserido na sociedade e que a expansão do encarceramento é necessária. Em contrapartida, o discurso da Universal demonstra uma perspectiva mais abrangente sobre o problema da violência. Embora aponte causas espirituais para o envolvimento de indivíduos com o crime, a igreja mostra em seu discurso a compreensão de que fatores sociais amplos estimulam o aumento da criminalidade. Isso é evidenciado pelas afirmações feitas nas publicações de que um sistema educacional precário é um fator causador das altas taxas de criminalidade. As críticas ao sistema carcerário brasileiro também mostram as divergências em relação ao discurso bolsonarista. Apesar da Universal defender a punição, o faz sem negar os direitos básicos da pessoa punida. A igreja também aponta os prejuízos das cadeias no país e defende um processo de humanização dos presídios que contribua para a ressocialização dos punidos. Essa visão humanizada da segurança pública, contudo, não representa uma adesão aos ideais dos direitos humanos. Ao longo do corpus, a igreja não cita essa modalidade judicial. O fundamento dessa concepção são os próprios valores do cristianismo, que pregam o perdão e defendem a vida. Acima

de tudo, a ressocialização e a humanização da punição devem ocorrer pelo fato do indivíduo ser um filho de deus, não por ser portador de direitos básicos e invioláveis.

Os outros dois tópicos da agenda são abordados pelos dois agentes através de perspectivas semelhantes. Bolsonaro e a IURD propuseram o mesmo enquadramento e as mesmas justificativas para os problemas da crise econômica e da disputa pela moralidade pública. No que tange à crise econômica, ambos apresentaram uma crença inabalável na capacidade das políticas neoliberais de tirarem o Brasil da crise e retomarem o crescimento econômico. Da mesma forma, apontaram que as políticas intervencionistas adotadas ao longo do governo do PT eram as principais causas da situação precária da economia nacional. O tema que mais causou divergência foi o de ações assistencialistas do Estado. Como foi apontado, a Universal criticou as políticas de redistribuição dos governos petistas e afirmou que o foco deveria ser a geração de empregos por meio da iniciativa privada. A igreja não apresentou nenhum outro discurso que relativizasse essa crítica ou que apontasse os benefícios dos programas de redistribuição. Por outro lado, ao tratar do sistema educacional brasileiro, a IURD defendeu ações estatais como o ProUni e o FIES, que foram programas dos governos do PT de caráter assistencialista. Bolsonaro, por sua vez, não apresentou críticas aos programas de redistribuição de renda à despeito de ter enfatizado a necessidade de manter uma política de austeridade e implementar práticas de Estado Mínimo. Ademais, o então candidato prometeu dar continuidade ao programa Bolsa-Família, um dos principais trunfos do lulismo. Esse posicionamento, contudo, representou uma ação eleitoreira que visou garantir a adesão de camadas mais baixas da população à campanha do político de extrema direita. Antes do pleito, Bolsonaro era um crítico do Bolsa-Família e dos programas de redistribuição petistas (DINIZ, 2020). Outro ponto de divergência diz respeito à ênfase em determinados temas. Enquanto Bolsonaro focou em discutir problemas produtivos do país, a Universal utilizou a maior parte de suas publicações sobre a crise econômica para retratar as dificuldades enfrentadas pela população, como o desemprego e o endividamento.

Já o modo como os dois atores trataram o tema da moralidade pública apresentou divergências fundamentais. Ambos defenderam uma posição reguladora baseada na moral cristã. Entretanto, essa defesa foi realizada por meio de bases argumentativas distintas. Ainda que Bolsonaro tenha baseado seu moralismo conservador em preceitos cristãos e instrumentalizado

politicamente a imagem de deus, seu discurso sobre a crise moral do país apresentou um caráter majoritariamente político. Segundo o político, os causadores da decadência moral do país eram os grupos de esquerda, que tinham como motivação a sua própria indecência e imoralidade. O então candidato não fez menções diretas à grupos minoritários ao longo de suas postagens, embora tenha ficado implícito em seu discurso que, caso eleito, não permitiria o avanço de pautas do movimento LGBTI+, do movimento feminista ou do movimento negro. Ademais, o termo ideologia de gênero foi utilizado apenas uma vez nas postagens analisadas. Contudo, isso não representa que esse ideia não estivesse presente em sua campanha. Elementos típicos da narrativa neoconservadora sobre a identidade de gênero foram usados com frequência pelo capitão do exército. Em diversos posts, ele enfatizou que as crianças estavam ameaçadas e que as escolas teriam se tornado dispositivos doutrinadores. Por sua parte, a Universal apresentou um discurso cujas principais bases eram religiosas e que tratou questões políticas de forma tangencial. Como foi visto, a igreja também difundiu a visão de que os grupos de esquerda seriam os responsáveis pela disseminação de ideologias que atacam a família e ameaçam as crianças. Todavia, o verdadeiro responsável por essas ações seria o diabo. É a ação dessa entidade do mundo que impulsiona o desejo desses grupos políticos de disseminar ideológicas maléficas que vão de encontro aos princípios cristãos. Dessa forma, a imoralidade e indecência não seriam inerentes aos grupos de esquerda e aos grupos identitários. Esses são apenas instrumentos de Satanás na terra. Mais do que lutando por uma agenda imoral como propõe Bolsonaro, a esquerda estaria lutando pela implementação da agenda do diabo. E, para a Universal, o principal tópico dessa agenda seria a ideologia de gênero. Em face disso, a igreja ataca abertamente os grupos identitários. Como foi mostrado, publicações do site afirmam que a homossexualidade não é natural e que não faz parte dos planos de deus para o indivíduo. Esse ataque também é feito à esquerda como um todo.

A presença da ideologia de gênero no discurso também representa uma divergência importante entre Bolsonaro e a IURD. Enquanto o político utilizou a palavra apenas uma vez em seus posts, a Universal o mobilizou de forma frequente. O tema foi o foco de artigos no site, de reportagens secundárias e de uma matéria de capa na Folha Universal e até de um editorial do semanário. Dentro desse pacote interpretativo, foi o assunto mais abordado e representou a maior preocupação da igreja. Essa mobilização frequente da narrativa sobre os perigos da ideologia de gênero mostrou o maior empenho da igreja em disseminar um pânico moral em torno do assunto.

A Universal também foi mais enfática no que diz respeito à separação ética entre aqueles que apoiam e aqueles que são contra essa ideologia. Na narrativa de Bolsonaro, essa divisão era ilustrada por uma separação política entre a direita moralmente correta e a esquerda indecente. Em contrapartida, na narrativa da Universal, a divisão era ilustrada por uma separação entre deus e diabo. Diversas vezes nas publicações analisadas a igreja afirmou que os defensores dessa ideologia eram agentes de Satanás que seriam punidos pela ofensa que proferiam aos valores cristãos. Outra diferença relevante entre os dois discursos no que tange à ideologia de gênero foram os modos como os dois agentes justificaram suas posições contrárias a essa visão. O então candidato do PSL focou na mobilização de valores e princípios morais como justificativa ao combate aos debates de gênero. Expressões como “inocência das crianças”, “decência” e “valores cristãos” foram as mais presentes em suas explicações sobre a necessidade de evitar a disseminação dos ideais de gênero. Entretanto, a justificativa de maior apelo foi à de que a ideologia de gênero promoveria a sexualização precoce de crianças e abriria espaços para práticas de pedofilia. Justificativa essa que foi sustentada pela referência ao caso do projeto Escola Sem-Homofobia e pela apresentação de “livros infantis sobre sexo” que seriam supostamente distribuídos nas escolas para crianças. Da mesma forma, a igreja fez uso dessas justificativas. A ideia de que a ideologia de gênero provocaria a sexualização de crianças foi constantemente difundida nas publicações. Todavia, a Universal também apresentou justificativas ditas científicas para sua posição contrário aos debates de gênero. Por meio da citação de estudos e de falas de especialistas em áreas como psicologia e psiquiatria, a instituição tentou legitimar seu discurso por meio de visões seculares. Como os artigos e reportagens que veiculam tais pesquisas não divulgaram maiores informações sobre os estudos mencionados, como referência bibliográfica ou autoria, não foi possível conduzir investigações sobre a existência ou sobre a validade científica dessas pesquisas.

Considerações Finais

A análise exposta acima visou demonstrar de que modo a Igreja Universal mobilizou seu discurso político para apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Para isso, buscou apresentar quais foram os principais tópicos abordados pelas mídias da fonte da instituição religiosa em relação ao pleito presidencial durante o período de campanha. De modo geral, a investigação aponta para um alinhamento político da igreja com os ideais do novo conservadorismo brasileiro, que ascendeu politicamente ao longo da última década e se consolidou no tabuleiro político nacional com a eleição do então candidato do PSL. Apesar dessa constatação parecer algo evidente quando se leva em conta a aproximação da comunidade evangélica com os grupos da direita brasileira atual, ela elenca uma série de fatores sociologicamente relevantes no que diz respeito ao estudo da ação política da IURD. O primeiro é que as últimas eleições representaram mais um momento de giro no posicionamento político da igreja. Como foi descrito, entre 1989 e 2010, a Universal transitou de um antipetismo irrestrito para a posição de principal aliada do PT entre os evangélicos do país. Em face da desidratação do partido de Lula e Dilma nos últimos anos e da ascensão de uma ideologia conservadora fundamentada especialmente na oposição ao petismo e à esquerda política, a IURD voltou a se alinhar com a direita nacional. Esse novo giro reforça o que há muito tempo é evidente: o pragmatismo político da instituição religiosa. A aliança com Bolsonaro reforça a afirmação de Saulo Baptista (2009) de que o projeto político da Universal está alicerçado na prática de instrumentalização do espaço político em vista da obtenção de benefícios privados. Com base nisso, a igreja tende a se aliar com os grupos que possuem maiores chances de chegar ao poder em uma conjuntura política específica. O apoio da igreja a um determinado candidato é concedido em busca de dividendos. Caso esses não possam ser alcançados, o rompimento é inevitável. Dessa forma, a aliança entre a instituição do bispo Macedo e Bolsonaro depende apenas da capacidade do político de prover os interesses da igreja.

Por outro lado, o entrelaçamento entre esses dois atores possui uma característica que não estava presente nas alianças anteriores construídas pela IURD: um forte ponto de contato religioso. Collor, o primeiro presidenciável apoiado pela igreja, é assumidamente católico; FHC, por sua vez, foi prejudicado em sua campanha para a prefeitura de São Paulo em 1985 ao hesitar em responder se acreditava em deus em debate televisionado. Esses políticos foram apoiados por serem a

alternativa ao então diabólico Lula, mas nunca demonstraram compartilhar dos valores religiosos da instituição. Da mesma forma, a aliança com o PT ao longo da primeira década dos anos 2000 não representou um alinhamento religioso. Como foi apontado ao longo do trabalho, a igreja explicou seu apoio a Lula e Dilma por meio da valorização dos projetos sociais do partido. O caso de Bolsonaro é distinto. O político instrumentalizou a imagem de deus ao longo dos anos que precederam sua campanha a fim de se aproximar dos grupos evangélicos. Também mobilizou a narrativa de que era um indivíduo que compartilhava dos valores cristãos e que lutava para disseminá-los na sociedade brasileira. Esses esforços fizeram parte das costuras conduzidas por Bolsonaro para se tornar a personificação do novo conservadorismo brasileiro e garantiram sua popularidade dentro da comunidade de fiéis evangélicos do Brasil. Soma-se a isso o pânico moral disseminado tanto pelo político quanto pela igreja em relação às ameaças à família tradicional e aos perigos da ideologia de gênero. Discurso esse que ganhou força no imaginário político conservador do país e aumentou a capilaridade de Bolsonaro frente aos fiéis evangélicos. É possível que a imagem que Bolsonaro construiu de si mesmo enquanto um escolhido de deus que age para combater a imoralidade dos grupos de esquerda o mantenha como um político inquestionável entre os fiéis evangélicos. Dessa forma, essa nova característica acrescenta um novo fator ao pragmatismo político da igreja. Cabe questionar, diante dela, em que medida esse novo aspecto pode tornar a relação com o político de extrema direita mais resistente que as alianças políticas anteriores. Também é válido indagar até que ponto o presidente eleito em 2018 se tornou um símbolo político para os fiéis evangélicos da mesma forma em que Lula se tornou para partes do subproletariado.

O pragmatismo político da Universal também leva a questionamentos sobre a relação estabelecida entre a instituição religiosa e o Partido dos Trabalhadores no pleito de 2018. Como foi apontado, o antipetismo disseminado pela IURD focou principalmente em ataques à figura de Fernando Haddad. Embora tenham sido veiculadas certas críticas diretas ao PT enquanto partido e aos seus governos anteriores, essas foram superficiais. Em alguns momentos, também foram publicadas rápidas passagens que enfatizavam a condenação de Lula e seu envolvimento com corrupção. Contudo, o principal alvo foi Haddad. Cumpre lembrar que, enquanto prefeito de São Paulo, o professor universitário já havia entrado em conflitos com a igreja. Diferentemente de Lula e Dilma, Haddad havia se mostrado pouco disposto a ceder aos desejos da igreja em troca de seu

apoio político nos anos anteriores ao pleito. A intransigência do petista e os embates que protagonizou com a igreja de Macedo nos últimos anos torna improvável que haja uma reaproximação entre a igreja e o partido caso o ex-prefeito de São Paulo se mantenha como seu principal candidato. Contudo, é impossível afirmar que antiga aliança entre esses dois agentes não vá ser retomada caso Lula se reapresente enquanto candidato do partido ao longo dos próximos pleitos. O ex-presidente, que recuperou seus direitos políticos após a revogação de sua condenação no âmbito da operação Lava-Jato, ainda é uma das figuras políticas mais populares no Brasil e possui força política suficiente para derrotar Jair Bolsonaro em uma eleição majoritária. Diante disso, é válido questionar, mais uma vez, até que ponto a aliança forjada entre o político de extrema direita e a instituição religiosa pode resistir a uma conjuntura política desfavorável ao presidente eleito em 2018. Novamente, o fator religioso é uma variável relevante para a questão. No último pleito, a popularidade do PT entre os evangélicos atingiu um ponto muito baixo. Ponto esse que também é reforçado pelos pânicos morais construídos pelos atores conservadores ao redor dos agentes pertencentes ao espectro político de esquerda. Dessa maneira, esse questionamento precisa levar em conta em que medida a comunidade evangélica apoiaria ou não uma nova candidatura do principal líder do PT.

No que tange ao conteúdo do discurso propagado pela Universal, é necessário destacar a forte moralização da política conduzida pela igreja em meio ao contexto de ascensão dos extremismos de direita na última década. Enquanto instituição religiosa, a IURD conduz uma moralização da política desde o início de participação nos pleitos. Resulta desse processo um esvaziamento político que contribui para destruição do senso de coletividade típico do neoliberalismo (BROWN, 2019). Essa negação da sociedade conduz a um discurso que culpabiliza grupos específicos pelos problemas sociais existentes. Seja pela culpabilização constante do PT, pela construção da noção de político do mal ou pelo enunciado de que a corrupção destruiu o país, a narrativa política da igreja mobilizou discursivamente significantes vazios para tentar prover sentido à insatisfação política da população. Essa estratégia promove o esvaziamento político na sociedade e impede a construção de um imaginário democrático pautado pelo bem comum. Ela é base para a proposição de que a solução para a crise política está na eleição de políticos que sejam “mar da galileia”, não “mar morto”. Também está presente nas concepções propagadas pela igreja sobre tópicos como a crise econômica e a crise política. Apesar de evidenciarem problemas

públicos como a desigualdade de renda e a má atuação da classe política, o discurso da Universal o faz sem problematizar os aspectos histórico-sociológicos que os causam. Como aponta Wendy Brown (2019), tanto a moralização do debate político quanto a negação da influência das estruturas sociais nos problemas públicos são resultados de uma hegemonia neoliberal que proporcionou o terreno fértil para o surgimento dos grupos extremistas de direita que ascenderam ao longo da última década. Dessa forma, cabe questionar em que medida o discurso político da IURD contribuiu para a popularização de ideais conservadores radicais entre seus fiéis. Em meio à conjuntura política que se desenvolveu no Brasil nos últimos, essa questão se faz relevante na medida em que questiona a associação entre religião e conservadorismo num contexto de crise das instituições políticas.

É essencial, diante desses fatores elencados, manter as investigações sobre as ações políticas da igreja e sobre suas narrativas em relação aos problemas públicos nacionais. Esse esforço deve levar em conta tanto momentos eleitorais como momentos não eleitorais. Nesse aspecto, tanto a Folha Universal quanto o site oficial da igreja são veículos importantes. A pesquisa mostrou que o semanário manteve nas eleições de 2018 o padrão identificado por Rothberg e Dias (2012) de não mencionar de forma explícita e frequente seu apoio a um determinado candidato. Padrão esse que teve início em 2012. É esperado que essa estratégia seja mantida nos pleitos presidenciais subsequentes, visto que faz parte de um projeto amplo da igreja de fazer com que sua mídia da fonte alcance a mesma legitimidade das mídias tradicionais frente à coletividade. Em contrapartida, os artigos e reportagens publicadas no site oficial da instituição se caracterizaram por apresentar a posição da igreja no pleito de forma aberta. Mesmo antes dos atritos provocados pelas declarações de Fernando Haddad, já era possível notar nas publicações feitas pela instituição a predileção da igreja pelo então candidato do PSL. Diante disso, é fundamental que as futuras investigações estejam atentas ao que é publicado na plataforma. Outra questão importante levantada pela presente pesquisa foi a mobilização da estratégia de diabolização e de disseminação de propaganda negativa em torno da figura do candidato Haddad. Estratégia essa que seguiu o forte antipetismo do novo conservadorismo brasileiro e os ataques mobilizados por Bolsonaro contra seu adversário. Desde a década de 90, a igreja não adotava tal tática de forma tão intensa. Todavia, questiona-se em que medida essa postura agressiva contra o opositor de Bolsonaro no segundo turno foi adotada somente por causa das declarações acusatórias feitas pelo petista e impulsionada pelos antigos atritos entre os dois atores. Cabe, mais uma vez, manter as análises em torno das

narrativas políticas da igreja nos momentos eleitorais para compreender até que ponto a disseminação de propagandas negativas voltará a ser um padrão ou se foi algo pontual da eleição de 2018.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *Democracia em risco*, v. 22, p. 11-34, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. *cadernos pagu*, n. 50, 2017.

_____. Deus acima de todos. **Vários autores (Org.). Democracia em risco**, v. 22, p. 23-33, 2019.

_____. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. 2019b.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. **Democracia em Risco**, v. 22, p. 41-56, 2019.

AZEVEDO, Alessandra. Dono da Riachuelo, Flávio Rocha desiste de candidatura à presidência em 2018. *Correio Braziliense*. 13 de julho, 2018. Acesso em <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/o-que-e-o-brasil-200-o-movimento-politico-do-dono-da-riachuelo-873631ha6wgl2zwue0vwx833/>>.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BARBOSA, Caio. A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. FFLCH. USP. 2016.

BAPTISTA, Saulo. Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira. São Paulo, AnnaBlume: 2009.

BARÓN, Francho. O inquietante fenômeno Bolsonaro. *EL PAÍS*. Acesso em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412684374_628594.html>. 2014.

BASTOS, Pedro Paulo. A ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. *Rev. Econ. Contemp.*, núm. esp.: e172129, p. 1-63. 2017

BEHS, Micael Vier. Estratégias jornalísticas da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições 2006/2008: o caso da Folha Universal. 2009.

BERGER, Peter L. *The social reality of religion*. Faber, 1985.

BÍBLIA SAGRADA, Edição Revista e Atualizada, Trad. João Ferreira de Almeida. 2ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.

BIROLI, Flávia. Prefácio. In: LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Editora Zouk, 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 81, p. 77-95, 2013.

_____. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. Opinião Pública, v. 18, n. 1, p. 22-43, 2012.

_____. Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: a influência simples à interação complexa. Revista USP, n. 90, p. 74-83, 2011.

BLUMHOFER, Edith L. Revisiting Azusa Street: a centennial retrospect. International Bulletin of Missionary Research, v. 30, n. 2, p. 59-64, 2006.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. June 2013, five years later: Polarization, reconfiguration of activism, and challenges for the Brazilian Left. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luís Felipe. The Brazilian left in the 21st century: conflict and conciliation in peripheral capitalism. 2019.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, André et al. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatwatching, real-time feedback: new challenges for journalism. Brazilian Journalism Research, v. 7, n. 2, p. 117-136, 2011.

CANTÓ, Pablo. De piada na TV brasileira a presidente eleito. EL PAÍS. Brasil. Nov, 2018. Acesso em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540978539_344863.html>.

CAMPOS, Luís Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondência: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, no 3, dezembro, p. 377-406. 2014.

CASTRO GOMES, Ângela. A política brasileira em tempos de Cólera. **Vários autores (Org.). Democracia em risco**, v. 22, p. 17-194. 2019.

CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. **VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, 2019.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: Por que gritamos golpe, p. 15-22, 2016.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: In: Por que gritamos golpe, p. 15-22, 2016.

- CRIVELLA, Marcelo. 7 razões para votar em Dilma. Coluna: Folha Universal. 2010.
- COELHO, Carlos. O que é o Brasil 200, o movimento político do dono da Riachuelo. Gazeta do Povo. 28 de Março, 2018. Acesso em < <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/o-que-e-o-brasil-200-o-movimento-politico-do-dono-da-riachuelo-873631ha6wgl2zwue0vwx833/>>.
- CORRÊA, Diogo Silva. O divino no humano e o humano no divino: esboço de uma cosmologia cristã-pentecostal. *Religião & Sociedade*, v. 40, n. 2, p. 147-170, 2020.
- CÔRTEZ, Mariana. Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.
- COSTA, Nataly. Grupos convocam atos anticorrupção e defendem militares. *Jornal O Estado de São Paulo*. 25 de junho de 2013. Acesso em < <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,grupos-convocam-atos-anticorrupcao-e-defendem-militares-imp-,1046536>>.
- DAMGAARD, Mads. Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opin. Publica*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 114-143, Apr. 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.
- DATAFOLHA. Lula e Marina lideram trajetória eleitoral e tucanos têm trajetória de queda. Eleições. Abril, 2018. Acesso em < <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/04/1759695-lula-e-marina-lideram-corrida-eleitoral-e-tucanos-tem-trajetoria-de-queda.shtml>>
- DIAS, Marcia. Diálogo em campanha: uma análise das estratégias comunicativas de confronto na eleição presidencial brasileira de 2014. *Opin. Publica* vol.25 no.3 Campinas Nov./Dec. 2019
- DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, June 2017.
- DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. La force des dispositifs. In: *Annales. Histoire, sciences sociales*. Éditions de l'EHESS, 2016. p. 421-450.
- DUALIBI, Julia. Mensagem de Celular liga Igreja Universal a Russomano. *Revista Exame*. Out. 2012. Acesso em < <https://exame.com/brasil/mensagem-de-celular-liga-russomano-a-igreja-universal/>>.
- DUNKER, Christian. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. STARLING, Heloísa et al. *Democracia em risco*, v. 22, 2019.
- EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Vestígio Editora, 2019.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FARRELL, Henry. The Consequences of the Internet for Politics. *Annual Review Of Political Science*, [s.l.], v. 15, n. 1, p.35-52, 15 jun. 2012.

FELTRIN, Ricardo. Com apoio de bispo, Igreja Universal rompe com o governo Dilma. UOL. 16, março. 2016. Acesso em < <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2016/03/18/com-apoio-de-bispo-igreja-universal-rompe-com-governo-dilma.htm>>. 2016.

FRANCO, Eduardo. Discurso religioso e jornalismo: estudo contrastivo de jornais católico e evangélicos. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

FRESTON, Paul. Protestantes e Política no Brasil: Da constituinte ao impeachment. Tese de Doutorado. Unicamp. 1993.

FUJITA, Gabriela. Bolsonaro atraiu evangélicos com batismo e conservadorismo, diz antropólogo. UOL. São Paulo. 10 de dezembro. 2018. Acesso em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/10/bolsonaro-voto-evangelico.htm>>.

GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political culture of social welfare policy. 1981.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse as a symbolic contest: A constructionist approach. *American journal of sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GELFERT, Axel. Fake news: A definition. *Informal Logic*, v. 38, n. 1, p. 84-117, 2018.

GITLIN, Todd. The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left. Univ of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Vozes, 2012.

GOMES, Edlaine de Campos. A era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição. PhD diss., Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

_____ Edlaine de Campos. Fé Racional e Abundância: família e aborto a partir da ótica da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Latinoamericana*. n.2 - 2009 - pp.97-120. 2009.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em tempos de cólera. VÁRIOS autores. *Democracia em risco*, v. 22, p. 175-194.

GORTÁZAR, Naiara; BECKER, Fernanda. Bolsonaro, um candidato que cresceu no Facebook e não quer sair de lá. *EL PAÍS*. Out, 2018. Acesso em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540388654_185690.html>.

GUTIERREZ, Carlos Andrade Rivas. A REFLEXIVIDADE EVANGÉLICA A PARTIR DA PRODUÇÃO CRÍTICA E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA NA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS. Tese, IFCH, Unicamp, 2017.

HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

INTERVOZES. Políticos donos da mídia: levantamento do Intervozes em 10 Estados denuncia práticas ilegal de candidatos que são proprietários de canais de Rádio e TV. 2018. Acesso em < <https://intervozes.org.br/politicos-donos-da-midia-levantamento-do-intervozes-em-10-estados-denuncia-pratica-ilegal-de-candidatos-que-sao-proprietarios-de-canais-de-radio-e-tv/>>.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. Revista Piauí. Edição 126. Tribuna da Luta de Classes. 2017. Acesso em < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>.

JARDIM, Willelm. Religião e Política na Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo das campanhas eleitorais de 2010 e 2014. Universidade Federal de Viçosa. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. 2016.

LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro. Editora Zouk, 2019.

LAMPERT, Vanessa. “REVOLTADA!!!”. Blog do Bispo Edir Macedo. 7 de Out. 2012. Acesso em < <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/revoltada/>>.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. " Trabalho", " mudança de vida" e " prosperidade" entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Religião & Sociedade, v. 27, n. 1, p. 132-155, 2007.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Propaganda negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 133-158, 2009.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015.

MACEDO, Edir. Tudo coopera para quem é de Deus. Blog do Bispo Edir Macedo. 20, jun, 2013. Acesso em < <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/tudo-coopera-para-quem-e-de-deus/>>.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edições Loyola, 1999.

_____ ; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. 1992.

_____ ; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. Revista USP, n. 120, p. 61-76, 2019.

_____, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio (org.). Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. Volume I. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio (org.). Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea. Volume I. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009

_____, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, p. 708-726, 2016.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR (MOM). Quem controla a mídia no Brasil? 2017. Acesso em < <https://brazil.mom-rsf.org/br/>>.

[MELO, Cristina Teixeira Vieira de](#) and [VAZ, Paulo Roberto Givaldi](#). **E a corrupção coube em 20 centavos**. *Galáxia (São Paulo)* [online]. n.39, pp.23-38. 2018.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

_____. A democracia na Encruzilhada. In: *In: Por que gritamos golpe*, p. 15-22, 2016.

MONIZ, Gustavo. Ministério do Esporte vira moeda de troca para breca impeachment. 29, março. 2016. Acesso em < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/politica/1459181667_951715.html>.

MANTOVANI, Denise Maria. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. **Compólitica**, v. 3, n. 1, p. 71-94, 2013.

MORAES, Georgia. Especial Concessões: Entenda o que é uma concessão de rádio e de TV. Portal da Câmara dos Deputados. Rádio Câmara. 2020. Acesso em < <https://www.camara.leg.br/radio/programas/292353-especial-concessoes-1---entenda--o-que-e-uma-concessao-de-radio-e-detv--06-08--->> .

MORAES, Marcelo. Bolsonaro: “Serei o candidato da direita à presidência em 2018”. Estado de São Paulo. 30 de outubro, 2014. Acesso em < <https://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/>>.

MORAES, Isabela. 2019, O papel das mídias digitais na ascensão da direita radical: a estratégia política inaugurada no Brexit. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Relações Internacionais. Trabalho de Conclusão de Curso. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). *Jornal Sem Terra Completa 19 anos, assentadas relembram trajetórias*. 2020. Acesso em < <https://mst.org.br/2020/05/15/jornal-sem-terra-completa-39-anos-assentadas-relembram-trajetoria/>>.

NASCIMENTO, Gilberto. *O reino. A história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORDONES, Arthur. “Seu eu não for candidato, quero ser vice de Aécio”, diz Jair Bolsonaro. *Entrevista. Infomoney*. 22 de maio, 2014. Acesso < <https://www.infomoney.com.br/politica/se-eu-nao-for-candidato-quer-o-ser-vice-de-aecio-diz-jair-bolsonaro/>>.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana Gobbi; CHICARINO, Tathiana Senne. A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comum, São Paul*, v. 42, n. 2, p. 121-146, Aug. 2019 .

ORO, Ari Pedro. Podem passar a sacolinha: um estudo sobre a representação do dinheiro no neopentecostalismo brasileiro. *Cadernos de Antropologia*, 9. P 7-44. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social UFRGS. 1992.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

QUINALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: STARLING, Heloísa et al. *Democracia em risco*, v. 22, 2019

PAGELS, Elaine H. *The origin of Satan*. Vintage, 1996.

PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing analysis: An approach to news discourse. *Political communication*, v. 10, n. 1, p. 55-75, 1993.

PAVARIN, Guilherme. O ostracismo do maior revoltado Online. *Revista Piauí. Anais do Impeachment*. 26 de maio. 2017. Acesso em < <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>>.

PASSARINHO, Natália. Eduardo Cunha autoriza abrir o processo de impeachment de Dilma. G1. Brasília, 2015. Acesso em < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>> .

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PINEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da mídia e política. Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, p. 73-104, 2004.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2017.

PUZONE, Vladimir. *A ascensão do neofascismo entre a crise das esquerdas e os sujeitos neoliberais*. 2020

RÁDIO YANDÊ. *A rádio: comunicação e etnomídia indígena*. 2021. Acesso em < <https://radioyande.com/>>

REESE, Stephen. Framing Public Life: a bridging model for media research. In: REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. (Ed.). Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world. Routledge, 2001.

REINA, Morgane. La dimension religieuse des élections de 2018 et l'obscurantisme chrétien de Bolsonaro. IdeAs. 2019.

_____. Le miracle pentecostiste em politique: la socialisation politique des fidèles de l'Assemblée de Dieu dans l'État de São Paulo. Institut de Études politique de Paris. École doctoral de Science Po. 2015

REPUBLICANOS. Nossa História. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/nossa-historia/>. Data de acesso. 20 de junho. 2021.

RIBEIRO, Luís Guilherme Marques; LASAITIS, Cristina; GURGEL, Lígia. Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. Anagrama, v. 10, n. 2, 2016.

RICHTER, André. PSDB pede auditoria especial do resultado das eleições ao TSE. 30, out. 2014. Acesso em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/psdb-pede-auditoria-especial-do-resultado-das-eleicoes-ao-tse>>.

ROCHA, Camila. Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa. *Opin. Publica* [online], vol.24, n.1, pp.29-52. ISSN 1807-0191. 2018.

ROCHA, Emerson; TORRES, Roberto. O crente e o Delinquente. In: SOUZA, Jessé et al. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

ROMANO, Roberto. Brasil, Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico. Kairós Livraria e Editora, 1979.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. *Contracampo*, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018.

ROSAS, Nina. Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono. Tese, BH, UFMG, 2015.

ROTHBERG, Danilo; DIAS, Mariane Bovoloni. Religião, política e eleições na Folha Universal. *Intexto*, n. 27, p. 21-39, 2012.

SANT'ANNA, Francisco Cláudio Corrêa Meyer. Media de Source: un nouvel acteur sur la scene journalistique bresilienne. Tese de Doutorado. Rennes 1. 2008.

_____. Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2005.

SANTOS, Denise Alves. A evolução da legislação brasileira na regulamentação da radiodifusão. Artigo. JUS, 2014. Acesso em < <https://jus.com.br/artigos/32975/a-evolucao-da-legislacao-brasileira-na-regulamentacao-da-radiodifusao>>.

SANTOS, F., & TANSCHKEIT, T. (2019). Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colômbia Internacional*, (99), 151-186.

SANTIAGO, Tatiana; Haddad diz que faz crítica política à proposta tarifária de Russomano. Outubro, 2012. Acesso em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/haddad-diz-que-faz-critica-politica-proposta-tarifaria-de-russomano.html>>.

SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. *Direita, volver*, 213-230. 2015

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. - CEBRAP*. no.97 São Paulo Nov. 2013

_____. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Janete Rodrigues. Movimento neopentecostal, renovação carismática católica e a reformulação da teodiceia cristã na contemporaneidade. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Ana Paula Almeida da. A influência do jornalismo religioso: como o G1 abordou a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016. 2016.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas Redes sociais Online. In: Cruz, Sebastião Velasco. "Direita, volver!" 2018.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise Friedrich Ebert Stiftung*, v. 42, n. 1, p. 1-27, 2018.

SOUZA, André Ricardo de; ABUMANSSUR, Edin Sued; LEITE JÚNIOR, Jorge. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. *Horizontes Antropológicos*, n. 53, p. 385-410, 2019.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.

STRHAN, Anna. *Aliens and strangers?: the struggle for coherence in the everyday lives of evangelicals*. Oxford University Press, USA, 2015.

TANKARD, James T. Jr. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen D.; GANDY JR, Oscar H.; GRANT, August E. (Ed.). Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world. Routledge, 2001.

TATAGIBA, Luciana; GALVAO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, Apr. 2019.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Mídia e performances de gênero na Igreja Universal: o desafio Godlywood. Religião & Sociedade, v. 34, n. 2, p. 232-256, 2014.

UOL. Leia a transcrição da entrevista de Marcos Pereira a Folha e ao UOL. 26, Set. 2012. Acesso em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/09/26/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marcos-pereira-a-folha-e-ao-uol.htm>>.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Fundação Heinrich Böll, 2016

_____. Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Fundação Heinrich Böll, 2013.

VALLE, Vinícius. Religião, lulismo e voto: a atuação política de uma Assembleia de Deus entre 2010 e 2014. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. FFLCH. USP. 2018

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume 1. Editora UnB. 2015.

WERNECK, Vinícius; LIMA, Diana. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, pp. 221 a 250. 2012.

Apêndice

1. Matrizes de Assinatura do discurso de Jair Bolsonaro: resultados da análise do banco de dados formado pelas publicações em sua página oficial no Facebook

1.1 Antipetismo e Neoliberalismo político: pacote interpretativo referente à crise política no Brasil

Tabela 1: Matriz de assinatura: Antipetismo e Neoliberalismo político

Pacote Interpretativo	Neoliberalismo Político e antipetismo
Metáfora	<ul style="list-style-type: none">● Bandidos Vermelhos;● Mudar a direção do país;● O Brasil está na lama;● Estamos todos no mesmo barco;● Povo sente na pele as consequências dos governos PT;● Fantoche do Lula;● Máquina de corrupção;● Amarras ideológicas da esquerda.
Bordão	<ul style="list-style-type: none">● PT: uma máquina de corrupção e mentiras;● Combater, com a verdade, as mentiras do PT;● Estamos do lado da verdade;● Juntos mudaremos o Brasil;● Vamos resgatar o Brasil;● O Brasil não será a próxima Venezuela;● Facção criminosa;● A política a favor do povo;● Corrupto condenado e preso;● Poste de Corrupto/Marmita de corrupto preso.
Representação	<ul style="list-style-type: none">● Bolsonaro como mudança e representante da nova política;● Bolsonaro enquanto um democrata;● Bolsonaro como político perseguido pelo sistema;● Bolsonaro enquanto porta-voz do povo;● PT como representante da velha política;● PT como partido mentiroso e propagador de Fake News;

	<ul style="list-style-type: none"> ● PT como partido ditatorial e autoritário; ● PT como símbolo da corrupção no Brasil; ● PT como causador de todos os problemas do país; ● Petistas como extremistas e intolerantes; ● Sistema político falido e corrupto; ● Haddad como um fantoche de Lula; ● Brasil na lama; ● Povo brasileiro em sofrimento e desejando mudança; ● Canalhas; ● Povo como ator da mudança.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Escândalos do PT: mensalão e petrolão; ● Facada sofrida por Bolsonaro como exemplo de ataque; ● Exemplos de perseguição da mídia; ● Exemplos de mentiras do PT; ● Exemplos de propostas do PT de caráter autoritário; ● Ligação do PT com ditaduras, líderes autoritários e terroristas.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Governos do PT; ● Sistema corrupto; ● Impunidade; ● Política de atribuição de cargos em troca de apoio político (toma lá, dá cá);
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção nas instituições de poder; ● Ineficiência do Estados e da gestão pública; ● Risco à soberania do Brasil; ● Falta de qualidade ou ausência de serviços públicos para a população.
Apelos à princípio	<ul style="list-style-type: none"> ● Honestidade; ● Liberdade; ● Democracia; ● Verdade.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

1.2 Neoliberalismo Econômico: pacote interpretativo referente à crise econômica no Brasil

Tabela 2: Matriz de Assinatura: Neoliberalismo Econômico

Pacote Interpretativo	Neoliberalismo econômico
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● Brasil no Vermelho; ● Primeiro passo rumo ao sucesso econômico; ● Brasil sufoca quem produz; ● Princípios liberais como bússola; ● População sente os efeitos da crise no bolso.
Bordão	<ul style="list-style-type: none"> ● Seremos o governo do emprego; ● Facilitar o empreendedorismo; ● Desburocratizar; ● O Brasil será uma grande nação; ● Caminho da prosperidade; ● Favorável ao Livre Mercado.
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● Brasil como um país com péssima imagem internacional; ● Brasil como um país com potencial econômico pouco explorado; ● Sociedade brasileira representada como injusta; ● Proposta de Bolsonaro representada como solução para crise; ● Proposta econômica de Bolsonaro representada como a mais ousada em termos liberais; ● População insatisfeita e vivendo em estado precário; ● Reformas Neoliberais representadas como essenciais para a saída da crise;
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de propostas liberais; ● EUA e Inglaterra como exemplos de sucesso liberal; ● Exemplos de setores com potencial pouco explorado no Brasil (turismo, energia, porto). ● Problemas enfrentados (desemprego, burocracia, precariedade).

Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Burocracia; ● Políticas econômicas de esquerda ● Dificuldades para empreender; ● Interferência do governo no mercado; ● Altos impostos; ● Desconfiança do investidor; ● Gastos excessivos do governo (descontrole orçamentário); ● Financiamento de ditaduras estrangeiras por parte do PT; ● Falta de infraestrutura nacional; ● Política de distribuição de cargos que gera o aparelhamento de empresas estatais e a nomeação de pessoas despreparadas para cargos centrais; ● Corrupção; ● Violência.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Desemprego; ● Fechamento de empresas; ● Rombo nas contas públicas; ● Desconfiança do investidor estrangeiro; ● Desenvolvimento travado; ● Ausência de oportunidades para a população; ● Instabilidade social; ● Precariedade da vida da população.
Apelos a princípios	<ul style="list-style-type: none"> ● Meritocracia; ● Liberdade; ● Liberalismo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

1.3 *Moralismo regulador: pacote interpretativo referente à disputa pela moralidade pública*

Tabela 3: Matriz de Assinatura: Moralismo Regulador

Pacote Interpretativo	Moralismo Regulador
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● Rumos catastróficos da educação brasileira; ● Resgate moral; ● Bombardeamento da família.
Bordão	<ul style="list-style-type: none"> ● Pai do Kit-Gay; ● Deus no comando; ● Inversão de valores; ● Defesa da família; ● Destruição dos valores; ● Defendemos a inocência das crianças;
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● Esquerda enquanto uma ameaça aos valores sociais tradicionais; ● Família tradicional sob ataque; ● Sistema educacional doutrinador; ● Bolsonaro enquanto um defensor da inocência das crianças e dos valores da família; ● Bolsonaro enquanto um homem cristão e que tem deus no coração; ● Haddad como uma pessoa contrária à religião e hipócrita.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de propostas que defendem os valores familiares (contra o aborto, contra a doutrinação nas escolas, etc); ● Exemplos de livros que “ensinam sexo para crianças”; ● Exemplos de apoio estatal à ativistas LGBT.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Governo e instituições estatais ideológicas (ênfase no MEC); ● Ação de grupos de esquerda na sociedade; ● Politicamente correto; ● Inversão de valores;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Baixo investimento em educação; ● Sistema educacional doutrinador; ● Ausência de disciplina na sociedade.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Ataques à família tradicional; ● Formação de militantes de esquerda nas escolas; ● Sexualização de crianças; ● Enfraquecimento dos valores sociais tradicionais; ● Péssima formação de estudantes; ● Perda de autoridade das figuras tradicionalmente em posições de poder.
Apelos a princípios	<ul style="list-style-type: none"> ● Igualdade; ● Cristianismo; ● Bem contra o mal; ● Verdade; ● Valores familiares.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

1.4 Idealismo Punitivo: pacote interpretativo referente à crise de segurança pública no Brasil

Tabela 4: Matriz de Assinatura – Idealismo Punitivo

Pacote Interpretativo	Idealismo Punitivo
Metáfora	<ul style="list-style-type: none"> ● Pegar pesado contra a bandidagem; ● Praga que assola a sociedade brasileira; ● Brasil vive um cenário de guerra; ● População massacrada pelos bandidos; ● Barco que afunda em violência; ● População refém.
Bordão	<ul style="list-style-type: none"> ● Nosso inimigo é o crime; ● Governar pelo exemplo; ● Fim da impunidade; ● Combater duramente a violência e a bandidagem; ● Armas não geram violência e flores não garantem paz; ● Prefiro uma cadeia lotada de criminosos do que um cemitério lotado de inocentes;

	<ul style="list-style-type: none"> ● A violência no Brasil já ultrapassou a linha do absurdo; ● Inversão de valores.
Representação	<ul style="list-style-type: none"> ● População aterrorizada com a violência; ● PT e esquerda enquanto defensores de criminosos; ● Defensores dos Direitos Humanos como hipócritas; ● Bolsonaro como o promotor da mudança cultural que dará fim à impunidade; ● Bolsonaro como uma ameaça aos criminosos; ● Policial como um herói nacional; ● Policial como trabalhador desvalorizado pela população e pela mídia; ● Policiais como vítimas da violência.
Exemplos	<ul style="list-style-type: none"> ● Exemplos de propostas que aumentam a rigidez do sistema penal (redução da maioria, liberação do armamento, etc); ● Exemplos de posicionamentos da esquerda que “protegem bandidos”; ● Exemplos de policiais assassinados por criminosos; ● Exemplos de ações policiais que “abateram” criminosos; ● Altas taxas criminais.
Causas	<ul style="list-style-type: none"> ● Desarmamento da população; ● Corrupção nas instituições de poder; ● Desvalorização do policial; ● Impunidade; ● Direitos Humanos e a “proteção de bandidos”; ● Negligência dos governos do PT na questão da Segurança Pública.
Consequências	<ul style="list-style-type: none"> ● Violência generalizada; ● Cenário de guerra no país; ● Alta taxa de homicídios; ● População aterrorizada com a violência; ● Legitimação da ação de criminosos;

	<ul style="list-style-type: none">● Atraso econômico do país.
Apelos a princípios	<ul style="list-style-type: none">● Honestidade● Punição